



Universidade Federal da Paraíba

Centro de Ciências Humanas e Letras

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social

Núcleo de Pesquisas em Vulnerabilidades e Promoção da Saúde

Maria Renata Florêncio de Azevedo

**ENTRE NORMALIZAÇÕES E ESTRANHAMENTOS: TENSÕES SUBJETIVAS
NOS PROCESSOS DE TORNAR-SE MÃE**

João pessoa-PB

2022

**ENTRE NORMALIZAÇÕES E ESTRANHAMENTOS: TENSÕES SUBJETIVAS
NOS PROCESSOS DE TORNAR-SE MÃE**

Maria Renata Florêncio de Azevedo

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Prof.^a Dr.^a Ana Alayde Werba Saldanha

(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Regina Lígia Wanderlei Azevedo

(Coorientadora)

João pessoa-PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A994e Azevedo, Maria Renata Florêncio de.

Entre normalizações e estranhamentos : tensões
subjetivas nos processos de tornar-se mãe / Maria
Renata Florêncio de Azevedo. - João Pessoa, 2022.
344 f. : il.

Orientação: Ana Alayde Werba Saldanha.

Coorientação: Regina Lígia Wanderlei Azevedo.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Subjetivação. 3. Sujeito
materno. 4. Maternidade. 5. Discurso materno. I.
Saldanha, Ana Alayde Werba. II. Azevedo, Regina Lígia
Wanderlei. III. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6(043)

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social
Doutorado em Psicologia Social

Autora: Maria Renata Florêncio de Azevedo

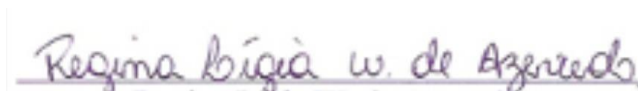
**ENTRE NORMALIZAÇÕES E ESTRANHAMENTOS: TENSÕES SUBJETIVAS
NOS PROCESSOS DE TORNAR-SE MÃE**

Defendido em:

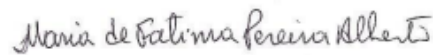
Banca Avaliadora



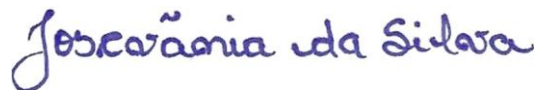
Profª Drª Ana Alayde Werba Saldanha (Orientadora e Presidente da Banca)



Profª Drª Regina Lígia Wanderlei Azevedo (UFCG, Coorientadora)



Profª Drª Maria de Fátima Pereira Alberto (UEPB, membro interno)



Profª Drª Josêvania da Silva (UEPB, membro externo)



Profª Drª Jacqueline Matias dos Santos (UNINASSAU, membro externo)



Profª Drª Alessandra da Rocha Arrais (ESCS, membro externo)

E nos lugares em que as palavras das mulheres clamam para ser ouvidas, cada uma de nós devemos reconhecer a nossa responsabilidade de buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de analisar a pertinência delas na nossa vida. Que não nos escondamos por detrás das farsas de separação que nos foram impostas e que frequentemente aceitamos como se fossem invenção nossa. Por exemplo: “Provavelmente eu não posso ensinar literatura feita por mulheres negras – a experiência delas é diferente demais da minha”. E, no entanto, quantos anos vocês passaram ensinando Platão, Shakespeare e Proust? Outra: “Ela é uma mulher branca, o que teria para me dizer?”. Ou: “Ela é lésbica, o que meu marido, ou meu chefe, diria?”. Ou ainda: “Essa mulher escreve sobre os filhos e eu não tenho filhos”. E todas as outras incontáveis maneiras de nos privarmos de nós mesmas e umas das outras.

Audre Lorde – Sou sua irmã

Dedicatória

Maria Marta, que é também minha mãe.

- Mãe, agora eu entendo mais ainda sua vida, a vida das mulheres e a vida.

Maria Paulina, que também é minha avó (*in memoriam*).

-Vó, queria voltar no tempo e conversar sobre como foi ser uma mulher corajosa, que se divorciou em um tempo que ser mulher era mais odiado que hoje.

AGRADECIMENTOS E CELEBRAÇÕES

Agradecimentos são memórias, individuais e coletivas ao mesmo tempo. Celebrações são formas de tornar presente essas memórias para fortalecer laços, criar energias de vida e expandir o estado de alegria em nós (Diniz & Gebara, 2022). Assim, celebrar é o verbo que me movimenta quando recorro a essa trajetória. Celebro inicialmente, as mulheres que vieram antes de mim, as anônimas, as silenciadas, aquelas que deram suas vidas por todas nós, aquelas que foram mortas em nome da nossa liberdade, aquelas que sonharam e lutaram com o momento em que, uma mulher estaria escrevendo com e para outras mulheres uma tese de doutorado. Eu celebro hoje por mim e por elas!

Gostaria também de celebrar o encontro com outras mulheres que foram, laço, força, coragem, afeto, descanso e acolhimento, lugares tão caros para nós, que somos interpeladas a olhar umas às outras com inveja, medo e ódio, para nos alienar umas das outras. Celebrar nosso encontro, é celebrar nosso estranhamento à solidão imposta pelo patriarcado, é avivar a esperança de dias *mulheres*.

Regina, celebrar nosso encontro, é celebrar a força do laço entre mulheres, como diz a canção, *“Dê suporte a mulher forte / quem sabe a gente muda nossa sorte”*. Nosso laço mudou minha “sorte”, a força dele, foi a minha força para enfrentar meus medos mais íntimos e os obstáculos mais estruturais de nascer em uma pequena cidade do sertão – com poucos privilégios. *“Já imagino você morando em João Pessoa e fazendo doutorado na UFPB”*, quando você dizia isso, enquanto eu cursava Psicologia, eu só conseguia imaginar que você não tinha ideia do quanto essa realidade era distante pra mim. Hoje tenho certeza, que na realidade, quem não conseguia imaginar o “poder para” fazer um doutorado era eu, parafraseado Michael Foucault, as relações, que são sempre de poder, nem sempre serão coercitivas, podem ser também produtivas. O nosso laço, me deu “poder para” porque você teve o poder de ver quem eu poderia ser, e juntas, eu pude

realçar minhas habilidades e transformar criativamente minha realidade. Obrigada por SER na minha vida, Reh!

Ana Alayde, celebrar nosso encontro, é celebrar a confiança entre mulheres. A dureza individualista, da nossa realidade histórica, tem feito hora extra para acabar com nosso senso de esperança e possibilidade de construir uma comunidade e nela confiar. Em 2016, naquela segunda-feira que fui fazer a prova de mestrado, com a certeza de que não passaria, ao me apresentar pessoalmente a você, fui recebida com alegria e com um gesto de confiança, você me deu/entregou a chave do núcleo de pesquisa, confiando que eu iria voltar, porque eu já fazia parte dele, como me disse. A ansiedade da seleção se misturou ao estranhamento daquele gesto. Mas hoje compreendo e celebro, que o NPVPS, é uma família estendida, aquele lugar bom para aprender o poder da união e da diversidade, *uma família com todo tipo de gente*.

A banca examinadora, aqui representada por Josevânea e Fátima, celebrar o nosso encontro, entre os motivos que merecem ser celebrados, o encontro de vozes diversas, é um dos mais importantes, suas disponibilidades para lerem e contribuírem com esse trabalho, agrega de diversos modos, principalmente porque trazem pluralidade de vozes, entre tantas, cuja experiência, luta, força e vida eu desconheço. Acredito que a banca examinadora é um acontecimento que abre esse espaço, um espaço onde podemos produzir novas formas de saber-poder, vislumbrando um bem viver. Assim, celebro esse encontro, porque acredito esses encontros, sobretudo compostos por mulheres - que por séculos estiveram no lugar de serem examinadas, são momentos que convidam a pensarmos, provocarmos e levantarmos dúvidas sobre à organização social estabelecida e re-criar caminhos para uma vida relacional mais digna e justa.

Jacq, celebrar nosso encontro, é celebrar a aproximação e o acolhimento entre mulheres e histórias, duas posturas que tem nos tornados próximas de nós mesmas. Lembro de Debora Diniz quando dizia que, imaginação sem o real se torna ficção, e com isso, nossa imaginação se

confunde com os estereótipos impostos. Por isso, é preciso que a gente se distancie das certezas do vivido, fazendo deslocamentos contínuos e cada vez mais dolorido sobre quem somos pela normalização patriarcal e suas tramas de opressão, e assim foram aqueles dias pelo sertão me aproximando de mulheres, histórias e realidades que eram, ao mesmo tempo, tão próximas e distantes pra mim. Ao final de cada dia, tomada por dores que não eram estranhas em si - eram dores da misógina, mas era estranho a forma como ela acontecia: Jacq, como assim fizeram episiotomia e suturaram sem nenhuma anestesia aquela menina de 17 anos, mesmo sabendo que ela estava sentindo dor? Porque ela não denunciou, Jacq? Porque ela sabia o quão era vulnerável! Celebrar nosso encontro, é celebrar o acalento todas as vezes que os estranhamentos à violência obstétrica me deslocavam e me aproximavam de mim e das mulheres, suas/nossas maternidades, suas/nossas vulnerabilidades e suas/nossas potencialidades

Minhas amigas, não preciso dizer o nome porque elas se reconhecem na minha fala, celebrar nosso encontro, é celebrar a escuta atenta e presente, mesmo com todas as transformações subjetivas e distanciamentos geográficos que configuraram meus últimos 5 anos. Celebro a liberdade de exercer com vocês a *parresia*, de conhecerem as verdades que tem me constituído e que em algum nível também tem constituído vocês. Celebro também nossas trocas e a importância delas para estranharmos o sexismo, racismo e classismo em nós, a sororidade é poderosa sim, e eu a celebro!

Gostaria também de celebrar o encontro com aquelas mulheres do sertão, que confiaram e ergueram suas vozes, causando em mim o assombro sobre violências tão naturalizadas e silenciadas. Celebro também o encontro com as mulheres que abriram seus lares, e cederam parte do seu tempo para participar desse trabalho, tempo que hoje compreendo o quão valioso ele é para cada uma. Celebro nosso encontro, com a ânsia de que, no futuro, coletivamente como sociedade, nossas netas e netos vão olhar para a história, e com assombro perguntar: porque as mulheres eram tratadas assim? Porque as mães *precisavam padecer*?

Enquanto isso, vamos celebrando juntas e construindo esse futuro, com ética, amor e política. Celebremos!

RESUMO: Na nossa realidade histórica, identificamos que há um modelo ideal de maternidade radicado nos discursos sexistas, que funciona como um dispositivo de poder quando analisamos que, as condições de emergência desse modelo de maternidade e as injunções que dele decorre no processo de subjetivação materna, trata-se menos de uma preocupação com o bem estar das crianças, e mais de um projeto político. Ao mesmo tempo, temos que, essa realidade histórica – que deu condições de emergência para esse dispositivo - vem sofrendo mudanças significativas em seus pressupostos, de modo que, a subjetivação materna não é mais a única forma de realização pessoal para as mulheres, melhor dizendo, não é mais o único caminho para as mulheres tornarem-se pessoas. No entanto, a experiência de maternidade possível, subordina as mulheres a uma performance subjetiva – relações pré-estabelecidas sobre aquilo que deve ser pensado, dito, visto e praticado, centralizando sobre elas posições de sujeito, que intenta endereça-las para uma sobrecarga de trabalho e um progressivo apagamento subjetivo e social. Partindo dessa compreensão, propomos a tese de que, no processo de subjetivação materna, as linhas de subjetividade se movimentam entre o estranhamento e a normalização dos discursos sexistas, que endereçam as mulheres a reposicionamentos que socialmente, fragilizam o modo como fazem a experiência de si e reforçam as desigualdades de gênero. Assim, o presente estudo tem como objetivo geral: Analisar as produções subjetivas em movimento na experiência da maternidade, a partir de posições de sujeito, ações e efeitos discursivos no processo de tornar-se mãe, e como estas tem reverberado no tratamento de si. Tratou-se de um estudo exploratório, de caráter transversal, com design qualitativo, que permitiu a análise das produções subjetivas em movimento na experiência da maternidade e as vicissitudes encontradas por essas mães nesse contexto. As pesquisas foram realizadas nos locais propostos pelas participantes, considerando a condição fisiológica e emocional, das mulher-mães e seus filhos, sobretudo, em decorrência das limitações impostas pelo isolamento social vivenciado durante a pandemia do Covid-19. Trata-se de uma amostra de conveniência (não probabilística), composta por 9 mulheres-mães primíparas com filhos entre 1 ano e 2 anos, casadas, com idade entre 24 e 35 anos. Foram utilizados um questionário sociodemográfico e realizada uma entrevista semiestruturada. A análise dos dados coletados nas entrevistas foi realizada a partir da Análise do Discurso inspirando-se nas contribuições foucaultiana, delineando às relações produzidas a partir das práticas normativas e seus efeitos discursivos, observamos que, as linhas de subjetivação que funcionam como guia de ação e fragmentos formadores de subjetividades, movimentam-se entre a normalização de discursos com posições legitimadas pelos discursos sexistas, podendo endereçar para quadros de compreensão da realidade pautados na reprodução dessas raízes históricas que só contribuem para a perpetuação de relações de desigualdade, exploração e opressão, e o estranhamento desses discursos com posições insurgentes, podendo endereçar para quadros de compreensão da realidade que maximiza as possibilidades de se conduzir nas relações consigo mesmo na experiência da maternidade. Vislumbro concluir a partir disso que, as relações de força que as mulheres estabelecem com as linhas de subjetivação do dispositivo materno, quando analisadas perspectivando compreender suas tensões - entre as normalizações e os estranhamentos - com seus respectivos efeitos, considerando a constituição histórica que os fizeram emergir, será possível construir conjugações maternas que não se encerram em conflitos e ambivalências individuais, ou seja, será possível pensar outras formas de relação com as verdades, outros modos de ser e agir que não sejam sempre reiteradas por verdades hegemônicas, que produzem uma estilização maciça de subjetividades.

Palavras-chave: Subjetivação; Sujeito Materno; Discurso; Maternidade

ABSTRACT: In our historical reality, we identified that there is an ideal model of motherhood rooted in sexist discourses, which works as a device of power when we analyze that, the conditions of emergence of this model of motherhood and the injunctions that stem from it in the process of maternal subjectivation, it is less a concern for the well-being of children, and more of a political project. At the same time, we have that this historical reality - which gave emergency conditions for this device - has been undergoing significant changes in its assumptions, so that maternal subjectivation is no longer the only form of personal fulfillment for women, in other words, is no longer the only way for women to become people. However, the experience of possible motherhood, subordinates' women to a subjective performance - pre-established relationships about what should be thought, said, seen and practiced, centralizing subject positions on them, which tries to address them to an overload of work and a progressive subjective and social erasure. Based on this understanding, we propose the thesis that, in the process of maternal subjectivation, the lines of subjectivity move between the estrangement and the normalization of sexist discourses, which address women to repositionings that socially weaken the way they experience themselves. and reinforce gender inequalities. Thus, the present study has the general objective: To analyze the subjective productions in movement in the experience of motherhood, from subject positions, actions and discursive effects in the process of becoming a mother, and how these have reverberated in the treatment of the self. This was an exploratory, cross-sectional study with a qualitative design, which allowed the analysis of subjective productions in motion in the experience of motherhood and the vicissitudes encountered by these mothers in this context. The surveys were carried out in the places proposed by the participants, considering the physiological and emotional condition of women-mothers and their children, mainly due to the limitations imposed by the social isolation experienced during the Covid-19 pandemic. This is a convenience sample (non-probabilistic), composed of 9 primiparous mothers with children between 1 year and 2 years old, married, aged between 24 and 35 years. A sociodemographic questionnaire was used and a semi-structured interview was carried out. The analysis of the data collected in the interviews was carried out from the Discourse Analysis, inspired by the Foucauldian contributions, outlining the relations produced from the normative practices and their discursive effects, we observed that the lines of subjectivation that work as a guide to action and subjectivity-forming fragments, move between the normalization of discourses with positions legitimized by sexist discourses, being able to address frameworks of understanding of reality based on the reproduction of these historical roots that only contribute to the perpetuation of relations of inequality, exploitation and oppression, and the estrangement of these discourses with insurgent positions, being able to address to frameworks of understanding of reality that maximizes the possibilities of conducting oneself in relationships with oneself in the experience of motherhood. I can conclude from this that the power relations that women establish with the lines of subjectivation of the maternal device, when analyzed with a view to understanding their tensions - between normalization and estrangement - with their respective effects, considering the historical constitution that made them emerge, it will be possible to build maternal conjugations that do not end in individual conflicts and ambivalences, that is, it will be possible to think of other forms of relationship with truths, other ways of being and acting that are not always reiterated by hegemonic truths, which produce a stylization mass of subjectivities.

Keywords: Subjectivation; Maternal Subject; Speech; Maternity

RESUMEN: En nuestra realidad histórica, identificamos que existe un modelo ideal de maternidad arraigado en discursos sexistas, que funciona como dispositivo de poder cuando analizamos eso, las condiciones de emergencia de ese modelo de maternidad y los mandatos que de él se derivan. En el proceso de subjetivación materna, es menos una preocupación por el bienestar de los niños y más un proyecto político. Al mismo tiempo, tenemos que esta realidad histórica -que dio condiciones de emergencia a este dispositivo- ha ido sufriendo cambios significativos en sus supuestos, de modo que la subjetivación materna ya no es la única forma de realización personal de las mujeres, es decir, ya no es la única manera de que las mujeres se conviertan en personas. Sin embargo, la experiencia de la maternidad posible, subordina a las mujeres a una actuación subjetiva -relaciones preestablecidas sobre lo que se debe pensar, decir, ver y practicar, centralizando en ellas posiciones de sujeto, que trata de dirigir las a una sobrecarga de trabajo y una progresiva borrado subjetivo y social. A partir de esta comprensión, proponemos la tesis de que, en el proceso de subjetivación materna, las líneas de subjetividad se mueven entre el extrañamiento y la normalización de los discursos sexistas, que dirigen a las mujeres a reposicionamientos que debilitan socialmente la forma de experimentarse y refuerzan el género. desigualdades Así, el presente estudio tiene como objetivo general: Analizar las producciones subjetivas en movimiento en la experiencia de la maternidad, desde posiciones de sujeto, acciones y efectos discursivos en el proceso de ser madre, y cómo estos han repercutido en el tratamiento del yo. Se trata de un estudio transversal, exploratorio, con diseño cualitativo, que permitió analizar las producciones subjetivas en movimiento en la experiencia de la maternidad y las vicisitudes encontradas por esas madres en ese contexto. Las encuestas se realizaron en los lugares propuestos por las participantes, considerando la condición fisiológica y emocional de las mujeres-madres y sus hijos, principalmente debido a las limitaciones impuestas por el aislamiento social vivido durante la pandemia de la Covid-19. Se trata de una muestra por conveniencia (no probabilística), compuesta por 9 madres primíparas con hijos entre 1 año y 2 años, casadas, con edades entre 24 y 35 años. Se utilizó un cuestionario sociodemográfico y se realizó una entrevista semiestructurada. El análisis de los datos recogidos en las entrevistas se realizó a partir del Análisis del Discurso, inspirado en los aportes foucaultianos, delineando las relaciones que se producen a partir de las prácticas normativas y sus efectos discursivos, observamos que las líneas de subjetivación que funcionan como guía para la acción y fragmentos formadores de subjetividad, transitan entre la normalización de discursos con posiciones legitimadas por discursos sexistas, pudiendo abordar marcos de comprensión de la realidad basados en la reproducción de estas raíces históricas que solo contribuyen a la perpetuación de relaciones de desigualdad, explotación y opresión. , y el extrañamiento de estos discursos con posiciones insurgentes, pudiendo dirigirse a marcos de comprensión de la realidad que maximicen las posibilidades de conducirse en las relaciones con uno mismo en la experiencia de la maternidad. De esto puedo concluir que las relaciones de poder que establecen las mujeres con las líneas de subjetivación del dispositivo materno, cuando son analizadas con miras a comprender sus tensiones -entre normalización y extrañamiento- con sus respectivos efectos, considerando la constitución histórica que las hizo emerger , será posible construir conjugaciones maternas que no terminen en conflictos y ambivalencias individuales, es decir, será posible pensar otras formas de relación con las verdades, otras formas de ser y actuar que no siempre son reiteradas por las verdades hegemónicas , que producen una masa estilizadora de subjetividades.

Palabras llave: Subjetivación; Sujeto Materno; Discurso; Maternidad

Lista de figuras

Figura 1. Linhas discursivas

SUMÁRIO

INTRODUZINDO PROBLEMATIZAÇÕES: REFLEXÕES E POTENCIAIS (DES) CAMINHOS NO PESQUISAR

1. TRAMAS HISTÓRICAS SOBRE A SUBJETIVIDADE DA “MULHER”: MARCAS DE UM DISCURSO SEXISTA.....	33
1.1 Figuras diferentes, discursos iguais: a culpabilização do corpo feminino como sede de todo o mal.....	35
1.2 Be(m) dita és tu entre (e para) às mulheres: a idealização do (corpo) feminino.....	46
1.3 Nem pecadora, nem santa, (e nem) feminista? Subjetivação (feminina?) em (des) organização.....	51
1.4 A super mulher (maravilha) da contemporaneidade: uma contra discursiva patriarcal capitalista.....	59
2 EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE NA CULTURA OCIDENTAL: UM EMPODERAMENTO COLONIZADO	67
2.1 O histórico poder civilizador e domesticador da experiência da maternidade no Brasil: a importância do período colonial	78
2.2 Dispositivo materno: da sujeição divina ao cuidado socialmente útil	82
3 O TRABALHO NÃO REMUNERADO COMO ESPAÇO NATURAL DE AÇÃO PARA AS MULHERES: UMA EXPERIÊNCIA DE SILENCIAMENTO	99
3.1 A experiência subjetiva do trabalho (remunerado) para as mulheres-mães na contemporaneidade.....	114
4 APROXIMAÇÕES A NOÇÃO DE SUBJETIVAÇÃO NO PENSAMENTO FOUCAULTIANO	123
4.1 Entendendo suas torsões: saber, poder e subjetivação	123
4.2 Os domínios do saber e do poder	127
4.3 Repensando a subjetividade com Foucault	142
4.3.1 A sexualidade como indicador dos problemas éticos da subjetividade na modernidade	146
4.3.2 Considerações sobre a constituição ética de si no pensamento foucaultiano: o “si” como objeto de cuidado	152
4.3.3 Implicações contemporâneas da ética do cuidado de si: podemos ser outros? ...	162
4.4 Os modos de subjetivação nas experiências de maternidades: os feminismos como práxis para novas relação de si consigo?.....	166
5 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS.....	184
5.1 Objetivo geral e específico	184
5.2 Tipo de estudo	184
5.3 Lócus	184
5.4 Amostras e mulheres	185

5.4.1	Sobre o acesso as mulheres de pesquisa	185
5.5	Produção dos Dados	188
5.5.1	Questionário sociodemográfico	188
5.5.2	Entrevista semiestruturada	188
5.6	Percursos éticos	188
5.7	Análise de dados.....	189
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	194
6.1	Linhas discursivas normalizadoras.....	195
6.1.1	Valorização maternidade como um sacramento constituinte da família.	199
6.1.2	Sentimentalização e naturalização feminina do cuidado	205
6.1.3	A possibilidade de redenção e realização	214
6.1.4	A economia do cuidado: entre os afetos sobreviventes ao patriarcado	219
6.1.5	Os privilégios de ser pai no dispositivo materno: da ajuda à inutilidade na economia do cuidado	224
6.1.6	Sujeitos normalizados ou conformados?	230
6.2	Linhas discursivas insurgentes	233
6.2.1	Da opção de ser mãe à negociação para se ter um filho	238
6.2.2	Problematizando ações discursivas tradicionais	242
6.2.3	Descontinuidades do empoderamento colonizado: Pra ter minha filha precisa ser assim?	250
6.2.4	Crítica da experiência (pessoal)	263
6.2.5	Trabalhar pode ser uma questão, não “a” questão	273
6.2.6	O desafio de não se perder de si: “você se perde muito, se perde como gente”	279
7	CONCLUSÕES, ENDEREÇAMENTOS E CONVOCAÇÕES.....	286

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

ANEXOS

INTRODUZINDO PROBLEMATIZAÇÕES: REFLEXÕES E POTENCIAIS (DES)

CAMINHOS NO PESQUISAR

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

Michael Foucault

A realização de uma pesquisa pressupõe o interesse por um tema a ser investigado, interesse que se constitui a partir de nossa história, que está impregnada de discursos que influenciam o modo como a realidade é percebida e como as situações vão sendo definidas (Foucault, 1997). Por isso é preciso se instrumentalizar de mais e melhores teorias para dar cabo de decodificar a realidade, uma vez que, a realidade não pode ser em si experienciada, mas ela tem a sua experiência mediada por alguma ferramenta, na maioria das vezes o discurso. Assim, nossa biografia vai fundindo-se com nossas teorias, de modo que, os temas e as narrativas que contamos a nós mesmos e aos outros ao longo de nossa história não são individuais, embora sejam singulares, são coletivas.

Neste sentido, o que instigou o início desse trabalho foi, antes de tudo, uma necessidade febril de escrever. Não escrever pelo simples ato em si, mas sim uma escrita impregnada por inquietações. Uma urgência de pensar e escrever sobre algo que, nos entremeios da vida, passou por mim e instalou uma convocação, escrever sobre as movimentações subjetivas no processo de tornar-se mãe, escrever *com mulheres* e para mulheres e homens, como uma esperança feminista.

Escrever para *reparar* os instantes que foram espoliados pelo patriarcado, e apreende-los no vivido com outros marcos de pensamentos e afetos. Escrever para *lembrar*, que tem um tipo de humano que conta a história única sobre quem nos antecede para nos definir. Escrever para *celebrar*, os pequenos e grandes avessos da sociedade patriarcal, como um caminho coletivo para

romper o sexismo e suas tramas de opressão em nós e nas outras e outros. Escrever para *aproximar* as mulheres das mulheres e descobrirmos juntas outras formas de viver sob o patriarcado – é uma prática de liberdade. Escrever para *desobedecer* a ordem imposta que excluiu e ainda exclui a maioria das mulheres de direitos básicos. Escrever para *acalentar*¹ as mulheres na desobediência da dependência servil cultural e religiosa a qual nos habituamos.

Parafraseando Foucault (2016), quando comecei a escrever não sabia realmente aonde isso levaria, nem em que ia dar, nem o que demonstraria. Só descobri o que tinha para demonstrar no próprio movimento da escrita, como se escrever fosse precisamente diagnosticar aquilo que eu queria dizer no exato momento em que comecei a escrever. Não havia uma tese a ser evidenciada, *a priori*, havia algo que me convidava a mudar drasticamente a automação sobre a conjugação do verbo *maternar* – que conseqüentemente mudou meu *pesquisar*.

As conjugações que eu tinha, eram fracas, estereotipadas, produzidos pela abjeção de quem teve o poder de imaginá-lo e normalizá-lo, como “*ser mãe é padecer no paraíso*”. Um discurso normalizador carregado de conjugações que são conflitantes, refletidas e/ou normalizadas por mulheres que vivenciam a chegada de um filho ou por aquelas que, por essas mesmas questões escolhem não ter um filho. Mas essa afirmativa é uma armadilha, o *padecer* tem mais a ver com a realidade histórica e as estruturas institucionais de o tornam concreto – real - e menos com uma realidade individual/privada das *mães*. Essa é uma armadilha porque joga para as mulheres a responsabilização de sobreviver a esse regime social que nos pune com violência e aliena com falsas glórias.

Debora Diniz, nos diz que imaginar é como antecipar novas crenças, entregar-se à possibilidade do encontro (Diniz & Gebara, 2022), no entanto, temos observado nas experiências de maternidades, uma máquina de reprodução de estereótipos ou um dispositivo que (intenta)

¹ Esses verbos são aqui conjugados como verbos feministas, no livro *Esperança Feminista* de Debora Diniz e Ivone Gebara (2020), elas apresentam um conjunto de verbos, revirando o sentido e pronunciando novamente em formato de dúvida, novidade e esperança. Dizem que um assombro “[...] a conjugação patriarcal naturalizada em nós [...] é preciso assombrar-se para distanciar do patriarcado e de suas tramas perversas [...]” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 8).

irrompe nossa imaginação, de modo que, o que encontramos são reproduções de posições e práticas normalizadas, *como se* o caminho a ser percorrido fosse *sempre o mesmo*, padecer!

Porém, nos processos de subjetivação, ainda que se busque percorrer *sempre o mesmo*, é possível encontrar pelo caminho o diferente, o insurgente; uma vez que, tornar-se sujeito nunca é um processo completo, afirma Foucault (1995). O sujeito é repetidamente constituído, e é justamente a possibilidade de repetição, que inclui o espaço para o diferente, que abre possibilidades para o estranhamento *do mesmo*, para o deslocamento *do mesmo* ou para a subjetivação *no diferente*.

Padecer no paraíso é uma interpelação patriarcal, e tem sido no percurso de responde-lo com as respostas certas que temos desimaginado nossas maternidades, por isso precisamos aprender, a perguntar nossas próprias perguntas. Diniz e Gebara (2022), nos dizem que os feminismos tem nos mostrados formas outras de perguntar, mas isso requer antes, um assombro a brutalidade e a banalidade que essa “simples” e antiga conjunção carrega. Partindo dessa compreensão, meus assombros iniciais, me levaram a questionar, porque o caminho para as mães é sempre “*padecer no paraíso*”? Ou será que nosso caminho – enquanto mulheres, tem sido sempre marcado pelo padecer, mas na maternidade seria a chance de padecer em algum paraíso? Ou será ainda que, com o padecer da maternidade, percebemos que antes, já tínhamos um paraíso? Mas ainda, por último, porque nós sempre temos que perder ou sempre nos tiram o paraíso particular de ser – com a chegada ou não de um filho?

Esses são alguns dos questionamentos que buscamos refletir nesse trabalho, para isso, objetivamos analisar as produções subjetivas em movimento na experiência da maternidade, a partir das posições de sujeito e ações discursivas no processo de tornar-se mãe, e como estas afetam o modo como as mulheres fazem a experiência de si. Considerando nesse empreendimento que, desde do século XVIII na Europa, passando pelo Brasil Colônia, as mulheres são interpeladas por linhas de forças que produzem uma certa subjetivação materna, antes mesmo de

nascерem, com a descoberta do sexo feminino um projeto de maternagem compulsoriamente já se inicia.

Logo, meu interesse de pesquisa localizava-se, inicialmente, na problematização dos discursos sociais e científicos que atribuem atualmente às mulheres, o papel de responsáveis pelo cuidado e criação dos filhos. Porém, no resgate da genealogia desses discursos, encontramos a *misoginia* - o ódio estrutural ao feminino que se desenha/va pela culpabilização e negação do desejo autônomo das mulheres. Assim, passamos a olhar e usar a história como meio de engajamento crítico com o presente, pesquisas históricas para construir “histórias do presente”, semelhante ao pensamento histórico elaborado por Foucault (2002).

Começamos por identificar que, em cada cultura, existe um modelo de maternidade – que por vezes é um modelo de parentalidade, que vai ganhando concepções ao longo do tempo e das diversas rupturas culturais, é uma realidade multimodal, um momento e um estado, um fato social, uma fonte da identidade feminina, o fundamento da diferença reconhecida (Forna, 1999; Batoner; 1985, Perrot, 2019). Na sociedade ocidental, a assunção de uma maternidade passa a ser promovida, constituindo-se um modelo ideal de maternidade (Badinter, 1985; Zanello, 2018), radicado nos discursos sexistas, “[...] que investe no corpo da mãe e faz do controle da natalidade uma questão em evidência.” (Perrot, 2019).

Segundo Badinter (2011) esse modelo é mais exigente do que nunca, mais ainda do que no século XX, tornando a maternidade “[...] um trabalho em tempo integral. Espera-se que hoje as mães dediquem a duas crianças tantos “cuidados” quanto antigamente, a seis” (Badinter, 2011, pág. 143). Para Zanello (2018), com esse modelo “[...] a subordinação das mulheres passaria assim mediante sua identificação total entre corpo (capacidade de procriar) e função social (maternar)” (Zanello, 2018).

Assim, nosso resgate histórico não foi uma inquietação em entender o passado, mas sim, um interesse crítico em compreender o presente, ou seja, em compreender as forças que deram causas as *nossas praticas parentais* atuais e identificar as condições históricas das quais elas

ainda dependem, como disse Foucault (2002), era traçar uma escrita histórica que abordasse o passado utilizando os conceitos e os interesses presentes. Os escritos de Valeska Zanello (2018) e Elizabeth Badinter (1985; 2011) foram determinantes nesse empreendimento, revelando como *a possibilidade de procriar e a criação dos filhos* foram capturados por uma racionalidade e agrupados, em um conceito artificial denominado *a maternidade ideal*, que amplia e mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese – discurso sexista e capitalista.

Por conseguinte, fomos compreendendo que a ideia de corpo materno, instinto materno, cuidado materno, seriam, “[...] como efeito ou consequência de um sistema de sexualidade em que se exige do corpo feminino que ele assuma a maternidade como essência do seu eu e lei do seu desejo” (Butler, 2003, pág. 138). Assim, a maternidade – ideal - é o nome que pode se dar a um dispositivo histórico que começou a ser organizado na Europa no século XVIII, a partir da problematização da maternidade pela via do amor “materno” e do cuidado – naturalmente disponível nas mulheres (Badinter, 1985).

Quando analisamos as condições de emergência desse modelo de maternidade e as injunções que dele decorre no processo de subjetivação materna, temos que, esse modelo, trata-se menos de uma preocupação com o bem estar das crianças, e mais de um projeto político. A criação dos seres humanos é o pilar da sociedade, e essa afirmativa não intentar elevar uma possível glória dessa função, e movimentar as produções discursivas sexistas que sacralizam a função materna, mas sim evidenciar que esse é um ato político, de responsabilidade das mães, pais, famílias, comunidade, sociedade e Estado.

No entanto, temos na nossa realidade histórica um dispositivo que torna essa responsabilização uma função social e moral das mulheres, operando em muitos níveis, desde a economia na diferenciação do emprego, salários mais baixos, emprego menos valorizados e menos oportunidade na carreira profissional, até na instituição familiar, a partir da configuração e organização do trabalho doméstico (André, 2019; Federici, 2019). Ao mesmo tempo, temos que, essa realidade histórica – que deu condições de emergência para esse dispositivo - vem

sofrendo mudanças significativas em seus pressupostos, de modo que, a subjetivação materna não é mais a única forma de realização pessoal para as mulheres, melhor dizendo, não é mais o único caminho para as mulheres tornarem-se pessoas.

Essas mudanças, refletem os deslocamentos quem vem ocorrendo desde séculos XX, novas narrativas filosóficas desaromatizam a ideia de harmonia entre homem-mulher, masculino-feminino, dominado-submisso trazendo problematizações para pensarmos que talvez essa junção não seja assim tão harmônica, mágica e estável, colocando em discurso os conflitos presentes nos jogos de força que constituem as relações sociais e as instituições (Foucault, 1988; 1995; Beauvoir, 1949; Badinter; 1985; Hooks, 1984). E em última instância, desaromatiza o mito que produz uma junção harmônica que poderia gerar filhos, um núcleo estável e saudável que seria a base da sociedade patriarcal (Homem, 2020).

A descontinuidade dessa realidade histórica ganhou condições de emergência no campo discursivo, como também no campo social em razão de diversas lutas sociais contemporânea, lutas contra formas de opressão, que podem ser étnicas, sociais e religiosas, lutas contra formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que produzem e lutas “ [...] contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, desse modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão)” (Foucault, 1995, pág. 278).

Segundo Rosiska Darcy de Oliveira (1991), com participação ativa nessas lutas, os movimentos feministas instauram uma releitura das relações humanas em função de um projeto que articule de maneira originaria as relações do público e do privado, do íntimo e do político. Isso significou, rever o lugar do trabalho na existência cotidiana de homens e mulheres, redefinir o político, interrogar a ciência pelo viés da desconstrução e da invenção da linguagem (Oliveira, 1991).

No balbuciar de uma linguagem, às vezes ininteligível, feita mais de silêncios e de escuta que de expressões codificada, o Feminino emerge como esforço da alteridade, de reconhecimento de lugares outros onde o humano possa contemplar sua existência,

imaginar diferente, conceber-se novo, mesmo se o novo busca sua seiva no que parecia passado (Oliveira, 1991, pág. 16)

Para a autora, a desconstrução das convicções sobre o Feminino como um lugar de inferioridade na relação com os homens, aconteceu em ritmo acelerado no fim do século XX, buscava-se um *continuum* em que o corpo, cultura, história e lugar social interagissem, o que comportava inserção e configurações insólitas. Neste movimento, antes de mais nada, há um movimento de autoria do feminino, ou seja, um movimento da linguagem para dizê-lo longe do eterno feminino, uma invenção que lhe permita “[...] exprimir-se sem fechar-se na lógica das definições que, entretanto, são incessantemente exigidas das mulheres” (Oliveira, 1991, pág. 13), finaliza a autora, afirmando que, esse movimento quebrou o mecanismo mais confortável do pensamento, o que define alguma coisa pelo seu contrário, pelo seu avesso.

Segundo Ivone Gebara (2022), estamos vivendo uma *revolução antropológica*, e as teorias feministas tem grande contribuição nesse movimento. Trata-se uma revolução que intenta repensar a cultura, a violência e a diferença, uma revolução na compreensão do ser humano. Ivone esclarece que, não se trata de uma revolução com armas, trata-se de *revolver* a nossa antiga compreensão filosófica que hierarquiza e exclui. Diz ela, que, é como se a gente precisasse plantar uma semente e a terra tivesse tão habituada a dureza e que para poder plantar a semente a gente tivesse que pegar enxada e revolver a terra para aparecer um pouco de terra mais úmida.

Neste cenário, estamos vivendo constantes lutos e lutas de várias práticas discursivas², um *continuum* de *des-re-contruções* de um outro modelo de sociedade, a partir de deslocamentos³ sobre o que seria *sexualidade, corpo, gênero, relações sociais de sexo/gênero – igualdade e/ou*

² Foucault (1978), tratam-se das atividades desenvolvidas nas relações cotidianas construídas por múltiplas vozes da ciência sistemática, como dos saberes assistemáticos do senso comum vigentes numa determinada época, ou seja, produzidas nas relações concretas de poder.

³ ³ Scavone (2004), apresenta uma compilação de artigos produzidos nas últimas décadas, refletindo sobre os questionamentos que foram se formando no interior dos movimentos feministas contemporâneos, questionamentos mais profundos sobre as relações dos homens e as mulheres não só no espaço público, mas sobretudo no espaço privado, reflexões que privilegiam: o significado da maternidade, a relação conjugal no espaço doméstico e a violência contra as mulheres. Este foi um dos grandes avanços e contribuições dos feminismos contemporâneos, ao considerar que as desigualdades entre os sexos só poderiam ser compreendidas e superadas se fossem, também, consideradas as relações de dominação e poderes que se constroem no espaço privado.

diferença, entre outros, colocando em xeque as condições de produção de objetos e sujeitos, ao ampliar e diversificar a produção temática, conceitual e analítica de fenômenos como a *maternidade* e a *situação social das mulheres* (Rago, 2013).

[...] os feminismos criaram modos específicos de existência mais integrados e humanizados, desfazendo as oposições binárias que hierarquizam razão e emoção, público e privado [...]. Inventaram eticamente, ao defenderem outros lugares sociais para as mulheres e sua cultura, e operaram no sentido de renovar o imaginário político e cultural de nossa época

Segundo Maria Homem (2021), os discursos sobre feminilidade, feminino e mulher encontram-se em movimento dentro de um caldeirão de debates que vem há séculos com deslizamentos metonímicos do lugar reservado as mulheres na organização social. No entanto, esse debate não significa uma guerra dos sexos ou homens contra as mulheres, trata-se de repensar a lógica patriarcal como ordenador da tecitura social, o que tem causado conflitos, conturbações e incertezas, desde de questões simples como “quem vai pagar a conta?”, às questões imensas como “quem vai parir? Quando a gente fala de partos de pessoas trans”, estamos presenciando a construção de um outro universo simbólico, a partir de inúmeros micros deslocamentos.

A saída das mulheres da clausura da linguagem e de um pensamento que as pensava e as descreviam, trouxe o custo de se perder. Certezas milenares foram sendo dissolvidas, as mulheres precisaram sentir o chão fugir dos seus pés, e não houve outra saída senão assumir uma possível e inédita autoria do Feminino. Segundo Oliveira (1991), essa autoria ocorreu quando elas não se reconheciam mais em imagens, vivências e representações que ecoavam o “eterno feminino” dos poetas, e quando assumiram uma travessia de estranhamento, ambiguidade como preço de experiências desejadas, mas temidas ao mesmo tempo, e isso significou encarar o vazio como ponto de partida.

No final do século XX, como ensaiou descrever Oliveira (1991), esse feminino autoral já estava em curso como um processo profundo de desorganização, que mudou o lugar social das

mulheres, mudou sua experiência do mundo, mudou os modos de fazer a experiência de si. No entanto, se por um lado, herdamos uma heterogeneidade discursiva que já delineia um feminino mais autorial, que defende uma igualdade inédita, que em graus diferentes, já está normalizada para nossa geração. Por outro, essa busca pela igualdade deu-se como uma incursão ou uma passagem para o mundo dos homens, ou seja, adotando estilos de vida masculino sem que os homens se “feminizassem”.

O que significou adotar estilos de vida masculino? Primeiro, desde o início os feminismos se polarizaram entre aquelas que queria apenas reformar o sistema existente, enfatizando uma igualdade de gênero - mulheres ter os direitos que os homens já tinham. E os feminismos que queriam transformar o sistema para acabar com o patriarcado. Qual ganhou mais atenção? A visão reformista, “a noção de “liberdade da mulher” que pegou – e ainda está no imaginário público – era aquela que representava mulheres querendo o que os homens tinham” (Hooks, 2020, pág. 21). Essa era a ideia mais fácil de realizar, e ainda garantia a manutenção sistema patriarcal e o lucro capitalista (Hooks, 2020; Federici, 2019).

Segundo as autoras supracitadas, quando as mulheres começaram a adquirir poder, lê-se, quando começaram a poder trabalhar remuneradamente, sobretudo as brancas privilegiadas, essa conquista não significou uma mudança significativa no sexismo internalizado, de modo que, foram acrescentados outros “papeis” para as mulheres, e os tradicionais não foram subvertidos. A mulher-mãe, deu lugar para a mulher-mãe-esposa- profissional, “[...] a mulher, assim, tem que operar um tratamento de si, um cuidado de si para se manter como objeto de desejo, que implica comer bem (e pouco), ir à academia, cuidar do cabelo, das unhas, da pele” (Homem & Calligares, 2019, pág. 80).

Os processos de subjetivação femininos sofreram transformações, sem que o masculino fosse afetado em seus fundamentos, uma das principais razões que persiste até os dias atuais é um desalinho entre a igualdade formal, a equidade formal e a prática de todos os dias,

especialmente no que diz respeito às vidas privadas. Segundo Badinter (2005), nesse processo de (des) organização do feminino, a maioria das mulheres não estariam interessadas nas batalhas ideológicas que os discursos feministas levantam, mesmo sendo as mais prejudicadas, “[...] para a maioria das mulheres, só pode haver melhoria em situações através de uma conquista de igualdade que não ponha em perigo as relações com os homens.” (Badinter, 2005, pág. 145).

Esse caminho alternativo ou reformista, de fato pode ser explicado por diversas questões, uma delas, sem dúvidas, é que uma má relação com os homens, significa estarem ainda mais vulneráveis à fome, à violência e à morte. Além disso, o sexismo internalizado, torna esse caminho o mais fácil a ser percorrido, a questão é que, o sexismo internalizado delas limita as formas de resistir as opressões que sofrem, e impede de desafiar o sexismo institucionalizado que garante aos homens privilégios, ou seja, as opressões de um lado é o que sustenta os privilégios do outro, e “[...] não se arrancam privilégios do grande senhor sem resistência e sem ranger de dentes [...]” (Badinter, 2005, pág. 145).

Enquanto nos desorganizamos, os homens enquanto grupo, se organizam “[...] como vítimas de uma evolução que lhes foi imposta e de uma acusação injusta [...] os homens fingem esquecer que conservam zelosamente o poder que condiciona todos os demais, a saber, o poder econômico e financeiro.” (Badinter, 2005, pág. 149). Nesse jogo de forças persiste uma peça importante que vai seguindo sorrateira até a chegada de um filho: o dispositivo da maternidade e à dominação masculina a sua espreita.

Esse dispositivo, tem como base, uma economia do cuidado, sobretudo do cuidado parental – que se desdobra no trabalho de manutenção do lar, localizada como da ordem privada, feminina e com recorte de classe social e raça/etnia; e os homens como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam deste dispositivo materno, porque ele assegura a manutenção do *status quo*, ficando-os assim, ausentes da auto responsabilização no processo de transformação

social e subjetiva, principalmente no que se refere a criação dos filhos (Zanello, 2018; Hooks, 2020).

Segundo Silvia Federici (2019) e Bell Hooks (2020), para as mulheres mais jovens, brancas, solteiras e sem filhos, essa não é uma problemática atual, porque elas têm possibilidades diferentes de se relacionarem com os papéis tradicionais, ou seja, com essa economia do cuidado, de modo a não compreenderem como problemáticos, ou seja, não compreenderem que é na manutenção deles que está nossa maior exploração (Federici, 2019). Como afirma Hooks (2020) “[...] ser vítima de um sistema explorador e opressor e até mesmo resistir a ele são significa que entendemos por que ele existe ou como muda-lo.” (Hooks, 2020, pág. 44). Ou ainda, resgatando uma afirmativa de Foucault, “[...] as pessoas sabem o que fazem; frequentemente sabem porque fazem o que fazem, mas o que elas não sabem é o que faz aquilo que fazem [...]” (Dreyfus & Rabinow, 1983, pág. 197)

Essas problematizações ganham espaços, na experiência da maternidade, quando, nos processos de subjetivação normalizados, as experiências são enredadas por todo um dispositivo sexista que centraliza sobre elas posições de sujeito, que intenta endereça-las para uma sobrecarga de trabalho e um progressivo apagamento subjetivo e social. É nessa realidade subjetiva que, as mulheres percebem que, acreditavam estar caminhado numa igualdade de gênero, mas com frequência descobrem que ao ter um filho recém-nascido, são jogadas de volta a regras sexistas que desconheciam, que desconheciam enquanto problemática ou acreditaram estarem superadas.

Renata Corrêa (2022) fala que atualmente mulheres ao se tornarem mães “[...] se chocaram com uma opressão estrutural de maneira que nunca perceberam antes. Que viram seus companheiros, antes tão modernos, [...] se beneficiando dos mesmos privilégios de seus pais e avôs provedores [...]”. Percebem um cenário onde, passaram por uma transformação brutal e eles

se mantiveram na margem, criando espaços que limitavam o potencial criativo, humano e de felicidade das suas companheiras.

Com essa (des) organização dos modos de subjetivação movimentados com os femininos, o processo de subjetivação materna, se configura como um movimento de negociação com uma dinâmica de vida, por vezes estranha, onde todo um regime relações são postas à prova, inclusive a relação consigo mesmo enquanto sujeito, os modos de fazer a experiência de si para além do sujeito materno idealizado, ou seja, essa experiência não só se configura pelas diversas variações corporais e físicas, mas de reposicionamentos subjetivos em relação a uma formação histórica que está em descontinuidade, principalmente com relação ao feminino e masculino.

A heterogeneidade discursiva que os feminismos movimentaram, inaugurou para os sujeitos não apenas outras relações humanas, baseadas nas ideias de igualdade e equidade de direitos em detrimento das ideias de submissão e inferioridade, mas sobretudo, inauguram para as mulheres processos de subjetivação marcados pelo *autocentramento*, ou seja, processos de subjetivação que as colocam no centro das suas escolhas, que por séculos eram processos possíveis apenas aos homens. No entanto, no processo de subjetivação materna, elas encontram no intercruzamento de dizeres, convergências de impulsos contraditórios, de modo que, os processos de subjetivação vão sendo marcados entre as tensões do *heterocentramento*⁴ dos discursos sexistas e o *autocentramento* os discursos feministas.

Partindo dessa compreensão, propomos a tese de que, no processo de subjetivação materna, as linhas de subjetividade se movimentam entre o estranhamento e a normalização dos discursos sexistas, que endereçam as mulheres a reposicionamentos que socialmente, fragilizam o modo como fazem a experiência de si e reforçam as desigualdades de gênero.

Importa pontuar que, os sujeitos discursivos presentes neste trabalho não são *as mulheres* enquanto sujeitos psicológicos, mas enquanto posições sócio-históricas das quais enunciam sobre

⁴ Colocar o outro como centro das suas escolhas e validação subjetiva, como se doar para cuidar do outro, se doar para ser validada pelo outro como caminho de subjetivação (Zanella, 2018).

um acontecimento da sua vida, permitindo assim explorar não só a rede de poder opressora, como também, as estratégias de resistência encontradas pelos sujeitos na experiência de *tornar-se mãe* atualmente.

Com esta pesquisa, buscamos contribuir não apenas com a descrição e problematização do tempo presente e do campo da psicologia em diálogo com o acontecimento da maternidade, mas também com uma reflexão sobre os modos de subjetivação atuais. Trata-se menos de pensar **quem** são as mulheres-mães, para pensar **como** estão sendo produzidas experiências subjetivas para as mulheres. O que o dispositivo materno convoca as mulheres a fazerem de suas existências? Não há indagações identitárias, mas sim éticas.

Disto isto, é importante ressaltar que, o recorte realizado, de certo, não intenta tratar esses discursos como hegemônicos sobre os diversos sujeitos maternos, e as diversas realidades das mulheres. O intento, seria refletir esse universo discursivo, o que nos possibilitou apreender o relativo, a algumas normalizações e inquietações, alertando-nos sobre algumas questões que envolvem o (des) encontro com a maternidade em meio a revolução antropológica que nos encontramos.

No primeiro capítulo deste trabalho, intitulado “Tramas históricas sobre a subjetividade da “mulher”: marcas de um discurso sexista”, busco discutir criticamente as formas de assujeitamento que conformam historicamente as experiências subjetivas do “sujeito feminino”. Sendo assim, o objetivo deste capítulo é problematizar como os discursos foram se constituindo, se organizando e fabricando temas e produzindo verdades, sobre o feminino que normatizaram os modos de nos tornarmos mulheres.

No segundo capítulo, construo uma aproximação com algumas questões históricas acerca do que tornou possível o surgimento do acontecimento maternidade nos moldes atuais. Trago algumas referências históricas que marcam, constroem e engendram sentidos específicos ao sujeito mãe, a partir da produção da maternidade como um dispositivo. Embasando-se nestas

referencias, construo o argumento de que tanto experiência materna quando o sujeito mãe são efeitos de discursos e de contingências sociais, culturais e econômicas, pontos cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Como veremos esta experiência apresenta em si mesma sua própria historicidade, com condições concretas que permitiram a conformação de um tipo de verdade sobre esta experiência normalizando-a.

No terceiro capítulo, são discutidas as diferenças nos endereçamentos históricos sobre o trabalho das mulheres, colocando o trabalho não remunerado como espaço natural de ação para as mulheres, uma experiência de silenciamento. Este capítulo intenta apresentar que, as mulheres e suas experiências de trabalho foram sendo silenciadas na história como mero apêndice na vida dos homens e da família. Apresenta ainda, um tópico sobre “A experiência subjetiva do trabalho (remunerado) para as mulheres-mães na contemporaneidade”.

No quarto capítulo, dialogo com a perspectiva foucaultiana trazendo ao nosso texto conceitos, problematizações e perspectivas que animam a nossa pesquisa, a partir dos seguintes tópicos: “Primeiras aproximações a noção de subjetivação no pensamento foucaultiano: explicando suas torsões”, “Os domínios do saber e do poder”, “Repensando a subjetividade com Foucault”, “A sexualidade como indicador dos problemas éticos da subjetividade na modernidade”, “Considerações sobre a constituição ética de si no pensamento foucaultiano: o “*si*” como objeto de cuidado”, “Implicações contemporâneas da ética do cuidado de si: *podemos ser outros?*”.

No quinto capítulo, esclareço de onde parto teórico-metodologicamente na construção e análise dos meus objetos de pesquisa, levamos o leitor a uma incursão pelo processo de construção do *corpus* de pesquisa, através de uma narrativa de todos os passos e desafios envolvidos. No sexto capítulo, analisamos o *corpus* de pesquisa a partir tanto do seu contexto sócio-histórico quanto a partir de nossa perceptiva teórico-metodológica que busca pensar sobre as relações de poder-saber que os discursos colocam em movimento. Foi possível alinharmos

unidades de análises, denominadas de *Linhas discursivas normalizadoras*, onde discutimos sobre as formações discursivas que intentam inscrever e circunscrever uma subjetividade normatizada para as mulheres na experiência da maternidade, por meio de diversos jogos de forças, aqui em especial, aqueles agenciados pelo dispositivo materno. E *Linhas discursivas insurgentes*, onde discutimos sobre as formações discursivas que não somente retomam o “já-dito”, mas que também, (se) projetam em outros sentidos, que tangenciam posições de sujeito outras, possíveis e diferentes, para os sujeitos se subjetivarem na experiência da maternidade, *esperançando* movimentos do irrealizável para o possível, do não-sentido ao sentido.

1. TRAMAS HISTÓRICAS SOBRE A SUBJETIVIDADE DA “MULHER”: MARCAS DE UM DISCURSO SEXISTA

*[...] é preciso a cada instante, passo a passo,
confrontar o que se pensa e o que se diz, com
o que se faz e o que se é.*

Michel Foucault

Início a reflexão sobre o tem proposto preocupada em não reproduzir mais uma vez na história da escrita acadêmica universalizações que suprimam experiências de mulheres pobres, negras, indígenas, lésbicas, trans, etc., ao generalizar o termo “mulher”, como se este denotasse uma identidade e comum, em termos estáveis e permanentes. Atenta de que, como nos adverte, Judith Butler (2003), mesmo no plural o termo *mulheres* carrega problemáticas e pontos de contestação, uma vez que “ser mulher” certamente não é tudo o que esse alguém é, além disso, nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes momentos históricos, a depender das intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas.

Quando intento escrever sobre *mulheres*, não trato de uma leitura essencialista, invocando os escritos de Valeska Zanello (2018), intendo usar estrategicamente o binarismo, para auxiliar na problematização de estruturas presentes nos processos de tornar-se mulher na nossa cultura, a qual tem o gênero como fator estruturante, de modo que tornar-se pessoa é tornar-se homem ou mulher. Assim, ao tentar falar sobre mulheres neste capítulo, busco descrever criticamente as formas de assujeitamento que conformam historicamente as experiencia subjetivas do “sujeito feminino”, “[...] a crítica do sujeito não é uma negação ou repúdio do sujeito, mas uma forma de interrogar sua construção como premissa fundamentalista ou dada de antemão [...] (Butler, 1998, p. 19).

Assim, ressalto que não há a pretensão de um levantamento exaustivo desta produção discursiva, mas pontuar algumas questões que me parecem fundamentais para o debate. Sem sombra de dúvida os lugares que me constituem, enquanto mulher parda, nordestina, solteira, sem filhos, sem deficiência, feminista, psicóloga social, pesquisadora e cidadã, afetam os trilhos da escrita, podendo trazer limitações quanto as diversas facetas que atravessam as mulheres, sobretudo em termos de interseccionalidades.

No ato que me reconheço sob estas diversas identificações, dentre elas feminista e psicóloga social, estou expressando também minha posição teórica, meu entendimento de que nenhuma ciência é neutra. Como assegura Foucault (1988), não há saber neutro, todo saber é político, desse modo, busco a produção de um discurso que contribua academicamente, mas sobretudo, politicamente com um “mundo” mais plural e contra hegemônico. Sendo assim, o objetivo deste capítulo é problematizar como os discursos foram se constituindo, se organizando e fabricando temas e produzindo verdades, sobre o feminino que normatizaram os modos de nos tornarmos pessoa, nos tornamos mulheres.

A história, assim como a psicologia não é uma construção apolítica, não posicionada, mas encontram-se atravessadas por relações de poder. Sobretudo quando identificamos que, a história e a ciência, sempre foram profissões de homens escrevendo sobre homens, propagando um universalismo, no qual o “nós” era o masculino⁵, sendo assim a história sobre as mulheres sempre esteve à sua margem e a história⁶ das mulheres silenciadas. Sem direito à palavra e à defesa, os homens descreveram as mulheres dentro de lugares como: a sedução impura e a necessidade de

⁵ Esse modo de produção que acompanhou/a a ciência, não era/é apenas androcêntrico, como ideológico, racista e sexista, e foi sendo denunciado e exposto pela crítica feminista, ao questionar de maneira contundente, o modo dominante de produção de conhecimento pensado e praticado no masculino. Como assegurou a historiada e feminista Margareth Rago (1998, pag. 03) o “[...] conceito universal de homem, que remete ao branco/heterossexual/civilizado/do primeiro mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência.” Como efeito discursivo, observamos que as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação as femininas, e estas últimas reduzidas a servidão e submissão.

⁶ Segundo Silvia Federici (2017), quando a história das mulheres ganha espaço, seja a partir da produção acadêmica de mulheres ou o a partir do olhar sobre a história por um ponto de vista feminino, houve um movimento de redefinição de fundamentos, das categorias históricas aceitas, e uma visibilização das estruturas sociais de dominação e exploração.

controle e/ou “celebração” da maternidade, entre outros. Enclausurando-nos em modelos de feminilidade para impor ou incitar as formas de ocuparmos, lermos e interpretarmos o mundo social, para assim, tornarmos *suas* mulheres, belas, recatadas e do lar.

1.1 Figuras diferentes, discursos iguais: a culpabilização do corpo feminino como sede de todo o mal

Quem come do fruto do conhecimento

é sempre expulso de algum paraíso

Melanie Klein

Somos incitadas a encarar a história como algo ligado a informações, fatos, grandes acontecimentos e deixamos de vê-la em relação aos jogos discursivos e seus os silêncios, ou seja, deixamos de analisar quem a história convoca a ocupar o lugar de protagonismo e quem essa silencia. Michelle Perrot (2019) uma historiadora e grande pesquisadora da história das mulheres, situa as tramas que silenciaram e invisibilizaram as mulheres na história ou a história das mulheres.

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis [...]. Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. (Perrot, 2019, p. 17).

Além disso, a historiadora segue discutindo que por outro lado, os observadores ou aqueles que “contavam” as histórias, que seriam em sua maioria homens, guiavam-se por estereótipos, assim como as imagens produzidas por eles que “[...] nos dizem mais sobre os

sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas [...] em vez de serem descritas ou contadas [...]” (Perrot, 2019, p. 17), estas seriam algumas das razões para os silêncios e as obscuridades envolta do lugar das mulheres na história, que por um longo período de tempo precisaram ser “[...] piedosas ou escandalosas para existir. (Perrot, 2019, p. 18).

Daí que o pensamento foucaultiano nos convoca a pensar a história como uma erupção de acontecimentos, que não tem entre eles relação de causa e efeito. São acontecimentos dispersos e que passam a serem racionalizados entre si pelas práticas de saber e poder, por isso é preciso prestar atenção ao discurso, a maneira como um objeto histórico é produzido e a sua narrativa. Quando revisitamos a história sobre as mulheres, a partir de um olhar atento, observamos uma narrativa que teria diversas possibilidades de dizer algo sobre estas, mas escolheu sem pudor priorizar acontecimentos em favor da dominação masculina, transformando-os em discursos de verdade sobre o corpo⁷ feminino. Como veremos “[...] a história mostra que não é necessário ter uma boa desculpa para que o assassinato de uma mulher seja considerado legítimo.” (Graham, 2021, pág. 88).

Desde os tempos mais remotos o olhar sobre o feminino foi o olhar sobre um corpo, a imagem mais antiga e emblemática sobre o feminino na história é a *Vênus de Willendorf*, uma peça anterior a escrita, ao estado e a família, como apresenta o historiador Leandro Karnal (2019). Nela, o corpo feminino esculpido, traz como destaque símbolos da fertilidade, e em contraste, seus braços são delicados e praticamente despercebidos, e não apresenta rosto aparente, evidenciando que a mulher é para a nossa cultura um corpo.

Esta argumentação ganha força quando se problematiza o discurso que se construiu envolta da *Vênus de Willendorf*, que é uma estátua do período paleolítico, porém encontrada séculos depois, quando se havia instaurado uma “tradição” de nomear todas as estátuas

⁷ No livro *Calibã e a bruxa* (Federici, 2017), a autora mostra como o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, ao teorizar que na sociedade capitalista o corpo feminino é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência. O corpo feminino tem sido forçado a funcionar como um meio para reprodução e acumulação de trabalho.

paleolíticas obesas encontradas, com o nome de Vênus. Em referência irônica a imagem da deusa Vênus clássica que era alta e esbelta, tinha seios menores, um ventre menos protuberante, ou seja, tinha como atributos principais a beleza, feminilidade e fertilidade, ocupando no imaginário social o modelo dos atributos que uma mulher deveria ter. Em contraste, a *vênus de Willendorf*, era considerada uma imagem jocosa e negativa, diante dos padrões clássicos, uma vez que não era nem bela nem atraente sexualmente, seria uma antivênus (Carvalho, 2012).

Neste contexto mítico, a autora supra citada também discute sobre o mito do Julgamento de Paris, considerado o primeiro concurso de beleza. Neste ver-se um homem mortal, com poder de julgar três deusas entre elas a Vênus Afrodite. As deusas haveriam oferecido suborno a Páris, uma ofereceu poder, outra sabedoria e a Vênus Afrodite ofereceu dar-lhes o amor da mulher mais bela, caso fosse a vencedora. Em razão disso Paris escolhe Vênus Afrodite, que cumpre a promessa e dar-lhe o amor da bela Helena, que se torna amante de Paris – que depois originaria a guerra de Tróia. A escolha de Paris reforça o estereótipo de que, o que determina o quanto uma mulher pode ser desejável é a beleza física. Servindo também de reflexão a respeito da posição das mulheres nas relações com os homens no mundo ocidental, onde os homens seriam aqueles que *agem* e as mulheres as que *aparecem*. Além disso, trata-se de reforçar o discurso de que as mulheres tinham potencial para causar conflitos e infelicidade a sociedade.

Aliada com estas concepções, foi-se construindo ao longo dos séculos, uma narrativa de que o corpo feminino era a sede do mal, ou seja, a narrativa *sobre* o feminino não apenas estruturou-se a partir da negação da existência autônoma das mulheres como sujeito ativo, mas principalmente, estruturou-se a partir de uma aversão ou ódio ao feminino que, ao longo do tempo, ocupa-se do controle à sexualidade e ao potencial reprodutivo das mulheres, sobretudo das mulheres negras - extremamente útil para as lógicas de uma cultura misógina (Homem &

Calligaris, 2019). Como aponta, Karnal (2019) o preconceito com a mulher⁸, a misoginia, é o mais sólido, mais histórico, arraigado e definidor de todos os preconceitos da espécie humana.

O ódio estrutural ao feminino, a misoginia, sobretudo na cultura ocidental, foi meticulosamente inserida no imaginário social a partir de figuras aparentemente contraditórias de mulheres, alternando entre demonização e veneração, servindo para justificar as desigualdades de gênero, as hierarquias sociais, as opressões e o lugar social das mulheres (Calligaris & Homem, 2019; Schreiner, Monteiro, Souza & Candiottto, 2019). Mas sobretudo, para impor ou incitar as mulheres modos de subjetivação, a partir de verdades sobre seus corpos e sua natureza, projetando imagens “do que a mulher é e do que deveria ser”. É preciso atentar-se, como movimenta o pensamento foucaultiano, que não há correspondência no real, da verdade que esse discurso de profere, justamente porque essa verdade é produzida a partir de práticas do exercício do saber e poder. Essa verdade diz respeito a um sujeito que de fato não existe, como por exemplo, o sujeito feminino de essência pecadora, só existe dentro de um discurso de verdade que antes cria e materializa algo como, o pecado original.

Assim, a tradição judaica cristã tem contribuição decisiva para a naturalização da inferioridade feminina, os textos bíblicos estão repletos de exemplos negativos à figura feminina, um dos mitos mais antigos, conhecido e duradouros é o *mito de Eva*⁹ e a *expulsão do paraíso*. Eva, que vem do hebraico, significa *vivente ou a que dá vida*, seria a primeira mulher, esposa de Adão e mãe dos viventes (Jesus, 2010). Esse mito relata, enfatiza o modo como Eva foi criada, e a sua participação na tentação de Adão e a consequente punição a toda humanidade (Gevehr & Souza, 2014). Eva recebeu seu castigo, conforme as palavras de Deus “Vou fazê-la sofrer muito

⁸ Simone Beauvoir (1970), no livro *O segundo sexo*, robustece essa afirmação quando nos explica que não houve momento histórico em que a mulher tenha ocupado lugar prioritário na sociedade, nem nos períodos onde a maternidade era vista como principal objetivo da humanidade, ao contrário disso, no decorrer dos milênios estruturou-se uma naturalização da inferioridade feminina, uma das mais eficientes construções sociais, reforçada através de mitos, contos e principalmente da religião.

⁹ Mito de Pandora é uma versão diferente da primeira mulher a habitar a terra e sua desobediência resultou em catástrofe, com narrativa semelhante ao mito de Eva.

em sua gravidez: entre dores, você dará à luz seus filhos; a paixão vai arrastar você para o marido, e ele a dominará” (Gêneses 3:16).

Assim, como nos disse Foucault (1997), quando nos aproximamos dos discursos podemos identificar quais narrativa a história coloca como protagonistas e quais são silenciadas, um exemplo é a figura de Lilith no mito da criação. Laraia (1997), realiza um trabalho, retomando os textos bíblicos de Gêneses, buscando demonstrar que através dos tempos, os editores procuraram adequá-lo aos valores morais e culturais de suas respectivas épocas. A autora apresenta trechos que foram extirpados das sucessivas edições do discurso mítico, encontrando afirmações categorias que contradizem a versão mais difundida, de que o homem foi criado antes da mulher.

Segundo a autora, estes trechos apresentam diferentes interpretações, dentre elas há a versão de que Deus teria criado um casal. Adão e Lilith, a qual não se submeteu a dominação masculina, e sua forma de reivindicar igualdade foi recusando-se as formas de relações sexuais com o homem por cima. Diante disso, fugiu para o mar vermelho e foi transformada em um demônio feminino, havendo assim a necessidade da criação de Eva. Os aspectos que constituem a narrativa da criação de Lilith, como nos assegura Laraia (1997), não eram coerentes com os valores morais, vindo a desaparecer das principais narrativas associadas ao feminino. Enquanto o mito da criação de Adão e depois Eva, permaneceu porque serve para legitimar os lugares de inferioridade impostos a mulher ao longo do tempo como veremos.

Neste mito, Eva nasceu da costela de Adão, não sendo imagem e semelhança de Deus, como era Adão. O que para a igreja e sociedade justificava, que a mulher deveria ser submissa ao homem, pois foi criada da sua carne para servi-lo. Outro ponto extremamente importante, se refere ao “lugar” que deu origem ao corpo de Eva, que teria sido um osso curvo da costela, em decorrência disso, o espírito da mulher revelava esse desvio natural, sendo traiçoeira desde a sua origem. Os discursos que endossam esse mito repercutem de maneira devastadora para a

manutenção da violência e opressão que as mulheres vivenciam diariamente até os dias atuais, basta analisar as discussões, seja da mídia ou do judiciário, sobre os casos de feminicídios, violência doméstica ou estupro que as mulheres são vítimas.

Por conseguinte, é importante perceber a narrativa contundente que foi mobilizada nestas formulações: a culpabilização do corpo feminino como instrumento do pecado, apresenta uma ideia de “corpo feminino¹⁰” anterior ao discurso, numa perspectiva essencialista, que anula as construções simbólicas e culturais dos agentes em suas experiências, como nos esclareceu Butler (2003), está é uma tática que amplia e mascara as relações de poder que nos fazem pensar o discurso como reflexo da realidade e não como prática instituinte. Ou seja, buscava-se tornar impossível que no interior da estrutura proposta deste corpo, houvesse uma significação aberta à variabilidade cultural, seja como efeito ou consequência de uma organização historicamente específica de poder. Nestes termos, o corpo feminino por séculos correspondeu ao lugar de todos os perigos e as mulheres situadas como o objeto simbólico do mal. Pois, Eva, para além de tentar Adão, trazia consigo a volúpia, levando-a a transgredir pelo prazer e pela curiosidade, incorporando-se a natureza feminina, estigmas que pressupõe fraqueza, suscetibilidade ao pecado, vaidade e volúpia (Ribeiro, 2000).

Assim, num desvio discursivo transformou-se o pecado original em pecado sexual, o qual seria mais conveniente para a igreja e o sistema social dominante. Se na tradição quiseram encontrar na maçã o ponto da transgressão, essa versão foi esquecida ou transformada por uma segunda que seria mais desfavorável à mulher. Como pode ser observada no vasto arsenal de mitos na memória judaica cristã que retratam o poder destrutivo da sedução feminina, são heróis

¹⁰ As feministas, sobretudo as de perspectiva foucaultiana, viram o corpo como uma chave para compreender as raízes da dominação masculina, como teoriza Federici (2017), por considerarem que, o corpo tem sido um instrumento para a consolidação da exploração do trabalho feminino. Por esta razão, a análise da sexualidade, procriação e maternidade foram colocadas no centro de algumas teorias feministas. Estes debates revolucionaram o discurso filosófico e político, como também, passaram a relacionar a questão do corpo enquanto potência, a diferença enquanto potência.

que matam milhares de pessoas e morrem, como o lendário Sansão que caiu pela graça feminina de Dalila (Martins, 2013).

Com base nestas estruturas de pensamento, além da fragilidade moral do sexo, também foi incorporado o caráter ardiloso e sedutor ao corpo feminino, o qual precisava ser vigiado e controlado de modo que não causasse o desgoverno¹¹ dos homens. Haja vista que, o cristianismo concebia a ideia de que o homem era cabeça e a mulher o corpo, por esta razão permanecia presa ao desejo e ao estigma da carne pecadora (Oliveira, 2019), discurso que propagou-se em várias narrativas, seja em outras passagens da bíblia, bem como, numa ampla literatura medieval, além de sermões, tratados médicos, jurídicos e leis canônicas, que se esforçaram para justificar simbolicamente que as mulheres são inferiores aos homens, menos racional e mais profana (Martin, 2008).

Segundo Collings (2014), da condenação bíblica também se derivou a ideia de que o corpo das mulheres é impuro, nomeadamente nos momentos da menstruação, período que era proibido que as mulheres frequentassem o templo pois eram acusadas de macular as coisas que tocassem. Figuras importantes como Santo Agostinho, que pregava a ideia de que o corpo da mulher era um obstáculo para o exercício da razão, e Tomas de Aquino que afirmava ser a mulher um macho deficiente e totalmente incapaz. Fortaleceram a propagação de uma visão misógina de que o homem era naturalmente superior, e que estes deveriam encontrar estratégias para distrair as mulheres das coisas do mal. Conforme também orientava São Bernadinho, as mulheres deveriam varrer casa, lavar roupas para que não permanecessem de cabeça vazia tornando-as disseminadoras do mal (Schreiner, Monteiro, Souza & Candioto, 2019).

Com semelhante enredo, o *Mito de Medusa* apresenta o caráter sedutor presente na figura feminina e a repressão sexual enquanto correlata. Medusa, era relatada como a mais bela

¹¹ Sobre isto, Calligaris e Homem (2019), teorizam que desde os Gregos e Romanos, o autocontrole é visto como essencial a dignidade humana – do homem, por esta razão, o homem sempre buscou definir que o mal vem do outro, da tentação do outro, e a tentação era o corpo feminino e sua natureza tentadora e misteriosa, tornando-a indigna de confiança.

sacerdotisa do templo de Atenas, e por ocupar uma função de caráter religioso, era imposta a regra de se manter virgem. Embora a seguisse essa função com disciplina, era assediada por vários homens - que também conheciam as regras, dentre eles o deus Poseidon. Este, como narra o mito, decide violentar Medusa em frente à estátua de Atenas. Por consequência, a deusa resolve castigar Medusa transformando-a em um monstro, um dos maiores da mitologia grega, enquanto que, com o deus Poseidon nada aconteceu, visto que seria natural o homem possuir o que lhe encanta (Perez, 2019).

Nestes mitos, as produções discursivas se esforçam para determinar o masculino como o sujeito da relação e o feminino como o seu objeto, que naturalmente deve ocupar um lugar de submissão e servidão. Qualquer ação que se distancie destas prerrogativas, impõe as mulheres duplas punições, por exemplo, à Eva foi imposta, além da punição por transgredir as leis divina com relação ao fruto proibido, há uma punição por descumprir as determinações do papel definido para ela. A reprodução destes discursos e práticas se revelam ainda com grande força atualmente, como poder ser observado principalmente quando se trata do contexto do encarceramento feminino, onde as mulheres são punidas tanto pelas transgressões as ordens societárias – leis, quanto pelo descumprimento do papel naturalmente definido, esposa e mãe. Sendo necessário sublinhar que, quando se trata de uma mulher que também é mãe, esse estigma é acentuado (Budó, Denardin, & Köhler, 2019; Tenório & Rabelo, 2019)

É necessário problematizar também que, a narrativa que endossa a culpabilização de Medusa, tem sido reproduzida desde as instituições jurídicas, médicas, religiosas até a sociedade em geral, a partir de enunciados que desviam discursivamente a culpa do agressor para a pessoa agredida, silenciando os atos de violência. Como nos apresenta Pereira e Tafarello (2019) ao analisarem os discursos sobre a cultura do estupro, dentre os discursos, é citada a fala da Ministra Damaris Alves, publicada na mídia sobre os altos índices de estupro na Ilha de Marajó. A ministra justifica que o alto índice se dá pela falta de calcinha para as meninas da ilha, enunciando que o estupro quando ocorre em determinadas situações é justificável.

Encontramos também, no genocídio¹² feminino que marca o período de “caças as bruxas” na história, discursos que buscam justificar as atrocidades cometidas. Neste período, onde a transição do capitalismo tem grande contribuição, as mulheres¹³ que procuraram aprofundar seus conhecimentos, para lidar com as funções reprodutivas e da sexualidade e não se submeterem ao domínio masculino, foram impiedosamente perseguidas, torturadas e mortas. Segundo Silva Federici (2017)

Existe um acordo generalizado sobre o fato de que a caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre a função reprodutiva e serviu para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor. Defende-se também que a caça às bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo. (Federici, 2017, p. 30)

Esse período, não tratou apenas de uma questão religiosa, foram em muitos casos perseguição política, segundo a autora, os caçadores estavam mais interessados na eliminação de formas generalizadas de comportamentos femininos e em torná-los abomináveis aos olhos da sociedade, do que nas transgressões específicas e nos seus castigos (Federici, 2017). A caça às bruxas, na realidade, trata-se de um período onde os homens tiveram medo do poder das mulheres e por isso, além de matarem em grande escala mulheres cujas existências eram incompatíveis com a disciplina do trabalho capitalista, destruíram um universo de práticas e crenças. Assim tem sido, numa repetição discursiva, os movimentos de repressão frente as transformações sociais alcanças por lutas femininas, como afirmaram Calligaris e Homem (2019), quanto mais as

¹² Segundo Federici (2017), o fato de maior parte das mulheres vítimas do genocídio terem sido mulheres camponesas possa explicar porque esse fato tenha sido silenciado na história, o que contribuiu para a banalização das atrocidades cometidas, como a queima na fogueira, tornando um fenômeno de menor proporção ou uma questão do folclore. Além disso, utilizam do discursivo que tratava-se de mulheres com alucinações, o que justificaria a caça como uma “terapia social”, para retirar a culpa dos caçadores e despolitizar seus crimes.

¹³ Importante pontuar que, dentre estas mulheres haviam as que sobreviviam sozinhas porque tinham seus salários, mas nesse processo de transição houve a expropriação das terras além da perda de salário, o que culminou também numa massificação das prostitutas. Segundo Federici (2017), até as mulheres que eram esposas de artesãos, complementavam a renda familiar com a prostituição, que por muito tempo foi aceita.

mulheres constituem-se quanto sujeito autônomo e expressam seus desejos, mais forte a repressão e violência sobre elas.

Como foi observado também na Revolução Francesa, sob o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, no qual, a lendária Olympe de Gouges, após lutar juntamente com seus companheiros, acabou sendo guilhotinada, por tecer crítica pública aos valores patriarcais e à violência do poder jacobino. Autora do primeiro manifesto público em defesa dos direitos das mulheres, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, foi decapitada por tentar romper a barreira do privado, escrever e ser um “homem” de estado, ou seja, trair sua natureza, que seria ocupar-se do lar, casamente e maternidade (Collings, 2014).

Analisar a história de maneira atenta nos mostra inúmeros exemplos de como as narrativas se esforçam para nos limitar a lugares de desempoderamento, principalmente a partir da violência. Casos que não ficaram na história passada, como podemos acompanhar na trajetória de Dilma Rousseff à presidência do Brasil. O retrato de como estes discursos se atualizam para destituir o poder de uma mulher. Dilma foi e ainda é uma figura que rompe os estereótipos femininos ao representar uma mulher que não cabe no *script* dos papéis sociais tradicionais.

Por esta razão, diversas tecnologias produziram narrativas para suprimir o momento histórico singular para as mulheres e para a nação brasileira que foi: *a primeira mulher a se tornar presidenta do Brasil*. A mídia, usou estratégias vulgares e desrespeitosas para desqualificar a presidenta Dilma como símbolo de poder, a partir de discursos de objetificação do corpo feminino, comparando-a a Marcela Temer – esposa do vice-presidente. Nos discursos midiáticos, sobre os eventos públicos da presidência, a ênfase era dada a “beleza” de Marcela que “roubava a atenção dos homens”, por representar o modelo de mulher cristalizado no imaginário social “bela, recata e do lar”, enquanto Dilma, tanto no comportamento quanto na aparência estava em sentido oposto, carregando os estereótipos de histérica, mal-amada, politicamente inábil, abandona pelos aliados e temida pelos funcionários. (Rubim & Argolo, 2018).

Dilma é uma mulher política, sua trajetória começou ainda na escola aos 16 anos, não se tornou presidenta por ser filha, irmã ou esposa de algum homem de poder. Pelo contrário, construiu sua autonomia política, foi censurada, presa e torturada. Quando saiu da prisão era uma jovem mulher com uma visão política sólida e fez história, tornou-se a maior autoridade política do país, mas novamente teve que enfrentar um sistema que buscava a anulação desse poder. Durante a campanha a favor do impeachment, a questão do gênero emergiu com uma força devastadora, deixou de ser um preconceito contra mulheres na política para ser um preconceito contra uma mulher (Pinto, 2018). As práticas discursivas que viabilizaram a deslegitimação política de Dilma, construíram uma imagem de uma Dilma, vazia de atributos pessoais, de capacidade intelectual, de experiência e de capacidade política, ao mesmo tempo que, foi considerada um ser ameaçador, manipulador e ambicioso (Araújo, 2018).

Identificamos então que, o golpe que retirou Dilma do poder, foi enredado por discursos que se atualizam ao longo do tempo, porém conservam pontos comuns: a punição a existência autônoma e ao desejo feminino. De modo que, seja Eva, Medusa, bruxas, sufragistas, Dilma, Marielle Franco e tantas outras, serão punidas sempre que ousam sair do lugar de objeto, de submissão e buscarem instaurar novos modos de subjetivação. A história, comprova como tem sido atroz a reprodução dessa forma de compreender os seres considerados mulheres, práticas que deixaram marcas indeléveis na psique coletiva e no nosso senso de possibilidades. A mulher foi (e ainda é) caracterizada pelo seu corpo, pelo seu sexo e principalmente pelas relações com o Outro, seja enquanto esposa, viúvas ou virgens, por séculos insistem em nos definir em função de um homem ou de um grupo de homens.

Enquanto você termina a leitura desse capítulo, no mínimo uma mulher é violentada ou assassinada por ser *mulher*!

1.2 Be(m)dita és tu entre (e para) às mulheres: a idealização do (corpo) feminino

Que momento emblemático, na posse do presidente Jair Bolsonaro, a primeira mulher a discursar antes do marido, mas discursa sem palavras, a mulher calada!

Rita Von Huntz

Na história sobre as mulheres, a dimensão dos discursos sobre as figuras do feminino, passam a ser uma ferramenta de análise importantíssima, agora não mais como meio de representação da realidade, mas para levantar suspeitas sobre a natureza do feminino que passa por um intrincado jogo de relações de poder, que instituem verdades e as apoiam com efeitos de poder sob os modos de subjetivação das mulheres, de maneira que possa responder as necessidades emergentes a cada período histórico. Como problematizou Foucault (1997), os historiadores descobriram que além de fazer a história das batalhas, dos reis e das instituições, podiam fazer a história dos sentimentos, corpos e comportamentos. Assim aconteceu num longo processo de valorização do feminino ideal, tanto por interesse clerical quanto leigo, de enquadrar a mulher em algum plano divino e principalmente passivo.

Assim, apesar dos discursos misóginos que permeiam, sobretudo o período Medieval, foi preciso redimir a mulher, seja por interesse nos benéficos que as mulheres das famílias da nobreza poderiam oferecer, como doações, mas principalmente, para ser possível explicar como aquele corpo diabólico poderia ter dado vida e cuidado do Cristo Salvador (Ferreira, 2012). Assim, a Virgem Maria e Maria Madalena, sacralizadas, enredam os discursos sobre os comportamentos mais apropriados para as mulheres, o que significaria a renúncia da sua natureza e dos prazeres corporais e a exaltação da aparência de total pureza. Para tanto, instaura-se o culto à Virgem Maria, com maior visibilidade a partir do século XI, passando a funcionar como base para a

criação do modelo ideal de mulher, e divulgação das virtudes cada vez mais valorizadas pela igreja, como castidade e pureza, ou seja, Maria tornou-se uma imagem imutável por tratar-se do ideal que o imaginário masculino desejou sobre o corpo das mulheres (Colling, 2014).

Maria Madalena, outra figura importante do feminino, ganha destaque enquanto postura mais palpável por sua humanidade, agrega elementos de Eva e de Maria; sendo a mulher mais citada do Novo Testamento, tornando-se exemplo de abnegação e fidelidade a Cristo. Madalena apresenta uma trajetória de sacrifício tornando-se uma mulher digna da santidade (Martins, 2013). Todavia, há controvérsias com relação aos efeitos práticos da ampla difusão da trajetória de Madalena, segundo Ferreira (2012), esta figura indubitavelmente estaria destinada a ser exemplo para os homens, sobretudo que adotam o monasticismo. No sentido de que, se uma mulher é capaz de atitudes de sacrífico, humildades e autocontrole, um homem conseguiram certamente superar.

Enquanto isso, as narrativas principais se ocupam da figura de Eva como representante do pecado, e de Maria, que carregava em si os aspectos que as mulheres deveriam almejar: a castidade, a obediência e principalmente, não questionar as ordens do seu superior. É entre elas que ocorre os jogos de força sobre a subjetivação feminina, ambas as imagens se conectam para embasar o lugar do corpo feminino ao longo da história. De modo que, a ideia da mulher pecadora e a fonte dos males não desaparecerá, pelo contrário, é referendada sempre que se atenta contra a dignidade das mulheres até os dias atuais. No entanto, quando se trata de reforçar e reconduzir práticas de disciplinamento e controle dos corpos das mulheres, desloca-se as narrativas e inverte-se a lógica da própria natureza pecadora, para conformar uma ideia totalmente oposta, a da mulher casta e isenta de impulso sexual.

O culto a Maria endereça à 3 questões que se relacionam na constituição da experiência subjetiva das mulheres: a virgindade, a imaculada concepção e a maternidade divina. Reconhece-se aí uma estratégia simbólica do pensamento filosófico, religioso, médico e social, a partir de

uma narrativa que transita do território do *desejo* ao território do *assexuado*. O mito mariano, ao apresentar uma imagem feminina que foi concebida sem pecado, define um padrão daquilo que a mulher devesse ser para obter respeito e confiança, embora seja intrinsecamente impossível de ser alcançado dada *sua* natureza original. Por essa razão, a igreja determinava que a melhor caminho para aproximar-se do exemplo de Maria seria ingressar num mosteiro e permanecer virgem ao tornar-se esposa de Cristo.

Se a mulher não segue o ideal de virgindade e castidade, era preferível que cassasse, para servir ao marido e sobretudo, ser mãe (Bastos, 2017). Esta narrativa construiu o ideal feminino, com destaque para o sexo apenas com objetivo da procriação, e esta, enquanto condição dívida e vocação das mulheres. No mito mariano, Maria concebe um filho sem intermédio da prática sexual, continuando pura e fiel aos preceitos divinos, a ideia de castidade neste sentido, transcende o domínio da mulher sobre si mesma, sendo necessária para exemplificar um modo de vida impecável, ou seja, um modo de vida que renuncia aos prazeres sexuais e assumi a vocação da maternidade. Esta narrativa, tem como finalidade silenciar a existência ou deslegitimar o desejo sexual, a partir da repressão da sexualidade feminina como algo louvável. Reconduzindo assim, os modos de subjetivação feminino a partir de um ideal de maternidade que objetiva colocar uma pedra na sexualidade¹⁴ feminina (Homem & Calligaris, 2019).

Assim, entre os séculos XVI, XVII e XVIII, houve um investimento discursivo em torno da figura feminina como essencialmente materna e disponível a cuidar, a mulher converte-se em um ser quase assexuado. Maria seria a representação da mulher que transmite práticas e virtudes quanto a castidade, submissão e obediência, o que significa restringir suas vidas à família, à igreja, e sua maior ambição seria restrita ao espaço doméstico (Silva, 2014; Martins, 2013).

¹⁴ Importante clarificar que a sexualidade neste sentido, refere-se a possibilidade da mulher possuir um desejo autônomo, o qual é odiado pela cultura ocidental. Segundo Zanello (2018), o casamento era visto, sobretudo no Brasil colônia, como remédio para o furor uterino das mulheres. Mas não bastava casar, era preciso um adestramento para a manutenção dos instintos, de modo que fosse substituído o instinto sexual pelo instinto materno. As mulheres que apresentassem ardor sexual eram vistas como doentes mentais, ou seja, o útero havia dominado o cérebro.

Importa pontuar, que esse novo modelo de feminilidade, como acrescenta Federici (2017), ocorreu depois das mulheres sofrerem quase dois séculos de terrorismo de Estado, que considerava as mulheres selvagens, de desejos incansáveis, incapazes de autocontrole. Além disso, Graham (2021), também pontua que esse genocídio garantiu que as mulheres vivessem com medo de que, se saíssem da linha, poderiam desagradar um homem, e serem mortas.

A nova feminilidade domesticada, retrata as mulheres como seres não apenas passivos, como também, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles (Federici, 2017). Essa historicidade ao mesmo tempo que opera conexões com outro corpo discursivo, aparentemente menos negativo, ao apresentar o modelo de feminilidade frágil, dócil, amante da comodidade do lar, intuitiva, incapaz de tomar decisões, pura, crédula, materna e casta. Continua reafirmando a suposta inferioridade feminina, para justificar que a sujeição feminina a ordem marital e a maternidade, os quais, ocorriam não por via de coerção, mas por vocação e possibilidade de redenção (Silva, 2017; Bastos, 2017).

Assim, as imagens da Virgem Maria, ultrapassaram¹⁵ a igreja, ocupando casas, incitando comportamentos e sentimentos, ou seja, passando a constituir uma nova tecnologia na produção da subjetividade feminina ao enquadrar o valor social das mulheres, atrelados ao sacrifício, silêncio e abnegação. Esta narrativa, assentava sobre a ideia de uma mãe que sofria pelo Filho crucificado de forma discreta, ou seja, o sofrimento de uma mãe deve ser vivido de maneira silenciosa. Além disso, a narrativa concebe uma mãe que acompanhou seu filho por toda sua vida, o que se intenta dizer que abriu mão de sua vida, ou seja, esqueceu de si para dedicar-se ao filho.

Paulatinamente associaram a maternidade como instinto e vocação na vida das mulheres por vias de controle bastante sutis: romantização da maternidade, exaltação e naturalização do amor materno espontâneo, além de ser reconhecida como uma função de grande importância

¹⁵Como pontua Martins (2013), esta narrativa imperou ao longo da Idade média, norteador na Alemanha o famoso Espelho das Virgens, um tratado que direcionava as mulheres a seguirem Maria como modelo.

social que apenas as mulheres poderiam realizar. Formaram-se scripts das performances adequadas, como: pudor nos gestos, silêncio e abnegação de si (Zanello, 2018). Assim, a figura de Maria como exemplo da figura materna ideal, resultou em ações práticas para as mulheres, principalmente no que se refere aos seus papéis sociais, uma vez que, a maternidade passa a representar um lugar idealizado no interior da família sacramental (Jurkevics, 2010).

No entanto, precisamos estar atentas de que, historicamente há poucas informações a respeito da maternidade de Maria, o que, segundo a autora supracitada configura-se como uma narrativa desafiadora para os historiadores, pois trata-se de menções bíblicas limitadas, e como nos assegurou Forna (1999), nas imagens de Jesus difundidas, nunca aparece o menino chorando, nem Maria com aparência irritada ou cansada, segurando o filho no colo e cozinhando ao mesmo tempo, ou seja, a mulher enquanto fêmea parideira, obviamente sempre existiu, mas a figura da mulher materna-divina, que tem como modelo, a Virgem Maria, foi incitada e tem sido ao longo dos séculos imposta pelo que a sociedade quer das mulheres.

Invocando a perspectiva foucaultiana, é preciso estar atenta tanto ao fato histórico escolhido, como a forma que se desejou contar sua história. Se Maria Madalena agrega elementos de Eva e de Maria, alcançável as demais mulheres, qual a razão para nosso modelo de feminilidade ter sido a inalcançável e *imaginada* Virgem Maria? Uma das razões, seria a incitação e/ou imposição de modos de subjetivação femininos que de tão inalcançáveis, desumanizam e despotencializam as mulheres desde o seu nascimento, ou mesmo antes dele, uma vez que seríamos netas de Eva.

O que precisamos entender com essas figurações é que, são privilegiados alguns caminhos de subjetivação para as mulheres, e que estes não são *puramente* ou *pecadoramente* escolhidos por nós, nem resultado de uma natureza feminina pré-discursiva, mas resultado da cultura em que vivemos, que nos captura por meio de diversos dispositivos e nos fazem acreditar nas suas verdades. A finalidade destas capturas é nos fazer *amar* o destino social como se fosse um destino

natural, e nos sequestrar dos espaços de ação públicos e políticos. Ainda que parte das mulheres, não se identifiquem e/ou reconheçam a importância dos movimentos feministas – por causa dos discursos antifeministas, polarização política ou por falta de acesso à informação de qualidade; foi somente com o advento dos feminismos que questões como estas, saíram da clandestinidade a que foram confinadas. Mas este processo não tem acontecido sem dores, tem sido psicologicamente cansativo, fisicamente violento e profissionalmente inflexível para as mulheres. Sobretudo porque, fomos socializadas que pra sermos amadas e valorizadas precisamos limitar as possibilidades de existências as imposições culturais – patriarcais, classistas, racistas e capitalistas.

1.3 Nem pecadora, nem santa, (e nem) feminista? Subjetivação (feminina?) em (des) organização

*Do rio que tudo arrasta diz-se que é violento
Mas ninguém chama violentas as margens que o
comprime*

Bertolt Brecht

*Eu não me vejo na palavra fêmea, alvo de caça
Conformada vítima, prefiro queimar o mapa
traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas
E a vida reinventar*

Canção de Francisco, el Hombre

Disse Rosiska Darcy de Oliveira, no livro *Reengenharia do tempo*, que as mudanças são impossíveis para os pessimistas que são carregados pelas convicções que só a ideologia produz. E acrescenta que, como uma utopia que fugiu da gaiola, a força do movimento de mulheres, nascido do chão da insatisfação de confidências produzidas entre elas, tem conquistado o coração de outras mulheres no mundo inteiro, um movimento que testa diariamente a ideologia do *as coisas foram sempre foi assim* (Oliveira, 2003).

A qual, também era questionada por Foucault quando rejeitava a transcendência de um suposto *sujeito-desde-sempre-aí*, e mostrava as pessoas que “[...] um bom número de coisas que fazem parte de sua paisagem familiar – que elas consideram universais – são o produto de transformações históricas bem precisas [...]” (Foucault, 2004b, pág. 295). Mas foi Simone de Beauvoir, há mais de meio século, que sacudiu as evidências, afirmando que não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres, denunciando as relações de poder que transformavam as mulheres naquilo que os homens desejavam que elas fossem.

O caminho para uma revolução se desenhava, uma revolução que mostraria que a humanidade não é feita apenas pelo masculino - e seu avesso, “[...] como uma deformação, uma ausência, uma falha, um homem castrado com defeito de fabricação” (Oliveira, 2003, pág. 25). O lugar e as histórias das mulheres saíram do silêncio e da negação, alargando suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais (Perrot, 2019)

Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas nas múltiplas interações que provocaram a mudança (Perrot, 2019, pág. 15)

Segundo Oliveira (2003), isso significou a possibilidade de as mulheres falarem na primeira pessoa, interpretarem seus desejos, contrariarem as versões inventadas pelos homens e desmistificarem as ciências, sejam médicas, biológicas ou sociais, saberes que serviram de base para todas as hierarquias e opressões, desde a posse do corpo até a negação dos direitos mais básicos. De modo que, o quão diversas fomos nos descobrindo, nos inventando e questionando, assim também, foram nascendo reações libertárias e os muitos feminismos, como o feminismo liberal que seria caracterizado por seu foco na igualdade; o feminismo radical, pelas diferenças da mulher para o homem; os feminismos marxistas veem o capitalismo, mas do que o sistema

patriarcal e os feminismos multiculturais que tentam se referir à negligência de raça, etnia e cultural (MacLaren, 2016).

Entre as teóricas que discutem os caminhos que estamos atravessando atualmente com essa revolução antropológica que as mulheres tem movimentado, consideramos o pensamento de Bell Hooks (2020) como um dos que melhor nos auxilia, principalmente na compreensão de como garantimos as mulheres direitos e proteção na realidade concreta, enquanto simultaneamente, nos convoca a imaginarmos possibilidades além da realidade, um movimento que seja de ampla base, para que possamos criar estratégias para mudar o destino de garotas e garotos, mulheres e homens, de todas as classes, afinal *o feminismo é para todo mundo*¹⁶.

É essa a mensagem principal que Hooks (2020) defende, “[...] Queria que tivessem esta simples definição para ler e repetidas vezes e saber que “Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração e opressão” [...] (Hooks, 2020, pág. 13). Com essa definição, a teórica nos mostra que, esse movimento não tem a ver com ser anti-homem, o problema é o sexismo, e nos lembra que homens e mulheres são socializados para aceitar os pensamentos e ações sexistas, logo as mulheres podem ser tão sexistas quanto os homens, “isso não desculpa ou justifica a dominação masculina; isso significa que seria inocência e equívoco de pensadoras feministas simplificar o feminismo e enxergar-lo como se fosse um movimento de mulher contra homem.” (Hooks, 2020, pág. 13). Além disso, essa definição é ampla o suficiente, para incluir a compreensão do sexismo institucionalizado sistêmico.

O que Bell Hooks (2020) cirurgicamente nos convoca a pensar, é que antes ou para derrubar o sistema hierárquico e excludente que nos explora e oprime, precisamos compreender que participamos da disseminação dessa hierarquização, ainda que, os homens como grupo sejam os que mais se beneficiam, “[...] até mudarmos a consciência e o coração, até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-lo por pensamos e ações feministas”, vamos fracassar

¹⁶ Título do livro de Bell Hooks (2020), *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*.

coletivamente, e continuarmos com algumas migalhas de privilégios individuais à custo de outras mulheres, principalmente, negras e pobres. Assim, para compreender o feminismo, é preciso compreender o sexismo.

a maioria das pessoas não entendem o sexismo ou, se entende, pensa que ele não é um problema. Uma multidão pensa que o feminismo é sempre e apenas uma questão de mulheres em busca de serem iguais os homens. E a grande maioria desse pessoal pensa que o feminismo é anti-homem (Hooks, pág. 17)

Bell Hooks (2020), sinaliza que esse desalinho ainda é nosso “calcanhar de Aquiles¹⁷”, as noções equivocadas sobre os feminismos, fizeram alimentarmos a ideia de que os espaços “femininos” seriam lugares em que o patriarcado e o pensamento feministas estariam ausentes. A autora mostra como esses desalinhos se instalaram em razão de uma polarização que foi ocorrendo no início do movimento, quando foram emergindo os feminismos reformistas que escolheram enfatizar a igualdade de gênero e o revolucionário que não queriam apenas reformar, queria transformar o sistema para acabar com o patriarcado. Mas a mídia de massa patriarcal não estava interessada em mudar o sistema, dando atenção a noção reformistas, de modo que, a noção de igualdade de gênero no mercado de trabalho foi mais aceita amplamente, e as questões mais radicais foram ofuscadas, que pedia a reestruturação geral da sociedade, para que nossa nação fosse fundamentalmente antissexista.

Essa via de discussão levantada por Hooks (2020), é importante para pensarmos sobre os questionamentos que enredam o título dessa seção, a subjetivação das mulheres, - para além da subjetivação feminina foi desorganizada, os discursos essencialistas que defendiam diferenças sexuais como desigualdades sociais foram fortemente combatidos – embora ainda tenham efeitos atualmente; a instituição casamento foi criticada como mais uma forma de escravidão sexual,

¹⁷ O movimento não consegue ter forças maiores enquanto a sororidade não for poderosa também, “[...] enquanto as mulheres estiverem em guerra, competindo umas às outras.” (Hooks, pág. 19). A sororidade será poderosa quando confrontarmos as maneiras pelas quais mulheres são oprimidas por meio da classe e da raça também.

“[...] a maneira como os laços sexuais levavam a casamentos em que elementos de intimidade, cuidado e respeito eram sacrificados para que os homens pudessem ficar por cima – para que fossem patriarcas com o controle total” (Hooks, 2020, pág. 118); com a possibilidade de controle da reprodução, a maternidade deixa de ser o alfa e o ômega da vida feminina (Badinter, 2011) e a crítica feminista a maternagem como único propósito satisfatório na vida de uma mulher trouxe mudanças nos modos de subjetivação (Hooks, 2020).

Mas o caminho que foi sendo privilegiado, ou o caminho melhor aceito pelo sistema patriarcal capitalismo de supremacia branca, foi o caminho da reforma, e sabemos que reforma nunca acaba, quando a necessidade era “retirar” instalações que comprometem um melhor funcionamento geral. Segundo Bell Hooks (2020), nos primeiros momentos, os feminismos revolucionários, e posteriormente a política começou a ser aos poucos removidos dos femininos, removidos da mídia de massa¹⁸ patriarcal, quando as mulheres, principalmente brancas e privilegiadas, passaram a alcançar poder econômico dentro da estrutura social existente,

o feminismo reformista se tornou o caminho para mobilidade de classe. Elas poderiam se libertar da dominação masculina no mercado de trabalho e escolher mais livremente o próprio estilo de vida. Mesmo que o sexismo não tenha acabado, elas poderiam maximizar a liberdade dentro do sistema existente. E poderiam contar com uma classe mais baixa de mulheres exploradas e subordinadas par fazer o trabalho sujo que se recusavam a fazer (Hooks, 2020, pág. 22)

Na compreensão de Oliveira (2003) iniciamos enunciações de um feminino autoral segundo as mulheres, mas para isso, foi - e ainda é - preciso que as mulheres se convencessem

¹⁸ As mulheres que ganhavam destaque eram brancas de classe privilegiada em sua maioria, e não necessariamente líderes revolucionárias, de modo que, os grupos de conscientização, que eram os principais locais de transmissão de pensamentos e estratégias para mudanças sociais foi perdendo seu potencial fundamentado na massa, para salas de aulas de Estudos de Mulheres. “Essas mudanças baseadas em carreiras levam a formas de oportunismo profissional, em que mulheres nunca antes politicamente comprometida com a luta feminista de massa adotaram postura e jargão do feminino quando isso reforçava sua mobilidade de classe” (Hooks, pág. 29). A consequência desse desmantelamento dos grupos de conscientização, onde as mulheres desafiavam seu próprio sexismo, foi apagar a necessidade de aprender sobre feminismos e sobre o sexismo em relação a outras mulheres e a construção da mulher como vítima de uma “igualdade” que precisa ser reparada.

primeiro e depois a todos de que “[...] não eram homens defeituosos, mas simplesmente seres diferentes deles [...]” (Oliveira, 2003, pág. 38). E Bell Hooks (2020) vai nos mostrar que essa parte do processo tem sido por vezes, pulada, desviada, evitada ou não compreendida. Como por exemplo, quando as inúmeras mulheres se sentiram furiosas com os movimentos, quando adentram ao mercado de trabalho, acreditando que encontrariam a libertação sem ao mesmo desafiar seu sexismo, “[...] o que mais aconteceu foi se darem conta de que trabalhavam longas jornadas em casa e longas jornadas no emprego.” (Hooks, 2020, pág. 83).

Essa é apenas mais uma desorganização nessa realidade histórica que está se formando, Badinter (2011) fala sobre essa questão, descrendo que entre as crises econômicas que recambiaram grande número de mulheres ao trabalho doméstico, principalmente as menos preparadas e as economicamente mais frágeis, “[...] começaram a alimentar decepções e rancor contra as empresas que podiam simplesmente dispensá-las, em função dos acasos do mercado. Uma nova geração de mulheres que tinham contas a ajustar com suas mães feministas foram as primeiras a escutar a sereia do naturalismo.” (Badinter, 2011, pág. 42), ou seja, foram as primeiras a normalizarem pensamentos sexistas que colocavam a maternidade como destino das mulheres. Essa é apenas mais uma das inúmeras contraofensivas que se movimentam nesse processo de desorganização ou reforma dos processos de subjetivação.

E nos trabalhos de Bell Hooks (2020), Badinter (2011) e Federici (2019) vamos compreendendo o quão problemático tem sido essa “não conscientização” do sexismo internalizado¹⁹ e a emergência de um feminismo como estilo de vida, “[...] porque seu

¹⁹ O sexismo internalizado, com o qual fomos socializadas, afirma Hooks (2020), nos faz nos enxergarmos “[...] como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhas umas as outras com inveja, medo e ódio” (Hooks, 2020, pág. 35). A ligação entre mulheres dentro do patriarcado é um ato de traição, quando as mulheres se juntaram, foi antes de tudo para se protegerem. Desafiar o sexismo, é antes de tudo, pararmos de nos vermos como propriedade dos homens, e nos unirmos como grupo, “a sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado.” (Hooks, pág. 36). Por fim, desafiar o sexismo internalizado é abrir mão de seu poder de dominação e exploração de outros grupos subordinados de mulheres, nos lembra Hooks (2020).

pressuposto subjacente é que mulheres podem ser feministas sem ter fundamentalmente desafiar e mudar a si a cultura.” (Hooks, 2020, pág. 23). Entre esses desalinhos as políticas feministas estão perdendo o *momentum*, afirma a autora, porque suas definições não estão tão claras. Essas são algumas das principais brechas que o patriarcado e o capitalismo encontram para atualizarem suas formas de captura e explorarem nosso trabalho e nossos corpos. Por exemplo, muitas mulheres questionaram e ainda questionam a entrada das mulheres ao mercado de trabalho como promessa de libertação dos feminismos.

Mas Hooks (2020) nos esclarece que, o ponto não é a entrada no mercado de trabalho, mas sim, termos acreditado que isso eliminaria completamente a discriminação por gênero, ainda assim, a autossuficiência financeira é necessária para a libertação das mulheres, mas não suficiente, há várias mulheres ricas que ainda tem relacionamentos com homens cuja norma é a dominação masculina. “Sabemos, sem dúvidas, que se uma mulher é economicamente autossuficiente, ela é mais propensa a terminar um relacionamento cuja norma seja a dominação masculina, quando escolhe libertação. Ela sai do relacionamento porque pode” (Hooks, 2020, pág. 82).

Além disso, é importante lembrar que nossa entrada ao mercado de trabalho ia acontecer, principalmente por causa das necessidades resultantes da depressão econômica, que já anunciavam essas mudanças, mas seria pouco provável que tivéssemos os direitos que temos, se não tivesse havido uma forte crítica à discriminação de gênero. “[...] a verdade é que foi o capitalismo que conduziu mais mulheres ao mercado de trabalho (Hooks, 2020, pág. 83). Seria humanamente exaustivo tentarmos apresentar como esse processo tem se dado, como também não é objetivo principal desse trabalho. Mas, de certo, temos uma revolução *em curso*, com ofensivas e contraofensivas, o sujeito feminino, sujeito *do* feminino ou o sujeito *do* *feminismo* está em processo de (des) organização, e vem sendo subjetivado nesse processo de ruptura de uma realidade histórica.

Estamos vivendo, no fundo, dizem Diniz e Gebara (2022), um mal-estar nessa realidade social mundial, já podemos observar avanços para o que chamaríamos de *nossa finalidade*, porém essa finalidade nunca será totalmente realizada. E isso faz parte da dinâmica do pluralismo da vida, “[...] por isso nossa luta é sem fim e nenhum motivo a esgotará” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 239). Iremos sempre refazer caminhos e buscar outras saídas/respostas que, provisoriamente, se apresentem como saídas.

Bell Hooks (2020) aponta diversos caminhos, entre elas: precisamos recuperar nossas definições claras, para mostrar que feminismo é sobre o fim do sexismo, principalmente para a cultura jovem; precisamos pensar em educação feminista fazendo trabalhos que criem círculos pedagógicos sem preconceitos; precisamos renovar o comprometimento com a solidariedade política entre as mulheres, tanto quanto no início; “ [...] uma vez que multidões de jovens mulheres sabem pouco sobre o feminismo e várias assumem falsamente que sexismo não é um problema, a educação feminista por uma consciência crítica deve ser contínua” (Hooks, 2020, pág. 38).

Não somos mais (tão) a Eva, lugar que um dia serviu para que o caminho de subjetivação fosse marcado apenas pela culpabilização de desejos, que nem era nossos de verdade e não somos mais tão aspirantes a inacessível Virgem Maria. Queremos escolher outros lugares não apenas como vocação ou redenção, mas quem sabe realização, revolução. Porém, essa realidade ainda não tem levado as mulheres a se comprometerem com a luta feminista, “[...] precisamente porque ela não está totalmente ligada à educação para a consciência crítica, para a resistência coletiva. Despertar as mulheres para a necessidade de mudar, sem fornecer modelos substanciais e estratégias para a mudança é frustrante [...]” (Hooks, 2019, pag. 82).

Estamos mais conscientes que precisamos de transformação, em algum nível até almejamos, mas enquanto não somos abordadas com teorias e políticas feministas mais radicais, esse espaço tem sido preenchido, novamente por figuras e teorias que oferecem saídas

individualizantes, promovendo a super-heroína, que pode tudo, o que significa que pode cuidar de *tudo* e de *todos*, mas sem esquecer do usar o *body sexy*.

1.4 A super mulher (maravilha) da contemporaneidade: uma contra discursiva patriarcal capitalista

*Não se emociona, que eu já tô sem tempo. Baby,
eu não nasci pra ficar na cozinha, já sou rainha
por aqui faz tempo e hoje, nessa selva, vou caçar
no teu lugar*

Canção de Luísa Sonza

*O mundo acabando e você me julgando, me bota
na caixa, quer me rotular, você vai falando e eu
vou rebolando. Eu vou te mostrar onde é meu
lugar*

Canção de Juliette

Quando a Mulher-maravilha foi lançada nos quadrinhos em 1941, olhos de meninas e mulheres brilharam, como brilham os nossos ainda nos dias atuais, quando assistimos Diana, nascida em Themyscira, uma ilha inalcançável para o mundo dos homens. Uma princesa das amazonas, filha da rainha Hipólita. Um jovem bem treinada, forte, corajosa e imortal que tem seu destino marcado pelo encontro com um piloto belo chamado Steve Trevor. Diana, se lançou ao mundo dos homens com Steve, o que significou perder sua imortalidade e o seu reinado, parece um pouco o conto da Pequena sereia, eu sei! Mas Diana era diferente, ela não se lançou no mundo dos homens apenas pelo amor de um homem, ela fez isso para salvar a humanidade.

Mas o que de fato significa ser *uma mulher-maravilha* para nossa realidade histórica? Quais as linhas de subjetivação que essa figura carrega? E quais os efeitos discursivos para as mulheres? Para pensarmos esses questionamentos, é importante pensarmos desde sua origem, essa é uma personagem imaginada, por um homem, William Marston (Oliveira & Bastos, 2021),

ou seja, novamente temos nosso processo de subjetivação marcado por personagens fictícios, e mais, e novamente imaginado pelo olhar masculino.

A mulher-maravilha foi criada em 1941, seria a representação da “nova mulher empoderada” que emerge com os debates sobre a implantação de conquistas femininas nos campos civis e políticos. Segundo Cunha (2016), o idealizador da Mulher-Maravilha a produzia com o intento de torná-la uma propaganda que delinearia o tipo de mulher que iria governar o mundo, assim, as aventuras que a personagem vivia tinham relação direta com os significados do que era ser mulher na década de 1940. Ressalta Oliveira e Bastos (2021) que o idealizador se considerava entusiasta da luta das mulheres, mas, ironicamente produz uma personagem feminina, a partir das pautas feministas, com o olhar masculino.

Mas, Cunha (2016) ainda nos apresenta uma questão mais problemática ainda, tiveram mulheres participando da criação da personagem, quando o autor estava com problemas de saúde, porém não ganham os créditos para tal.

Somente mais tarde (1945), quando ela já gozava de considerável sucesso e Marston²⁰ precisava cuidar da saúde, é que foi contratada Joye Hummel, uma jovem e bela aluna de Marston do curso Psicologia de Katharine Gibbs School que contribuiu na produção de roteiros até a morte do psicólogo em 1947. Há também evidências de que as companheiras de Marston contribuíram com valiosas sugestões na composição da Mulher Maravilha, mas nunca foram devidamente creditadas (Cunha, 2016, pág.112)

Além disso, a personagem foi criada pouco antes dos Estados Unidos entrarem na Segundo Guerra Mundial, a forma como a personagem foi produzida foi uma grande estratégia

²⁰ Segundo Gava (2021, pág. 23) “Marston foi um psicólogo frustrado com sua profissão e desde muito jovem esteve envolvido em movimentos revolucionários. Ele foi apoiador do movimento pelo sufrágio feminino e acreditava que as mulheres deveriam comandar o mundo. Em contrapartida ao seu discurso “feminista”, suas atitudes não endossavam totalmente seu posicionamento. [...]”, além disso, pontua que, vivia com duas esposas, sem que ambas soubessem, a primeira uma mulher muito inteligente, que possuía a mesma formação acadêmica que o marido, e a segunda uma ex-aluna que começou a se relacionar ainda quando mantinham uma relação aluno-professor, são pontos importantes para pensarmos sobre os discursos que enredam sua personagem.

política. Com os homens saindo para a guerra, as mulheres seriam aquelas que por amor à pátria iriam impedir que a economia estagnasse, “[...] diversas campanhas foram feitas como incentivo para que as mulheres fossem às fábricas e movimentassem o capital [...]” (Gava, 2021, pág. 15). As produções discursivas que emergiram apoiavam-se na ideia de que “[...] somente uma mulher seria capaz de fazer o bem e buscar a justiça em nome do amor, isso devido à sua delicadeza e seu instinto maternal.” (Gava, 2021, pág. 15).

Assim, a mulher-maravilha não necessariamente seria a representação das mulheres atuais, seria a representação do que as mulheres *deveriam ser*. Esse acontecimento discursivo não é tão novo, já falamos no início desse capítulo sobre ele, quando falamos sobre o culto mariano e a prescrição de um modelo de ideal imaginado pelos homens. O que queremos dizer com isso é que, a mulher-maravilha é uma atualização da Virgem Maria, e nesse momento você pode pensar que são personagens bem diferentes, mas não são, são figuras diferentes porque as condições de emergência dos discursos que as constituem são diferentes, mas objetivam normatizar os modos de subjetivação feminino.

Quando a figura da mulher-maravilha é produzida, os discursos de inferioridade já não se sustentavam como antes, ou pelo menos não eram tão normalizados no centro dos debates daquela época. De modo semelhante, lembremos que, o culto mariano ganhou condição de emergência, porque entre outras questões, era preciso explicar como aquele corpo diabólico poderia ter dado vida e cuidado do cristo salvador (Ferreira, 2012), o discurso da sacralidade materna e castidade feminina precisou ganhar enunciabilidade, porque os discursos de culpabilização feminina não estavam respondendo as urgências daquele período – o que não significa que tenham perdido forças.

Com interesses semelhantes, os discursos que enredam a mulheres-maravilha como modelo da mulher contemporânea, tratam de dar enunciabilidade ao discurso da “superioridade”, porque foi a forma de subjugar novamente as mulheres. Esses discursos, não apenas emergem

para responder as urgências desse período histórico, como também para manter a base de seu funcionamento e limitar os perigos e poderes dos discursos insurgentes, como os discursos feministas.

Com o culto mariano, entrou no campo discursivo a posição de sujeito abnegado que se sacrifica pela família, que seria o modo como as mulheres deveriam ser para seres reconhecidas (e se reconhecerem), era o modo de subjetivação que lhes garantiam admiração e respeito dos homens, mas como vimos também, se tratava de uma prescrição, de um rótulo prescritivo que estabelecia como *deveria ser* o sujeito feminino, que foi associado ao sujeito materno e esposa, constituiu-se um modo de subjetivação que de tão inalcançável, desumanizava e despotencializava as mulheres.

Com a mulher-maravilha, a produção discursiva é quase a mesma, porém, a *sexualidade* e a *ambição doméstica*, ou seja, uma maior liberdade sexual e a possibilidade de ter ambições para além do espaço doméstico trouxe algumas mudanças para essa figuração. Importante pontuar que ambos os aspectos foram “inseridos” nos discursos que configuram a posição de sujeito, não somente em decorrência das conquistas das mulheres, mas também (e talvez seja o principal motivo) porque o sistema lucra muito, literalmente.

Logo, a emergência desse modelo ideal, novamente nos endereçou a um *super* modo de subjetivação - ser-mulher-esposa-dona-de-casa-profissional-sexy, que novamente nos desumaniza e despotencializa, porque nos termos dessa prescrição, subjetivar-se ultrapassa nossa capacidade humana, significa trabalhos exaustivos, com metas exaustivas impossíveis de serem atingidas, e nesse sentido, realmente só uma super-heroína conseguiria, porque via santidade parece que não funciona mais.

As produções discursivas que endossam essa prescrição, de fato, refletem mais os interesses patriarcais e capitalistas, que os interesses das mulheres. Assim como fez o capitalismo ao romantizar o trabalho feminino não remunerado, como nos lembra Federici (2019) “[...] ele

obteve uma enorme quantidade de trabalho de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação procurariam como se fosse a melhor coisa [...]” (Federici, 2019, pág. 44). Também tem sido com a representação das mulheres a partir dessa figura, que tem sido endossada não apenas pelo senso comum, como também por grandes corporações como a ONU (Organização das Nações Unidas) que concedeu à Mulher-Maravilha o título de Embaixadora Honorária para o empoderamento de mulheres e meninas em outubro de 2016 (Gava, 2021).

Isso mesmo que você leu! Uma personagem de quadrinhos, imagina por um homem, recebe o título de EMBAIXADORA HONORÁRIA PARA O EMPODERAMENTO DE MULHERES E MENINAS, com a justificativa que toda sua LUTA por paz e justiça ajudaria na conquista da igualdade de mulheres e homens. Logo, avançamos, mas sem avançar tanto, como dito no início desse mesmo capítulo, quando revisitamos a história sobre as mulheres, a partir de um olhar atento, observamos uma narrativa que teria diversas possibilidades de dizer algo sobre estas, mas escolheu sem pudor priorizar acontecimentos em favor da dominação masculina.

Voltando aos nossos questionamentos, quais as linhas de subjetivação que essa figura carrega? Na dissertação de Gava (2021), temos uma argumentação extensa que nos leva a compreender como essa figura se estabelece *como um ícone de empoderamento questionável*. Segundo a autora, de fato há empoderamento na figura, porém alguns pontos nos fazem questionar *a quem esse lugar realmente tem servido*. Uma vez que, suas formações discursivas movimentam produções subjetivas que endereçam as mulheres a lugares de vulnerabilidade.

Por exemplo, a objetificação sexual que atravessa suas primeiras histórias, principalmente sob autoria de Marston, a personagem aparece acorrentada em várias histórias, fazendo grande alusão ao sadomasoquismo. Além disso, o funcionamento do dispositivo amoroso e materno (Zanello, 2018), além de abandonar sua terra natal – um reinado e sua imortalidade, ainda se sacrifica em quase todas as histórias em nome do amor de um homem e pela pátria, e a pressão

estética e a objetificação sexual que sendo percebidas nas mudanças dos corpos e das roupas das personagens, que vai ficando cada vez mais sexualidade e inalcançável.

A emergência dessas produções discursivas, encontram condições de produção devido a diversas questões, para Oliveira (2005), essas produções subjetivas emergiram em decorrência da acidentada entrada das mulheres no mundo dos homens e a ocultação da vida privada. Segundo a autora, essa conquista significou para as mulheres “[...] uma transgressão; para os homens, uma concessão. Quem transgride, alimenta culpa. Quem concede, fica credor. Por isso as mulheres aceitaram essa concepção falha de igualdade que, na prática, transformou-se num cheque sem fundos.” (Oliveira, 2003, pág. 21).

Nessa concessão social, as posições de sujeitos esperadas eram, agir como homens no trabalho, e em casa continuavam mulheres, a vida privada não foi negociada, o tempo que dedicam, sobretudo ao mais frágeis, crianças, idosos e doentes, foram silenciados como se fora ilícito, proporcionando, involuntariamente, a ocultação de um fato importante o mundo do trabalho estrutura-se articulado a uma vida privada garantida e protegida pelas mulheres” (Oliveira, 2003).

Intimidades, garantiam aos patrões que seriam tão disponíveis quanto os homens. Em casa, culpadas, garantiam aos maridos que nada mudaria, e que nem perceberiam que elas agora tinham horários, viagens, contas a prestar a um patrão. [...] Exaustas vem clamando pela divisão de tarefas, fonte inesgotável de tensões e mal-estar nos casais, imprensados em curtos momentos de vida íntima.

Para Homem e Calligares (2019), as condições de emergências estão relacionadas, na verdade, a ausência de uma reconfiguração do pacto sexual e social, que não houve quando as mulheres saíram as ruas e exigiram equidade, culminando em novas faces e formas de subjugar as mulheres, que tem significado múltiplas funções, além de ser mãe na casa, e cidadã na *pólis* e trabalhadoras no mercado, precisa “[...] operar um tratamento de si, um cuidado de si para se

manter como objeto de desejo, que implica comer bem (e pouco), ir à academia, cuidar do cabelo, das unhas, das roupas, das pele...Isso é assustador.”(Homem & Calligares, 2019, pág. 80).

Enquanto Badinter (2005) tratou esse acontecimento como um rumo equivocado do feminismo, especificamente com a vitimização do gênero feminino que foi se formando na década de 1980, que significou, o desaparecimento do quebra-cabeça das diferenças culturais, sociais ou econômicas, a vitimização do gênero feminino permitiu unir a condição das mulheres e o discurso feminista sob uma bandeira comum.

Ao sublinhar incessantemente a imagem da mulher oprimida e indefesa ante o opressor hereditário, perde-se toda credibilidade junto às gerações, que veem as coisas por outro prisma. Aliás, o que se propõe a estas senão mais vitimização e penalização que possa modificar a sua vida cotidiana. [...] o feminismo destes últimos anos tem deixado de lado as lutas que constituíram sua razão de ser. A liberdade sexual vai dando lugar ao ideal de uma sexualidade domesticada, enquanto vemos ressurgir o mito do instinto materno. (Badinter, 2005, pág. 19)

Apesar das diferenças que marca a história e o pensamento de Badinter (2005) e Bell Hooks (2020), ambas nos mostram como a sucessão de discursos feministas opostos tem causado confusão, e principalmente brechas para o sistema patriarcal e capitalista atualizarem-se, de um lado as mulheres como vítimas de outro como “poderosas”, de um lado mal-amadas de outro desejadas, de um lado exploradas de outro necessárias.

A mulher-maravilha, não tem filho, mas é convocada a maternar a nação, e assim a ideologia maternalista se renova, e forma-se um dispositivo materno, que coloca as mulheres como alvo de injunções contraditórias e que cada vez mais sentem-se perdidas e cansadas, entre os feminismos rasos e os sexismos que se infiltram nessas relações. Novamente as mulheres são seduzidas por modelos individualizantes que implicam que nenhuma mudança tem que acontecer nas realidades políticas e sociais mais amplas.

2 EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE NA CULTURA OCIDENTAL: UM EMPODERAMENTO COLONIZADO²¹

*Triste, louca ou má, será qualificada ela
Quem recusar, seguir receita tal, a receita
cultural do marido, da família
Cuida, cuida da rotina [...]*

Canção de Francisco, el Hombre

Os debates contemporâneos a respeito do que chamamos maternidade²² apresentam um alargamento temático nas problematizações - sobretudo aos meados do século passado, quando esse acontecimento passa a ser visto através de diferentes interpretações, mas sobretudo, passa a ser problematizado como um processo histórico, cultural e político, ligado diretamente às relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro (Scavone, 2001). Principalmente, a partir das reflexões que os movimentos feministas vêm desenvolvendo com relação ao lugar das mulheres na família e na sociedade, que desmontam os esquemas histórico produtores da experiência materna em termos religiosos e biologicamente determinados, colocando como *apriori* um “sujeito materno” transcendental ou universal.

Nesta secção, trago algumas referências históricas que marcam, constroem e engendram sentidos específicos ao sujeito mãe, a partir da produção da maternidade como um dispositivo²³. Embasando-se nestas referências, construo o argumento de que tanto a experiência materna quando o sujeito materno são efeitos discursivos de contingências sociais, culturais e econômicas,

²¹ Termo cunhado por Valeska Zanello (2018)

²² Partindo dessa compreensão, em diálogo com Marecllo (2003), quando falamos *a* maternidade, não estamos falando de algo que efetivamente existe, não existe mãe-solteira, mãe-lébisca, mãe-adolescente, mulher-mãe, a maternidade não existe enquanto objeto natural, o que tomamos como “a” maternidade são resultados de processos de objetivação na relação dos sujeitos com as coisas, que podem ser o filho, o filho com deficiência, a classe social, etc.

²³ Trato aqui do conceito de dispositivo apresentado por Foucault (1984) que seria um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, enunciados científicos, proposições morais, filosóficas, entre outras; formando uma rede que se estabelece entre estes elementos, com função estratégica e está sempre inscrito em um jogo de poder.

pontos cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Como veremos esta experiência apresenta em si mesma sua própria historicidade, com condições concretas que permitiram a conformação de um tipo de verdade sobre esta experiência normalizando-a.

Tomamos então, o conceito de experiência apresentado por Foucault (1984) enquanto “[...] a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividades [...]” (1984, pag. 10), ou seja, o filósofo convoca o conceito de experiência para dar conta desta correlação entre saber, poder e subjetividade, que constitui nossa experiência possível em cada momento histórico, através das quais os indivíduos são levados a se colocarem, diante de si mesmo como objetos de saber e ação moral. Assim, os conceitos de subjetividade e experiência se correlacionam, e a experiência²⁴ pode ser pensada como um espaço de ação no qual são definidas as possibilidades de condutas a serem praticadas, segundo processos definidos historicamente, tal que os indivíduos são levados a se reconhecerem como sujeitos sexuais, maternos, políticos, por exemplo, levando em consideração sempre os jogos de verdades dos quais faz parte.

Se acatarmos o horizonte do pensamento do filósofo, junto aos trabalhos histórico-críticos realizados por pesquisadoras como Elizabeth Badinter (1985) e Valeska Zanello (2018), podemos compreender as condições estratégicas nas quais, verdades tornaram possíveis e operantes, moldando a vida e os afetos das mulheres a partir de regiões da experiência²⁵ da maternidade, que a designam como uma experiência natural, a-histórica e universal, ao longo dos séculos na cultura ocidental.

²⁴ Importa clarificar que, os conceitos de experiência e dispositivos podem apresentar semelhanças, porém não tratam da mesma questão. Assim, a título de compreensão os dispositivos dão forma, configuram a experiência histórica, produzindo no seu exercício uma subjetividade.

²⁵ Quando Foucault nos fala sobre regiões da experiência, trata de nos fazer pensar sobre as diferentes maneiras de si conduzir, que os indivíduos encontram, no processo de constituição de si mesmos enquanto sujeitos de uma experiência singular, ou seja, os modos de agir em relação a um código que intenta delimitar os contornos de uma experiência.

Segundo Badinter (1985), a problematização da maternidade pela via do amor “materno” e do cuidado, é muito recente na história da civilização ocidental, a autora situa a publicação de “Emílio” produzida por Rousseau, como um dos marcos deste acontecimento. Nesta obra, Rousseau expôs uma maternidade idealizada, contribuindo significativamente para o início e proliferação dos discursos culturais que produziram como eixos da experiência²⁶ da maternidade: o amor espontâneo pelos filhos e a disponibilidade do cuidado como elementos naturais, discursiva que ainda interpela às mulheres na elaboração daquilo que são enquanto sujeito feminino e o que devem fazer e sentir enquanto mães (Santos, 2019).

Badinter (1985), dar visibilidade as formas como o comportamento materno foi sendo moldado e afetos incitados, mais do que isso, apresenta como fizeram da maternidade uma urgência, ou como teoriza Mello (2003), fizeram um certo ideal de maternidade funcionar como um dispositivo que respondesse as demandas que emergiram em decorrência de mudanças sociais. Para tanto, foram produzidas discursividades que colocaram em ação o conceito de sujeito mãe atrelado a ideia de maternagem. Segundo Santos (2019), esta percepção comumente equivocada até os dias atuais, acarreta na naturalização das construções de papéis sociais, ou seja, contribui para que relações socialmente construídas sejam vistas como inerentes a natureza humana, a maternidade enquanto o gestar é de esfera biológica, e a maternagem é do âmbito socioafetivo da criação dos filhos.

Esta associação não ocorreu por acaso e é relativamente nova na civilização ocidental, segundo Badinter (1985), entre final do século XVI e início do século XVIII na Europa, não havia uma valorização as funções maternas, o comportamento materno não se colocava como algo desejado ou incitado. Uns dos motivos seria o fato de que, sairia mais econômico a uma família enviar o filho a ama, do que a esposa do comerciante ter de se afastar do seu trabalho para cuidar

²⁶ No trabalho de Nicolazzi (2004), sobre o conceito experiência, encontram-se uma explicação sobre os eixos da experiência como modelos de ação que, podem ser pensados como, os meios pelos quais, segundo condições específicas, os indivíduos pensam sobre si mesmo através de um conjunto de valores definidos como estéticas da existência.

dos filhos, quando se tratava de classes menos desfavorecidas. Nas camadas mais nobres, as mulheres mesmo podendo agir de maneira diferentes, também realizavam o encaminhamento para as amas, porém sob uma lógica diferente para poderem dar maior atenção ao marido, segundo a ideologia dominante (Mello, 2003). Sugere pensar que não se tratava de uma experiência problematizada enquanto objeto de cuidado e matéria para estilizar a existência, sobretudo das mulheres. Estas se subjetivavam²⁷ a partir de diversos outros modos, como o artesanato, a contemplação das artes, o cuidado ao marido e suas leituras.

A indiferença com relação a função materna, como lembra Badinter (1985), devia-se ao fato de que crianças até os séculos XVIII, não eram consideradas como um ser que precisava de cuidados e afetos, ao contrário disso, significava um ser plenamente substituível e sem necessidades de receber maiores atenção, sendo assim um empecilho para a vida dos pais. Ou seja, não era apenas a questão da amamentação, fatores como sexo e primogenitura também eram determinantes, as filhas, por exemplo, eram vistas como verdadeiros fardos. Demandavam dotes ou gastos com conventos, com exceção para os casos que eram levadas para realizar trabalho doméstico na casa de estranhos. No que se refere ao filho primogênito, esses recebiam melhor tratamento, em todas as camadas sociais, chegando a herdar lotes de terras. Ademais, os filhos eram encaminhados às casas de amas, para serem cuidadas²⁸ ou entregues a Roda dos expostos²⁹, e criadas por freiras religiosas (Mello, 2003). Muitas crianças morriam sob os cuidados das amas, devido à falta de higiene dos hospitais ou pela própria condição que as crianças eram entregues, fato sentido na maioria das vezes, como acidente banal, reparado pelo nascimento de outro filho,

²⁷ Muito embora, fossem comportamentos reprovados pelos homens, que dispendiam esforços para que as mulheres ocupem o lugar privado da casa e assumam suas funções naturais de “donas de casa” e “mãe”.

²⁸ Mello (2003), apresenta problematizações sobre essa questão, que nos faz refletir que o cuidado já possuía “cor, classe e gênero”, pois, as mulheres conhecidas como “amas de leite” eram em sua maioria negras e muito pobres que deixam de amamentar seus filhos em trocas de quantias mínimas. Não podemos deixar de fazer um paralelo a realidade contemporânea e os modos como a experiência da maternidade vem sendo problematizado, sendo comum a terceirização do cuidado, devido a falta de redes de apoio, sobretudo para as mulheres de classe média e baixa.

²⁹ Era uma saída para os abortos e infanticídios, tanto para as famílias que buscam o controle da natalidade, como as para crianças filhas de relações proibidas.

a autora destaca que a própria escolha das casas era aleatória, sem nenhum critério e mesmo diante dessa realidade, as mulheres não eram condenadas pela ideologia³⁰ moral ou social.

Nesta perspectiva questiona Badinter (1985, p. 92) “[...] nesse sentimento tão seletivo, onde fica o amor materno, que se afirma facilmente existir em todos os lugares e em todos os tempos? A preferência pelo primogênito não é inocente, e provavelmente, não é natural.” Sobre isto, Forna (1999) pontua que ao dar à luz não se presumia que a mãe amaria o filho e despendesse cuidados, a maternidade não era um dever ou algo especial e centralizado na mulher.

Na verdade, em casos de divórcio na Inglaterra, França e América do Norte, geralmente era o pai quem tinha custódia dos filhos. Eram os pais e não as mães que se encarregavam dos filhos em questões de disciplina e retidão moral. E eram eles também quem levantavam à noite para acalantar a criança que chorava (Forna, 1999, pag. P. 44-45).

Segundo Badinter (1985), das 21mil crianças que nasceram no ano de 1780 em Paris, 19 mil crianças foram entregues a amas de leite e mil eram amamentadas por amas em suas próprias casas. É possível compreender a partir disso, que o tema maternidade não se colocava segundo parâmetros de valorização e condenação moral, nem os comportamentos relacionados a terceirização do cuidado e suas consequências, não eram assentadas em culpas. Além disso, entre os ideias e modelos femininos não haviam a exaltação social as mulheres enquanto mãe-boas ou mães-ruins, o que sugere pensar que, não se tratava de uma experiência problematizada no campo moral³¹.

No entanto, com a formação e consolidação dos Estados, surge a necessidade de organização das grandes cidades, o que ocorreu a partir de mudanças nos mecanismos de poder, que ao invés de agir sobre a vida para suprimi-la, passa a exercer sobre ela, forças para ordenar e

³⁰ Importa frisar que, aliada a forma de olhar a infância, é que, o corpo assim como a morte não apresenta tanto valor na época, eram vistos com desprezo, diversas questões como as devastações da doença e da fome, tornavam a morte familiar (Mello, 2003).

regular seu conjunto. Diante desse sistema, as relações maritais alteram-se, o casamento por contrato passa a não fazer sentido as questões propostas pelas ideias libertários do capitalismo, alterando as relações entre marido-esposa-filho (Sousa, 2019). Além disso, os altos níveis de mortalidade infantil e os baixos índices de natalidades, tornaram-se alvo de investidas, pois, era essencial a produção de cidadãos que seriam a riqueza do Estado. Para tanto, iniciam-se projetos de incentivo à família, que eram direcionados especificamente para as mulheres, visando a resolução do problema: a infância.

Isto significou que, a criança passa a ser responsabilidade dos pais, o homem seria o provedor do sustento da casa e à mulher os cuidados dos filhos. Num primeiro momento a ênfase foi convencer as mulheres a amamentar seus bebês, a partir de um arsenal de publicação que proliferam discursos que associavam amor e materno, maternidade e maternagem (Zanello, 2018). Além disso, difundia-se que a amamentação repercutiria positivamente, embelezando-as e ainda lhe daria prazer, só alcançado quando havia dedicação absoluta ao filho, o que traria o carinho do filho e do marido³². Estas táticas, segundo Foucault (1984), operam estabelecendo relações entre elementos distintos, de modo que, formam-se unidades fictícias, como foi constituída a noção de “sexo”, também o fizeram com relação a “maternidade ideal”, conformando “jogos de verdade”, que evidenciam as formas e as modalidades de relações consigo por meio das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito, neste caso específico, como a mãe ideal. Assim, os jogos de verdade além de promoverem um sentimento, designavam as práticas correlatas, como a amamentação³³, promovendo-a como uma das mais importantes, dentre as performances esperadas nos modelos de mãe ideal.

³² . Além do mais, seria economicamente melhor amamentar, uma vez que o lucro seria maior, ao invés de encaminhar para amas, destacando ainda a possibilidade de a criança voltar com alguma doença que exigiriam mais dispêndio (Zanello, 2018).

³³ Uma prática que por muito tempo foi considerada sub-humana, por aproximar aos animais, no entanto, a partir de um desvio discursivo passa a ser tratada como dom humano, além de ter sido uma das únicas práticas de prazer/dor que da maternidade que Maria suportou (Mello, 2003).

Fabiana de Amorim Marcello (2003), historiciza que, em meio a essas mudanças, houve também a descaraterização de um sexo único, masculino. O que significou a possibilidade de anunciar uma diferença entre os sexos, e promover os ideais de “igualdade” entre os cidadãos, com a devida legitimação dos discursos deterministas da ciência. Foram, então, delineados os papéis sociais desiguais entre homens e mulheres, que tinham como fator principal a questão da reprodução da espécie, imputando as mulheres, entre outras coisas, a responsabilidade pela execução do projeto de “modernização do social”. Estava montada a armadilha social que produziu o *mito do amor materno*³⁴, pois, a partir da ideia de diferenciação sexual, a maternidade pôde ter seu sentido marcado pela ordem instintiva, a ciência da época realizou o detalhamento dos elementos do corpo feminino, de modo que foi possível instituir a maternidade como uma finalidade biológica, a qual, a mulher assumiria como essência do eu e lei de seu desejo (Butler, 2003; Badinther, 1980).

Silvia Federici (2017), no livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, aborda essas transformações sociais a partir da transição do feudalismo para o capitalismo do ponto de vista das mulheres, analisando como o corpo feminino foi transformado em uma máquina de produção de novos trabalhadores. Segundo a autora, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, reduzindo a maternidade à condição de trabalho forçado, confinando as mulheres a uma atividade reprodutiva desconhecida para sociedades anteriores. Enquanto o dispositivo materno agenciava os comportamentos das mulheres, houve também uma redução das mulheres a não trabalhadoras, ou seja, as mulheres ao passo que eram direcionadas a maternidade, perdiam espaço de ação no mundo do trabalho, inclusive nos trabalhos realizados tradicionalmente, como os partos.

³⁴ “Ao percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições e frustrações. Como então, não chegar a conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente?” (Badinter, 1985, p. 367).

A mulheres tentaram resistir a essa investida, mas devido às táticas intimidadoras que os trabalhadores usaram contra elas, fracassaram. [...] é evidente que essa tentativa não haveria triunfado se as autoridades não tivessem cooperado. Obviamente, se deram conta de que aquilo era o mais favorável a seus interesses [...], a exclusão das mulheres dos ofícios forneceu as bases necessárias para sua fixação no trabalho reprodutivo (Federici, 2017, pág. 189 -190)

Neste novo “contrato sexual”, o trabalho das mulheres começou a ser caracterizado como um recurso natural, disponível a todos. Importa pontuar que as mulheres “vinham” de quase dois séculos de terrorismo, perseguição e degradação do trabalho. Passando então a depara-se com uma discursiva dominante que além de naturalizar e glorificar o “instinto” materno ou o amor espontâneo da mãe pela prole, designou os deveres maternos e as culpas correlatas, e proibiu o aborto, para reconduzir e assegurar que as mulheres iam se dedicar ao caminho de mãe e cuidadora (Zanella, 2018). O aleitamento e uma maior dedicação ao filho, foram aos poucos aderidos pelas mulheres, restringindo a própria liberdade, em detrimento da liberdade do filho, além dos carinhos maternos, roupas adequadas, passam a constituir as provas de um novo amor³⁵ pelo filho. Essas alterações nas condutas, significou como registra Badinter (1985), numa progressiva submissão das mulheres a uma nova normatização.

Fechadas nesses esquemas por vozes tão autorizadas, como podiam as mulheres escapar ao que se convencionara chamar de sua “natureza”? Ou tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam distanciar-se dele, e tinham de pagar caro por isso. Acusada de egoísmo, de maldade e até de desequilíbrio, àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua

³⁵ Segundo Zanella (2018) “Se antes, com um bebê, o que se sentia era indiferença, agora esse sentimento “transcende” a própria existência do bebê, há – espera-se que haja – uma emoção diferente, que deve estar presente já no anúncio da concepção. Além disso uma boa mulher é uma boa dona de cada, que cuida do marido e da família”. (Zanella, 2018 pag. 145-146)

“anormalidade”. Ora, a anormalidade, como toda diferença é diferença é difícil de se viver. (Badinter, 1985, p. 237 – 238)

Instaura-se então, uma normatividade das práticas maternas, a partir de discursivas específicas sobre o sujeito mãe e sobre novas visões da experiência materna, tornando possível o surgimento do conceito de maternagem, a qual deveria garantir a condição de qualidade de vida da população, ou seja, produzir crianças saudáveis, acompanhadas desde o nascimento até a maturidade para evitar desvios orgânicos ou funcionais no seu desenvolvimento. Neste sentido, é possível perceber que as regiões da experiência materna passam a serem problematizadas, como um campo moral que implicou as mulheres mudanças na economia do exercício de si, como nos lembra Zanello (2018), as investidas sobre as mulheres contaram com a cumplicidade dos maridos para que as mulheres abrissem mão das práticas que as constituíam. Além disso, também passam a serem responsáveis pela felicidade e infelicidade dos filhos, graças as grandes contribuições das teorias psicanalistas que as associam aos comportamentos das mães, transformando a responsabilidade na culpa materna.

A experiência da maternidade passa a ser problematizada também no campo da “razão”, ou seja, as questões não estavam relacionadas apenas às formas ideais de conduzir as práticas de cuidado, alargavam-se aos modos de se conduzir no mundo, de modo que, o amor natural pelo filho, como parte dos discursos ideológicos, servia para qualificar as mulheres no âmbito da normalidade, não amar o filho era uma anomalia ou um crime, que deveria ser evitada ou disfarçada, de modo que, o rompimento do ideal maternidade servia de diagnóstico de doença mental, por exemplo. Percebe-se então, como nos explica Zanello (2018), a partir da naturalização do sentimento materno, opera-se grandes transformações no espaço de ação para as mulheres enquanto sujeito social, resultando em novos modos de subjetivação, a partir do discurso materno, que de forma constitutiva, investiu na produção do desejo de “ser” das mulheres.

Nessa relação de força, era imposto que a maternagem acontecesse mediada pelo afeto, assim, de modo que, o processo de assujeitamento materno foi sendo operado por redes de domínios menos coercitivas. Como nos assegurou Foucault (1984), o processo de subjetivação não se limita a tomada de consciência de si, mas implica também uma problematização do processo ao qual se é sujeitoado, ou seja, sempre se trata de uma forma de assujeitamento, porém pode ser dar por duas perspectivas distintas e opostas, primeiro, o sujeitar-se pode ocorrer sob coerção, por uma disputa de forças desiguais, mas também, pode ocorrer por escolha pessoal, a qual assume as vezes uma escolha estética ou política.

Para Zanello (2018), a subjetivação materna era vista pelas mulheres como uma experiência que podia e devia ser pensada enquanto empoderadora, posto que, mesmo sendo livres, elas não possuíam status autônomo na sociedade, o qual poderia ser alcançando mediante a maternidade, que estava sendo valorizada socialmente, sendo respeitada desde que não ultrapassasse seu domínio doméstico. No entanto, como teoriza a autora, tratava-se de um “empoderamento colonizado”, se por um lado exaltava-se a imagem da mãe, por outro, intensificava-se as exigências e tarefas. A imagem sensual da mulher (Eva) cedeu lugar à outra assexuada³⁶, submissa e materna por natureza (Maria), promovendo a mulher enquanto mãe, e esta foi cada vez mais sacralizada, à santa-mãe cujo sacrifício e o devotamento eram os principais atributos.

Assim, a educação do filho e a responsabilidade pela sua saúde, passou a ser a tarefa mais nobre, e que para ser alcançada com êxito, as mulheres deveriam ter a bondade, a coragem e a doçura como virtudes, servindo de modelo para o filho. Ao mesmo tempo que deveria educar e passar confiança, deveria vigia-lo, assim, um novo contexto materno se forma, a maternidade

³⁶ As práticas sexuais passaram a ser normatizadas de modo a não atrapalhar a finalidade reprodutiva, que seria por conseguintes, prejudiciais para a sociedade. Assim, tanto o desejo quanto o prazer feminino passam a ser problematizados como ameaçadores para a espécie, discursiva que remonta a misógina que estrutura a cultura ocidental, como visto no cap. 1 No entanto, o tipo de desejo que as mulheres deveriam sentir era o desejo materno, de cuidar da casa e da família. No trabalho de Mello (2003) é possível aprofundar-se da historicidade que entrelaçou o dispositivo materno e o dispositivo da sexualidade, e as formas que controlam o corpo e a subjetividade das mulheres.

científica, especificamente no início do século XIX, havendo cada vez menos encaminhamento de crianças para amas. A morte dos filhos passa a ser sentido pelas mães e pais, por isso, estas passam a pedir conselhos e ajudas aos médicos, tornando-se assim, suas assistentes, enfermeira e dedicando seu tempo e sua vida apara cuidar de seus próprios filhos (Baditer, 1985).

Badinter (1985, pág. 147) afirmou que “inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir este trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria jamais tivera [...]”, ou seja, a sujeição ao discurso materno pode ser pensada enquanto escolha estética: como recusar um lugar que possibilitaria obter o respeito dos homens? Como também por coerção: o que poderia acontecer caso este não fosse o caminho escolhido? Há diversas questões pessoais, mas sobretudo e sociais que movimentam essas produções subjetivas. Como descreveu Federici (2017), havia um projeto político e social com ambições sobre o corpo feminino, o qual vinha sendo operado das formas mais sutis e violenta possíveis. Assim, o desejo de “ser” das mulheres foi amplamente explorado, segundo Butler (2019), quem explora é aquele que tem a promessa de oferecer uma existência contínua, de modo que, foi preferível existir na subordinação do que não existir.

Essa breve incursão histórica demonstra que, a produção da maternidade enquanto um dispositivo garantiu o controle, a educação, a instrução, a classificação, a exploração e a medicalização do corpo e dos processos de subjetivação das mulheres. Construindo culturalmente a compulsória ligação entre sujeito mãe e sujeito mulher, sucumbindo-as nas funções maternas e domésticas, desvalorizando os trabalhos neste campo de ação; discursiva que se atualiza no imaginário social, confirmando que uma “boa mãe” deveria se apagar em favor de suas responsabilidades para com seus filhos, como promessa de validação e felicidade. Embora essa realidade tenha demorado a se formar, o sujeito do discurso materno pôde ser discursivamente produzido como vital para as estratégias do patriarcado e do capitalismo até os dias atuais.

2.1 O histórico poder civilizador e domesticador da experiência da maternidade no Brasil: a importância do período colonial

A partir de disposições sociais, políticas e econômicas de certos períodos históricos, foram promovidas as relações entre os sujeitos mãe e mulher como vitais, quando nos aproximamos da experiência histórica brasileira, temos o encontro desses ideais com as culturas indígenas e negras no período colonial. De modo que, a maternidade foi problematizada como um dispositivo civilizador para responder à uma urgência: a domesticação das mulheres. Como indica May Del Priori (2004), neste período havia uma forte misoginia e um desejo de normatizar as mulheres, e a igreja buscava afastar o amasiamento entre os homens e as índias ou escravas, assim, a domesticação foi um dos caminhos utilizados no processo de povoamento, com contribuição da igreja que um importante papel no projeto demográfico para ocupação das terras descobertas.

O Estado também insere a igreja neste projeto, para implementar o modelo burguês de família, almejando a modernização e higienização do país, que esbarrava com os modos de viver da população explorada, que apresentava uma realidade conjugal e social bem diversificada. O que se pregava era a orientação para o casamento e o sexo para a procriação, para isto, ocorreu o reposicionamento dos membros das famílias, o que afetou as regiões de problematização da experiência materna (Matos, 2000). Sob forte influência da Europa, a igreja passou a ditar nos sermões e pastorais quais práticas eram transgressivas; e as mulheres mães solteiras, prostitutas, abandonadas que se juntavam as casadas e as viúvas nos rituais que envolviam o parto ou quando os filhos estavam doentes para rezarem, também sofreram intervenção da igreja, que quebrou essa teia de solidariedade, discordando e retirando o saber sobre o corpo feminino, perseguindo as mulheres que viviam na ambiguidade da mãe e da prostituta, produzindo discursos que fez da mãe um exemplo, e da maternidade uma tarefa (Del Priore, 2004). A experiência materna foi assim sendo problematizada como um papel social, que se articulava com o dispositivo da sexualidade, de modo que, a sexualidade feminina foi normatizada pelos discursos que já não eram mais apenas religiosos, mas moralistas e médicos.

O discurso médico, veio a reforçar ou dar o status de científico a este moralismo religioso, que colocava a experiência materna como “remédio” para as mulheres, ou seja, não bastava para as mulheres, casar e relacionar-se sexualmente com o marido, era preciso procriar para “ordenamento justo dos instintos femininos” (Zanello, 2018, p. 60). Nesta época, como pontua Del Priore (2018), houve uma certa obsessão pelo útero, não no sentido de valorização da sexualidade feminina, mas com interesses de entender seu funcionamento para obter maior e melhor controle, construindo juízos fortemente misóginos:

Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão-somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos, etc. (Del Priori, 2018, p. 83).

Na virada do século XIX para o século XX, os discursos mais prevalentes sobre a experiência da maternidade se situam dentro dos discursos higienistas. Dentre os fatos que formaram as condições possíveis para isso, Costa (1983) apresenta, a chegada da corte portuguesa e a tentativa de adaptar o sistema econômico e político, para tanto, exerceu o controle sobre a organização das cidades e famílias, utilizando dos discursos médicos no processo de “normatização dos indivíduos”. Com isso, houve a preocupação com os óbitos infantis, fato que até o século XVIII recebera pouca importância dos médicos, porém com a implantação de faculdade de medicina, essa passou a ser uma preocupação de autoridades que voltaram-se a projetos para o combater a elevada morte.

Por intermédio dessa normatização, o modelo de sociedade brasileira que se seguiu no século XX, no âmbito da educação dos homens e mulheres, resultou em uma educação que a preparava as mulheres para serem mães virtuosas, pilar de sustento do lar e educadora dos futuros cidadãos. Sendo assim, o casamento e a maternidade foram instituídos como verdadeira vocação feminina (Costa, 1979/1980), ou como dispositivos de subjetivação destas, como defende Zanello

(2018). Há de sublinhar que o surgimento das especialidades médicas, como a ginecologia, passou a atuar na disciplina do corpo da mulher, o que reforçou o discurso negativo sobre as mulheres que transgredissem o modelo idealizado de mãe, se antes eram vistos como como desvio da norma, sujeitos a coerção moral e social, passam também, a ser classificados como patológicos (Rohden, 2001).

No Século XX, o “dito” instinto materno, foi deixado um pouco de lado, prevalecendo as discursivas que defendiam a infância como uma etapa com características próprias e que precisa ser cada vez mais entendida, sobretudo pelos médicos especialistas. A medicina passa a designar que a desinformação na missão de procriação seria uma das causas de doenças dos filhos, tornando necessário o surgimento da puericultura que se dedicava a orientar as mães a cuidar adequadamente dos filhos. Ampliando seu poder, a ciência passa a se ocupar não apenas da doença como também da “saúde”. Na ambição de adentrar o inconsciente coletivo e impor suas regras ao exercício da maternidade, cada gesto das mulheres foram racionalizados, padronizados e decompostos em detalhes (Ramos, 2006; Zanello, 2018).

Como salienta Meyer (2005), a mulheres por serem consideradas frágeis, ignorantes e negligentes, precisavam dos conselhos médicos constantemente, principalmente no que se referia às formas de condução da vida e da reprodução. As estratégias discursivas particulares utilizadas, além de realizarem uma difusão dos preceitos médicos, repudiavam os saberes que não eram científicos, como as práticas das medicinas particulares, bem como as mulheres que as adotavam (Marques & Oliveira, 2019). Para conformação desse cenário, a mídia tinha um forte poder de criar realidades, difundir narrativas, nesse processo de construção da representação moderna da mulher-mãe pelo poder médico, Tomaz (2015), resgatou publicações da imprensa do século XIX e XX, que entre outros discursos, confundiam a maternidade com a identidade das mulheres, promoviam a função materna como fundamental para o progresso e civilização do país, que, aos poucos, transferem gradativamente o aprendizado da maternagem, de um ambiente doméstico para um ambiente público, midiático, científico e masculino.

No século XX, o dispositivo materno estruturas mais rígidas, “[...] carregado de normas, governado por dogmas produzidos por supostos especialistas, sua visão é sempre formulada em termos do que é melhor para o bebê [...]” (Forna, 1999, p. 76). Com isso a discursiva caminhou na produção das mulheres como criaturas generosas, abnegadas, e institivamente³⁷ disponíveis ao cuidado, por essa razão sacrificavam a vida pelo bem estar dos filhos, e assim, seriam aquelas que dariam “o amor a mais”. Requereram com isso, um modelo de mãe que cuidasse dos membros da família, mas que se cuidasse também, devia estar sempre atenta a sua saúde e ao bom andamento da saúde da família (Zanello, 2018).

Essa rápida volta a construção da experiência histórica da maternidade no Brasil, não objetiva levantar ou mesmo discutir a maternidade “através do tempo” como uma significante universal que sobreviveu a tensões. Pelo contrário, problematizar que os movimentos de modernização e higienização operaram formas específicas de ver e dizer o sujeito mãe, a partir da constituição de uma maternidade normativa, que associou maternidade e moralidade. Observa-se então, que a maternidade foi normatizada no sentido de que, há determinados comportamentos que as mães precisam ter, alguns inclusive determinados por leis, sob risco de serem alvo de julgamento social e condenação pública ou mesmo a perda da guarda dos filhos.

Tal operação, fez emergir novas problematizações e espaços de ação que tonaram possíveis as experiências maternas, num campo de domesticação das mulheres e demarcação das desigualdades sexuais do trabalho. O desejo de ser mãe passa a estar atrelado a um arsenal de obrigações que nem sempre as mulheres desejam assumir, posto que, algumas atitudes configuram desvio ou conflito com o que as mulheres almejam enquanto realização pessoal. Justa-se a isso, a hierarquia com que a maternidade e paternidade vem sendo postas em discurso,

³⁷ Nos anos 50, ressurgem discursos sobre o mito da maternidade como algo “natural” das mulheres, com grande influência as teorias de Donald Winnicott, pregando sobre a dedicação total as crianças, caso contrário as crianças teria bloqueios no desenvolvimentos, disfunções emocionais (Forna, 1999), que posteriormente serviu para desenvolvimento de teorias sobre vínculo e interdependência entre mãe e bebê, Fornas (1999), chegou a denominar esse período como “legado dos guros”, por ter surgido tanta teoria sobre o papel central da mãe no desenvolvimento do filho.

quando Foucault sugere que é preciso “sacudir as evidências”, significa que devemos fazer um movimento constante de problematização das intenções subjetivas, muito mais do que da objetividade destas “evidências”. A historicidade nos mostra como os discursos foram colocando a centralidade do cuidado nas mulheres, sobretudo quando a discursiva sobre a possibilidade de procriar como caminho natural de subjetivação, foi sendo desmontada por mulheres.

2.2 Dispositivo materno: da sujeição divina ao cuidado socialmente útil

Se a partir de um olhar histórico evidenciamos uma variedade de formas de cuidados e distribuição de responsabilidade com os filhos, porque a criação destes na nossa cultura ainda é majoritariamente mãe-cêntrica? Podemos considerar que, uma das razões seria a dificuldade de escapar da captura deste dispositivo materno que é resultado de um poderoso consenso social, além disso, as regras desse jogo de força são organizadas pelos homens e para os homens, que só encontram vantagens no *status quo* (Badinter, 2011). A imposição de um ideal de maternidade é uma arma quente do patriarcado e do capitalismo, uma organização que opera em muitos níveis, desde a economia na diferenciação do emprego, salários mais baixos, emprego menos valorizados e menos oportunidade na carreira profissional, até na instituição familiar, a partir da configuração e organização do trabalho doméstico (André, 2019; Federici, 2019).

Segundo Biroli (2018), a forma como a criação dos filhos foi se definindo socialmente ao longo da história, fez da experiência materna um fator que reduz a autonomia individual e coletiva das mulheres, e desresponsabiliza completamente o homem, a favor do Estado. A maternidade, nesses termos ou melhor, a maternidade ideal, devasta a individualidade das mulheres, destrói o senso de subjetividade e o desejo enquanto sujeito autônomo, as coloca numa posição solitária e isolada num mundo, em que, as exigências são infladas, resultando em uma implosão psíquica com rachaduras graves, porém silenciosa, na maioria dos casos; ou objetivada em quadros nosológicos (Arrais, 2005; Ramos, 2006; Zanello, 2015; Aguiar, Silveira & Dourado, 2011; Homem & Caligars, 2019).

Segundo Zanello (2018):

o amor materno, supostamente “espontâneo”, “diferentes de todos os outros”, o “maior de todos”, foi inflacionado, produzido, e trouxe, como contrapartida, o sofrimento de mulheres cuja relação com a maternidade não se traduzia nesses termos (ou a culpa, naquelas que sentiam não atingir esse ideal); e de outro, o *looping effect* dos “traumatizados” por não terem tido como cuidado principal a mãe biológica, ou por ela não ser uma mãe “propaganda Dorian” (Zanello, 2018, pag. 143-144)

A filósofa e psicóloga Valeska Zanello (2018) tem sido, na contemporaneidade uma importante teórica sobre o lugar da maternidade nos modos de subjetivação feminino, defendendo que, embora a maternidade não seja mais encarada prontamente como um destino natural e social, a disponibilidade para o “cuidado” ainda interpela a figura do feminino. O que significa dizer que, nos termos dessa realidade, embora não se exige, como antes, que as mulheres sejam apenas mãe, exige-se uma disponibilidade ao cuidado do outro, seja ele seu filho ou não. No cerne desta questão, está a identificação total entre a capacidade de *procriar* e a capacidade de *cuidar*³⁸, um dos principais determinantes da subordinação das mulheres a função social de “maternar”.

Zanello (2018), a partir de um percurso histórico sobre as questões de gênero, dispositivos² e os caminhos privilegiados de subjetivação, ou seja, de como se tornar homem e mulher na cultura ocidental. Observa a discursiva que compõe o ideal³⁹ de maternidade e o acúmulo de funções que, foi sendo atribuídas a partir deste modelo de maternidade, desvelando

³⁸ No entanto, importa frisar que, a capacidade de cuidar se faz presente em todos os seres humanos, seja individual ou coletivamente, no entanto tem sido forjada de modos diferentes por aspectos culturais, como discute Forna (1999), [...] a maternidade é um construto social e cultural que decide não só como criar filhos, mas também quem é responsável pela criação de filhos. Em certos lugares desse mundo, a maternidade foi forjada de modo diferente. Há lugares onde a mãe não é a única responsável pelos filhos e ninguém espera que ela seja, onde o homem se envolve muito mais com a vida dos filhos e trabalhar, onde a mãe não é levada a se sentir culpada por suas escolhas pessoais (Forna, 1999, p. 32).

³⁹ Zanello (2019), tece críticas à sobre a magnitude que o ideal de maternidade – visto como procriação e maternagem unidos de forma “natural”, se entranhou na nossa cultura, sobretudo, pelas ciências médicas e *Psis*, que atuando como tecnologia de poder, não só representaram como criaram as situações ideais e as traumáticas, que de um lado adoece as mulheres mães que nunca são boas os suficientes, e os filhos que, não tiveram a mãe ideal.

o quão estratégico foi associar a procriação ao cuidado, e como desdobramento, não “apenas” o cuidado do filho, mas a disponibilidade para cuidar, seja da família, do lar, ou de um ente familiar. Destacou que, a partir do século XVIII o trabalho doméstico e de manutenção do lar, foram relacionadas ao cuidado politicamente, o que significou que para cuidar do filho era necessário a constituição de um “lar” e sua administração, “[...] o papel de “dona de casa” surgiu como desdobramento naturalizado da maternidade, como tarefa “essencialmente” feminina.” (Zanella, 2018, p. 145).

Esta dinâmica entranhou-se de tal forma, como pontua a autora supracitada, que se observar atualmente, quando há terceirização dos trabalhos domésticos tendem a ser realizado por outras mulheres, bem como, são as “as donas de casa” que administram essa logística, permanecendo como responsável pela coordenação dos trabalhos. Os homens, em geral, não são interpelados, cabendo apenas o usufruto desses trabalhos, com isso, atenta-se que independente da classe econômica – porém a mulheres negras e pobres apresentam mais vulnerabilidade; as mulheres tendem a serem responsabilizadas ou se responsabilizam pela manutenção dos serviços e cuidado que envolvem a dinâmica familiar (Zanella, 2018).

A pandemia do Covid-19 colocou uma lupa sobre esta questão, as desigualdades dos trabalhos formais e a tentativa de conciliar com os cuidados domésticos resultou em grande desemprego para as mulheres. Além disso, acentuou a exploração do trabalho doméstico, resultando em sobrecarga física e emocional para aquelas que foram submetidas a uma rotina onde os ofícios de cuidados da casa e dos filhos, e eventualmente de idosos e enfermos, se misturaram com as rotinas de *home office* e *homeschiling*; elementos que sofrem os atravessamentos de raça e classe, podendo aumentar a condição de sobrecarga e/ou diminuir os rendimentos⁴⁰ (Moreira, Alves, Oliveira & Natividade, 2020; Pessoa & Farias, 2021),

⁴⁰ O rendimento das mulheres pesquisadoras é um exemplo desta diminuição, havendo uma queda na produção de artigos científicos, ao passo que, o rendimento dos homens passou entre níveis estáveis de produção ou tiveram um aumento significativo neste período (Furno, Fogo, Cardomingo & Paes, 2021).

Segundo Homem e Calligaris (2019), quando são feitos deslocamentos sociais, como ocorreu com a pandemia, negociações consciente ou inconsciente acabam acontecendo, porém há décadas a criação dos filhos não está sendo bem partilhada frente aos diversos deslocamentos sociais ocorridos. Justamente porque o cuidado com os filhos permanece atrelado ao modo de subjetivação materno, e é reforçado de maneira velada, como defende os autores. Uma vez que, não se obriga mais uma mulher a assumir a maternidade, no entanto, ainda se cria uma realidade onde os costumes de casamento são propagados; onde o aborto permanece dentro do campo da criminalidade; os filhos ainda são considerados fruto da realização conjugal, entre outros, que cerceiam em várias esferas a vida de uma mulher, propagando a maternidade como aspiração feminina, e os modos de cuidado materno dispendidos, como fonte de validação desse processo.

Foi a partir desta perceptiva que Valleska Zanello (2018) teceu considerações sobre o que denominou de “Dispositivo⁴¹ materno”, como um dos caminhos privilegiados de subjetivação para as mulheres. A partir de uma leitura feminista das relações de gênero, a autora teoriza que existem dispositivos que são privilegiados no processo de subjetivação atualmente, destacando para as mulheres: o dispositivo amoroso, mediado pelo ideal estético e o dispositivo materno. Enquanto que para os homens, destaca-se: o dispositivo da eficácia, baseado na virilidade sexual e laborativa. Esses processos de subjetivação “[...] criam também vulnerabilidades identitárias específicas e diferenciadas para homens e mulheres, as quais evidenciam no sofrimento psíquico.” (Zanello, 2018, pag. 51).

Que dizer com isso, que a cultura participa e configura certos traços, performances e afetos que implicam pedagogias de afetos distintos, onde uns são valorizados em determinados sujeitos e inibidos em outros, como a agressividade nas mulheres e o choro nos homens. Essa seria uma pedagogia afetiva ou colonização afetiva, assim, a cultura produz as pessoas - homens

⁴¹ A autora utiliza o conceito de dispositivo de Foucault, compreendo como uma rede que se pode tecer entre elementos heterogêneos que abraça discursos, leis, enunciados científicos, ou seja, os ditos e os não tipos. Os dispositivos possuem função estratégica de capturar, orientar, modelar, desde gestos até discursos dos sujeitos, ou seja, implica sempre na produção de sujeitos.

e mulheres, e também os scripts⁴² que devem performar, e os sentimentos que devem expressar. Por essa razão, Zanello (2018) pontua que o empoderamento externo, como a inserção no ambiente público ou acesso a contraceptivos, por exemplo, não necessariamente trouxe um empoderamento interno para as mulheres. O qual deve ocorrer a partir da desconstrução ou descolonização afetiva designada a partir do gênero, que configuram as bases para a culpa materna, dentre outros sentimentos que envolvem a maternidade e as exigências culturalmente gendradas.

A autora constrói seu argumento sobre a maternidade enquanto dispositivo, em função da naturalização da mescla entre o cuidado e a procriação, e seus desdobramentos, localizados historicamente com advento do Capitalismo, que demarca a transformação de uma diferença física em desigualdade social, naturalizando a atribuição do cuidado, invisibilizando e desvalorizando-o, seja dentro ou fora do espaço doméstico. Segundo Zimmermann, Vicente e Machado (2021), apesar do valor ético e econômico do trabalho de cuidar que permite a sobrevivência e a evolução da sociedade, o trabalho não-remunerado de cuidar, que as mulheres exercem dentro de suas casas com seus familiares, ainda nos dias atuais tem sua relevância ignorada, inclusive pela academia e por autores clássicos.

O cuidado enquanto prática é visto como uma habilidade feminina, de modo que, as mulheres podem exerce-lo sem precisar de qualquer formação nem remuneração (Zimmermann, et al. 2021). Como corrobora Moreira (2012), um dos primeiros trabalhos profissionais que as mulheres realizaram, foi no âmbito da docência, apesar da formação, este trabalho era interpretado como vocação e missão feminina. Eram sinônimo de cuidado, ternura e docilidade, mas não necessariamente competência, essa discursiva favorecia um imaginário que as

⁴² É necessário pontuar que, esta metáfora não significa que, assim como os atores de uma peça de teatro, que tem consciência de si e do que performam, os atores sociais também os tenham; especialmente as mulheres que são alienadas de si, constituídas enquanto o outro relativo ao sujeito universal masculino. Assim, é preciso atenção para pensar essa questão da performa e script nos problemas de gênero, a escrito Teresa de Lauretis, discute bem esta questão no texto *A tecnologia do gênero* (1994).

distanciava de reivindicações⁴³ político-salariais. Oliveira (2003) apresenta mais um interesse social em designar trabalhos de cuidados as mulheres, por trás da escolha da “atração natural” a carreira de magistério, tinha a questão de seus horários e férias como professoras que coincidiam com os horários e férias dos filhos.

Naturalizar o cuidado, enquanto essencialmente feminino, além de repercutir externamente, tem implicações subjetivas também, ou seja, espera-se ou exige-se que as mulheres realizem o cuidado, como também, as próprias mulheres também exigem de si a realização deste trabalho, ou seja, em funcionar neste dispositivo, o que demanda energia física, psíquica e uma “saber fazer”. Esta dinâmica reflete o funcionamento dos discursos essencialistas que, foram construindo uma realidade, ou melhor, foi transformando em discurso de verdade, este trabalho enquanto espontaneidade e/ou instinto, definindo as regras sobre o que é o cuidado materno, e coagindo as mulheres por diferentes técnicas a se constituir a partir dessa verdade que é o cuidado como um caminho de validação das mulheres.

Rita Von Huntz (2019), uma crítica da cultura, aborda a questão do cuidado como um elemento que tem levado as mulheres a um lugar de “centro de reabilitação”, como reflexo da representação da maternidade na nossa cultura. Onde as mulheres ocupam o papel de serem perfeitas e amparo na vida de outro alguém - inicialmente era o filho e posteriormente, marido, irmão, chefe, colega de trabalho, entre outros. Huntz (2019), resgata um termo psicanalítico chamado “Desamparo identitário”, para pensarmos na questão da maternidade na vida das mulheres. Afirmando que o desamparo da mulher, que só consegue constituir sua subjetividade como objeto inferior ou objeto que supri as necessidades de outro alguém. Esse desamparo, aliado ao arquétipo da grande mãe que salva, nutre e acalenta, gerando a receita perfeita para um desastre psíquico.

⁴³ Essa discursiva, segundo Federici (2019) demonstra como o capital tem tido sucesso em esconder nosso trabalho ao transforma-lo em um ato de amor, obtendo muito trabalho de graça ou com baixa remuneração e principalmente, assegurou que as mulheres não iriam lutar contra essa condição, distanciando seu olhar político sobre o trabalho, salário e condições de trabalho.

Pereira e Tsallis (2020), discutem sobre o efeito moral dos discursos e práticas sobre a maternidade comumente gendrado nos corpos das mulheres, dentre eles a responsabilidade exclusiva do cuidado, o que tem implicado numa experiência de despotencialização, sobretudo, ao contribuírem para o aparecimento de experiências ou sentido de fracasso e impotência, além da insatisfação e insegurança. Nesta perspectiva, as autoras problematizam também sobre a naturalização da culpa, e as forças que estão em jogo na produção desta naturalização.

Segundo Zanello (2018), a culpa⁴⁴ é o sintoma de que o dispositivo está atuando, e como a própria autora teoriza, este dispositivo nos captura antes mesmo da experiência concreta da maternidade, a culpa por não querer ter filho, por exemplo. Para Badinter (2011), a culpa caracteriza um importante elemento na construção da figura materna, ao atuar como recurso coercitivo para que a mulher exerça a maternidade de maneira mais próxima dos ideais de maternidade socialmente esperado, que entre outras questões, oculta sentimentos conflitantes e se penaliza pelos erros.

Macedo (2020), enquanto mãe e pesquisadora, discute que as mulheres internalizam, em meio as relações de poder vigente na sociedade, que cabe a elas a realização do cuidado, sobretudo por ser algo requisitado por todos os membros da família, processo marcado por exaustão e opressão. Segundo a autora, algumas mulheres consideram que cabe a elas a realização desses “afazeres”, dispensado tempo ao cuidado de si mesma, como relata sua experiência na pandemia.

Lembro, ao acordar, que, por causa da pandemia, não há nenhum horário rígido a seguir. Mas eu não consigo ficar na cama. [...] As obrigações que internalizei como mãe, esposa e dona de casa me convidam: café da manhã, cuidados da casa, almoço, louça, roupa, jantar, cama, mesa e banho. (Macedo, 2020, p. 189)

Com narrativas semelhantes, os estudos de Silva, Pereira, Antunes, Silva e Castelari (2019), a partir de um grupo focal com docentes, constataram que as participantes consideram natural conciliar a maternidade com os papéis profissionais, mas na prática relatavam a sobrecarga em relação aos afazeres. Macedo (2020) e Silva et al., apresentam nos seus discursos o funcionamento do dispositivo materno, sobretudo quando relatam a obrigação do cuidado com todos como um valor, além do intenso sentimento de culpa diante das obrigações morais de exercer uma “maternidade” que dar conta de todas as demandas.

Estes são os efeitos discursivos dessa ideológica feminização do cuidado, que interpela as mulheres desde o nascimento, observe os brinquedos que as crianças ganham em decorrência do gênero. Ainda que um menino ganhe um brinquedo que possa exercer algum tipo de cuidado, dele é investido que extraia uma funcionalidade e/ou ganho financeiro, e não que se exerça um cuidado, como por exemplo um soldado. E caso um menino peça uma boneca, nem sempre encontra boa recepção, quando não recebe punição, inclusive. Enquanto as meninas, são interpeladas a estarem sempre a serviço dos outros⁴⁵, ao desenvolvimento da empatia, a agradar aos outros e muito pouco a si, ganham bebês, utensílios domésticos de brinquedo. Citando Belotti (1982), Zanello (2018) postula que, no processo de educação dos meninos, há um livre curso e estímulos; no caso das meninas, há um comprimir e atrofiar. Provocando uma implosão psíquica, resultando no comprometimento da autoestima das mulheres, e excessiva autoestima nos homens. Neste sentido, além dos brinquedos, livros, filmes, entre outras tecnologias, ensinam as meninas, em última análise que, é somente servindo ao outro que elas serão amadas (Zanello, 2018).

Há ainda, outro comportamento frequente destinado as meninas, como apontou Badinter (2011), sobre o papel materno ser repassado pelas mães, assumido como obrigação moral transmitida para as filhas, resultando numa cadeia ou o ciclo de expropriação do cuidado, no dispositivo materno, bem como a exclusão social das mulheres nos espaços públicos repetindo-

⁴⁵ Nesta socialização as mulheres vão sendo objetificadas para além da sua aparência, sua humanidade vai sendo apagada e estas reduziadas a um papel social específico que esteja a serviço da manutenção do poder.

se de forma transgeracional. Corroborando com esta constatação, Dantas (2020) afirma que, mesmo com mudanças nos últimos 20 anos com relação ao trabalho infantil, ainda assim, o trabalho infantil doméstico é majoritariamente realizado por meninas⁴⁶, negras, pobres e procedentes de áreas ruais ou periféricas, desde funções remuneradas, não remuneradas ou terceirizadas.

Segundo Zanello (2018), a possibilidade natural de procriar não torna as mulheres naturalmente mais aptas aos serviços domésticos, nem contentes em realizar ou se responsabilizar com eles, bem como, não é garantia de amar seus filhos, caso tenham. Algumas mulheres podem se identificar com ambos, porém, tem muitas que sofrem por se sentirem anormal, ou culpadas por não estarem à altura daquilo que é idealizado. Ramos (2006), tematiza o quanto o sofrimento psíquico das mulheres no pós-parto, pode sinalizar uma expressão de resistência ao modelo tradicional de maternidade, desde os afetos esperados aos cuidados exigidos.

A sentimentalização e naturalização do cuidado, é colocado por Zanello (2018) como cerne para localizar os gendramentos que mantem o cuidado como algo que estivesse disponível nas mulheres. Ainda que uma mulher não tenha filhos, ela é interpelada para ao cuidado do seu pai, seu irmão, namorado, primo, e a abandonar seus projetos em função do outro (Biroli, 2018; Ferreira, Isaac & Ximenes, 2018; Nascimento & Figueiredo, 2019; Ruckert & Aranha, 2020), implicando até o abandono dos seus próprios projetos em função dos outros (Zanello, 2018). Cavalli (2021), desenvolveu um trabalho sobre a femininização na maternagem, junto a mulheres com filhos internados. Identificando nos relatos a sobrecarga das mulheres associada a necessidade de acompanhar o recém-nascido, mas também a necessidade de assistir aos filhos e/ou demais familiares que permanecem em casa. Além disso, na impossibilidade de as mães acompanharem os filhos, outra mulher é convocada para tal trabalho, inclusive após a internação.

⁴⁶ No trabalho publicado por Faria, Ferreira e Paula (2020), intitulado “*Nós, as meninas da minha família, sempre vamos muito cedo para lá*”: Trajetória migratória, redes sociais de vida domésticas migratória”, apresenta um olhar necessário sobre o recrutamento de mulheres para o trabalho, a migração no campo-cidade. Processo que ocorre ainda bem cedo na vida das mulheres, entre 12 e 13 anos.

Estas realidades demonstram como o processo de subjetivação das mulheres tem sido marcado pelo hetero-centramento, ou seja, a doação e cuidado de seus companheiros, de uma forma que nem sempre é recíproca. Enquanto os homens, de maneira contrária, se subjetivam a partir do autocentramento, tornam-se “ego-cêntricos” (Zanello, 2018). Pereira e Tsallis (2020), que abordam esta questão na experiência materna, postulam que quando as mulheres, tem na sua ocupação principal o cuidado do outro, há uma possibilidade de fragilização do exercício de si, reforçado pelo ideal de sacrifício e abnegação associados a prática materna, e a submissão⁴⁷ como forma de adquirir o amor do outro.

Cirurgicamente, Silva Federici (2019), afirma de modo semelhante que:

“Toda mulher sabe que deve realizar esses serviços para ser uma mulher de verdade e ter um casamento “bem-sucedido”. E, nesse caso também, quanto mais pobre a família, maior a escravidão a que a mulher está submetida, e não simplesmente pela situação econômica. [...] quanto mais pancada o homem leva no trabalho, mais bem treinada deve estar sua esposa para absorvê-las e mais autorizado estará o homem a recuperar seu ego à custa da mulher. A casa de um homem é o castelo, e sua esposa tem que aprender a esperar em silêncio quando ele está de mau humor [...] (Federici, 2019, p. 45).

A autora segue afirmando que as mulheres tem conseguido reagir de maneira individual, mas o problema estaria em como levar a luta da cozinha e quarto para as ruas, ou seja, em como agir coletivamente. O relato de Macedo (2020), sobre as atividades que se viu obrigada a realizar na pandemia, relata essa forma individual de lidar com as desigualdades de gênero no ambiente doméstico, e como a necessidade de validação de um homem persiste como objetivo. Segundo a pesquisadora, o trabalho de cozinhar era terceirizado, no entanto, com a pandemia teve que buscar

⁴⁷ No livro, *Amar para sobreviver*, Graham (2021), fala sobre a situação da mulher na sociedade misógina, que enquanto classe sofre de uma Síndrome de Estocolmo Social causada pelos homens, e seus desdobramentos tanto a nível pessoal quanto a nível coletivo. Um deles pode ser identificado na hostilidade com mulheres que desagradam aos homens. Isso porque, acreditam muitas vezes em nível inconsciente, que desagradar pode trazer irritações para os homens e eles se tornarem ainda mais violentos com todo o grupo.

estratégias de realizar esse trabalho que não era avaliado positivamente, buscando modos diferentes de realizar o trabalho, para que seja sentido de maneira positiva, e que receba a aprovação dos demais.

Um outro sintoma que reflete essa realidade, é a dificuldade de dizer “não” das mulheres, pelo medo de ser lido como egoísmo ou maldade, segundo Zanello (2018) a naturalização da disponibilidade funciona em várias esferas na vida da mulher, como por exemplo, a decisão de “não” amamentar por longo período, e a necessidade de justificar a razão. Marcello (2003), apresenta uma das linhas de discursivas que capturam as mulheres dentro deste cenário, ao afirmar que a mídia incita uma ligação profunda entre o corpo feminino, corpo materno e maternidade, sustentada por narrativas que unem o corpo como fonte de alimento, subsistência do feto, e inúmeras prescrições direcionadas as mulheres. Pontuando para as mulheres que esse corpo não é só seu, há de ser ter um controle sobre ele, pois dele dependerá a saúde de uma outra vida, a vida do seu filho. Além das enunciações sobre o autocontrole dos corpos, enuncia-se também sobre a necessidade de auto-organização com relação ao tempo e sua distribuição, aspecto determinante para a realização plena e eficaz das inúmeras tarefas que a maternidade reclama aos sujeitos-mães.

Neste mesmo cenário, Kallil e Aguiar (2019), ao analisarem os discursos oficiais sobre o pro-aleitamento identificam o quanto estes corroboram para a concepção de que o seio, corpo e a subjetivamente materna sejam objetos de regulação social. Segundo as autoras, nestes discursos de maneira majoritária as mulheres são não apresentadas como sujeitos, mas sim como instrumento necessário ao fornecimento⁴⁸ de leite. Priorizam os benefícios que a prática proporciona a saúde da criança, ao mesmo tempo que silenciam os aspectos objetivos e subjetivos envolvidos nesta prática para as vidas das mulheres, também não incluem o pai, desenvolvendo

⁴⁸ Numa análise sobre os discursos e silêncios, e o poder o silêncio constitutivo, Kallil e Aguiar (2019), analisando o corpo textual, identificam que fica evidente de que a adoção do termo “aleitamento materno”, incita a aproximação com os sentidos prático de uma atividade de seria “natural”, saudável e tranquilo, que “tosa mulher pode realizar”.

o conceito de maternagem como uma prática exclusivamente feminina. De modo que, muitas mulheres acabam se sentindo culpadas ou envergonhadas, seja por não desejarem seguir as prescrições ou mesmo quando não conseguem amamentar, emergindo sentimento de culpa, tristeza e incapacidade.

A culpabilização por não alcançar os ideais, e ainda por cima, a culpa quando se reconhece com sentimento negativos, como raiva, quando o filho faz algo de errado, demonstra o controle afetivo que a cultura exerce sobre as mulheres-mães – mediados pela psiquiatria, o sistema socioassistencial e o sistema jurídico (Zanello, 2018). Corroborando com esta assertiva, Azevedo (2017), realiza um trabalho sobre a ambivalência na maternidade contemporânea, a partir de relatos em redes sociais de mulheres que se sentem culpadas e frustradas por não sentirem/vivenciarem esta forma de amor incondicional que a sociedade cobra das mães. A questão do cuidado realizado exclusivamente pelas mães também tem resultado em sentimento de anulação e estagnação para dar conta destas demandas, sentimento que nem sempre podem ser compartilhados, e acabam sendo fingidos.

Duarte (2019) apresenta um discurso sobre o dispositivo materno, ao abordar as narrativas das mulheres que passaram pela experiência do aborto. A autora levantou provocações sobre o ato do aborto tratar de uma forma das mulheres romperem com o dispositivo da maternidade, no entanto, identifica que nas suas narrativas o dispositivo se revela, em alguns casos, como por exemplo, mulheres que sofrem por reconhecerem algumas emoções como dever, mas não senti-las, com por exemplo, não sentir culpa pelo ato do aborto, mas reconhecer que deveriam sentir. Em todas as narrativas, as mulheres reconhecem os *scripts* do dispositivo, desde comportamentos aos afetos.

O enquadramento ao dispositivo reclama pelo silenciamento dos afetos negativos diferentes dos prescritos, é uma eficaz forma de subjetivação deste dispositivo, Arrais (2005), problematiza em sua tese sobre os efeitos que esse silêncio pode ocasionar: o enfrentamento

desses sentimentos isoladamente pode acarretar num quadro crônico de sofrimento psíquico. Com consequências não só para o desenvolvimento do filho, com também o bem estar da mulher, seus relacionamentos, conjugal, familiar e social, mas sobretudo, para o processo global de subjetivação das mulheres.

Marcello (2003) quando discutiu como um dispositivo da maternidade é organizado midiaticamente, produzindo com isso modos de subjetivação feminino peculiares, através dos quais indivíduos transformam-se em sujeitos-mãe nesse “dispositivo”, e constituem, a partir disso, diferentes “modalidades maternas” - a mãe solteira, a mãe hétero, etc. Centrou-se em algumas técnicas por meio das quais o sujeito materno é convidado a controlar-se, controlar seus atos, atitudes, pensamentos para que possa alcançar uma almejada maternidade ideal ou normativa.

Torna-se aconselhável que o indivíduo, quando na condição de sujeito-mãe, meça também suas palavras (expressadas em voz alta) e seus gestos. Como presente nessa ordem do discurso, tal sujeito não pode falar qualquer coisa, em qualquer lugar, a qualquer momento. [...] Trata-se então do empreendimento de uma outra gramática, uma outra forma de se conduzir e de se comportar, positivada pela maternidade. No ato de ter de medir as palavras, os sujeitos desse “dispositivo” indicam, paralelamente, a necessidade de um certo comedimento como fator de transformação de si. (Marcello, 2003, pag. 141-142).

A tessitura desse silêncio também é de ordem política, é um mecanismo presente que retroalimenta a alienação que une os modos de subjetivação materno e feminino, por exemplo. Apropriando-se de reflexões feitas por Lamplogia e Romão (2010), o silêncio não fala, mas ele tem sua materialidade, ele significa. Quando as mulheres silenciam, acreditam que os afetos e os sentidos relacionados a maternidade, ao casamento, ao mundo do trabalho, são particulares e tem

nelas suas origens, por incapacidade, por exemplo. Na verdade, esses silêncios⁴⁹ impedem que sejam retomados sentidos que já existiram anteriormente, e que já foram produzidos em outros contextos. Por isso não se trata apenas de falar ou calar, mas de não possibilitar a circulação de sentidos, e que com isso estes possam ser historicizados, possibilitando novas e divergentes interpretações.

Essas movimentações coloca o sujeito também em movimentação na sua constituição, nos estudos de Sousa e Polinav (2019), discute-se os silêncios sobre o que “Ninguém fala do lado assustador da mãe” [...] enquanto quebra de performances idealizadas pela maternidade.” (Sousa & Polinav, 2019), apresentando e problematizando discursos produzidos por mulheres sobre os valores relacionados a maternidade, sobre os lugares a partir dos quais essas narrativas são produzidas. Além de problematizarem aspectos já naturalizados, como priorizar as necessidades dos filhos em prol da sua liberdade, a exigência com a auto-imagem, entre outras questões que compõe a discursiva do sujeito materno, funcionando como brechas de resistência/confronto e possibilidade de reconstruções discursivas sobre a maternidade.

Segundo Sousa (2018), os discursões sobre as insatisfações e os preconceitos que rodeiam tanto as mães quanto as que não desejam ser mãe, tem aumentado nas redes sociais. Uma das razões para tal exposição, seria a noção de subjetividade contemporânea, que se constitui também no ambiente midiático para e sob o olhar do outro, desejoso de sua aprovação e reconhecimento, criando imagem de si que procura não apenas adequar-se ao meio, como também comunicar-se com aqueles que veem. Ao analisar o discurso de mulheres mães sobre questões da maternas, em

⁴⁹ O jogo discursivo envolto da questão do silêncio tem sido uma estratégia para legitimar o não-lugar social das mulheres, assim como a crença de que a mulher fala mais que o homem, como aborda a linguista Janaisa Viscardi, que possui um espaço no Youtube para discutir as relações entre linguagem, comunicação e a forma como entendemos o mundo. Viscardi (2018), apresenta uma discussão no vídeo intitulado “Mulher fala mais que homem?”, ao avaliar diversos livros e artigos, e não encontrando pesquisas que pudessem comprovar tal hipótese, afirma que mesmo assim as pessoas acreditam e compartilham dessa “verdade”. A linguista, teoriza que essa ideia é usada para justificar uma série de políticas que organizam como as mulheres devem falar no ambiente de trabalho, políticas importantes para domésticas a fala das mulheres a partir de “regras androcêntricas”, e classificar como ponto negativo aquilo que é colocado como característica da mulher no ambiente de trabalho. O efeito desse discurso é nunca ter um lugar para as mulheres no mundo do trabalho, ora são tachadas como alguém que fala demais, ora como alguém grosseiro quando são objetivas e assertivas.

publicações nas redes sociais, a autora identifica que estas compartilham aspectos difíceis e íntimos de suas experiências maternas, expondo detalhes que as tornam mais vulneráveis à desaprovação alheia.

No entanto, essa nova forma de compartilhar as informações, segundo Santos e Vaz (2017), produz uma nova subjetividade, a da vítima, que seria pensar a si próprio e sua trajetória como vítima, ou seja, alguém que sofre a influência de ações que não controla; esse movimento auxilia na explicação de sentimentos desagradáveis e conflitantes nos processos subjetivos. No caso das mães, a questão da culpa materna posta em discurso neste espaço, possibilita reflexões diferentes daquelas que limitam as ações individuais das mulheres, possibilitando pensar sobre culpados externos para o sofrimento. O que tem tornado um lugar onde os sentimentos desagradáveis são redirecionados e as dores ganham novos sentidos.

Assim, estes espaços relacionais inauguraram novos modos de pensar sobre si na experiência da maternidade, movimentando modos de subjetivação a partir de discursos que subvertem as concepções impositivas, há séculos consagradas como única possibilidade de “ser mãe”. Ao analisar os discursos, a autora identifica que as mulheres assumem o sentimento de culpa, porém o compreendem como injusto, falam sobre culpa como tentativa de afastar-se dela e por consequência, da imagem da mãe infalível, reconhecendo que há limitações comuns a experiência que não significa incapacidade individual, assim buscam no compartilhamento o amparo e identificação com outras mães.

Diante desta complexa realidade, podemos compreender que o dispositivo materno e o ideal de maternidade implicado, estão engendrados em questões que vão além da criação dos filhos ou vínculo mãe-bebê. A naturalização e feminização do cuidado tem colocado as mulheres em lugares de vulnerabilidade, exploração e adoecimento psíquico. O funcionamento desse dispositivo reclama das mulheres um modo de ser que se assemelha ao isolamento social que algumas das pessoas vivenciaram na pandemia. Uma realidade marcada por altos níveis de

estresse que podem comprometer a saúde mental, decorrente da diminuição ou rompimento de práticas que potencializam o exercício de si, prejudicando o sentimento de pertença do sujeito a determinados grupos que funcionam como rede de apoio e fator de proteção subjetiva. Uma condição de isolamento subjetivo, que agrava-se em condições de: sono irregular, medo com relação ao futuro, mudança de apetite, excesso de trabalho doméstico, comprometimento ou perda do trabalho remunerado, e o sentimento de culpa, não naturalizado, mas construído e difundido em todos os lugares, inclusive internamente.

3 O TRABALHO NÃO REMUNERADO COMO ESPAÇO NATURAL DE AÇÃO PARA AS MULHERES: UMA EXPERIÊNCIA DE SILENCIAMENTO

*Somos trabalhadoras um pouco diferentes das outras
[...] somos diferentes em primeiro lugar, porque não
nos reconhecem como trabalhadoras quando
trabalhamos em casa 24 horas por dia para criar
condições para todos descansarem e trabalharem [...] somos diferentes porque, quando trabalhamos fora
acumulamos dois serviços – em casa e na fábrica. E
sempre nos pagam menos. Trabalhamos mais e
ganhamos menos [...] se bem que os filhos, como não
são só filhos da mãe, interessam a toda sociedade. A
sociedade é que deve criar condições para que estes
trabalhadores de amanhã possam se desenvolver e
boas condições de saúde e formação*

Manifesto de luta por creche, 1979

Eles dizem que é amor.

Nós dizemos que é trabalho não remunerado

Silva Federici

Ao problematizar a experiência histórica de trabalho das mulheres, mesmo considerando as variações culturais, encontramos a informalidade e subalternidade como sendo a marca que a acompanha ao longo do tempo, especialmente das mulheres negras (Scaffo, 2013; Moreno, 2019). Embora por séculos, tenha havido uma ausência de informações precisas e circunstanciadas sobre a história de trabalho das mulheres, o que segundo Perrot (2007), funcionava como forma de convencimento das mulheres acerca da sua insignificância em relação aos homens. Este capítulo intenta apresentar que, em função de poucos registros – oficiais ou

mesmo ausência, as mulheres e suas experiências de trabalho foram sendo silenciadas na história como mero apêndice na vida dos homens e da família.

Margareth Rago (1995), nos explicita que nos primeiros ensaios sobre a história social das mulheres, encontramos um cenário de “[...] péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista [...] dando pouco destaque à sua dimensão como sujeito histórico, consciente e atuante [...]” (Rago, 1995, p. 82). Os escritos de Perrot (2007) e Del Priori (1994) também reforçam esse assujeitamento histórico, de modo que, na história geral, encontra-se a história dos homens realizadores de grandes trabalhos para a humanidade, enquanto as mulheres tiveram suas experiências invisibilizadas, as quais denunciam os diferentes modos de exploração que foram submetidas ao longo do tempo. Como teoriza Silva Federici (2017), a história das mulheres deve ser contada atrelada aos sistemas de dominação, uma vez que as hierarquias sexuais sempre estão a serviços de um projeto de dominação que só pode se sustentar a si mesmo através da divisão, constantemente renovada, daqueles a que se quer governar.

A história da divisão sexual do trabalho, que ganha força com a consolidação do capitalismo, é um exemplo clássico destas histórias - de dominação que resultam na exploração do trabalho das mulheres até os tempos atuais. Segundo Zanello (2018), dentre as mudanças trazidas com o capitalismo, houve a possibilidade de mobilidade social, ou seja, se antes, nascer em uma família tinha caráter quase de destino, o capitalismo oportunizou:

a possibilidade de mobilidade social para *todos*, e não todas. [...] Como justificar que uma parte da população (feminina, branca) não tivesse acesso a essa mobilidade? E ainda como justificar que essa parte ficasse dedicada agora ao âmbito privado? Foi por meio da afirmação da diferença física (colocada como foco) que as diferenças sociais puderam ser “naturalizadas (Zanello, 2018, p. 41).

Silvia Federici (2017), em *O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, complementa que, essa divisão sexual do trabalho ou contrato sexual, se deu a partir da aliança entre os artesãos e as autoridades, além da continua privatização da terra. Neste contrato as mulheres são definidas como mães, esposas, filhas e viúvas, estrategicamente para ocultar suas condições de trabalhadoras, dando aos homens livres o acesso não só ao seu corpo, como ao seu trabalho.

As mulheres proletárias tornaram-se para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cerceamentos, seu meio de produção mais básico [...] na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos (Federici, 2017, p.191)

Esta foi uma derrota histórica para as mulheres, como enfatiza Federici (2017), expulsas dos seus ofícios⁵⁰ e com o trabalho reprodutivo desvalorizado, a pobreza foi feminizada, construindo-se uma nova ordem patriarcal onde as mulheres passaram a depender dos homens e de seus empregos. Posto que, embora antes do capitalismo houvessem relações desiguais entre mulheres e homens, a subordinação das mulheres era atenuada pelo fato de que tinham acesso às terras e a outros bens comuns, com a nova divisão as mulheres tornaram-se bem comum.

Constituiu-se então, um lugar⁵¹ específico para algumas⁵² mulheres: a família nuclear e o lar, ou seja, o âmbito doméstico e materno e, o casamento passa a ser considerado a verdadeira

⁵⁰ O que não significa que não realizavam trabalhos como artesã por exemplo. Em algumas culturas, onde o trabalho era realizado no vilarejo, mesmo a esposa trabalhando junto ao marido, produzindo para o mercado, era o marido que ficava com o seu salário. Na Inglaterra, os maridos tinham direito até dos rendimentos obtidos pelos trabalhos de amamentação que as mulheres realizavam (Federici, 2017).

⁵¹ Segundo Federici (2019), tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, o capital criou a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador masculino, seja para remendar meias, educar os filhos ou cuidar do seu ego quando estiver destruído por causa do trabalho.

⁵² Sobre as mulheres brancas e de classe média, haja vista as mulheres negras e pobres já serem consideradas mais “naturalmente” relacionadas a subalternidade.

carreira para as mulheres (Federici, 2017; Zanello, 2018). Assim, podemos depreender que esta divisão esteja no centro das relações de poder que os homens exercem sobre as mulheres atualmente, inclusive no ambiente doméstico. Posto que, colocou os sujeitos em lugares concretos, reais e simbólicos de distribuição de poder diferentes (Rohden, 1996; Biroli, 2018), essa divisão além de apresentar princípios de separação, onde estabelece trabalhos de homem e de mulheres, apresentou principalmente, uma organização hierárquica, que atribui maior valor ao trabalho produzido pelos homens, servindo para justificar as hierarquias dentro e fora do espaço doméstico (Bilori, 2018; Moreno, 2019).

Segundo Souza-Lobo (2011, pag. 174) “a divisão sexual do trabalho produz e reproduz assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero”. Trata-se de uma relação de poder e de dominação, que embora constantemente sofra investidas das mulheres, a partir dos movimentos feministas que oportunizam a desconstrução de preceitos patriarcais e possibilitam as mulheres refletirem sobre suas realidades e, perceberem que ainda não são reconhecidas como seres humanos (Anlegin, 2019), ainda persiste uma distância difícil de superar entre os grupos sexuais (Sardenberg, 2018; Lemes, 2020; Federici & Valio, 2020)

Essa distância persiste pelo lugar de vulnerabilidade que a economia de cuidado sexista, racista e classista, coloca as mulheres, principalmente trabalho do cuidado e o trabalho doméstico não remunerado, consequência direta da nossa socialização que nos ensina desde o nascimento a aceitar pensamentos e ações sexistas, e suas demais tramas de opressão (Biroli, 2018; Guiginski & Wajnman, 2019), como também, das “contrarreformas” iniciadas ainda no governo petista, e intensificadas pelos governos posteriores, que não apenas limitam como dificultam a permanência das mulheres no espaço público, principalmente as negras e pobres, que já sofrem o impacto da redução de direitos e de assistência social (Insfran & Muniz, 2020).

Segundo Silvia Federici (2019), o trabalho doméstico ao ser marcado pela sua gratuidade, além de ser responsável pela nossa subordinação aos homens no capitalismo, representa a principal a manipulação⁵³ disseminada e a violência mais sutil que o capitalismo perpetuou sobre qualquer classe trabalhadora. De modo que, os jogos de forças, operam por coerção social e por naturalização, ou seja, além de imporem este trabalho para as mulheres – limitando a entrada e permanência no mercado de trabalho remunerado, o transformou em “[...] atributo natural da psique e personalidade feminina, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda da natureza feminina.” (Federici, 2019, pag. 42).

Sobre isto, Zanello (2018) afirma que o ápice da concentração e naturalização do cuidado, como forma de *ser* e *estar* para as mulheres encontra-se na maternidade; a autora desenvolveu a categoria analítica do “dispositivo materno”, para problematizar esta naturalização da capacidade de cuidar, em geral nas mulheres, identificando que esta naturalização se desdobra sobre o trabalho doméstico e a responsabilização pelo funcionamento do lar. O que tem contribuindo para a invisibilidade e desvalorização do trabalho de cuidar, mesmo que exercido profissionalmente (Pinheiro, Lira, Rezende & Fontoura, 2019; Amancio & Correia, 2019; Machado, 2020).

Partindo dessa perspectiva fica claro que o sistema patriarcal e capitalista, bases da nossa organização social tem obtido sucesso em “naturalizar” o nosso trabalho, nos assujeitando e silenciando sobre o verniz da natureza feminina. De modo que, este trabalho realizado majoritariamente por mulheres, não só “vale menos” em termos monetários, como também socialmente, ao mesmo tempo que vale muito como base para a subsistência desse sistema (Oliveira & Alves, 2019; Kratze, 2020). Uma prova da atual força dessa “naturalização” pode ser

⁵³ Essa estratégia significou uma combinação particular de serviços: físicos, emocionais e sexuais, como o espaço de ação da “dona de casa” (Monteiro, Araújo & Moreira, 2018; Oliveira & Queiroz, 2018; Tavares, 2020; Gouveia, 2017; Figueiredo & Diniz, 2018). Segundo Menezes (2019), essa combinação repousa na micropolítica das relações conjugais que situa sobre as mulheres a responsabilização de manter o casamento⁵³ ativo. “Toda mulher sabe que deve realizar esses serviços para ser uma mulher de verdade e ter um casamento “bem-sucedido” [...]” (Federici, 2019, pag. 45).

vista na realidade conformada com a isolamento social da pandemia, onde a crise econômica⁵⁴ e a sobrecarga física e mental que afetou o mundo todo, tem como principais vítimas as mulheres (Santos, Barbosa, Andrade, Lima & Silva, 2020; Araújo & Oliveira, 2021; Abreu, Queiroz & Diniz, 2020). Intensificando-se as jornadas de trabalho reprodutivo e produtivo, visto que, muitas mulheres deixaram de contar com as redes de apoio (majoritariamente formada por mulheres), creches e escolas (Insfran & Muniz, 2020, Barroso & Gama, 2020; Lemos Barbosa & Monzato, 2020). Além de estarem mais suscetíveis a violência doméstica, que teve um aumento assustador neste período (Menegatti, Fornari, Santos, Lourenço & Fonseca, 2020; Okabayashi, Tassara, Cassaca, Falcão & Bellini, 2020; Oliveira, Oliveira, Rocha, Diaz & Pareda, 2020).

Como reflete Debora Diniz, no livro *Esperança Feminista*, escrito durante a pandemia com Ivone Gebara:

Nunca falamos tanto do trabalho e da economia do cuidado como na pandemia de covid-19. Causou surpresa a circulação pública do cuidado como categoria política [...] A pergunta vinha de todos os lados: quem cuida dos doentes nas linhas de frente do hospital? Quem é a caixa do supermercado ou balconista da farmácia? Quem é a professora da escola que facilita que outras mulheres trabalhem? Por todos os lados da economia do cuidado, encontramos mulheres, e quanto mais invisível o trabalho mais vulnerável é a mulher. (Diniz & Débora, 2022, pág. 91).

Mesmo assim, continuam sendo realidades silenciadas e invisibilizadas porque em sociedades capitalistas, o tempo que não é convertido em dinheiro não recebe consideração social, e no caso do trabalho doméstico e do cuidado, seu conteúdo é negado, sobretudo nos discursos oficiais, como pode ser encontrada no site *Agência IBGE notícias*,⁵⁵ do governo federal, que

⁵⁴ Nos aspectos econômicos, as mulheres novamente foram as mais fragilizadas, as mulheres negras, pobres, mães solas e/ou mulheres que trabalharam em condições precárias de trabalhos com baixa remuneração (Insfran & Muniz, 2020).

⁵⁵ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

funciona como uma tecnologia de poder⁵⁶. Nesta, foram publicados os resultados da pesquisa do IBGE, referente a 2019, relacionada as horas de trabalho despendidas entre homens e mulheres. No entanto, como produto do discurso invisibilizador, encontra-se o seguinte título “Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos *afazeres*⁵⁷ domésticos ou ao *cuidado* de pessoas” (Brasil, 2020).

Nesta narrativa, prioriza-se os termos “afazeres” e “cuidado”, em detrimento dos termos trabalho doméstico ou trabalho de cuidado, silencia-se com isso, as questões materiais e subjetivas sobre as consequências da desigual divisão sexual do trabalho na vida das mulheres, como a exploração da sua mão de obra em jornadas intermináveis de trabalho. Este silêncio, apresenta um poder constitutivo, operando as censuras necessárias, se diz *afazeres domésticos* ou *cuidado*, que já são nomenclaturas associadas as mulheres enquanto atribuição natural; apagando-se o sentido que se quer evitar: a invisibilidade do trabalho feminino. Os quais poderiam instalar uma movimentação significativa de outra formação discursiva, como: a exploração da mão de obra das mulheres, sobretudo na esfera do trabalho doméstica não remunerado ou em condições precárias, as quais representam a base para a manutenção do sistema capitalista, patriarcal e racista.

Além disso, há um trabalho mental que não é por essa estatística e nem citado nesses discursos formais, “[...] a carga mental, termo criado por teóricas feministas para designar o trabalho intelectual, mental e emocional executado pelas mulheres. A carga mental é um trabalho invisível de planejamento das tarefas e gerenciamento familiar.” (Corrêa, 2022, pág. 56). Essa carga coloca sobre as mulheres uma continua jornada de trabalho, que estas passam a viver em

⁵⁶ O termo tecnologia aparece na obra de Foucault com um sentido pragmático que busca denotar procedimentos e métodos para obter controle sociopolítico, o filósofo apresentou 4 tipos de tecnologias: a) tecnologias de produção, b) tecnologias de sistema de signos, c) tecnologias de poder e c) tecnologia de si mesmo. No artigo de Martins (2016), há uma explicação bem didática sobre o termo tecnologia e seus tipos.

⁵⁷ Grifos realizados pela autora

um estado permanente de alerta, transformando as mulheres em zumbis, permanentemente preocupadas.

Segundo Federici (2019) e Hooks (2020), caímos na falsa premissa de que poderíamos conseguir autonomia, independência financeira⁵⁸, existência autônoma, ou seja, ter nossa humanidade reconhecida ao se aproximar de um ideal de produtividade masculino, sem ao mesmo tempo revolucionar todas as nossas relações familiares e sociais ou seja, sem subverter o papel ao qual as mulheres têm sido confinadas nas sociedades capitalistas - donas de casa e mães. Como lembra Bell Hooks (2020) os feminismos das ativistas brancas, acreditaram que o trabalho seria a chave da libertação das mulheres, no entanto se deparam com uma realidade de longas jornadas de trabalho⁵⁹ no ambiente privado e público.

As mulheres conquistaram mais direitos em relação a salários e cargos como resultados de protestos feministas, mas isso não eliminou completamente a discriminação por gênero. [...] há várias mulheres profissionais que recebem altos salários, várias mulheres ricas que ainda têm relacionamentos com homens cuja norma é a dominação masculina. [...] Hoje a maioria das mulheres sabem o que algumas de nós sabíamos quando o movimento começou, que o trabalho não iria necessariamente nos libertar, mas que esse fato não muda a realidade de que a autossuficiência econômica é necessária para a libertação das mulheres [...] (Hooks, 2020, pag. 82-83)

Sobre isto, discute Biroli (2018), que na modernidade, há uma preservação da esfera doméstica, em relação a intervenção do Estado e, mesmo as normas e aos valores presentes na

⁵⁸ Federici (2019) explana seu pensamento defendendo que a remuneração ao trabalho doméstico, realizada pelo estado é uma medida essencial para combater a naturalização deste trabalho como feminino, minando a lógica capitalista e sobretudo, dando autonomia as mulheres para decidem por este ou outro trabalho. Assim, apresenta que a luta em si, deveria ser por independência econômica, e não pelo trabalho em si, posto que as mulheres sobretudo, negras e pobres já trabalhavam. Por essa razão, segundo autora, o trabalho doméstico não foi uma questão resolvida pelas lutas feministas, poucas são as mulheres que conseguem dividir este trabalho com o companheiro, a maioria tem acumulado jornadas intermináveis de trabalho.

⁵⁹ Embora o discurso antifeminista tenha usado as longas jornadas para culpar o movimento feministas, uma vez que o trabalho não resultou em libertação para as mulheres. Hooks (2020), nos esclarece que, mesmo que o movimento não tivesse acontecido, as mulheres iriam adentrar o mercado de trabalho em decorrência da depressão econômica, no entanto, seria pouquíssimo provável que as mulheres tivessem os direitos que os movimentos conquistaram.

esfera pública não adentram a esfera privada, o que tem funcionado como ferramenta para a manutenção da dominação masculina. Por essa razão, defende que a garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de aspectos da esfera privada, “[...] o mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar, em relação às normas aplicáveis ao espaço público” (Biroli, 2014, p. 34).

Biroli (2018) apresenta uma perspectiva importante para nossa discussão, que amplia a forma de problematizar o trabalho, principalmente o trabalho doméstico não remunerado: o “silêncio”⁶⁰ como forma de manutenção da organização das relações no âmbito privado, funcionando como elemento estruturante e retroalimentador da hierarquia patriarcal interiorizada (Lima, Souza, Nascimento & Oliveira, 2020). Este silenciamento, é interiorizado ou imposto as mulheres, como produto dos jogos de força do sistema patriarcal que há séculos normaliza a violência de gênero, principalmente a violência simbólica, orquestrada a partir do não dito.

Recuperando uma fala de Zanello (2018), aquilo que vai sem ser dito, é engolido sem ser percebido. A violência simbólica, assim, não percebida como tal, opera no inconsciente social e individual das mulheres. Segundo Graham (2021) a violência é um aspecto concreto na vida das mulheres, mas as formas que ocorrem com mais frequência não são concebidas como tal, nem como abusivas ou estranhas pela maioria das mulheres, elas são vistas como comportamentos masculinos normais.

⁶⁰ No estudo desenvolvido por Lima et al (2020), há reflexões necessária sobre os processos de socialização que, formal e informalmente, nos constitui como sociedade hierarquizada, racista e sexista. E nesta, o tabu linguístico e comportamental garante que diversas formas de violências sejam silenciadas, o tabu opera num campo “sacralizado” de modo que impeça a discussão sobre determinados comportamentos, ao mesmo tempo que revela, por exemplo, em ditados populares como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, de modo que vamos aprendendo, sem questionar, a conviver com as diferentes formas assumidas pela violência, psicológica, física, patrimonial, entre outras. Nos estudos de Melo & Vieira (2017) com profissionais de saúde sobre a percepção de mulheres sobre a violência identificou que as profissionais apresentam discursos genéricos sobre a definição da violência, além de admitirem que, não se sentem preparadas para abordar porque não sabem que decisões e posturas tomar, e quais os mecanismos que apoiam as mulheres.

Essa é uma questão trazidas por Hooks (2020), no livro *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*, onde a autora postula que, a grande maioria das pessoas vem de lares disfuncionais, onde eram ensinavam a acreditar que eram amados em meio a constrangimentos, abusos verbais e/ou físico. De modo que, “[...] precisamos no apegar a uma ideia de amor que torne o abuso aceitável ou que ao menos faça parecer que, independentemente do que tenha acontecido, não foi tão ruim assim.” (Hooks, 2020), porque pode ser muito ameaçador psiquicamente não identificar amor em nossas famílias, e sim relações de dominação. Godino (2020) robustece esta assertiva, afirmando que na socialização, as mulheres muitas vezes não veem a violência como um instrumento de legitimação da violência, tende a ser mais interpretado como um tipo de respeito que “naturalmente” se exerce para com o homem, inicialmente o pai e as figuras de autoridade masculina.

Graham (2021), apresenta uma outra perspectiva muito importante, que enriquece nossa discussão, a partir da elaboração da teoria da síndrome de Estocolmo social: uma teoria universal do abuso interpessoal crônico (SES). Onde defende que as reações das mulheres – enquanto grupo social, frente aos homens e a violência masculina assemelham-se as reações de reféns perante seus sequestradores, quatro perguntas podem ser norteadoras para avaliar o quanto uma cultura pode ser própria para desenvolver a SES: (1) Os homens ameaçam sobrevivência das mulheres? (2) é possível para as mulheres escapar dos homens? (3) as mulheres estão isoladas de terceiros e de perspectivas que não sejam as dos homens? E (4), os homens são bondosos com as mulheres? Para além dessas questões objetivas, a autora destaca que,

[...] a violência masculina gera um terror permanente – e, portanto, muitas vezes não reconhecido – nas mulheres. [...] esse terror é vivenciado como medo, por exemplo [...] medo de deixar um homem qualquer irritado. Como sequestradores que precisam matar ou pelo menos ferir para conseguirem o que querem, os homens aterrorizam as mulheres para conseguir o que eles querem: serviços sexuais, emocionais, domésticos e reprodutivos. Como reféns que se esforçam para acalmar seus sequestradores por

medo de que eles os matem, as mulheres se esforçam para agradar os homens, e dessa resposta emerge a feminilidade. [...] Deste modo, os comportamentos femininos são estratégias de sobrevivência.” (Graham, 2021, pág. 10).

A autora afirma que é provável que a SES se desenvolva, quando um grupo ameaça de violência outro grupo, mas também, enquanto grupo demonstra alguma gentileza para com o grupo vitimado, assim, um vínculo se desenvolverá entre os grupos. Diante disso, cultura como a nossa, é terreno fértil para generalização da síndrome, uma vez que, é socialmente exigido, valorizado, previsto e normalizado que homens – enquanto membros do grupo opressor vitimizem e ao mesmo tempo sejam bondosos com as mulheres - enquanto membros do grupo oprimido. As respostas das quatro perguntas acima, por meio do: o índice de feminicídio⁶¹; da insuficiência do Estado e do judiciário frente as vítimas de violência doméstica e sexual e a culpabilização da vítima (Dias, 2021; Santos, 2021; Lima, 2021), as práticas discursivas que criam a rivalidade feminina (Hooks, 2020; Zanello, 2018); e entre outras questões já nos endereça a uma visão crítica sobre as relações entre homens e mulheres e a síndrome de Estocolmo social na nossa cultura⁶².

Como as transações entre os membros dos grupos opressor e oprimido são generalizadas e os que infligem o trauma estão por todo o lado, os membros do grupo vitimado entendem que não há como escapar do abuso e a partir daí recorrem aos opressores em busca de cuidados e proteção (Graham, 2021, pág. 77).

Assim, a falácia, como nos ajuda Hooks (2020) a compreender, foi acreditar que seria possível impor uma igualdade de gênero sem desafiar os pensamentos sexistas, classista e

⁶¹ Entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino (Fórum Brasileiro de Violência pública, 2022).

⁶² Nessas condições, é esperado que a psicologia da síndrome de Estocolmo propaga-se para toda e qualquer interação com os membros do grupo opressor, seja com membros mais violentos ou menos violentos com os grupos vitimados. E que, os membros do grupo oprimido que a desenvolvem de maneira mais intensa, sejam vistos pelos demais membros do grupo oprimido como “defensoras dos homens”, no caso das mulheres heterossexuais, por exemplo. Se as quatro condições apresentadas, descrevem uma sociedade, a extensão dessa caracterização determinará a intensidade da síndrome (Graham, 2021).

racistas, tantos nos homens quanto nas mulheres. De modo que, quando os pactos foram firmados pelas mulheres feministas que nos antecederam, estavam atravessados por violências gênero, como também privilégios de classe e raça, que ainda hoje nos capturam. Conforme afirma Graham (2021), a influência dessas violências costuma não ser perceptível aos que têm seu comportamento e suas emoções afetadas por ela.

Completa Angelin (2019), que a situação das mulheres na sociedade patriarcal envolve várias dinâmicas e processos estruturantes que as impedem de alcançar a autonomia, como o lugar de sujeição nas relações com homens. Ao aspirarem autonomia e lutarem por ela, de acordo com o pensamento patriarcal, as mulheres sabem que só serão aceitas – sujeito social, desde que estejam sujeitas ao domínio masculino e as normas tradicionais, isso remete as mulheres a criarem pseudo-autonomia ou acabarem aceitando certas⁶³ submissões masculinas para acessar certos direitos. Graham (2021), considera essas estratégias enquanto formas de sobrevivência, frente a uma forma de violência menos reconhecida decorrente da discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho.

Qual o efeito psicológico para as mulheres que não conseguem emprego porque são mulheres? Que recebem menos do que os homens por seu trabalho, mesmo tendo credencias e performance comparáveis? Que são incapazes de sustentar seus filhos e a si próprias adequadamente, sem os rendimentos de um marido? Que são lembradas diariamente de que a sociedade não as considera tão boas e/ou valiosas quanto os homens? Essas práticas sistemáticas e onipresentes também são formas de violência contra a mulher. (Graham, 2021, pág. 103)

⁶³ Oliveira (2003) no livro *Reengenharia do tempo*, afirma que “[...] em todos os países, as mulheres pisaram na armadilha de uma definição torta de igualdade. Passaram a fronteira dos territórios masculinos do poder, do saber e do trabalho remunerado, contrabandeando, bem escondida, a vida privada. Negociando em posição de fraqueza, calaram sobre ela como se fora um ilícito; prometeram aos patrões silêncio sobre a casa, e aos maridos silêncio sobre o trabalho.”

Em caminho semelhante, Scaffo (2013) ao realizar um apanhado histórico sobre os dispositivos de desqualificação e consequente opressão contra as mulheres, sustenta a tese de que em decorrência das hipóteses sobre sua inferioridade ratificadas por séculos na história da humanidade, as mulheres internalizam a posição de subalternidade (a posição constituída pelo sexismo), especialmente em relação afetivas, como um mecanismo de defesa da própria sobrevivência. Essa naturalização da posição de subalternidade, causaria um estado de vulnerabilidade que pode ser um dos principais fatores que, de forma inconsciente atua na subjetividade feminina, moldando sua posição frente ao parceiro, tornando-se um obstáculo interno na luta contra a opressão, principalmente na esfera do trabalho doméstico e cuidados dos filhos.

Esse estado de vulnerabilidade descrito por Scaffo (2013), com algumas ressalvas, pode dialogar com a perspectiva apresentada por Zanello (2018), em relação aos lugares de desempoderamento que os caminhos privilegiados de subjetivação situam as mulheres, como: a) as mulheres são interpeladas identitariamente pelo dispositivo materno – independentemente de serem mãe, o que tem sido um obstáculo para a negação quando interpeladas a realização do cuidado ou quando se colocam enquanto centro, sob risco de perder a aprovação⁶⁴ social e o amor das pessoas; b) existe uma cobrança cruel sobre as mulheres, inclusive jurídica, quando são mães, para que assumam este trabalho de maneira primária, o que não acontece da mesma forma para um homem e c) o silenciamento⁶⁵ dos afetos “negativos” ou seja, dos afetos diferentes dos prescritos, é considerado uma estratégia de sobrevivência para as mulheres em sociedades sexistas.

⁶⁴ Segundo Zanello (2018) os homens são colocados em lugares protegidos no que se refere a aprovação social, posto que são os homens que avaliam os próprios homens, enquanto as mulheres constituem uma relação consigo mesmas mediada pelo olhar de um homem.

⁶⁵ Forna (1999) discute sobre as formas que a complacência das mulheres ocorre pelo enaltecimento da maternidade e a pela punição as mães consideradas desviantes, levando as mulheres que não fazem ou não sente o que é exigido a sentirem culpa.

Segundo Hooks (2020), a preocupação com os laços íntimos e relações de manutenção do lar, era algo presente entre as feministas da sua época, porque sentiam o embate se serem assertivas com seus chefes ou estranhos na rua, e no lar se submeterem ao cônjuge. Em razão disso, passam a denunciar a ordem marital, criticando o casamento como mais uma forma de escravidão, onde elementos como intimidade, respeito e cuidados recíproco era sacrificado para que os homens fossem patriarcais com o controle social. Conseguiram avançar quanto a liberdade sexual, e parecia que estas mudanças chegariam no trabalho doméstico e cuidado com os filhos, no entanto “[...] os homens estavam mais dispostos a aceitar e a afirmar a igualdade no quarto [...]” (Hooks, 2020, p. 119), do que na “cozinha”, porque um novo paradigma sexual ia garantir que teriam uma vida sexual mais satisfatória.

Mas há uma questão necessária nesta discussão, este silêncio reflete de algum modo, a presença do “inimigo interno” como se referiu Bell Hooks (2020), ao nosso sexismo internalizado.

multidões de pessoas continuam acreditando que deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico. Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não [...] (Hookas, 2020, p. 18).

Por essa razão, enfatiza a teórica, antes de mudarmos o patriarcado precisamos mudar a nós mesmo, desafiando o sexismo que internalizamos, para adquirir força para desafiar o poder patriarcal, não apenas no mundo público, mas principalmente em casa. Os Estudos de Menezes (2019) corroboram com essa afirmativa, quando ela discute sobre os conflitos trazidos por participantes que se autodefiniam enquanto feministas, independentes⁶⁶ e empoderadas, e que ao

mesmo tempo se viam inertes frente a diversas violências de gênero nas relações afetivas-sexuais no casamento.

Esse contexto, como postula Zanello (2018), que atravessa as formações subjetivas das mulheres desde o nascimento, se molda a partir de uma pressão afetiva⁶⁷, para que as meninas exerçam o cuidado, sob o risco⁶⁸ de perder o amor e a afeição dos pais, e posteriormente se estendendo a aprovação social. Segundo Bell Hooks (2019), tanto pelos pais quanto pela sociedade somos socializadas a aceitar o pensamento sexista, que nos coloca em lugar de submissão, como forma de assegurar o amor do outro. Por todas estas questões, o maior desafio para as mulheres atualmente, tem sido subjetivar-se desafiando as crenças sexistas e se colocando como centro de suas práticas, e abrindo mão dos privilégios de classe e raça, problemática que mesmo com as lutas feministas ainda remanesce como um ponto resistente.

Assim, quando nos aproximamos das problematizações que envolvem a experiência de trabalho das mulheres atualmente, identificamos que semelhantes a luta para adentrar o mundo do trabalho, precisamos com urgência reinventar nossos lugares dentro da esfera privada, romper os códigos de silêncio e desaprender todos os dias, o significado das coisas que nos oprimem, ou seja, reaprender a habilidade e o sentido de servir os outros. Como na canção *Triste, louca ou má*, é preciso rejeitar a receita cultural, queimar o mapa, ver cores nas cinzas e a vida reinventar, mesmo com dores, porque acreditamos que tudo deve mudar. “[...] Que um homem não te define, sua casa não te define, sua carne não te define, você é seu próprio lar [...]”. (Strassacapa, Piracés-Ugarte, Kozyreff, Piracés-Ugarte & Gomes, 2016).

⁶⁷ Sobre estas questões, Butler (2019) nos lembra que as crianças apresentam uma formação primária na dependência, o que as torna vulnerável a subordinação e a exploração, é a partir desta dependência que se dá a formação política e a regulação dos sujeitos, ou seja, é o meio de sujeição fundamental para tornar-se sujeito, a condição de possibilidade contínua do sujeito. A autora segue afirmando que “[...] não existe possibilidade de não amar quando o amor está vinculado aos requisitos da vida. A criança não sabe ao que se apegar; tanto o infante quanto a criança precisam se apegar para persistir por isso e como si mesmo [...]”. (Butler, 2019, pag. 17).

Numa luta cotidiana de desconstrução de preceitos patriarcais e de construção de novas relações humanas, para além da subversão; uma luta que dever ser também coletiva para mostrar à sociedade que as mudanças propostas são possíveis e beneficiarão a todos, sobretudo as novas gerações. Logo, a luta pela divisão ou socialização dos trabalhos domésticos e do cuidado com as crianças precisam corroborar para a construção de uma sociedade sem classes, o que significaria a derrocada da base material do patriarcado, ou seja, da descolonização das nossas estruturas fundantes. Pois, mesmo alcançando altas posições no mundo do trabalho – a duras penas, e terceirizando parte do trabalho doméstico, ainda assim, as relações se manterão em condições hierárquicas, posto que, o trabalho da esfera doméstica continuará de maneira majoritária realizados por mulheres – negras e pobres, privilegiando os homens e o sistema capitalista, à custo da nossa saúde mental, física e material.

3.1 A experiência subjetiva do trabalho (remunerado) para as mulheres-mães na contemporaneidade

A socialização das mulheres no “pós-feminismos⁶⁹” tem possibilitado olhares mais atentos ao sistema de exploração patriarcal, produzindo questionamentos aos mitos responsáveis pela dominação, exploração e opressão do homem sobre a mulher, dentre eles os mitos da maternidade, castidade e domesticidade. No entanto, isso não garante a ruína automática deste sistema e dos seus mecanismos que tentam aniquilar, desencorajar e bloquear as possibilidades de ação das mulheres. Primeiramente, porque a conscientização das mulheres, como teoriza Bell Hooks (2020), nem sempre resulta na união e elaboração de estratégias de intervenção e transformação⁷⁰, posto que muitas mulheres usam a retórica dos feminismos para mudar apenas

⁶⁹ O termo não busca determinar um recorte temporal que pressupõe o fim do feminismo, acreditando que atualmente não haveriam lutas sociais e políticas das mulheres, como se as conquistas estivessem sido todas alcançadas e consagradas. Na realidade, intenta-se sublinhar que em decorrência das lutas instaurou-se novas configurações nas problematizações das relações humanas.

⁷⁰ É importante pensarmos nessa colocação feito por Hooks, sobretudo, quando se trata das estratégias de resistência frente as relações de força que marcam o mundo do trabalho. Esse tipo de resistência observado, e reforçado por Fernandes, dizem respeito a uma resistência dentro daquilo que o poder oferece, a qual é melhor problematizada dentro no ultimo cap. a *A história da sexualidade*, que Foucault apresenta a biopolítica, ele vai abordar os tipos de resistências, e dentre elas, aborda essa forma de resistência. De modo que, não pensemos esta enquanto ruim ou que

seu status econômico. Segundo a retirada do véu da socialização é dolorosa, buscar rupturas é remar contra a maré todo o tempo. E terceiro, como podemos identificar, ainda persiste no mundo social, uma inflexibilidade que rege a dinâmica do mundo do trabalho⁷¹, exigindo, em última instância, que as mulheres joguem de acordo com as regras dos homens, e como enfatiza, Fernandez (2019), é essa lógica que vem sendo operada pelas mulheres, a custo da sua saúde mental e física, principalmente quando tornam-se mãe.

No entanto, considero, inspirando-me nas problematizações levantadas por grandes feministas, como Margareth Rago, Elizabeth Badinter, Bell Hooks, que a inserção ao mundo social por via do trabalho, carrega um amplo potencial de subjetivação ética para as mulheres na contemporaneidade. Seja como forma de resistência aos embates e processo de (des) subjetivação por parte do Estado através das biopolíticas, mas principalmente, porque envolve um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro, envolve um “cuidado de si mesmo” pelos quais as mulheres se modificam, e se transformam individual e socialmente.

Estas novas possibilidades de subjetivação ameaçam os interesses do patriarcado e do capitalismo, pois caminham para a conquista de uma existência autonomia e para o enfrentamento da exploração do trabalho realizado pelas mulheres, dentro e fora do lar. Por esta razão a organização social dominante produz um jogo de forças que limitam as possibilidades das mulheres no poder político e jurídico. É possível destacar algumas questões que tem dificultado ou até impedido as mulheres de acessarem e/ou permanecerem no mercado de trabalho, principalmente quando são mães: licença maternidade curta e desigual para ambos os pais

não ofereça possibilidade as mulheres. Mas podem limitar os campos de transformação das estruturas sobre as quais intenta-se modificar, como por exemplo, a busca por altas posições como forma de resistir aos papéis tracionais de gênero, sobretudo no âmbito do trabalho doméstico, resultando no “governo” de outras mulheres, pode estar reforçando o trabalho doméstico enquanto feminino, e por vezes, não remunerado, e suas consequências para a vida das mulheres, como bem abordar Federici.

⁷¹ Essa realidade será transformada, segundo Bell Hooks (2020), quando as mulheres se unirem enquanto grupo e reclamarem por mudanças nas políticas públicas. Mas antes disso, precisam desafiar os seus pensamentos sexistas e criarem um sororidade capaz de sacudir as estruturas na organização social.

(Pereira & Tsallis 2020); gravidez precoce (Oliveira, 2020); informalidade no mercado de trabalho, principalmente o trabalho doméstico (Rodriguez, 2020; Ribeiro, Florentino, Mariano, Peres & Rodriguez, 2017) falta de acesso à educação e/ou formação profissional com qualidade, carência de creches públicas (Barreiro, 2019; Barbosa & Costa, 2017), desigualdade salarial (Barros & Mourão, 2018), políticas públicas insuficientes (Pimenta, 2020) e machismo estrutural (Santos, 2018; Guiginski & Wajnman, 2019; Ramires, 2020).

Segundo Silva (2018), mesmo as mulheres que não são mães sofrem discriminação no trabalho desde a empregabilidade ou ascensão profissional, pela possibilidade de engravidar e precisar se ausentar do trabalho ou cair a produtividade. Estereótipo reforçado quando se estabelece um tratamento diferenciado na duração da licença-maternidade e da licença-paternidade (Lima, 2021). Esta discriminação, faz parte dos elementos que corroboram para o efeito de despotencialização que a “maternidade” pode causar na vida das mulheres, teorizada por Pereira e Tsallias (2020), mas é preciso atenção para problematizar essa questão.

Segundo as autoras, esse efeito está associado a inúmeros jogos de forças, como: solidão, falta de apoio, responsabilização das mães pelos cuidados com filhos, retorno breve ao trabalho, incompatibilidade entre orientações do Ministério da Saúde sobre amamentação e períodos da licença maternidade, entre outros. Além disso, está ligado também a um efeito moral de discursos e práticas sobre a maternidade, ou seja, as questões que estão em jogo são muito menos a condição individual das mulheres e muito mais a negligência ou negação de direitos que afetam as possibilidades de vida para as mulheres e seus filhos.

A jornalista e escritora Nathalia Fernandez, autora do livro *Feminismo materno: o que a mãe descobriu ao se tornar mãe* (2019), problematiza sobre a saída⁷² de mulheres no mercado de trabalho tradicional quando se tornam mães, defende que não se trata de um retorno ao lar ou

⁷² Sobre isso, Badinter (2011), discute que grande parcela de mulheres filhas da geração de feministas, retornaram ao lar, pela decepção com o mundo do trabalho que não lhes concedia o justo lugar, nem a situação social nem a independência financeira que esperavam, ou seja, não encontraram razões para mantê-lo como uma prioridade nas suas vidas.

desistência, mas sim de um ato de coragem, um protesto contra a sociedade que não reconhece as necessidades das famílias, sobretudo nos primeiros anos de vida de uma criança. “[...] Significa não aceitar me encaixar em um mundo de trabalho criado por homens e para homens. Em mundo de trabalho em que o único caminho é a competição sem limites e o sacrifício da vida em família”. (Fernandez, 2019, p. 26).

Nos estudos de Ceribeli e Silva (2017), sobre a interrupção voluntária da carreira profissional com a maternidade, além da inflexibilidade, as participantes apresentaram enquanto motivação: a questão financeira, quando os salários não seriam suficientes para suprir os gastos como babás ou creches e pré-escolas e o reconhecimento de que havia distinção no tratamento aos homens, com maiores possibilidade de crescerem profissionalmente. Realidade semelhante apresentada por Pontes et al. (2019), quando problematizam sobre a pressão vivenciadas por mulheres pesquisadoras quando se tornam mães, pois, a participação exigida em atividades administrativas, pesquisa e a falta de flexibilidade podem dificultar a progressão funcional da mãe acadêmica, bem como dificultar o ingresso na profissão.

Problematizamos, então, que os dispositivos que produzem os espaços de ação para experiência profissional e para a experiência materna parecem levar a caminhos opostos, mas com objetivos iguais, limitar a autonomia das mulheres e explorar sua mão-de-obra. Mas são encobertos por regimes de verdade que incidem em naturalizar a existência de um conflito “maternidade e trabalho” ou “ambivalência materna”, colocando as mulheres novamente como foco principal de resolução, ou seja, reduzindo uma problemática social e política, a saídas individualizantes que contribuem para a atualização de uma experiência materna despotencializadora, atrelada ao sentimento de fracasso e impotência frente à experiência profissional.

São inúmeros os obstáculos que as mulheres tem que enfrentar no mundo do trabalho remunerado, sobretudo para ocupar altas posições mesmo que o nível de escolaridade média das

mulheres seja superior aos homens. Esse fenômeno é chamado de “teto de vidro”, uma metáfora encontrada na literatura sobre as barreiras organizacionais invisíveis que as mulheres devem transpor para chegar a grandes cargos (Assunção, 2018; Costa, 2019; Teodoro, 2019; Sabino, 2019; Roque & Bertolin, 2021). Seja em altos cargos ou não, em decorrência destas questões, as “escolhas” das mulheres dentro do mercado de trabalho refletem mais uma imposição material e simbólica do que uma motivação pessoal, as mulheres “escolhem”⁷³ por vezes ficarem numa posição menos estratégica, por salários e oportunidades profissionais menores, pois se julgam incapazes ou resistem a manejar uma rotina de trabalho que exige renunciar a vida familiar (Santos, 2018; Roque & Bertolin, 2020).

Por tratar-se de decisões nem sempre sentidas como uma escolha, mas como único caminho possível frente a inflexibilidade do mercado e a falta de rede de apoio na experiência materna, as mulheres sentem o peso de abdicar da carreira profissional ou crescimento profissional. Segundo Fernandez (2019), há um misto de sentimentos que atravessam os dias das mulheres, como sensação de estarem sozinhas, isoladas do resto mundo, de ter sacrificado esse aspecto da identidade, mesmo que reconheçam e valorizem plenamente as recompensas de estar com os filhos. Badinter (2019) acrescenta que, algumas mulheres deixam o trabalho monótono por uma tarefa que elas acreditam ser arrebatadora, no entanto, deparam-se com uma realidade de dificuldades e desigualdades, mas confessam apenas na intimidade que experimentam um vazio ou alienação.

Esta insatisfação identificada pelas autoras, está relacionada com as alterações de perspectivas entre os conceitos de sucesso e realização para as mulheres após a inserção no mercado de trabalho. Antes, a realização pessoal das mulheres era limitada a ideia de maternidade e casamento (Badinter, 2011; Cabrini & Frichembruder, 2020). Atualmente, este espaço de ação

⁷³ Fernandez (2019) ao levantar questionamentos sobre a saída ou a pausa no trabalho, que frequentemente é observado nas mulheres depois que se tornam mãe, sugere que quando se problematiza as questões, as mulheres não tiveram de fato muitas escolhas ao tentar conciliar família e trabalho “[...] estas mulheres estão realmente optando por sair ou estão sendo de alguma maneira expulsas?” (Pag. 44)

amplia-se, possibilitando novos campo de configuração subjetiva que endereçam as mulheres para uma nova economia de si, que associa sucesso e realização com outras experiências, que proporcionem autonomia sobre o corpo e o uso do tempo, privilegiando sua liberdade, seus prazeres e energia sexual. Segundo Macedo (2020), o trabalho tem representado para as mulheres um sentido particular de honra e de afirmação de si quanto indivíduo que participa ativamente da sociedade.

No entanto, a pressão que o universo do trabalho exercer sobre os indivíduos de um modo geral, para que dediquem mais tempo ao trabalho, tem afetado de maneira mais negativa as mulheres (Ceribeli & Silva, 2017), principalmente porque este ideário ainda se confronta com os antigos discursos sobre a importância da mulher no espaço doméstico, que identifica maternidade e maternagem como sinônimos (Costa, 2018). Assim, é possível afirmar que antes de tornam-se mães, o trabalho representa a realização pessoal e crescimento profissional, após o nascimento dos filhos, segundo Garcia e Viecili (2018), seu significa tem modificações, passa a representar de maneira prioritária o meio de garantir a segurança financeira, ou seja, as mulheres passam a preferirem a estabilidade financeira que supra as necessidades da família. Enquanto que os trabalhos de Costa (2019), Barros e Aguiar (2019) e Durão (2018) ao discutem sobre a importância da autonomia financeira para as mulheres, apontam que esta funciona como fator de proteção as mulheres, inclusive com relação a depressão pós-parto (Cronemberger, 2019).

Como assegura Costa (2018), quando há o estabelecimento de vínculos⁷⁴ sociais e afetivos no ambiente de trabalho, possibilitando benéficos matérias, físicos e emocionais para as mulheres, este espaço oportuniza novas possibilidades de redes de apoio e constituição de si enquanto sujeito autônomo. Em vista disso, o adiamento da maternidade tem sido o fenômeno cada vez mais comum, as mulheres buscam preparar-se financeiramente ou realizar-se

⁷⁴ Por conseguinte, quando o clima organizacional, não oportuniza a formação de laços sociais, há um tendencia ao isolamento e sentimento de não pertencimento do grupo, resultando em percepções negativas tanto com relação ao trabalho, quanto aos colegas de profissão, ou seja, limitando a importância subjetiva deste espaço de ação (Paini, 2019).

profissionalmente antes de tornar-se mães (Alves, Fronza & Strapasson, 2021), sobre isso Badinter (2011), esclarece que, o que nos difere dos séculos que nos antecederam não é necessariamente a “liberdade” de escolher entre ser ou não mãe, mas sim a existência de outras vias possíveis e desejáveis de subjetivar-se. Assim, em decorrência dessa maior participação no espaço público, que acompanhou o acesso ao contraceptivo, os filhos são planejados cada vez mais tarde, depois dos estudos, de formações, trabalho, aquisição de apartamentos e um companheiro estável (Alves, *et. al* 2021).

Ceribeli e Silva (2017), pontuam que este adiamento não significa ausência de conflitos, sobretudo com relação a fertilidade, fator que gera angustia e ansiedade nas mulheres com relação ao futuro. Complementa Fernandez (2019) que, quando finalmente se permitem engravidar estão menos propensas a terceirizar o cuidado com os filhos, principalmente quando vivenciaram dificuldade pra engravidar. Nos estudos de Martins, Bitencourt, Teixeira, Santos e Sifuentes (2019), a gravidez tardia tende a ser optada por mulheres com maior grau de instrução por considerarem que esta pode ser um empecilho no alcance do sucesso profissional e na obtenção de outras experiência de vida e realização pessoal. Porém, todo esse planejamento e preparação não impede que as mulheres tenham dificuldade de manejar a experiência profissional e materna, cujos elementos como já descritos podem ser de uma ordem estrutural, social e política.

Como também da ordem de uma sujeição psíquica a discursos que “[...] nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação.” (Bulter, 2019, pag. 10), como os valores sexistas que somos socializadas a acreditar (Hooks, 2020), como a busca por corresponder ao que ainda se espera de uma mulher como mãe (Paini, 2019), por esta razão, mesmo desejando que os homens compartilhem⁷⁵ com elas o trabalho doméstico e o cuidado com

⁷⁵ Longe de reforçar um discurso culpabilizantes, esta dinâmica deve ser problematizada como parte de impasses subjetivos que as mulheres estão vivenciadas com todas essas transformações, sem que isso signifique uma justificada a desigualdade na divisão do trabalho doméstico sob o risco de perpetuação de sofrimento e sobrecarga mental e física das mulheres, e desresponsabilização dos homens (Zanello, 2018). Quando Badinter (2011), fala que a maternidade não é mais uma evidencia natural e sim um problema, quer dizer que além das exigências sociais do modelo de boa mãe, e a ausência de políticas cooperantes para as mulheres, é preciso situar também, a necessidade

os filhos, existe a possibilidade de resistência em dividir o lugar de controle e poder que as mulheres atuais, assim como as suas mães e avós, tiveram sob o lar e a criação dos filhos.

Assim, a terceirização dos cuidados com os filhos e com o ambiente doméstico, que tem sido uma possibilidade para as mulheres lidarem com as jornadas de trabalho, tem afetivamente representado sofrimento para algumas mulheres (Ceribeli & Silva, 2017; Fernandez, 2019; Paini, 2019). Como pontuou Zanello (2018), esse sentimento de ameaça e resistência das mulheres, é herança dos modos de constituição do sujeito materno que possibilitou as mulheres um lugar de “poder”, que a autora chamou de “empoderamento colonizado”, capturando as mulheres afetivamente, numa combinação de sentimento em relação às diferentes cobranças impostas, principalmente quando trata-se de cobranças da família, gerando sentimento de culpa⁷⁶ e incapacidade.

Em razão disso, há casos onde as mulheres encontram dificuldades quando retomam a carreira profissional após o período da licença maternidade (Santos, 2018), segundo Fernandez (2019), é somente neste momento que algumas mulheres se dão conta que o mundo das privações e desigualdades, vista nos livros ou contado por outras mulheres, não pertence ao passado. Enquanto o mundo social for pensado para os homens, trabalho (remunerado) e família serão vistos como complementares e positivo para eles, enquanto que para as mulheres, serão conflituosos e excludentes.

que haja uma divisão igualitária também no trabalho doméstico. E neste sentido, a mudança não decorre apenas de investimentos públicos significativos, é preciso uma reforma feminista da sociedade, das políticas, das empresas, sobretudo, dos homens.

⁷⁶ Segundo Zanello (2018) a psicologia, sobretudo a psicanálise contribui muito para o estabelecimento da culpa materna presente nas mulheres, ao propagarem diversas teorias e estudos que retratam as consequências da falta de cuidado materno, problematizando a ida das mulheres ao mercado de trabalho, e colocando-as como vilãs ou egoístas por abandonar seus filhos por ambições pessoais.

CAPÍTULO IV

4 APROXIMAÇÕES A NOÇÃO DE SUBJETIVAÇÃO NO PENSAMENTO FOUCAULTIANO

4.1 Entendendo suas torsões: saber, poder e subjetivação

Que tudo seja dito, em cada época, talvez seja o maior princípio histórico de Foucault: atrás da cortina nada há para se ver, mas seria ainda mais importante, a cada vez, descrever a cortina ou o pedestal, pois há atrás ou embaixo

Deleuze

Trata-se, em suma, de partir em busca de uma outra filosofia crítica: uma filosofia que não determina as condições e os limites de um conhecimento do objeto, mas as condições e as possibilidades indefinidas de transformação do sujeito

Foucault

O pensamento foucaultiano se situa como parte importante do debate sobre o homem e a modernidade, sua filosofia permite que indivíduos se interrogarem sobre sua situação na história e na sociedade. Como afirma McLaren (2016), Foucault escreve “uma história do presente”, permitindo que se veja como o presente veio a ser o que é; a partir de uma exposição das contingências históricas que o criaram, implicando pensar que as coisas poderiam ser diferentes. Por isso, diversas leituras são produzidas a partir da densa obra - inacabada, desse grande filósofo contemporâneo. Ainda assim, é importante retificar, que as diversas leituras e problematizações a partir da sua obra, entre outras coisas, não podem ser utilizadas como verdade universal ou transcendental, o mesmo já advertia sobre a necessidade deste distanciamento histórico no olhar sobre sua teoria, pois estas também não estavam fora das condições históricas que a sustentavam,

em razão disso, devem ser usadas como ferramentas contra as novas formas de controle e dominações:

Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada ter a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou (Foucault, 1979, pag. 132)

Ao adentrar sua obra, os leitores se encontram num estado de inquietude que os motivam para um percurso que vai além do domínio conceitual do tema abordado, se propor a abordar conceitualmente e historicamente a constituição do sujeito à luz do pensamento de Foucault, por exemplo, é incluir temas como poder, subjetividade, loucura, verdade, sexualidade, ou seja, é ser atravessado por uma rede de elementos de saber e poder, que poderiam ficar invisíveis durante toda a produção teórica.

Como mostra, Castro (2017), um grande estudioso do pensamento Foucaultiano, para ser possível uma compreensão mais próxima da sua filosofia, é preciso constantemente atentar-se para o fato de que Foucault tinha um olhar que intentava a descobrir as formas de racionalidade que organizam as maneiras de dizer e de fazer, os modos de falar e se comportar, na relação consigo mesmo e com as coisas. Apresentava uma atenção sem limite ao que classificava como “abaixo da história”, os caminhos que levavam a descaminhos. Das inquietações que movimentavam Foucault, desde os seus primeiros escritos, é possível dizer que a grande pergunta era: Como foi possível o que é? Ele defendia que essa era sempre uma possibilidade histórica, por isso, poderia ter sido de outro modo e também pode ser de outro modo. Assim, seu pensamento tem essa marca histórica, como também, foi se transformando em uma ferramenta ético-política, ferramenta para lutas políticas e sociais atuais.

A complexidade deste filósofo causou incompreensões devido aos deslocamentos que ocorreram nas suas produções; seja a introdução de novos temas; seja quando os já estudados

eram abordados a partir de novas perspectivas; ou quando estabeleceu uma relação crítica com trabalhos precedentes. Mas, convocando as palavras do filósofo em uma entrevista que concedeu para Hubert Dreyfus e Paul Rabinow em 1983, parece mais adequado pensar estes desolamentos como dimensões de um mesmo projeto.

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo de meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. O primeiro é o modo da investigação, que intenta atingir o estatuto de ciência, como, por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na *gramaire générale*, na filologia e na lingüística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e da economia. Ou, um terceiro exemplo, na objetivação do simples fato de estar vivo na história natural e na biologia. Na segunda parte de meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de ‘práticas divisoras’. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’. Finalmente, tentei estudar –meu trabalho atual- o modo pelo qual um ser humano torna-se um sujeito. Por exemplo: eu escolhi o domínio da sexualidade –como os homens aprendem a se reconhecer como sujeitos de ‘sexualidade’. Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa (Dreyfus & Rabinow, 1995, pag. 231-232).

Reitera-se, como explica Castro (2017), que se trata de torsões, de movimentos em trono de um eixo, não são rupturas. A questão, às vezes incompreendida sobre sua obra, é que esse eixo não é representado nem pelo saber, nem pelo poder, nem pelo sujeito, mais, sim pela maneira que eles se relacionam, dentro do tema geral que era o sujeito. Uma das explicações para esse estigma

de “ruptura” do pensamento de Foucault, pode ser considerada pelo fato de que, seus primeiros trabalhos não tiveram essa análise relacional como fio condutor, mas sim, que ao longo das suas produções é que ele foi alcançando essa visão relacional sobre esses domínios. Foucault *a priori*, precisou desconstruir em cada uma delas as noções de um o caráter substancial que frequentemente lhes eram atribuídas, precisou desnaturalizar o olhar sobre estas, e esse é um desafio que ele coloca a seu leitor. Passando então, a compreender que esses domínios só existem no plural e sem nenhuma identidade que transcendam suas formas históricas.

Em *O sujeito e o poder* (Foucault, 1995), o filósofo argumenta que sua obra envolveu bastante a questão do poder - chegando a ser considerado o tema principal de seu trabalho, a razão se deu pelo fato de que, nas investigações históricas percebeu que o sujeito humano era colocado em relações de produção, e significação, como também, igualmente colocado em relações de poder muito complexas. Além disso, percebeu que apenas relações de produção e significação apresentavam instrumentos de análise dessas relações; e os modos de pensar o poder eram associados com base nos modelos legais ou institucionais. Logo, foi necessário adentrar a problemática do poder para usá-la na compreensão da objetivação do sujeito.

Para tanto, no intuito de estudar as relações entre racionalização e poder, Foucault (1995), considerou que seria perigoso falar de uma racionalização da sociedade ou cultura em geral, sendo frutífero analisá-las em vários campos, cada um com uma referência a uma experiência fundamental, como a loucura, doença, morte, crime e sexualidade. De modo que fosse possível compreender como o homem foi capturado em sua própria história. Por esta razão, as torsões com as quais sua obra foi sendo tecida, colocou a questão do sujeito a partir de investigações em vários campos.

Por isso é importante entender que, a depender de qual trabalho a questão do sujeito seja está abordada, ganham-se envergaduras diferentes, incorporando, por exemplo a verdade e sua relação com a subjetividade, abordadas nos cursos de 1980 e 1981 ou Governo de si e Parresía

(cursos de 1982 e 1994). Por tratar-se de uma obra extensa e de grande complexidade, abordar o tema da subjetividade em Foucault tem sido um grande desafio aos estudiosos, assim, não há neste trabalho pretensão de contemplar todo o campo de problematizações, mas de apresentar algumas aproximações à noção de subjetividade, centrais para a compreensão dos processos através dos quais as mulheres tornam-se mães.

A partir de uma fragmentação simbólica das torsões já apresentadas, frequentemente organiza-se seu trabalho em três dimensões ou eixos, as quais, embora tenham um indiscutível valor didático, principalmente pela complexa organização do seu pensamento, é preciso chamar atenção para que não se ocupem destas como uma sucessão cronológica simples, como se um domínio precedesse outro, pelo contrário se moldam e se dobram, numa configuração densa e integrada.

Dito isto, as três dimensões podem ser entendidas como: o saber (lida-se com os modos de investigação que assumem os status de ciência, e encontra-se os modos de objetificação e os sujeitos produzidos por eles, por exemplo, o sujeito trabalhador); o poder (a genealogia dos dispositivos de controle social, os sistemas disciplinares; às “práticas de divisão”, o sujeito sendo separado de outros, por exemplo, o louco separado do normal, e examina-se as formas pelas quais as instituições objetivam os sujeitos), e por último, a subjetividade (estudando os modo de objetificação denominado de “subjetivação”, apresenta uma análise de como os indivíduos se transformam em sujeito, por exemplo, se reconhece enquanto sujeito de desejo sexual).

4.2 Os domínios do saber e do poder

O filósofo das discontinuidades culturais, aponta em seus primeiros trabalhos, a relação “potente” entre o saber e o poder quando problematiza a elaboração do aparecimento do contraste/corte entre “a razão e a loucura”, partindo do resgate histórico do tema da desordem enquanto excesso e irregularidade, observando como esta relação foi mudando radicalmente através do tempo para uma disfunção médica ou corporal. Um trabalho mais amplo sobre esta

questão está além do escopo deste trabalho, não será possível reconstruir todos os aspectos que compreendem os domínios do saber e do poder na obra de Foucault, no entanto, alguns pontos são fundamentais, dentro da dinâmica processual que envolvem as formas de subjetivação.

O primeiro Foucault ou a primeira dimensão de sua obra, como conveniu-se dividir, incluem *O Nascimento da Clínica*, *As palavras e as Coisas* e *Arqueologia do Saber*. Em um trabalho arqueológico, que teve como objeto o saber, instigou-se a problematizar as estruturas que sublinham o pensamento e conformam as condições que tornam possíveis tipos particulares de saberes em épocas específicas da história (McLaren, 2016). Neste empreendimento, como elucida Candiottto (2006), distancia-se da relação tradicionalmente *neutra* e *objetiva* entre sujeito e objeto, para estabelecer diferenças fundamentais entre a maneira clássica de entender a verdade e sua concepção.

Foucault (1997) quando aborda a loucura e o saber médico, busca entender como um saber médico passa a produzir um discurso e um corpo louco, um sujeito da loucura. Ele teoriza que em um dado momento histórico, no caso em questão, entre o século XIX e XX, foi necessário fazer um corte, entre a razão e a des-razão, e que para esse corte acontecer foi preciso organizar um saber, um saber psiquiátrico e junto dele fundar um discurso que é o discurso psiquiátrico. O saber, neste sentido, é entendido como uma esfera que tem sua própria lógica, um conjunto desordenado que em um dado momento histórico se ordena e neste, há *posições* que são vazias e que diferentes indivíduos ocupam e se relacionam, o sujeito louco e o sujeito médico, por exemplo, ocupações que são hierarquicamente diferentes.

Nesta perspectiva, o filósofo questionava o discurso da verdade que vai dizer, por exemplo que, João é louco, entre tantas possibilidades de dizer algo sobre João, institui-se um discurso que torna algo como a loucura uma propriedade de João. De modo que, não afirmava que a loucura não existia, mas questionava como essa loucura é transformada em discurso de verdade, definindo regras sobre o que é a loucura, e com isso, coagindo o sujeito por diferentes técnicas a

se constituir a partir dessa verdade que é a loucura. O indivíduo não é mais “só” o João, ele é “João louco”, quando a loucura é racionalizada como uma verdade, tem efeitos na subjetividade.

Assim, os questionamentos de Foucault vão mostrando que é preciso compreender que não há correspondência no real, da verdade que esse discurso de verdade profere. E porque não há correspondência? Justamente porque essa verdade do discurso, ela é produzida a partir de práticas do exercício do poder e do saber. Essa verdade diz respeito a um sujeito que de fato não existe. O sujeito “João louco” só existe dentro de um discurso de verdade que antes cria e materializa algo como a loucura. Neste sentido, as relações entre esses sujeitos são de poder, são relações pré-estabelecidas sobre aquilo que deve ser pensado, dito, visto e praticado, como por exemplo, o sujeito médico como detentor do saber-poder, se coloca como aquele que pode realizar desde prática terapêutica às práticas de punição.

É importante pontuar que, mesmo afirmando que a organização do saber médico em torno do sujeito louco, por exemplo, esteve ligada a diversos processos sociais de ordem econômica, num período específico da história, mas também, ligado a instituições e a práticas de poder, isso não significa uma desautorização da validade científica ou eficácia terapêutica. Os questionamentos de Foucault são no sentido de chamar atenção para a constituição dos discursos de verdade, demonstrando que não seria possível pensar uma verdade fora das relações de poder, mas que seria possível pensar outras formas de relação com a verdade que não sejam sempre reiteradas por verdades hegemônicas.

Em *A história da Loucura* (Foucault, 1997), há uma explanação dos saberes que levaram a possibilidade do nascimento da psiquiatria, centrando nas instituições de controle do louco, observando que há uma sintonia em os discursos médicos e as práticas de internamento. Assim, problematiza que as ciências médicas modernas -psiquiátricas, e humanas, embora tenham desenvolvidos seus conceitos e métodos, continuaram a operar nas instituições de internamento, desenvolvendo um papel mais crucial na classificação e controle dos seres humanos, do que na

revelação da humanização do tratamento. Por conseguinte, como pontua Dreyfus e Rabinow (1995), o personagem do médico ganha destaque, em razão de que, é através deste que a loucura se torna um objeto de investigação no domínio da medicina, e este, torna-se uma figura essencial, seja por ter o poder de decidir quem sai e quem entra da internação, como também, por transformar um espaço fechado em espaço médico.

Compreende-se então, que as primeiras obras de Foucault, a partir de uma série de estudos marcam um modo diferente de lidar com o discurso e a história, o que nos proporcionou a construção para um novo pensamento. Foucault, passa a pensar a história não como causalidade, mas como uma erupção de acontecimentos, por exemplo, olhava pra uma determinada cena histórica e pensava, mais como o dispositivo da sexualidade funcionou na mulher histérica do século XVIII? Ou seja, não tratava o discurso apenas como proliferação de coisas, mas questionava como os discursos funcionavam na produção de pessoas, coisas e materialidades, caracterizando assim determinado período histórico, uma vez que os acontecimentos discursivos são acontecimentos históricos. Para o filósofo, o conhecimento e a verdade são questões históricas, produções sistemáticas que se manifestam também por meio de discursos científicos entendidos como verdadeiros.

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica. (Foucault, 1997a, p. 159)

Neste sentido, o que estava em pauta na análise foucaultiana dos discursos, ao investigar a regularidade dos enunciados e a descrição dos fatos os quais se encontravam em seus arquivos, era expor como as instituições e seus processos econômicos e sociais dão lugar a tipos definidos de discursos (Azevedo, 2013). Foucault (1997a), mostrou que não se pode dizer qualquer coisa em qualquer época, é necessário atentar-se as condições históricas para o surgimento de um objeto discursivo que assegurem “dizer alguma coisa” e se relacionar com outros objetos, ou seja, o discurso, não possui apenas um sentido ou verdade, possui uma história.

Neste momento, para os leitores alheios às obras de Foucault, surge a dúvida sobre o que seria discurso e o saber para o filósofo? “Chamaremos de discurso⁷⁷ um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (...)” (Foucault, 1997a, pág. 135-136). Todo discurso tem uma ordem própria, uma organização, ou melhor, um sistema de regras a partir das quais se relacionam seus elementos constituintes. Enquanto que os saberes são tomados, no pensamento foucaultiano, no sentido de possibilidade de conhecimento, instrumento para análise dos discursos, não se tratando apenas do conhecimento científico. Uma vez que, o saber⁷⁸ é pensado enquanto construção histórica, e como tal, produz verdades que se instalam e se revelam como práticas discursivas (Azevedo, 2013).

⁷⁷ Essa é uma das inúmeras definições apresentadas por Foucault, segundo Fischer (2001), em quase todas as definições sobre discurso Foucault refere-se ao enunciado, “conjunto limitado”, “domínio geral de todos os enunciados”, grupo individualizável de enunciado”.

⁷⁸ Nas investigações arqueológicas, Foucault diluiu a ideia de disciplina e passou pensar saberes, colocando os discursos na dimensão do saber. O efeito desse procedimento foi colocar o que o médico diz, o que professor diz, o que paciente diz, na mesma posição como discurso, e pensar quais foram as relações de poder que costuraram, que hierarquizaram esses discursos. Considerando que, a hierarquização dos discursos não estava no conteúdo dos discursos, e sim na posição que estava em disputa o tempo todo dentro do cenário social. Ou seja, o discurso possuía uma ordem, uma normatividade, e isso ultrapassava a linguística. Para Foucault, a economia, a política e a religião, não são coisas separadas, elas se conectam e se dispersam num exercício de separação que não está dado. O que transforma o saber em disciplina não é o saber em si, essa separação é efeito de configurações sociais. Por exemplo, o discurso científico que, ao ocupar-se de um discurso e com efeito de “verdade”, normatizou que o tamanho inferior do crânio das mulheres e negros justificaria a subordinação ao homem branco.

Para Foucault (2014), os discursos estão além das relações entre significante/significado, são prática sociais, eles organizam a realidade, por isso a importância da identificação das condições de existência, e circulação destes, para compreender como o poder estar sendo distribuído.

gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdo ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (Foucault, 2014, pág. 54-56)

Para tanto, no trabalho arqueológico, fez a análise do saber de uma determinada época, demonstrando como eles são constituídos de modos diferentes em cada épisteme, de forma que possa responder as necessidades emergentes (Castro, 2017). Não havia o intento de fazer uma história da evolução da ciência, nem tão pouco, entrar em questão sobre a sua validade ou se suas assertivas fazem sentido. Atentou-se, no entanto, ao modo como o saber vai se constituindo, se organizando e fabricando temas e produzindo verdades. Para problematizar, com isso, que algumas certezas e evidências, podem ser criticadas, haja vista que, se os saberes são produzidos

tem um lugar e com uma marca específica, não devem ser tomados como universalmente verdadeiros⁷⁹ ou falsos simplesmente (Marques, 2012).

Neste sentido, Foucault abriu caminho⁸⁰ para analisar como as coisas ditas são acontecimentos que ocorrem em contornos bem específicos “[...] no interior de certa formação discursiva – esse feixe complexo de relações que ‘faz’ com que certas coisas possam ser ditas (e serem recebidas como verdadeiras), num certo momento e lugar [...]” (Fischer, 2003, p. 373).

“A análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo de rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante [...]” (Foucault, 1996, p. 70).

Segundo Foucault (1997a), as regras de formação dos conceitos não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos, elas estão nos próprios discursos e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de campos discursos determinados. Essa forma de olhar para as práticas discursivas e não discursiva e descrever os enunciados considerados verdadeiros, que estão presentes no cotidiano, tem sido importante na compreensão de como estes tem interpelado os sujeitos e produzido determinadas formas de viver. Como assegura Fischer (2003), analisar os discursos a partir desta perceptiva tem possibilitando:

dar conta de como nos tornamos sujeitos de certos discursos, de como certas verdades se tornam naturais, hegemônicas, especialmente de como certas verdades se transformam em verdades para cada sujeito, a partir de práticas mínimas, de ínfimos enunciados, de

⁷⁹ Argumenta-se diante disso, que um objeto não se encontra pronto na realidade, possibilitando a partir disso, estudar sua organização interna, Candinotto (2006), reforçou que o pensamento foucautiano intentava-se em desvelar que não há *O sujeito* e *O objeto* dado, não existem objetos naturais como a verdade, a doença mental, a sexualidade, eles se tornam mediante práticas históricas específicas. O autor supracitado segue clarificando que, as análises sobre a sexualidade podem ser verdadeiras, ainda que só exista a partir do momento que relações tornaram isso possível, a questão não está centrada no objeto, mas na análise da constituição histórica que faz emergir, transformar, e até desaparecer um objeto ou sujeito.

⁸⁰ Abriu caminho lançando luz sobre as possibilidades epistemológicas no campo das ciências humanas e sociais, colocando em questão a objetividade das investigações empíricas (Thiry-Cherques, 2010)

cotidianas e institucionalizadas regras, normas e exercícios. Pesquisar a partir desses pressupostos históricos e filosóficos significa também, e finalmente, dar conta de possíveis linhas de fuga, daquilo que escapa aos saberes e aos poderes, por mais bem montados e estruturados que eles se façam aos indivíduos e aos grupos sociais [...] (Fischer, 2003, pág. 385-386).

As análises foucaultianas tratam das relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” no discurso, não tratam apenas dos elementos textuais e contextuais, como também, dos efeitos que os discursos produziam, nos sentidos e nas verdades. Foucault (1997a), coloca em questão a possibilidade e dever de investigar o funcionamento do discurso, a partir de sua condição histórica de enunciabilidade e transformação. Imbricado nessa investida, apresenta um conjunto de problematizações históricas, referendada por Dreyfus e Rabinow (1995), sobre as regras que regem as práticas discursivas, apontando para a necessidade de colocar a verdade e a objetividade sempre em parêntese, advertindo que a busca por um saber transcendental precisa ser repensada por saberes locais, específicos e históricos.

A verdade como discuti Bordin (2014), é tratada por Foucault como detentora de uma história, possuindo ligação com comportamentos, lutas e, conseqüentemente poder. Com isso, os discursos de verdade são aferidos por meio de um conjunto de elementos, como comportamentos, linguagem, e valores refletindo relações de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade. Segundo Fischer (2001), o filósofo teorizou que cada formação discursiva⁸¹ é permeada por relações de poder e em cada uma ocupa um lugar com uma determinada posição, a depender das relações de poder.

⁸¹ Fischer (2001) elabora que as formações discursivas podem ser pensadas como o princípio e dispersão dos enunciados, responsável pelo o se “sabe”, o que se “pode” e o que “deve” ser dito, dentro de determinado campo e de acordo com certa que se ocupa nesse campo. Assim, as formações discursivas estariam sempre em relação com determinados campos de saber. “ [...] Quando falamos em discurso publicitário, econômico, político, feminista, psiquiátrico, médico ou pedagógico, estamos afirmando que cada um deles compreende um conjunto de enunciados, apoiados num determinado sistema de formação ou formação discursiva: da economia, da ciência política, da medicina, da pedagogia, da psiquiatria.” (Fischer, 2002, pág. 203)

Afirma-se, então, que não há saber neutro, todo saber é político, o que implica que, a análise do saber seja também uma análise do poder, uma vez que, não pode haver uma relação de poder, sem a constituição de um campo de saber, dito de outro modo, todo saber constitui novas relações de poder, pois onde se exercita o poder, também forma-se saberes e estes asseguram o exercício de novos poderes. De acordo com Foucault (2005):

Temos antes de admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados, que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder.” (Foucault, 1897, p. 27)

O saber está entrelaçado com o poder, sendo dois lados de um mesmo processo, porém, o poder tem o primado sobre o saber, eles se entrecruzam no sujeito, entendido como seu produto concreto. Admite o sujeito como efeito do discurso, ou melhor de formações discursivas, as quais emergem em meio a um jogo de forças, que estão sempre se atualizando a cada nova relação, a cada momento (Alves & Pizzi, 2014). Neste ponto de análise, o filósofo localiza o discurso como o lugar onde este cruzamento se opera, trazendo os discursos como histórias que encadeadas entre si, se completam e se impõe ao sujeito como regime de verdades.

Com isto, Bordin (2014), orienta que pensamento foucaultiano direciona a questão do conhecimento as relações de poder, mostrando que é preciso ir além dos escritos, é preciso analisar as relações políticas, históricas e práticas. As relações de poder de cada época que determinam a busca de um determinado conhecimento.

Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo aparecer e para modificá-lo não é revelar os pressupostos filosóficos que podem habitá-lo; não é retornar aos fundamentos que a tornaram possível e que a legitimam: é colocá-la novamente em questão como formação discursiva; é estudar não as contradições formais de suas

proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas.” (Foucault, 2013, p.224 citado por Bordin, 2013).

Na sutura da relação do saber-poder, Gimbo (2016), argumenta que o filósofo amplia a questão do saber, situando suas análises não apenas no campo das condições possibilidades do saber se formar, e suas transformações históricas de enunciados com pretensão de verdade. Mas, ampliando seu eixo de análise, busca compreender o valor de verdade, os efeitos de verdade produzido, adentrando a questão do poder para isso. Candiotto (2006) reforça que, estes efeitos tem como objetivo justificar racionalmente relações de poder, assim, um discurso ao ser investido de um teor verdadeiro, cumpre com uma funcionalidade específica, produzir efeitos de poder, qual seja, instituir regras para governar pessoas, examinando-as, classificando-as, dividindo-as, adestrando-as e sujeitando-as. Como por exemplo, as verdades biológicas sobre a fragilidade do corpo feminino para justificar a dominação masculina.

Em entrevista, Foucault (2004a) adverte que quase não faz uso da palavra poder, e quando o faz é na tentativa de referir-se a “relações de poder”, justamente pelos esquemas prontos relacionados a palavra poder. As relações de poder, exigem o reconhecimento do outro como sujeito de ação, assim como, exige que ante aquela relação haja um campo de respostas, reações, efeitos e possíveis intervenções:

Quando se fala em poder as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante [...] não é absolutamente o que penso quando falo em relações de poder, quero dizer que nas relações humanas, quais quer que sejam elas [...] o poder esta sempre presente: quero dizer a relação em que cada uma procura dirigir a conduta do outro. São portanto, relações de poder que podem encontrar em diferentes níveis, sob diferente formas; elas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas. (Foucault, 2004a, p. 105).

Neste sentido, a partir de um trabalho de descrição crítica, apresentou uma nova forma de analisar o poder, rejeitou o modelo tradicional de poder, chamado de “jurídico-discursivo”, que vem de cima, de um líder soberano que seria o Estado, e que se estruturava a partir de quatro características: uma relação negativa, insistência em regras, ciclo de proibição, lógica da censura e uniformidade do aparato (McLaren, 2016). Apresentou uma nova forma, uma “analítica do poder” que é contextual e histórica, em vez de uma “teoria do poder”, justamente questionando a legitimidade de pensar um poder que reúne um quê, um porquê e um como (Foucault, 2009)

Se provisoriamente atribuo um certo privilegio à questão do “como”, não é que eu desejo eliminar a questão do quê e do porquê [...] eu diria que começar a análise pelo “como” é introduzir a suspeita de que o “poder” não existe; é perguntar-se, em todo caso, a que conteúdos significativos podemos visar quando usamos esse termo majestoso, globalizante e substantificador; é desconfiar que deixamos escapar um conjunto de realidades bastante complexo, quando engatinhamos indefinidamente diante da dupla interrogação: “O que é o poder? De onde vem o poder?” (Foucault, 1995, p. 240)

Acreditando que o poder era abordado de uma maneira muito simplista, Foucault (1995, p. 231) observou que “[...] o único recurso que temos são os modos de pensar o poder com base nos modelos legais [...]”, por isso ampliou suas análises, a partir de “como o poder se exerce”, tratando o “poder” no sentido de que ele coloca em jogo relações entre pessoas ou entre grupo, ações dos homens sobre ações de outros, podendo supor que o poder só existe em ato, mesmo que se interpele num campo de possibilidade apoiadas por estruturas permanentes. O exercício do poder consiste em conduzir condutas, e ordenar a probabilidade – modos de ação mais ou menos refletidos e calculados direcionados as possibilidades de ação dos outros indivíduos; ele incita, induz, desvia; no limite ele coage ou impede, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos.

Nesta analítica o poder em si não é nem boa nem ruim, podendo ser pensado como produtivo, de modo bastante complexo, as relações de poder, certamente não representam um mal, mas oferecem perigo, que seria, a possibilidade de se solidificar em uma forma de domínio. Por isso, Foucault (1995) defende que, as relações de poder são moveis, reversíveis e instáveis, acrescentando que só é possível falar de relações de poder quando os sujeitos são livres, incluindo a “[...] liberdade como um elemento importante, entende por “livres” “[...] sujeitos indivíduos ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer.” (Foucault, 1995, p. 244), assim, se um dos lados dessas relações, estiver sido transformado em coisa, ao ponto de se exercer uma violência infinita, não se trata de relações de poder.

A questão da possibilidade de liberdade está sempre atrelada nas suas análises de poder, ainda que trata-se de uma relação desequilibrada de poder, o filósofo acentua que, um poder só se exerce sobre o outro à medida que ainda haja uma forma de resistência: resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, estratégias que invertem a situação, segue exemplificando, que: nem que seja a possibilidade de pular de uma janela, ainda assim é uma possibilidade que indica um tipo de liberdade (Foucault, 2004a).

A lógica relacional do poder, possibilita pensar a maneira como este se articula de maneira múltipla e não somente a partir de um ponto nevralgico; com isso há pontos de resistência presentes por todas as partes e não há um lugar de grande oposição. Em uma mesma rede de relações, os poderes e as resistências estão se apoiando-se e reinventando-se mutualmente. É justamente na existência das resistências que o poder encontra seu limite, é o ponto de uma derrocada possível a partir da qual, precisa reconfigurar-se. Por sua vez, os pontos de resistências têm seu ápice nos mecanismos de sujeição, transformando-se a partir do enfrentamento, dobrando-se sob a linguagem do poder (Orellana, 2012).

Com isso, quer afirmar que, se há poder em todos os lados, há também liberdade por todo o lado; não havendo um confronto entre poder e liberdade, há um jogo muito mais complexo. O poder não seria possuído por uma instituição ou grupo por exemplo, essa nova noção defende que o poder seria relacional, onipresente e que estaria constantemente sendo produzido no meio de e entre pessoas, instituições, coisas. Por isso, a alegação de que ele vem de todas as partes e é exercido a partir de vários pontos, não apenas pelo Estado. As relações de poder são imanentes em outros relacionamentos, como relações econômicas, de conhecimento, e sexual, e justamente por isso ele é instável (Foucault, 2004a).

No entanto isso não significa que todas as relações de poder sejam normalizadoras, nem que todos os indivíduos tenham as mesmas possibilidades dentro destas relações. Como Foucault (2004a) adverte, embora o poder não possa ser possuído, é preciso compreender que estados de dominação causam relações de poder assimétricas.

as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos, ou militares – estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. (Foucault, 2004a, p. 99).

A partir da separação conceitual entre relações de poder e estados de dominação, é possível compreender que o poder está sempre sujeito a reversão, enquanto que os estados de dominação são mais estáticos, são relações de poder que estão de tal forma fixadas, que são perpetuamente dessimétricas, no entanto, todo estado de dominação está sujeito a reversão através da ação coletiva. A noção de poder envolve relações complexas e sobrepostas como: os conceitos de dominação, poder, liberação, liberdade, reversão e resistência (Foucault, 2004a).

A liberdade dentro da obra de Foucault, no texto *O sujeito e o Poder* (Foucault, 1995) publicado em 1982, o filósofo esclarece a necessidade de se tratar de sujeitos livres, quando se pensa no estabelecimento de relações de poder, e ou nas possibilidades de formação de sujeitos éticos, isso porque, o conceito de liberdade, abordado principalmente nos estudos sobre a constituição do sujeito, apresenta-se como uma condição ontológica da ética, afirmando que a ética seria a prática refletida da liberdade. Com isso, pensar a liberdade ou práticas de liberdade, nunca está fora das relações de poder, mas ocorre quando as relações de poder se deslocam através de reversão ou resistência. A reversão acontece quando o equilíbrio do poder se desloca oferecendo vantagens (pelo menos temporária), as lutas Feministas em geral, são os exemplos contemporâneos desta reversão. McLaren (2016) trouxe uma forma interessante de compreender esta noção de poder e suas formas de reversão: como num jogo de xadrez, há sempre relações de poder em jogo, entre as peças e jogadores, e a cada movimento o equilíbrio de poder muda.

Deslocar as relações de poder pode encerrar uma situação de dominação e aumentar as possibilidades de liberdade, é possível fazer aproximações sobre estas relações, nas dinâmicas que envolvem o trabalho de parto, quando as mulheres grávidas utilizam de práticas como plano de parto, auxílio da doula, ou parto domiciliar, são formas de reverter o estado de dominação que tornou o parto no modelo “tecnocrático”, ainda assim, não significa o fim do poder médico, mas certamente resulta numa expansão de possibilidades para as mulheres, que não se tornam tão passivas nesta relação. E é neste sentido que Foucault fala da liberdade enquanto prática, e não como estado final. A liberdade ocorre em exercício por meio da reversão, resistência e outras práticas de liberdade (Mc Laren, 2016)

Numa relação que é ao mesmo tempo de incitação recíproca e de luta, “a relação de poder” e a “insubmissão da liberdade”, estão enraizadas na rede social, as possibilidades de ação sobre a ação tornam diversas as formas e lugares de “governo” de condutas. E dentre eles, Foucault (1995), reconhece que o Estado na contemporaneidade, não é apenas uma das formas ou lugares mais importantes de exercício do poder, mas chama atenção de que, de certo modos, todas as

relações de poder a ele se referem, não querendo dizer com isso que todas as relações de poder derivem do Estado, mas “ [...] no sentido restrito da palavra “governo”, poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado (Foucault, 1995, p. 247).

Foucault (1995) advertia para o risco de associar o poder a questão do Estado como detentor do poder, porem em um dos seus textos, enfatiza o fato do poder do Estado, ser uma forma de poder individualizante e totalizador, que ignora o indivíduo e ocupa-se apenas com interesses de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos.

Acho que nunca na história das sociedades humanas – mesmo na antiga sociedade chinesa-, houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa de técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização. [...] o Estado moderno integrou, numa forma política, uma antiga tecnologia de poder, originada das instituições cristãs. Podemos chamar estas tecnologias de poder pastoral. (Foucault, 1995, p. 237).

O poder pastoral¹, dentre tantas questões que o transformou numa das principais formas de poder na modernidade, para funcionar precisou ter o conhecimento das mentes das pessoas, explorando suas almas, fazendo-os revelas seus desejos mais íntimos, assim, como postula o filosofo, este poder não se desenvolveu acima dos indivíduos, mas a partir de uma estrutura muito sofisticada, atuou na integração dos indivíduos a uma condição de individualidade nova, submetendo-os a um conjunto de modelos muitos específicos (Foucault, 1995). E é sobre a negação desta individualização e totalização que o filósofo advertia, segundo Dreyfus e Rabinow, (1995):

Talvez, o objetivo hoje não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo

constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos. (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 239).

Foucault (1995) sobre essa recusa ou resistência ao “duplo constrangimento”, observou que emergiu uma série de oposições, de lutas sociais que se desenvolveram nos últimos anos e ainda prevalecem. Dentre elas, tem-se as lutas contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete: lutas contra a sujeição, formas de subjetivação e de submissão da subjetividade. A lutas contemporâneas, e os objetivos que as norteiam, que segundo Foucault (1995) giram em torno da questão: Quem somos nós? Tem como fio condutor uma recusa as abstrações, a essas formas de poder, que buscam, com efeito de verdade determinar os modos de ser e se relacionar dos sujeitos.

O filósofo segue admitindo que essas lutas são antigas, movimentos do século XV já poderiam ser problematizados como consequência de uma crise da experiência da sociedade ocidental relacionada a subjetividade, desde a revolta contra um tipo de poder tanto religioso, quanto moral, que deu forma a subjetividade moderna tão problemática. Com isso, na sua perspectiva, não vai ter verdade fora das relações de poder, mas é possível outras formas de relações com a verdade, e, portanto, outras formas de subjetividade, e não aquela sempre reiterada por verdades hegemônicas, a fim de minimizar a virtualidade da dominação.

4.3 Repensando a subjetividade com Foucault

A noção de subjetividade desenvolvida por Foucault parte da sua alegação de que sujeito moderno é produzido em um campo de imanência das relações de saber-poder que são historicamente construídas. Desafiando as concepções predominantes de uma subjetividade

unificadora, transcendental e sintetizadora, que assumem uma noção *a priori* do sujeito (Foucault, 2004a), endereçando-se para “o sujeito do conhecimento de si” ou “sujeito *da* verdade,” que teria uma identidade originária, uma natureza secreta, uma verdade do sujeito ou no sujeito, onde sua descoberta ou decifração é o que vem confirmar sua natureza e torná-lo ele mesmo (Gros, 2012).

Em uma análise do sujeito não dissociada da história de suas práticas de transformações, forçou as bases das três maiores visões filosóficas contemporâneas: sujeito do marxismo; a consciência da fenomenologia e da ciência tal qual apresentada pelo positivismo (McLaren, 2016).

Tem-se que prescindir do sujeito constituído para se livrar do próprio sujeito, isso é, chegar a uma análise que possa servir à constituição do sujeito dentro de uma estrutura histórica. E isto é o que eu chamaria de genealogia, uma forma histórica que venha a servir para a constituição de saberes, discursos, domínios de coisas, etc., sem ter que fazer referência a um sujeito que ou é transcendental em relação ao campo de acontecimentos ou dirige sua mesmice vazia do curso da história” (Foucault citado por McLaren, 2016, p. 85).

Assim, em vez de decompor as condições empíricas ou transcendentais, que conduziriam a análise de um sujeito geral, o trabalho de Foucault (1984) caminhou para os “modos de subjetivação”, buscou saber como alguém se torna *sujeito*, considerando com isso que, o sujeito e a subjetividade são um composto histórico. Por isso, apresentou a subjetivação e constituição ética de si como novas formas de problematização para o sujeito contemporâneo, de modo que passe de um estado de sujeição ao estado de subjetivação, de auto constituição.

Modos de ser e agir que culminem em uma esculturação do sujeito em seu tempo, atualidade e cultura, uma forma de subjetivação diferente daquela que é proposta pelos poderes e saberes, que produzem uma estilização maciça de subjetividades. Apostou em um projeto alternativo, a constituição do “sujeito do cuidado de si”, que se constitui como “sujeito de ação”,

sujeito ético e político, numa constante reinvenção e transformação de si, e que corresponde à questão, grega de origem - “que devemos fazer de nós mesmos? (Oliveira, 2011).

Assim, os estudos das práticas de subjetivação consistiram na tentativa de resolver os problemas referentes às possibilidades de resistências frente aos modos de assujeitamento oriundos das tecnologias do poder moderno. Direcionando seus esforços para a possibilidades de constituição de subjetividades a partir de *práticas de si ascéticas*, não no sentido de uma moral da renúncia, mas no sentido de exercícios de si sobre si mesmo por meio dos quais se procura elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser (Foucault, 2004a). Estas práticas não refletem a sombra de um sujeito universal, pelo contrário, mas a constituição de múltiplas subjetividades que são possíveis a partir delas (Candiotto, 2006).

A subjetivação assim como a objetivação seria um dos mecanismos, que em sua obra, concorreriam como processos de constituição do indivíduo moderno, os primeiros se referem aos processos em que esta sociedade faz do homem um sujeito preso a uma identidade que reconhece enquanto sua. Os segundos são os mecanismos que tendem a fazer do homem um objeto de ação moral, a partir de processos disciplinares, como presídios e asilos (McLaren, 2016). Assim, reforça Pez (2010) que, sujeito e indivíduo não são sinônimos no pensamento foucautiano, quando se fala que estes mecanismos produzem o indivíduo moderno, afirma-se que o termo sujeito serve para designar o indivíduo preso a uma identidade, a qual reconhece como sua (Pez, 2010).

Não haveria então, um sujeito essencial que estivesse alienado por ideologias e por relações de poder, mas, um sujeito produzido pelas relações de poder historicamente localizadas. Deste modo, o que se chama de sujeito, é um enunciado social, por exemplo, os indivíduos chamados de loucos, normais e revolucionários, são sujeitos deste ou daquele discurso que será interpelado pela psiquiatria, pelas psicologias, etc. (Pez, 2010). Quando questionado em entrevista sobre a questão do sujeito ser uma substância, Foucault (2004a) esclarece:

Não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesmo. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relação quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito, porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercendo, se estabelecendo consigo mesmo formas de relações diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade (Foucault, 2004a, p. 105).

Neste percurso histórico-filosófico Foucault (1984; 1985), inverteu a maneira conceitual de abordar a subjetividade, ao esforça-se em estudar a maneiras com que os sujeitos são levados a se colocarem, diante de si mesmos, como objeto de saber e ação moral. Considerando a problemática a partir do estudo das práticas de subjetivação, as *técnicas de si*, um fenômeno que desde os grego-romanos, segundo Foucault (2004a), tem grande importância para as sociedades, mas sobretudo nestas, tiveram importância e autonomia muito maior do que se observou nas civilizações seguintes - principalmente na modernidade, quando a “decifração” da verdade na intimidade das almas ou “no segredo das consciências”, ganharam evidência filosófica e foram interpeladas pelas instituições religiosas, pedagógicas ou médico e psiquiatra, havendo com isso, um maior desenvolvimento de *técnicas de produção, significação e dominação*.

A pergunta foucaultiana, correndo os riscos da arbitrariedade ou da infidelidade com sua obra, não seria: Quem eu sou? Uma leitura apressada do filósofo, poderia levar a esse caminho endereçado pela hermenêutica do sujeito: Quem eu sou, para que possa ser ou renunciar? Ao contrário disso, a pergunta caminha-se para: que relação o sujeito estabelece consigo a partir de verdades que lhe são culturalmente atribuídas? O que está em jogo é o problema da singularidade frente a identidade, a norma, as relações de poder que objetivam “nos tornar iguais”. Assim, em uma virada ética, suas últimas problematizações acentuam no sujeito o peso e a tarefa de auto

constituir-se, subjetivamente e eticamente, por meio de uma única e sempre renovada relação do sujeito para consigo mesmo.

4.3.1 *A sexualidade como indicador dos problemas éticos da subjetividade na modernidade*

Em *A História da Sexualidade I: A vontade de saber* (Foucault, 1988), o problema da sexualidade a partir das noções de poder e de disciplina, como horizontes teóricos, não apenas funcionou como indicador dos problemas políticos de normalização e de poder, como também, ofereceu considerações poderosas sobre as tramas de discursos e práticas por meio dos quais se dá forma “àquilo que somos”, constituindo a “nossa” experiência possível em cada lugar e cada momento. Observe que, as aspas são justamente pra enfatizar a temporalidade e espacialidades dos modos de subjetivação, que Foucault sempre sublinhava nas suas problematizações; no intuito de desenvolver uma filosofia refrataria a qualquer pretensão de universalismo, por isso falava de experiências históricas e culturalmente localizadas, não em experiência em geral. Como elucidou Lopez (2011), não se tratava de determinar as condições de possibilidade da experiência humana para um sujeito geral, pelo contrário, de tornar visível ou desnaturalizar a forma de olhar as condições concretas que tem permitido a conformação de um particular tipo de experiência, a qual cria uma forma de sujeito ou um tipo de subjetividade.

É importante contextualizar que o conceito de experiência abordado por Foucault (1984), apresenta uma constelação que integra três problemática que estão correlacionadas e que são multivalentes e completamente construídas: os jogos de verdade (saber), as relações de força (poder) e os modos pelos quais os indivíduos passam a se reconhecer enquanto sujeito (subjetivação). A partir desta compreensão, é possível dizer que, o que entende por subjetividade, nos moldes da modernidade, se configura através da relação entre os sujeitos e os jogos de verdade que são atravessados por relações de poder, mas sempre colocando-a como uma das possibilidades de organização de uma ideia de si, ou uma maneira específica de conceituar o eu,

que é histórica e culturalmente localizada, seja a partir de práticas coercitivas e/ou práticas de autoformação do sujeito.

Assim, a subjetividade que aqui se refere, como elucidou Candiottto (2008), não está relacionada a identificação com o sujeito como categoria ontologicamente invariável, mas sobretudo, a modos de agir, a processos de subjetivação⁸² que são modificáveis e plurais. Por esta razão, não é possível a partir do pensamento foucaultiano colocar dentro de uma mesma “caixa” a “subjetividade” dos gregos e dos modernos, nomeando como uma única noção de subjetividade, o mais próximo seria subjetividades ou modos de subjetivação que garantem a transitoriedade e imanência nos modos de o sujeito se relacionar consigo mesmo. Esclarece Groes (2014):

Durante muito tempo, Foucault só concebe o sujeito como o produto passivo das técnicas de dominação. É somente em 1980 que concebe a autonomia relativa, a irredutibilidade, em todo caso, das técnicas do eu. Autonomia relativa, digamos, pois é preciso preservar-se de qualquer exagero. Foucault não “descobre” em 1980 a liberdade nativa de um sujeito que teria até então ignorado. Não poderíamos sustentar que Foucault teria, de súbito, abandonado os processos sociais de normalização e os sistemas alienantes de identificação a fim de fazer emergir, em seu virginal esplendor, um sujeito livre se autocriando no éter a-histórico de uma autoconstituição pura. (...). Ora, o que constitui o sujeito numa relação consigo determinada são justamente técnicas de si historicamente referenciáveis, que se compõem com técnicas de dominação, também elas historicamente datavam. (Gros, 2004, pág. 474-475)

⁸² Reforça Fonseca (2012) citando Deleuze (1992) que os processos de subjetivação “[...] são inteiramente variáveis, conforme as épocas, e se fazem segundo normas muito diferentes. Eles são tantos mais variáveis já que a todo o momento o poder não para de recupera-los e de submete-lo às relações de forças, a menos que renasçam inventando novos modos, indefinidamente.” (Deleuze, 1992 citado por Fonseca, 2012, pag. 151).

Quando tratou dos diferentes modos de constituição do sujeito na história, Foucault (1984; 1985) identificou que o homem moderno é resultado de práticas que limitam o exercício da ética, pois impedem que essas práticas sejam em relação a si mesmo. Os códigos morais são da ordem do saber e do poder, seguindo suas individualização e totalização. Oliveira (2011) auxilia na compreensão desta questão afirmando que, a ética nos moldes na modernidade, por muitas vezes é concebida como algo exterior ao sujeito, e que se impõe através de mecanismos de poder, de saber e de códigos que estão engendrados nas mais diversas instituições, o que tornaria possível pensar que se trata de uma *moral*.

Diferentemente do homem grego, como ressaltou em seus últimos livros *O uso dos prazeres* (Foucault, 1984) e *O cuidado de si* (Foucault, 1985), onde o elemento essencial na constituição do homem grego era a ética, a relação consigo a partir de um paradigma estético, sendo assim, contrário à supremacia dos códigos morais universalizantes. Assim, ressalta que diferentes épocas históricas problematizam a experiência diferentemente, e para os gregos, não havia um processo de “subjetivação” que resultaria num sujeito, mas era algo próximo de uma “autosubjetivação”, uma auto finalização, posto que, o si-mesmo era tomado como objeto de reflexão e cultivo.

Esta seria uma das razões que levou Foucault (1988) a refutar o sujeito como a condição de possibilidade de experiência, ao invés, afirmava que é a experiência que resulta em um sujeito. Problematizando com isso, que partir de uma miríade de técnicas, os dispositivos de sujeição modernos funcionam não apenas na produção de verdades, mas além disso, produzem verdades identificadas como normas, que com a pretensa de normatizar uma verdade para o sujeito, instituem diferentes modos de relação de si sobre si - a partir do domínio de si ou conhecimento de si, prescrevem aos indivíduos como estabelecer sua identidade, mantê-la ou transformá-la.

É preciso sublinhar que a subjetivação difere dos processos de individualização, que constituem uma subjetividade normatizada no campo minado das relações de saber-poder, neste

processo, todo um conjunto de determinações, incidem na relação do sujeito consigo submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos (Foucault, 1987); enquanto que os processos de subjetivação abrem-se para a exploração de novas possibilidades de autorelacionamento. Diante disso, a noção de subjetividade também não pode ser entidade como “particularidade” ou exemplificação de uma natureza comum, não é unificada, há tantas subjetividades a partir das tantas relações consigo e os jogos de verdade que o sujeito estabelece (Fonseca, 2012).

Para Foucault (1988), a noção de subjetividade moderna é problemática, sobretudo, por causa da forma como relaciona subjetividade e verdade, afirmando que

verdade é, antes de tudo, um sistema de obrigação [...]. O importante, nessa questão da verdade, é que um certo número de coisas passa efetivamente por verdadeiras, e que o sujeito deve ou produzi-las pessoalmente, ou aceita-las ou submeter-se a elas. Portanto, o que esteve e estará em questão é a verdade como vínculo, a verdade como obrigação, a verdade também como política, e não como conteúdo de conhecimento nem como estrutura formal do conhecimento (Foucault, 2016, pag. 13-14).

Esse modo de subjetivação, opera na produção de um sujeito de verdade universal, uma verdade pré-determinada, que estaria oculta, escondida no sujeito, e é o fundo da sua identidade e o reconhecimento daquilo que ele mesmo é (Candiotto, 2006). Esse vínculo trouxe o entendimento de ética atrelado ao paradigma científico e apoiado na noção do *eu* verdadeiro, esta forma particular de subjetividade gestada a partir de práticas do Cristianismo, principalmente pelas chamadas práticas confessionais, revelam o caráter normalizador das disciplinas que constituem o tipo de individualidade (subjetividade) imposta nos últimos séculos. Onde o sujeito para aceder à verdade precisa confessa-la, e aquele que confessa contribui para sua própria sujeição ao articular a verdade sobre si mesmo, daí a exigência contínua, para o sujeito, de decifrar-se a si mesmo e ao seu desejo (Dreyfus & Rabinow, 1995).

Nos modos dessa dinâmica de assujeitamento, quanto mais o sujeito falava ou era forçado a falar, cada vez mais a ciência, a igreja, o Estado, por exemplo, afinaram e ampliaram suas redes de poder, a partir da integração dessa nova “tecnologia de poder pastoral” (Foucault, 2009). O sujeito, em contrapartida, passou a acreditar que não possui o poder de arbitro final do seu discurso, ainda assim, o sujeito busca saber e estabelecer pra si a verdade, ou seja, decifrar a si mesmo. Neste quadro, a individualidade, o discurso, a verdade e a coerção passaram a ocupar o mesmo espaço; e o sujeito, a depender de um outro que interpretasse e ouvisse seu discurso. Aquele que ouve, tem a obrigação de decifra-lo, parte do poder dessas ciências de interpretações, deriva-se das afirmações de que revelam a verdade sobre as psiques, cultura e sociedade (Dreyfus & Rabinow, 1995).

Com isso, as condições desse vínculo entre subjetividade e verdade limitam e normatizam as possibilidades de subjetivação, a verdade sobre o sujeito o precede e não reside unicamente nele, ela foi constituída em dois estágios: a) está presente, mas oculta, o que a torna incompleta, deficiente em si mesma, e b) por esta razão, sua completude só pode ser alcançada naquele que tem o poder de decifra-la - exige-se daquele que fala a dependência a um outro que escute e encarrega-se de interpretar o que é enunciado, como é o caso da psiquiatria, do psicólogo, por exemplo. “A enunciação sobre si é constitutiva da sujeição da subjetividade cuja exigência é a produção de discursos racionais que conduzam à identidade verdadeira” (Candiotto, 2006, p. 70).

Essa prática de dizer a verdade sobre o sujeito através das práticas confessionais ou exames da consciência, teve uma centralidade não apenas na produção de discursos sobre a sexualidade e as instituições correspondentes a elas, mas sobretudo, para a mudança da constituição do *eu* – Antigos - para formação de sujeitos, de subjetividades homogêneas - Modernidade (Foucault, 1995).

Temos que produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para poder produzir riquezas. E, de outro lado, somos

igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de um discurso verdadeiro, que trazem consigo efeitos específicos de poder. (Foucault, 2000, p. 29).

Esta forma particular de subjetividade condicionada por curvas de normalidade impostas pela heteronomia social adaptativa, ordena-se na universalização das experiências, como se estas na modernidade não estivessem ligadas a circunstâncias históricas específicas, como: a apropriação e transformação do Cristianismo à ética sexual dos Gregos e Romanos; o levante da ciência, e o surgimento das ciências sociais (McLaren, 2016). Ao modo moderno de subjetivação, acrescenta Filomena (2013) perspectivando o pensamento foucaultiano, a constituição de si como sujeito é função da tentativa indefinida de “conhecimento de si”, o valor dos atos está relacionado com sua potencialidade de ajudar o sujeito a se conhecer. Herança das práticas do ascetismo cristão, onde havia um movimento de descoberta e renúncia à vontade autônoma, que resultava na objetivação do “*eu*” a partir de práticas de obediências, descobrindo a verdade *no* sujeito, situando *na* alma seu lugar ou fazer dela um objeto de discurso; estas tecnologias pastorais que não apenas extraem, como produzem verdades, constituem a individualidade sujeitada da modernidade (Candiotto, 2008).

O indivíduo torna-se um objeto, e como tal é analisado através de uma compilação de dados, como por exemplo, sistemas educacionais, instituições médicas e estudos científicos-sociais, tornando-os casos e estatísticas, e tendo sua subjetividade inscrita e circunscrita por normas sociais e científicas, por exemplo, as práticas privilegiadas para a subjetivação da mulher no discurso materno, frequentemente são impostas a partir de diversas tecnologias: Mídia, Cartilhas, Políticas Públicas e nos mais diversos manuais científicos, religiosos, e etc. Onde as

verdades universais sobre o controle do corpo, e a regulação da gestação, podem exemplificar, como o imperativo do “conhecimento de si” governa as práticas de subjetivação atuais.

A construção da subjetividade nesta dinâmica, como discute McLaren (2016), implica uma relação entre o sujeito falante; aquele que ouve e, as normas institucionais que interpelam o discurso, formando um link entre as práticas de dominação e as práticas de subjetivação que sinaliza a autoconstrução, e o prende a uma identidade, a qual reconhece enquanto sua. Porém, como dito anteriormente, Foucault retornou aos Antigos para jogar luz sobre esse modo de constituição de si, problematizando outras formas de subjetivação que não estivessem relacionadas com a esfera científica e nem com a esfera jurídica. Uma linha de fuga para pensar os modos de constituição do sujeito que não perpassem neste âmbito de heteronomia, e de uma moral como código universal. Mas, pudesse conduzir a outras formas éticas de viver.

4.3.2 Considerações sobre a constituição ética de si no pensamento foucaultiano: o “si” como objeto de cuidado

Distanciando-se da análise do enunciado proposicional do conhecimento científico, normalmente definido pela relação neutra e objetiva entre sujeito e objeto, problematizando que não há o sujeito e o objeto dado como unidades universais e necessárias. O último Foucault ou a terceira dimensão da sua obra, tratou de outra abordagem do sujeito a partir da noção de *si*, que emergiu como mais um aspecto da história da subjetividade de Foucault. Assinalando que, em leituras sobrevalorizadas da sua obra encontra-se a noção de subjetividade nas obras genealogias onde pode-se identificar um sujeito resistente e ativo (de ações sobre os outros), bem como um sujeito disciplinado e normalizado. Enquanto que, a noção de *si* das suas obras posteriores, acentua no próprio sujeito o peso e a tarefa de auto constituir-se subjetiva e eticamente, dito de outro modo, houve um interesse pelo sujeito que se constitui eticamente dentro dos domínios sociais, com ou a partir de órgãos sociais, ou resistindo e criando-se a partir de si mesmo.

Com efeito, não se trata de retorno, busca ou concepção de *um* sujeito, mas problematizando subjetividades, o “sujeito” suposto é um “eu ético”, antes de um sujeito ideal do conhecimento (Filomena, 2013), posto que, nesta investigação não é possível reduzir a subjetivação ética ao modo como o sujeito é compreendido pelas filosofias dos sujeitos, porque simplesmente não existia sujeito no pensamento grego clássico até o helenístico, tal como a filosofia moderna o entende (Foucault, 1994).

O que quer dizer que os gregos não tenham se esforçado em definir as condições pelas quais seria dada a experiência de si que não fosse aquela do sujeito, mas do indivíduo, na medida em que ele procura se constituir-se como mestre de si. Faltava à Antiguidade clássica ter problematizado a constituição de si como sujeito, inversamente, a partir do cristianismo, houve uma confiscação da moral pela teoria do sujeito (Foucault, 1994, p. 706).

Foucault (1984) buscou no estudo da experiência sexual da Antiguidade, a partir de textos médicos, tratados sobre o casamento, a filosofia do amor, entre outros, recuperar a estruturação do sujeito anterior à construção moderna de uma ciência da sexualidade, anterior a obsessão cristã pela carne, explorando que tipo de ética era característica da cultura antiga.

O que tentei fazer no volume II de História da sexualidade foi mostrar que temos quase os mesmos códigos restritivos e de proibições desde IV a.C., nos moralistas médicos, até o começo do Império Romano. Porém, acho que a maneira pela qual eles integram estas proibições em relação a si é completamente diferente. Eu não acredito que se possa encontrar qualquer normalização. [...] O motivo, penso, é que o principal objetivo desse tipo de ética era estético. (Foucault, 1995, p. 253)

O autor supracitado observou que a consistência ética assumida, não seria redutível a “relação entre a vontade independente e a vontade de Deus”, como era para o Cristianismo, nem a “intimidade psicológica” conhecida pelos modernos; esse tipo de ética era concebido apenas

como uma escolha pessoal, além de ser reservado para poucas pessoas da população - uma pequena elite; não se tratava de uma questão de oferecer um modelo de conduta para todos. A questão que determinava sua escola pessoal era o desejo de uma vida bela, de uma existência bela, por isso, Foucault (1995) não acreditava que esse tipo de ética tratasse de uma tentativa de normalizar a população, mas de uma estética da existência.

Embora tenha percebido que a ética pagã não era totalmente liberal e tolerante, e que a maioria dos temas da austeridade cristã já existiam de algum modo na Antiguidade. Na cultura pagã, o problema essencial não eram as regras de autoridade, mas sobretudo, *as técnicas de si*, suas relações consigo mesmo e com os outros, ou seja, não estava relacionado com problemas religiosos e nem com sistemas sociais institucionais e nem legal. Acrescentou Gros (2012) que, a problemática dessas “técnicas de si” distinguia-se das técnicas de produção, de comunicação, conhecimento e dominação, o que permitiu que o filósofo problematizasse um sujeito que não se reduzia simplesmente a estar permeado e informado por uma forma de poder externo, mas que se constitui por meio de exercícios regulares, a partir de uma relação definida consigo.

Foucault (2016) explicou que tomaria as “técnicas de si” como fio condutor desse projeto, por ter encontrado em todas as sociedades “técnicas” por meio das quais são os próprios indivíduos que realizam ações sobre si mesmo (Foucault, 2016).

os procedimentos, que sem dúvida, existem em toda civilização, que são propostos ou prescritos aos indivíduos para estabelecerem sua identidade, mantê-la ou transformá-la em funções de certos fins, e isso graças a relação de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si. Em suma, está em causa recolocar o imperativo do “conhecer a si mesmo”, que nos parece tão característico de nossa civilização, na interrogação mais ampla e que lhe serve de contexto mais ou menos explícito: o que fazer de si mesmo? Que trabalho operar sobre si mesmo? Como o indivíduo “governa-

se” exercendo ações [das quais] ele mesmo é objeto, campo em que elas se aplicam, o instrumento a que recorrem e o sujeito que age?” (Foucault, 2016, p. 267).

Técnicas de si ou tecnologias de si, são expressões tomadas para tratar da *Bios* que seria a parte da vida que é da esfera de uma técnica possível, de uma transformação refletida e elaborada, a vida com seus acidentes, com suas necessidades, como também a vida tal qual o indivíduo podia fazer pessoalmente, decidir pessoalmente; estava em causa, a estética da vida como obra de arte. Todas as artes de viver, constituíam práticas específicas de si fortemente elaboradas, um trabalho do eu sobre o eu, que significaria uma intensificação das relações com o eu, um trabalho de autocontrole, autoconhecimento, que contribuem para uma subjetividade ética, num trabalho ético constante por toda a vida. Contrariamente a noção atual de ética, atrelada ao paradigma da ciência e de um Eu verdadeiro, ou um Eu profundo que está oculto e que precisa ser decifrado e codificado. Os modos de pensar essa vida bela, requer trabalhar a si próprio a partir de práticas de si, assim, não se trata de recuar a noção de ética dos gregos, mas a partir dela problematizar uma ética sem a bagagem da noção moderna do eu verdadeiro, pensar numa ética como estrutura de existência (Foucault, 2016)

Nesse sentido, as artes de viver, como conselhos da existência na Antiguidade, tinham uma amplitude muito grande, literaturas autônomas e específicas que, no fundo, o propósito era dizer como viver de uma maneira bela, envolvia um campo amplo, que podiam ser aplicados a momentos particulares da vida, por meio dos quais uma existência podia fazer sentido, como morte, ruína, exílio, etc. Como também dizia respeito a atividades particulares, como a arte da retórica, ou de modo mais amplo os regimes gerais de existência, que poderia descrever os diferentes modos de vida que os indivíduos desejassem ter acesso, como a vida pública, vida privada ou vida de repouso (Foucault, 2016).

Uma questão particular dessas artes era o fato de que não se tratava de ensinar as pessoas a fazerem algo, mas sobretudo, ensinar como serem, como conseguirem ser – o que foi

desaparecendo com o cristianismo, principalmente, e a questão passou a ser: como se comportar, como se apresentar, que tipo de relação deve se estabelecer como os outros e que práticas devem ser realizadas, como se comportar em público, tornando-se “artes do fazer”, “artes do comportamento”. Foucault (2016), afirma que insiste na questão das artes de viver da Antiguidade por estarem mais centradas na questão do ser, da maneira de ser.

Nelas o indivíduo não aprende tanto, ou não apenas, a comportar-se, a fazer certos gestos, a estar em conformidade com certo modelo social, e sim aprende a modificar o ser, a qualificar ou moldar seu ser e a obter determinado tipo de experiência que seja absolutamente específico. [...] tratam essencialmente do ser que somos. Dizem respeito sim as coisas que podemos fazer, mas essencialmente e sobretudo na medida em que, através das coisas que podemos fazer, das coisas que devemos fazer, dos gestos que devemos realizar, podemos transformar o que somos (Foucault, 2016, p. 30)

O trabalho complexo pelo qual o indivíduo poderia alcançar essa qualidade do ser, qualidades de existência que afetam e modificam o ser, envolve: 1) uma relação com os outros; 2) determinada relação com a verdade; e 3) determinada relação com si mesmo. É justamente, está última que implica toda uma *ascese*, todo um trabalho ético, trabalho de si sobre si, relação de si consigo. Assim, na Antiguidade, a ética entendida como uma prática de liberdade individual centrou-se no imperativo “cuide de si mesmo”, esse cuidado de si envolvia conhecer a si mesmo, atender a si mesmo, e transformar a si mesmo, sublinhando que não se tratava simplesmente de ações individualista, mas de relações complexas com os outros e com discursos de verdades (McLaren, 2016). Segundo Oliveira (2011), esse “outro” nem sempre se trata de pessoa, mas um outro que pode ser situacional, existencial, ocasional, quais sejam que impelem ao indivíduo a constituir um si mesmo que cuida, conhece e faz de si, como também da sua vida, uma imanência cuidativa.

Para os gregos, para conduzir-se bem, para praticar adequadamente a liberdade, era necessário ocupar de si mesmo, cuidar de si mesmo, ao mesmo tempo para se conhecer, como também para se formar, superar a si mesmo, para dominar em si mesmo os prazeres que poderiam arrebatá-lo (Foucault, 2004a).

Não é possível cuidar de si mesmo sem se conhecer. O cuidado de si é certamente o conhecimento de si – este é o lado socrático-platônico –, mas é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo de verdade (Foucault, 2004a, pag. 102).

O princípio basilar do “cuidado de si”⁸³ apresenta-se como um dos principais elementos das técnicas de constituição de si mesmo da Grécia Clássica e período imperial, passando por mudanças posteriormente tanto de significações quanto associado a novas práticas, ou seja, há por volta de 10 mil anos, diferentes práticas de subjetividades. Esse cultivo do eu, podia ser entendido como experiência e também como técnica que elaborava e transformava essa experiência (Foucault, 2016). Em uma entrevista, Foucault (2004a) liga o cuidado de si no mundo grego com liberdade individual e que as práticas deste cuidado permeavam a ética dos antigos, tomavam formas de atitudes, modos de comportamentos, formas de viver, ou seja, indicava a conversão do olhar do exterior para o interior, para exercer a vigilância continua do que acontece nos pensamentos, de modo a melhoram as metas particulares. Sugerindo para isto, ações exercidas sobre si para consigo, procedimentos, práticas e formulas a partir das quais os indivíduos refletiam, aperfeiçoavam e ensinavam. O que significa dizer que, “o cuidado de si”

⁸³ Neste interim, o filósofo indagou-se também sobre as consequências da mudança do *cuidado de si* a ser desconsiderado em detrimento do *conhecimento de si* (busca pela verdade oculta, decifração de si), que resultou numa desconfiança ou desconforto na história contemporânea da filosofia, com relação ao cuidado de si. Todos os temas e códigos do rigor moral dos antigos, nascido nesta paisagem que tinha como princípio ocupar-se de si mesmo “[...] vieram a ser assentados pelo cristianismo e pelo mundo moderno a uma moral do não egoísmo.” (Foucault, 2010, pag. 14).

dependia, assim como originava relações. Incluía relações interpessoais, como a amizade, tanto quanto a relação de um com o outro na *polis*.

Deste modo, as técnicas do eu, relacionadas no cuidado de si envolviam-se na tradição como preceito relacionado a plenitude da própria existência. Assim, embora seja universalizado enquanto princípio, o cuidado de si era posto em prática de modo particularizado (Candiotto, 2008). Por motivos heurísticos e por ser contraditório explicar os tipos de práticas daquela época, para não cair na armadilha de universalizá-las, cabe pontuar que, envolviam ações individuais e coletivas, isso significa que as práticas de si não eram inventadas pelos indivíduos, são esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhes são propostos, sugeridos ou impostos, tanto na cultura, como sociedade, quanto no grupo social. No entanto, é importante ressaltar que os indivíduos eram constituídos de disciplina e práticas sociais, mas não era determinado por elas. Tratava-se de relações entre a verdade e a subjetividade, onde as verdades dotavam os indivíduos de uma capacidade autoprodutiva, de modo que se garante uma autonomia na constituição de si.

A partir de uma história da ética, entendida como a elaboração de uma forma de relação com o eu, onde indivíduo molda-se como sujeito de conduta ética, Foucault apresentou quatro aspectos principais da conduta ética: (1) substância ética; (2) modo de sujeição; (3) trabalho ético e (4) *telos*. A substância ética responde à questão: qual o aspecto ou parte de mim está relacionado a conduta moral? Lida com sentimentos, intenções, comportamentos e atos. Retificando que nem sempre é a mesma parte do sujeito ou do comportamento que importa para o juízo ético, ou seja, a substância ética muda. Por exemplo, para os gregos, eram os atos relacionados ao prazer e ao desejo em sua unidade; do ponto de vista cristão, a matéria moral é essencialmente o desejo. Enquanto que para a sociedade contemporânea, pode-se dizer que, em geral, o campo da moralidade, a parte do sujeito que é mais importante para a moralidade são os sentimentos. Um homem pode ter uma mulher na rua, contanto que se tenha sentimento bom com relação a sua esposa (Foucault, 1995).

O modo de sujeição, está relacionado a maneira pela qual os sujeitos são incitados ou chamados a reconhecer suas obrigações morais, em outras palavras, que regras são seguidas e por quê, por exemplo, o sujeito se comporta eticamente por causa das leis divinas, uma regra racional, uma ordem cosmológica que é endereçada para todos os seres vivos, ou uma tentativa de dar a vida a forma mais bela de existência? Com relação ao terceiro aspecto, o trabalho ético envolve as práticas: quais são os meios (práticas) pelos quais o sujeito pode se modificar para torna-se sujeito ético? Foucault (2016) refere-se a essas práticas como práticas de si (ascéticas), que objetivam a transformação de si, podem tratar-se de autoavaliação, renúncia total ou moderação. Por exemplo, para ser fiel a esposa pode-se proceder diferente em relação a si, moderar os atos e/ou erradicar o desejo.

O *telos*, também chamado de teleologia, que seria o quarto aspecto, lida com os objetivos e metas da conduta: qual o tipo de ser se aspira quando se comporta de acordo com a moral? Por exemplo, se tornar puro, livre, mestre de si mesmo, etc. Assim, Foucault afirma que conduta moral não se trata apenas de seguir regras e leis, está implicado como comportamento afetivo das pessoas, que envolve esses quatro aspectos, onde o sujeito realiza um trabalho em si mesmo (Foucault, 1995). E quando estende essa estrutura geral ao paganismo ou a ética cristã mais recente, percebe que, os códigos propriamente ditos não mudaram, algumas interdições mudaram, algumas proibições ficaram mais restritas no Cristianismo, no entanto, os temas são os mesmos. A partir disso sugere que, numa história das morais e suas mudanças ocorridas, na ética grega e no modo como os Cristãos se viam, as transformações não são nos códigos, estes seriam relativamente estáveis, mas sim “[...] naquilo que eu chamo de “ética”, que é a relação consigo”. (Foucault, 1995, p. 265).

Nesta articulação, Foucault (1995), tenta mostrar que na ética clássica, ninguém era obrigado a se comportar de uma forma específica, como por exemplo, ser fiel a esposa. Mas, caso objetivassem uma existência bela e se esta estivesse ligada a poder governar outros, teriam que se comportar assim, ou seja, aceitavam a obrigação de modo consciente em nome de um objetivo

que era uma escolha pessoal, estas escolhas constitui um modo de sujeição. Porém, mudanças posteriores passaram a afirmar que “bem, você é obrigado a fazer isto porque é um ser humano”, não tratando-se mais de escolha, o sujeito tem que fazer porque é um ser racional, os modos de sujeição mudaram.

A substancia ética para os gregos eram a *aphrodisia*, o modo de sujeição era uma escolha ético-política; a forma de ascese era a técnica utilizada – encontramos por exemplo, as técnicas do corpo, ou a economia das leis [...] e a teleologia a maestria de si. [...] Depois há uma mudança nesta ética. [...] Há mudanças no modo de sujeição, por exemplo, quando os estoicos se reconhecem como seres universais. E há também modificações muito importantes no ascetismo, o tipo de técnicas utilizadas para reconhecer, para constitui-se como um sujeito ético. E também mudanças de objetivos. (Foucault, 1995, p 267)

Assim, a busca ou o cuidado de si, no mundo grego constituía o modo pelo qual a liberdade individual (cívica) era pensada como ética. A liberdade para os gregos significava não-escravidão, uma vez que, ser livre significa não ser escravo de si mesmo nem dos apetites, o que implicava estabelecer consigo uma relação de controle, de poder, de comando. Ainda que, implique relações complexas com outros, uma vez que a forma de conduzir a liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros, o cuidado de si vem eticamente primeiro, justamente porque a relação consigo mesmo é ontologicamente primaria. (Foucault, 2004a).

Em uma entrevista Foucault é questionado se o cuidado de si poder ser pensado como uma espécie de conversão do poder, em resposta:

Uma conversão sim. É efetivamente uma maneira de controla-lo e limita-lo. Pois se é verdade que a escravidão é o grande risco contra o qual se opõe a liberdade grega, há também um outro perigo que à primeira vista, parece ser o inverso da escravidão; o abuso de poder. No abuso de poder, o exercício legítimo do seu poder é ultrapassado e

se impõe aos outros sua fantasia, seus apetites, seus desejos. Encontramos aí a imagem do tirano ou simplesmente a do homem poderoso e rico, que se aproveita desse poder e de sua riqueza para abusar dos outros, para lhes impor um poder indevido.” (Foucault, 2004a, p. 103).

A análise do poder situada nestas questões, coloca a questão de que, exercer o poder adequadamente precede de um poder sobre si, este regula o poder sobre os outros, por isso na perspectiva do cuidado de si, o “eu ético” é uma relação à si e a aos outros, práticas de relação de si e aos outros, jamais pensado como um sujeito que se liberta por intermédio de uma vontade individual, um desejo inconsciente e natural. Assim, mesmo sem comprometimento factual como os acontecimentos destes momentos históricos do pensamento ocidental, quando invocou a noção de estética da existência, tratava-se de pensar uma ética que resiste ao regime de relações entre saber, poder e subjetividade, e que se recria. Não significa que estas possibilidades éticas se coloquem num lugar “fora” das relações de sujeição, nem na completa entrega diante delas, mas que seu espaço consiste na ativa elaboração destas. Problematicando que, o que pode parecer relações indissociáveis, como ética e ciência, tem uma contingência histórica, e não é resultado de uma natureza humana universal.

Ao deslocar-se para ver outras formas de se experimentar o processo de subjetivação para coloca-las diante das formas da atualidade, para confronta-las, entender as diferenças e porquê de suas mudanças, trazer novas luzes para ver mais e entender melhor o que já se tem apreendido. A experiência dos gregos, não deve ser pensada como uma solução, mas uma nova forma de pensar a conexão entre a ética e a estética da existência, entre a verdade e a subjetividade, inscrevendo a ideia de uma ordem própria da vida, uma ordem imanente que não seja condicionada por normas sociais.

4.3.3 *Implicações contemporâneas da ética do cuidado de si: podemos ser outros?*

A cultura grega não é colocada como uma utopia para contemporaneidade ou enquanto um modelo a ser seguido, mas faz emergir problematizações sobre uma questão essencial: o sujeito e seus modos de constituição normalizadores. Problematiza, em última instância, pensar se há possibilidade para que este sujeito, a partir de uma relação consigo mesmo, possa se opor ao poder normalizador que o individualiza e o totaliza ao mesmo tempo. E possa ir além: ser o fundamento de sua própria constituição, refletindo sobre um novo tipo de conduta de vida, sobre o uso que faz dos prazeres, e principalmente sobre o cuidado que tem de si mesmo.

que possamos ver claramente que alguns dos princípios de nossa ética foram relacionados, num certo momento, a uma estética da existência, acho que este tipo de análise histórica pode ser de utilidade. Durante séculos, fomos convencidos de que entre nossa ética, nossa ética pessoal, nossa vida, todo dia e as grandes estruturas políticas, sociais e econômicas, havia relações analíticas, e que nós nada poderíamos mudar. [...] Creio que devemos nos libertar desta ideia de um elo analítico ou necessário entre ética e as outras estruturas sociais econômicas ou políticas. (Foucault, 1995, p. 261).

O pensamento foucaultiano voltado para o relacionamento do sujeito consigo próprio, não se desvencilha da questão do saber e o do poder, mas as colocam sob o domínio do cuidado de si, isto é, as relações de saber e as relações de poder, situam-se garantindo uma eterna atualização de práticas exercidas sobre si mesmo, ao passo que garantem ao *si* mesmo do sujeito, vários e sempre novos modos, em novos lugares e novas formas (Oliveira, 2011). Assim, se o poder e o saber eram tomados como agente ativos na constituição de sujeitos éticos passivos; a problematização da cultura grega resgatada na contemporaneidade, trata da possibilidade de serem (o saber e o poder) agente passivos na constituição ativa de sujeitos éticos. Não há um aniquilamento da força do saber e do poder, mas o cuidado de si usa esta força para inverter a

dinâmica de constituição: desde Sócrates o clamor é que o saber e o poder constituam novos modos ou inéditos modos de relacionamento consigo.

Os estudos sobre a ética do cuidado de si, revelaram existências marcadas por múltiplas transformações, as quais requeriam do sujeito um cuidado, uma atenção aos limites, as margens e as fronteiras que constituem possibilidade de novas subjetividades (Oliveira, 2011). Trazendo luz ao indivíduo moderno, de um novo modo de tratar a ética: como disposição, como prática de si, que reclama por uma contínua e renovada relação íntima e transparente consigo mesmo em todo tempo, Foucault convida a construir uma nova ética - uma relação de si consigo, que abra um campo de possibilidade de modos de constituição de si, como única possibilidade deste indivíduo desvincular-se ou resistir ao modo de subjetivação que induz a buscar e tentar liberar uma identidade perdida, escondida essencialmente.

Foucault não elabora um modelo de ética, assim como não elabora modelos de resistências, nem um programa de ação preciso. Na verdade, grande parte do seu trabalho alerta para o distanciamento de “agendas de mudanças sociais generalizantes” por causa do risco de que estas venham, a reproduzir as relações de dominação das quais ele intenta derrotar. Reforça Orellane (2012), que em vez que estabelecer um esquema de meta inatingível, intenta mostrar como as coisas são historicamente contingências, evitando tomar a ideia de uma experiência esgotada, onde tudo está dado. Mostrando que existem dentro de todas formações de subjetividades homogeneas, possibilidade de resistência, possibilidade de problematizações e possibilidade de recriação de si; para tanto convida a reparar, ressignificar, restituir, ou de modo mais específico, convida a olhar, a significar a relação consigo mesmo, e desenvolver, sempre e em todo momento, novas formas e atualizadas, de relações consigo e com o outro.

Esse domínio pensado enquanto prática, é concebido como possibilidade de administrar o espaço de poder presente em todas as relações, controlar e limitar o poder com a finalidade de impedir que estas relações se desviem para um estado de dominação, por meio de um cuidado

que se apresenta como resistência, agonística e batalha; garantindo ao sujeito subjetividades éticas. O cuidado de si torna-se o ponto de partida, como também, o ponto de chegada de todos os modos de resistências que marcam os modos de subjetivação do sujeito (Oliveira, 2011).

No entanto, é preciso atenção de que há técnicas equivocadas que ao invés de possibilitar modos de subjetivação éticos que sejam próprios dos sujeitos, reproduzem uma busca de si que fica numa superfície do Eu e não consegue adentra-lo, ou melhor, a forma como o sujeito problematiza a relação consigo pode estar equivocada, sugere Oliveira (2012, pag. 87) “[...] há na contemporaneidade, uma aceitação homogênea de modos de ser fabricados por poderes e saberes, que nem sequer são pensados ou problematizados por aqueles que são alvos desta fabricação, o sujeito.”

Na compreensão foucaultiano, a conformação a vida sem uma problematização seria a aceitação de uma essência humana, sem esta reflexividade de si e dos modos como percebe e encara o mundo, certamente o que restaria ao sujeito, se não, conformar-se com os modos de ser elaborados socialmente, religiosamente e politicamente. O filósofo “chamo-nos” atenção para refletir sobre a ética como uma forma que se encontra ligada à possibilidade de constituição de um sujeito capaz de apropriar dos des-caminhos de sua vida. Por isso propõe que, não deixemos de pensar a ética como caminho privilegiado de reflexão sobre os modos de viver, concomitantemente, que nos ocupemos da vida como uma expressão singular, como possibilidade de resistência às formas de dominação.

É neste panorama que, o sujeito – ético, esboçado por Foucault nos últimos trabalhos, apresenta uma visão do si e do social diferente, uma nova estética da existência formada por prática de si como resultado de um sujeito ativo na constituição de si, num relacionamento de si consigo mesmo que estiliza em vez de codificar a conduta, os modos de ser, os modos de existência.

A estética da existência poderia ser pensada como uma intensificação das possibilidades, espaços e alternativas de ações. Uma ética com pretensão de possibilitar o exercício da liberdade, a um indivíduo que está enredado em uma rede de poder – que intenta conduzi-lo constantemente. A proposta do pensamento foucaultiano conduz ao reconhecimento do valor da escolha pessoal no interior de uma situação que ameaça o desequilíbrio para uma dominação, mas isso não sugere colocá-lo em um ponto exterior às relações de poder. O sujeito que exerce uma autonomia, continua sendo um sujeito constituído por práticas e um sujeito operativo no interior do jogo estratégico, pois negar esta condição significaria colocá-lo fora da dimensão histórica dos acontecimentos, como ressaltou Foucault (2016), as práticas de si não são inventadas pelos sujeitos, fazem parte da tradição cultural. Na esteira dessa questão, fomentar relações onde haja possibilidade de exercício da liberdade, não sugere pensar que estas, teriam a pretensão acabar com todas as sujeições, mas fazer com que estas últimas não se solidifiquem tornando-se estados de dominação, mas se desloquem e se modifiquem.

Segundo Orellana (2012), a ética no pensamento foucaultiano, propõe que as escolhas dos indivíduos se orientem por dois critérios: impedir a solidificação das relações de poder, principalmente a partir da negação de uma forma de subjetividade; e articular práticas de liberdade que oportunizem um amplo espaço de jogo ao indivíduo, em que a desindividualização se incrementa e se dê o salto para novas formas de subjetividades, essa dimensão criativa da prática da liberdade não se trata de uma subjetividade mais livre, mas sim de novas formas de subjetividades. Sendo, as subjetividades, neste sentido, um movimento constante de desprendimento e criação de si, em um exercício constante de desidentificação.

Deste modo, os princípios do cuidado de si, como a inquietude permanente, a não passividade, longe de um apelo individualista, invoca o desprendimento contínuo de um *eu* conformista (Foucault, 2004c). São movimentos de fuga das determinações e cristalizações da sociedade, a partir de práticas que oportunizem problematizar a relação que o sujeito tem consigo

mesmo, e por conseguinte, de criar novos modos de ser para si. Este seria o papel decisivo da ética, cuidar do espaço relacional e estratégico de poder. Reitera-se que, não se trata de excluir o poder, mas impedir que ele adentre no terreno das possibilidades éticas, estabelecendo um combate com os mecanismos de controle e submissão espalhados na sociedade, como também, uma luta com as técnicas de subjetivação que atravessam os indivíduos.

4.4 Os modos de subjetivação nas experiências de maternidades: os feminismos como práxis para novas relação de si consigo?

Resgatando o conceito dos gregos utilizados por Foucault (2016), *estética da existência*, pensemos que os movimentos feministas não dissolveram as relações de poder que incidem sobre as mulheres, mas tem possibilitado cada vez mais, a criação de novas formas de administração dos espaços de poder presentes em todas as relações, assim como, novas maneiras pelas quais o poder é exercido, ou seja, tem possibilitado⁸⁴ a invenção, inovação, criatividade e transformação das relações das mulheres consigo mesmo e com os outros.

Para isso, foi preciso apropriar-se da literatura e a da ciência, não apenas como uma transgressão “[...] das leis não escritas que lhes proibiam o acesso à criação” (Oliveira, 2012, pág. 12). Mas, muito mais que isso, era uma necessidade de criar formas de dizer diferente do arsenal de palavras e conceitos alheios. Como *dizer* sobre o feminicídio se o que havia disponível era o homicídio? Os discursos feministas, principalmente, os feminismos mais radicais, os femininos negros, destronaram lugares de fala, estabelecendo, não um monopólio da fala, mas sim, sugerindo com isso, a construção de um outro universo simbólico. Onde as escolhas éticas sejam guiadas em consideração ao mundo que se quer ter e deixar para as próximas gerações, em vez da reprodução de experiências universais que desconsideram questões como gênero, raça e classe (Diniz & Gebara, 2022; Hooks, 2019).

⁸⁴ Tem produzido e compartilhado ferramentas para que as mulheres entendam de onde vem aquelas escolhas que pensam ser escolhas pessoais, a historicização dos gostos, desejos e papéis, para que não fiquem refém de discursos que os “vendem” enquanto necessidades.

Devolver ao mundo seu pluralismo criativo. Esse é o grande desafio das falas feministas, embora saibamos dos limites que nos tecem e nos envolvem. Mas falar é como expressão múltipla de nós, humanos [...]. Falar: verbo vital com o qual tudo é sendo.” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 258).

A insurgência dos discursos feministas, deram condição de possibilidade para que atualmente, vejamos em um programa de TV, como o Fantástico, transmitido todos os domingos em horário nobre em um canal aberto, um quadro chamado *Isso tem nome*, onde diversas especialistas e mulheres falam sobre microviolências que as mulheres sofrem cotidianamente, mas que não sabiam nomear, encontrar palavras certas para seus estranhamentos, incômodos e sofrimentos. Ao mesmo tempo, que outro quadro chamado *Mulheres fantásticas*, apresenta a história de mulheres que entraram pra história e também mulheres que fazem história no dia a dia, mulheres anônimas que transformam o mundo ao seu redor. Além disso, pela primeira vez na história desse programa, são duas mulheres que o apresentam, e uma delas é uma mulher negra.

Isto, posto, podemos afirmar que, um dos efeitos dos discursos feministas, foi “[...] mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidências, certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída [...]” (Foucault, 2004b, p. 295), ou seja, um efeito discursivo semelhante ao efeito que teve e tem o pensamento foucaultiano na história, nas ciências sociais, entre outras.

Os pensamentos foucaultianos ofereceram uma série de operadores conceituais que foram cada vez mais dando linguagem para pensarmos as práticas feministas, e a promoção de novas formas de subjetividades, partindo de um extenso e denso trabalho crítico de que, não há essência constituinte, logo não há *uma essência feminina ou uma subjetividade feminina*, mais sim, campos de possibilidades que são históricos e socialmente constituintes, que constituem *a*

essência pecadora, a essência materna e atualmente tem constituído *a super-essência da mulher-esposa-mãe-profissional* que deve dar conta de tudo.

No Livro intitulado *Foucault, Feminismo e Subjetividade*, McLaren (2016) apresentou algumas questões sobre as críticas dos femininos ao trabalho de Foucault, partindo do argumento de que, a adoção das estruturas teóricas do pensamento foucaultiano acarretaria numa despolitização dos feminismos. Uma das razões seria devido a sua suspeita as normas, o que enfraqueceria a possibilidade de apelar-se a ideias normativas, como: a ideia de que todos os seres humanos merecem respeito e liberdade. Somada à esta questão, criticou-se a o modo como Foucault elabora a relação dos jogos de verdade com os conhecimentos científicos, ao afirmar que estes últimos são sempre produzidos em relações de poder.

Segundo McLaren (2016), há críticas sobre o androcentrismo da obra de Foucault, por esta não sinalizar as práticas disciplinares - de gênero especificamente, que sustentam a dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou o sexismo institucionalizado. De fato, há androcentrismo na obra de Foucault, no entanto a forma como aborda os mecanismos de poder, demonstra o campo operativo sobre o qual a dominação masculina se expressa, principalmente ao demonstrar a sutura do saber-poder na estruturação da relação entre sexualidade, verdade e sujeito.

Sua consideração de poder ajuda a elucidar os modos como o gênero modula as relações de poder. Suas ideias sobre a resistência e dominação correspondem ao interesse de algumas feministas em teorizar a possibilidade de ação sob pressão, admitindo a transformação social e política coletiva através da reversão de poder ou do fim do estado de dominação. (McLaren, 2016, p. 70).

Assim, embora Foucault não tenha apresentado uma estrutura ou soluções específicas a problemas sociais e políticos, o que seria do ponto de vista filosófico contrário a seu pensamento, pois na sua compreensão, não haveria possibilidade de repetir soluções propostas em outra época.

Uma vez que, não se tratam das mesmas questões, sendo necessário que se compreenda as contingências históricas e sociais, para compreender como e porque esses problemas chegaram a ser o que são, ao contrário disso, estaria oferecendo soluções gerais, abstratas e universais, as quais ele mesmo rejeitou fortemente.

Acreditamos, que há mais pontos em comum do que tensões entre ambos, uma vez que, Foucault introduz suspeitas necessárias para problematizar a ordem social estabelecida, a qual, ainda que não tenha sido explicitada, envolve o gênero como um dos eixos centrais que organizam as experiências que os sujeitos fazem do mundo social. Como afirmou Foucault (2004), era preciso caminhar no sentido de compreender como funciona, se expressa, e se exerce o poder, reconhecendo sua arquitetura arbitrária, e não se limitar, a compreender o “porque”, correndo o risco de deixar escapar realidades complexas.

Seus postulados clarificam os mecanismos mais profundos e capilares das tecnologias de poder, e torna visível a extensão e aparelhagem social fundada em poderes arbitrários e discriminatórios, que tem servido para a dominação dos corpos. Segundo o filósofo, o corpo é lócus de operação e exercício de poder, sendo central para a subjetividade e ação, ponto que converge entre o filósofo e as feministas que usam sua noção de corpo para explorarem como as práticas disciplinares e os micropoderes constroem modelos de feminilidade (McLaren, 2016).

Como já descrito em capítulos anteriores, as mulheres eram/são para a cultura um corpo pré-discursivo, que supostamente carrega uma natureza ou essência feminina invariável às questões culturais. Em oposição a essas noção, Foucault (1988) postula que o corpo não seria “sexuado” em nenhum sentido significativo antes de sua inscrição no discurso, o corpo seria uma produção socio-histórica, cultural e política, que está em permanente construção, o que confere marcas que variam de acordo com os tempos e espaços, étnico, sexual, conjunturas econômicas, entre outras.

A propósito, a definição de dispositivo apresentado por Foucault, tem sido uma grande ferramenta para mostrar o alcance material e simbólico dessa armadilha discursiva, principalmente na configuração da “maternidade ideal”, que numa função estratégica engendra e multiplica poderes que criam e controlam⁸⁵ os corpos e as sexualidade das mulheres (Marcello, 2003:2005; Zanello, 2018; Federici, 2019).

As mulheres ao serem objetificadas enquanto gestante, passaram a subjetivar-se, principalmente, como objeto de ação do discurso⁸⁶ médico – que por vezes, apoia-se no discurso sexistas – e suas tramas de opressão, racismo e classismo. Um exemplo atual e com repercussão nacional, diz respeito a Caderneta lançada pelo Governo federal em maio de 2022, divulgado pela Coordenação de Saúde Básica do Ministério da Saúde, uma caderneta da gestante que autoriza os médicos a realizar violência obstétrica, como manobras físicas de esmagamento, de empurrar a criança e de episiotomia, que é o corte na vulva e na vagina para facilitar o parto (Agência Senado, maio de 2022).

São exemplos de relações de poder que vem criando um gerenciamento do corpo feminino sem precedentes, alcançado a partir de um exercício de poder cada vez mais difuso, descentralizado e sutil, porém não menos violento (Pereira & Tsallis, 2020). Um ritual de

⁸⁵ No período gestacional, de modo ainda hegemônico, os corpos das mulheres grávidas, a partir de um “modelo tecnocrático”, como discutido por Sousa e Oliveira (2019), são interpelados por práticas disciplinares que limitam a autonomia das mulheres, a partir do uso elevado de tecnologias e intervenções, que deslocam aspectos da vida pessoal para a esfera da medicina, sob a justificativa da busca por uma experiência mais segura de pré-natal, parto e puerpério (Lima, 2018; Mauadie, 2018). Os discursos operados pelo dispositivo materno nesse período, criam a lógica de uma necessidade das técnicas de controle⁸⁵ como se estas fossem necessárias para o cuidado e bem estar do filho, criando no imaginário social o “ritual necessário de preparação”. Para isso, traça diversas técnicas por meio das quais o sujeito-mãe vai sendo interpelado a pensar sobre si mesmo, sobre suas ações, para exercer de maneira satisfatória a prática materna que está sendo constituída.

⁸⁶ Nota-se que, para além do conteúdo dos discursos médicos, o qual apresenta uma contingência histórica, ou seja, só exista a partir do momento que relações tornaram possível, como o levante das tecnologias do biopoder. Estas articulações do dispositivo materno expressam os discursos que estão em disputa o tempo todo no cenário social, para realocar as mulheres no trabalho doméstico e reprodutivo, e com isso atualizar uma maternidade despotencializada, que opera na lógica do sacrifício (Pereira & Tsallis, 2020). Um dos exemplos mais atuais, se refere a manifestação do Ministério Público pela abolição do uso do termo violência obstétrica, o que evidencia a posição do Estado em atender a interesses de uma classe em detrimento da luta pelo fim de uma violência contra as mulheres. A exclusão da expressão não elimina as violências, mas encobre e respalda pelos discursos dominantes estas práticas, de modo que as denúncias acabam sendo mais controladas (Silva, Gasperin & Pontes, 2020).

disciplinamento⁸⁷ que tem entre outras finalidades, transformar e melhorar o corpo das mulheres para serem subjugadas no momento do parto (Palharini & Figueirôa, 2018; Lima, 2018; Cruz-da-silva, 2019; Zirr, Gregório, Lima & Collaço, 2019), dito de outro modo, a experiência do parto foi transformada em um contexto de dominação, onde a violência obstétrica condicionada pelo gênero, raça e classe, principalmente, está enredada em relações de poderes assimétricas, que persistem ao longo do tempo e podem parecer fixas e necessárias, o que as tornam mais difíceis de serem desmontadas, sobretudo individualmente, como elaborou Foucault (1995).

Assim, a analítica do poder defendida por Foucault (1995), nos auxilia na problematização sobre as relações de dominação, como por exemplo, as relações estabelecidas na experiência de gestação e parto, como parte das linhas de forças que atravessam as mulheres na subjetivação materna. Segundo o filósofo, o poder em si não é nem boa nem ruim, podendo ser pensado como produtivo, de modo bastante complexo, onde as relações de poder, certamente não representam um mal, mas oferecem perigo, que seria, a possibilidade de se solidificar em uma forma de domínio, ou seja, quando falamos sobre as relações de poder estabelecidas pelo saber médico, não estamos determinando que todas sejam pautadas por práticas de normalização, mas que poder vir a ser⁸⁸.

Nesta dinâmica, o pensamento foucaultiano tem sido um grande aliado na compreensão das técnicas de disciplinamento que incidem sobre o corpo feminino, principalmente as técnicas que envolvem o trabalho doméstico, e o controle da sexualidade e reprodução (Fonseca, 2018; Mauadie, 2018; Serra & Batalha, 2019; Silva, 2019; Segato, 2019; Federici, 2019; França &

⁸⁷ Uma das principais consequências disso, tem sido a vulnerabilidade à violência obstétrica, que é considerada uma violência de gênero e institucional (Santos, 2019).

⁸⁸ Por isso, o filósofo defende que, é preciso pensar que as relações de poder são moveis, reversíveis e instáveis, acrescentando que só é possível falar de relações de poder quando os sujeitos são livres, incluindo a “[...] liberdade como um elemento importante, entende por “livres” “[...] sujeitos indivíduos ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer.” (Foucault, 1995, pag. 244), assim, se um dos lados dessas relações, estiver sendo transformado em coisa, ao ponto de se exercer uma violência infinita, como a violência obstétrica por exemplo, não se trata de relações de poder e sim de dominação.

Brauner, 2018). Mas para além disso, tem possibilitado as teorias feministas, que múltiplas respostas sejam dadas a problematizações antigas, escapando-se das tecnologias biopolíticas de controle individual e coletivo (Gotardo, 2018; Espinola & Zucco, 2021; Jardim, Silva & Fonseca, 2019; Oliveira-silva, 2019; Carneiro, 2008).

Para além disso, sem pretensão de identificar as questões feministas com as dos antigos gregos, mas considerando as elaborações operadas por Foucault a partir das suas experiências históricas, podemos inferir que há, de modos diversos, nas linhas de subjetivação criadas a partir dos feminismos uma certa convocação ao “cuidado de si” nos termos foucaultiano, que constitui uma atitude geral para consigo, com o outro e com o mundo, ou seja, um *cuidado de si político* situado na relação de forças entre o eu e os outros, na efetivação de contra condutas, que perpassa as relações interindividuais, como as relações de gênero, educacional, familiar e o próprio governo político e; um cuidado de si ético, que se refere ao embate travado no próprio indivíduo, o inconformismo diante das tendências egoístas e hedonistas.

Seria, um movimento de deixar de ser *quem nós somos*, no sentido de afastar-se das identidades fixas, no sentido de desassujeitar-se (Candiottto, 2010). Esse é um dos maiores desafios para os feminismos, somente a partir desse desassujeitamento - ao gênero, raça e classe, será possível acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão. Segundo Hooks (2019), essa deveria ser nossa primeira luta, de mulheres e homens, de todo o mundo, porque “[...] diferentemente de outras formas de dominação, o machismo molda e determina diretamente relações de poder em nossas vidas privadas, em espaços sociais familiares, no contexto mais íntimo (casa) e nas esferas mais íntimas de relações (famílias)” (Hooks, 2019, pág. 61).

Segundo a autora, são nessas primeiras relações onde a dominação coercitiva inicia-se e aprendemos a aceitá-la, seja de pai/mãe sobre a criança ou do homem sobre a mulher. Embora, também sejam relações onde, simultaneamente, relações de cuidado e conexão podem acontecer, o que fornece um contexto prático para a crítica e transformação feminista.

Se somos incapazes de enfrentar e acabar com a dominação nas relações em que há cuidado, parece totalmente inimaginável que possamos enfrenar e acabar com ela em outras relações institucionalizadas de poder. Se não podemos convencer nossas mães e/ou pais a se preocupar com não nos humilhar e diminuir, como podemos pensar em convencer ou enfrentar um empregador, alguém que se ama, um estranho que sistematicamente humilha e deprecia? (Hooks, 2019, pág. 62).

Segundo a autora supracitada, esse é o movimento político que mais se dirige à pessoa, o que mais menciona a necessidade de transformação do eu, “[...] pois desafia cada um de nós a modificar nossa pessoa, nosso comprometimento pessoal (seja como vítimas, perpetradores ou ambos) num sistema de dominação que compartilha base ideológica com o racismo e outras formas de opressão em grupo. “[...] Infelizmente, o racismo e o elitismo de classe entre mulheres têm conduzido à repressão e à distorção dessa conexão.” (Hooks, 2019, pág. 62).

Bell Hooks (2019), afirma que umas das propostas feministas, tem disso a ênfase para as mulheres encontrarem suas vozes, que significa fazer a transição do silêncio para a fala como um gesto revolucionário. Porém, nos esclarece que, falar como ato de resistência não está relacionado a conversas corriqueiras nem confissões pessoais que não objetivam alcançar consciência crítica, como tem sido romantizado por políticas feministas rasas, que privilegiam atos de fala em detrimento do conteúdo dos discursos. Essas são retóricas que enfraquecem os discursos potencialmente radicais, transformado em produto, discursos da moda.

Logo, se trata de uma outra forma de silenciamento que nos conservam anônimas e mudas. Zanello (2018) fala sobre esse silenciamento como uma pedagogia das performances de gênero que funciona no dispositivo materno, tão eficaz que, raramente ouvimos as mulheres se queixarem, principalmente em público, ou seja, raramente ouvimos assumirem uma fala corajosa que desafie o dispositivo, “[...] é interpelado assim, o silenciamento de afetos “negativos”,

diferentes dos prescritos. O silêncio é, portanto, uma estratégia de sobrevivência das mulheres em sociedades sexistas [...]” (Zanello, 2018, pág. 159).

Marcello (2005), pontua que, nos processos de subjetivação materna, a maternidade é “expressa” como um falar franco e gratuito de certas vivências específicas, no entanto, é importante compreender que esses ditos, refratam as linhas de força do dispositivo, que aliadas às linhas de subjetivação vão promovendo novos saberes e novas “verdades” sobre o sujeito mãe a prática materna. Assim, as condições de possibilidade desses saberes e verdades são dadas pelo dispositivo, ou seja, o que o sujeito enuncia sobre si mesmo radicam daquilo que as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade permitiram que ele fizesse.

As autoras supracitadas nos dizem sobre lugares que nossas vozes são endereçadas, e especificamente essas últimas, aos lugares de silenciamento que o dispositivo da materno impõe e incita. É sobre a transição desses lugares que Bell Hooks (2019) se refere quando fala sobre a necessidade de desassujeitarmos e encontrarmos nossas vozes. Penso que essa seja, uma das principais práxis feministas para novas relações consigo mesmo. Encontrar a voz, significa tanto “[...] uma forma de se engajar em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transforma em sujeito. Como objeto permanecemos sem voz – e nossos seres, definidos e interpretados pelos outros.” (Hooks, 2019, pág. 45).

Em um trabalho etnográfico, sobre saúde sexual e reprodutiva, Rosamaria Giatti Carneiro (2015) deu voz a mulheres grávidas, primíparas ou que sofreram violência em outra gestação e que participavam de grupos para quem quer um parto mais natural. Eram mulheres que não aceitavam mais as agressões, medos e solidão de hospitais e consultório médicos, eram mulheres que desejavam *parir diferentemente*, como destacou a autora. Na troca de vivências, experiências e reflexões coletivas, elas estavam politizando o fenômeno da parturiação, como dito no prefácio de Carneiro (2015, p. 08) “[...] estavam dizendo em alto e bom som que muito do que acontece

hoje em dia na cena de parto não lhes agrada, que elas querem ser outro tipo de parturiente e que se tornam outro tipo de mulher depois dessa experiência”.

Segundo Carneiro (2015), parir em casa tornou-se não apenas uma opção de liberdade, intimidade, mas especialmente, uma fuga planejada, seria uma forma de resistência as práticas médicas corriqueiramente repetidas, forjadas por relações de poderes arbitrários que colocam em segundo plano ou silenciam a participação ativa das mulheres. Nas narrativas encontradas, as mulheres ao contrário dos modos de sujeição, que supõe obediência e submissão, estavam construindo uma espécie de ética do próprio parto, estavam cada vez mais modelando, corporalmente e psiquicamente seu período gestacional, explorando novas formas de autoconstituição - enquanto sujeito parturiente, sujeito mulher e sujeito político. Na busca de algo além de um parto, buscavam *seu* parto, ou seja, a singularidade de suas experiências de parturição, protagonizando a construção da própria subjetivação materna ao elegerem a si mesmas como as “especialistas” no momento de parir.

No trabalho de Gatto (2019), com mulheres que realizaram acompanhamento de pré-natal e do parto na rede do Sistema único de Saúde e na rede privada, que teve como objetivo analisar os processos de subjetivação das mulheres. Nos discursos encontrados, a autora identificou que os enunciados tratavam de um “descobrimento de si” e da potencialidade dos seus corpos via experiência de parto e nascimento. Ao buscarem informações sobre o parto, dito humanizado, as mulheres passavam a compreender esta experiência como um acontecimento único nas suas vidas e que, após esse momento ocorreram mudanças no próprio reconhecimento dessas enquanto sujeito. Assim, como pontua Oliveira-silva, (2019), a busca por um parto humanizado sugere um espaço de transformação para as mulheres, que pode funcionar como um cuidado de si, um processo de pensar e repensar o que desejam para si e para o bebê.

No entanto, Gatto (2019) questiona, a partir de alguns relatos, se há de fato um movimento de resistência ao modelo tradicional, sobretudo no sistema privado, ou haveria um movimento de

sujeição dessas mulheres a um novo modelo de assistência ao parto e nascimento? Posto que, em algum grau, mulheres de ambos os sistemas de saúde, realizaram pagamentos extras para melhorar o acompanhamento médico no momento do parto, um “combo parto humanizado” direcionado para aquelas que podem pagar.

Assim, é importante fazer essa ressalva, semelhante a questão da terceirização dos cuidados maternos, tecida por Zanello (2018), o problema está na mercantilização dessas relações, que asseguram que outras formas de relações sejam mantidas, como a violência obstétrica, a exploração do trabalho doméstico nas mulheres pobres e negras, entre outras.

Nos estudos de Zirr et al. (2019), com um grupo de gestantes, defendem que conscientizar as mulheres sobre a fisiologia do parto potencializa a autonomia da parturiente e instrumentaliza a gestante e seu acompanhante a tomarem decisões de forma mais consciente. No entanto, como discute Oliveira-silva, (2019), essa preparação é importante porque sua base é o conhecimento sobre o corpo, mas quando consideramos que a autonomia das mulheres sobre seu corpo envolve relações de poder mais complexas, como as questões de gênero, raça e classe, que não emergiram como pauta dos grupos investigados por Ziir et al. (2019), esta preparação pode funcionar como uma forma atualizada das relações de poder tracionais.

Sobre isto, Pereira e Tsallis (2020), questionam sobre a necessidade de problematizar, que efeitos os discursos produzidos sobre parto e amamentação tem tido para as mulheres na experiência da maternidade atualmente. Principalmente, os discursos que notoriamente produzem um enfoque dirigido as crianças, novas roupagens da romantização e idealização da maternidade a partir dos modos de “criar filhos felizes e saudáveis”, uma produção discursiva que não leva em conta os níveis de pobreza, a precária oferta de políticas públicas, a desigualdade no trabalho sexual, entre outros elementos que produzem um estado de depotencialização nas mulheres.

O que significa, no âmbito da maternidade, se aliar a discursos e práticas universalizantes e hegemônicas? Há o enorme risco de, na tentativa de romper com

determinado modelo que desqualifica o corpo feminino, se produzir discursos consoantes com esse modelo, porém sob nova roupagem e de o protagonismo da mulher-mãe ser novamente “jogado para escanteio”, pois ela seguirá norteando suas escolhas a partir da validação de especialistas, que detêm o saber, agora mais sofisticado e “baseado em evidências científicas (Pereira & Tsallis, 2020, p. 08).

As autoras sublinham a necessidade de uma atitude crítica⁸⁹, sobre os limites que os discursos impõem ao modo de ser, pensar e de agir. Sobre esta questão, Carneiro (2019) nos mostra um quadro interessante para pensarmos alguns desafios que tem emergido no encontro dos feminismos com a maternidade na contemporaneidade. A autora analisa relatos de mulheres-mães numa plataforma que leva o título “*Não me chamo mãe*”⁹⁰, que carrega o ideário de que as mulheres são muito mais do que mães e que estão cansadas e querem tempo para si mesmas. Onde tecem, como tem sido a experiência da maternidade norteadas pelos ideais da “maternidade consciente”, descrevendo modos de subjetivação que endereçam para uma experiência de impotência e assujeitamento.

Essas mulheres têm sido do pleito pelo direito de parir, de amamentar, de não vacinar, de indagar o pediatra e de criticar a escola de seus filhos. Sabemos que o ditado “ser mãe é padecer no paraíso” não é de hoje, mas o cansaço contemporâneo aparece em outro registro, em que essas mulheres se veem mergulhadas em teorias médicas, maternas e de criação dos filhos das quais têm que se apropriar, desde o parto até a criação, para serem

⁸⁹ Fazendo referência para uma ação que Foucault (1990) elaborou na conferência de 1978, publicada posteriormente sob o título *O que é a crítica?* Uma “atitude crítica” seria uma prática de liberdade, por meio da qual seria possível evitar ser governado de um modo particular e em nome de certos princípios.

⁹⁰ O conteúdo descrito na plataforma, tem sido escrito por mulheres que se intitulam feministas e opõe-se à maternidade quanto único papel social, por outro lado, outras mulheres criticam os discursos afirmando que a “maternidade consciente” é uma possibilidade de construção de si enquanto mulher e de se situar no mundo. A autora recupera uma ideia defendida por Adrienne Rich, escritora e poetisa, de que a podemos diferenciar a maternidade enquanto experiência e instituição. A primeira, existiria um espaço autoral para cada mulher, para autodefinir-se, a partir de escolhas baseadas na política e na liberdade, e a segunda, as mulheres seriam norteadas por regras externas, um espaço de não liberdade e ausência de si enquanto mulher. De modo que, para as mulheres que criaram o espaço “*Não me chamo mãe*”, a maternidade consciente seria uma “*maternidade instituição*”, enquanto que para as outras mulheres, esta seria uma “*maternidade experiência*”, sobretudo, pelo direito de parir naturalmente.

“boas mães”. Retorna assim a ideia de “boa mãe” ou para parafrasear o psicanalista “mãe suficientemente boa”, muitas vezes não somente por parte dos profissionais de saúde, mas das próprias mulheres que cobram de si mesmas (a partir desse ideário naturalista atual) um desempenho já pré-determinado, seja pelo abandono estatal e conjugal (Carneiro, 2019, p. 189).

Esses movimentos subjetivos que indiciam a outros os modos de fazer a experiência de si enquanto sujeito materno atualmente, principalmente entre as camadas médias, reflete a emergência dos discursos e práticas feministas, que fazem circular outros repertórios, sobretudo linguísticos, de modo que, a relação das mulheres com os discursos normativos materno tem sido cada vez mais diversos. Segundo Rodrigues (Jul, 2020), as redes sociais ajudaram a fomentar as discussões feministas, e a palavra “empoderamento” ganhou força como forma de conscientizar as mulheres sobre a necessidade de questionar os papéis determinados para elas – cuidar dos filhos e maridos. No entanto, o lugar do cuidado dentro de um campo de problematizações política, ainda enfrenta desafios, sobretudo porque a economia do cuidado ainda está enredada por discursos sexistas que sentimentalizam e feminizam essa forma de trabalho (Zanello, 2018).

Temos observado movimentos, sobretudo com relação aos efeitos concretos desses discursos, por exemplo, durante a pandemia onde essa economia do cuidado ganhou maior curvas de visibilidade e enunciabilidade, diversas iniciativas foram criada⁹¹ de/e para mulheres-mães em situações de vulnerabilidades que representam formas de autocuidado coletivos, como: a) *Mães da favela*, como o objetivo de levar renda para a maior quantidade possível de mães, lares que são chefiados em sua maioria por mulheres, b) *Compre das mães*, um site desenvolvido pela Rede Maternativa, focada em apoiar o trabalho de micro e pequenas empreendedoras mães, c) *Segura a curva da mãe*, criado para identificar e localizar mulheres em situação de vulnerabilidade

⁹¹ Não estou afirmando com isso que inciativas como estas não tenham criadas entes da pandemia, mas trago estas a título de exemplo para falar sobre os efeitos que os discursos posto em circulação ou que ganharam maior visibilidade na pandemia resultaram.

causada ou agravada com a pandemia e d) *Boleto +1*, rede de suporte financeiro-afetivo em tempos de Corona vírus, projeto criado para aproximar mulheres que estejam com dificuldade de pagar alguma conta.

Além desses movimentos, uma maior circulação de discursos insurgentes sobre os processos de subjetivação tem emergido nas redes sociais, são novos canais, novos discursos formados e compartilhados no cotidiano das mulheres, que contribuem para a subjetivação de um outro discurso do sujeito materno a partir de experiências singulares - considerando as contingências sociais, históricas, matérias e subjetivas. A *Revista mães que escrevem*, tem representado um novo espaço de resistência e transformação ético-político para mulheres-mães, trata-se de uma revista digital independente e colaborativa feita por mães lançada em 2017, são mulheres que querem mostrar sua maternidade de maneira real e fazer do mundo digital uma rede de apoio entre mulheres que também são mães.

Na rede que se formou, há psicólogas que atendem a preço social mulheres a partir do projeto “Saúde Mental das mães importam”; há pedagogas que abordam pontos importantes sobre educação infantil e oferecem auxílio aos pais sobre as práticas escolares e advogadas que escrevem sobre os direitos sexuais e reprodutivos, como também informam sobre pensão, separação e violências de gênero.

Nós estamos aqui pra mostrar um lado da maternidade que ainda é julgado, até por quem já é mãe. A sociedade precisa entender que quem pariu Matheus, não precisa cuidar dele sozinho, que a rede de apoio é fundamental para nós, que as políticas públicas importam e que estamos cansadas de ler e ver sobre uma maternidade que não tem nada a ver com a nossa. Ah e antes que eu esqueça: a maternidade não é um mar de rosas, e isso não quer dizer que não amamos nossos filhos, só não gostamos da forma com que pregam o nosso maternar”

Em um caminho semelhante, Carneiro (2015), também constatou entre as mulheres um desejo de relatarem o próprio parto, tanto entre amigas, como entrevistas de pesquisas científicas, grupos de preparo ao parto, havia o desejo de tornar público, até mesmo na internet, por meio de blogs ou nas redes sociais, as razões eram:

querem que outras saibam que é possível parir de outra maneira que não pela cesárea; querem mostrar ao mundo que conseguiram parir depois de passarem por uma cesárea prévia; sente-se poderosas; querem divulgar o parto humanizado [...] a intensidade da experiência precisa ser posta pra fora, pois não cabe nos corpos. Ou porque essas mulheres necessitam provar a alguém que foram capazes de fazer algo de que muitos duvidavam, no intuito de exaltar a própria experiência e identidade. [...] existe um desejo de narrar que pode carregar consigo um processo de subjetivação, isto é, de construção da própria subjetividade mediante a escrita, além da publicidade e do compartilhamento de experiências pessoais. (Carneiro, 2015, p. 192).

O livro de Nathalia Fernandes, *Feminismo materno: o que a profissional descobriu ao se tornar mãe* (2019), também resulta desse desejo de compartilhar sua produção subjetiva na experiência da maternidade, a autora descreve que somente ao tornar-se mãe, conscientizou-se sobre as limitações e impactos que as mulheres sofrem no mundo do trabalho quando são mães. Problematizando sobre as ações de resistência que a levaram a não trabalhar mais em um espaço profissional que limitava a subjetivação materna, e criar novos espaços de subjetivação profissional que permitissem modos atualizados de relações consigo na sua e de outras mulheres experiência materna. Resultando no entendimento das forças – sociais e históricas que as constituía, como também na busca por transformar essas condições.

Ao produzirem discursivamente suas experiências maternas, as mulheres estão criando novas curvas de visibilidade ao dispositivo materno, produzindo linhas de subjetivação que abrigam muitas nuances semânticas e configurações sociais, criando condições para

despessoalizar, desprivatizar a experiência e desloca-la ao plano coletivo. As formas como estas escritas se colocam nos espaços mais diversos, oportuniza, também o debate sobre outras searas da vida, “[...] no limite, a maternidade é muito mais econômica do que poderíamos imaginar, ou do que nos permitiram imaginar.” (Carneiro, 2019, p. 195).

A partir destes novos eixos das experiências de maternidade apresentados, sejam individuais ou coletivos, resultantes dos deslocamentos operados pelos feminismos ao longo das últimas décadas, é possível supor que a experiência histórica da maternidade, ou seja, as relações que as mulheres estabelecem consigo mesmas através das quais são levadas a reconhecerem-se como sujeitos maternos em relação aos ideais de maternidade e feminilidade, tem implicado em diferentes modos de subjetivação, em algumas situações mais ativos e coletivos. Principalmente, a partir da conscientização da maternidade enquanto construção ética e política, bem como, da problematização dos processos pelos quais se é assujeitado.

Ainda assim, acredito que as políticas feministas poderão fazer bem mais, principalmente, quando estas passarem pelos processos de sororidade política, ficando assim, mais próximo o alcance dessa política como um poderoso movimento político de massa. Atualmente, as definições múltiplas e por vezes, contraditória dos femininos tem não só causado confusões, como enfraquecido os movimentos, o gênero é um importante fator determinante para a opressão e exploração, principalmente porquê começa nos laços mais íntimos, mas não é o único, a raça e classe também determinam a construção social da feminilidade e da maternidade.

Esse é nosso ponto de partida para um trabalho de educação crítica chamada de conscientização, para compreendermos as maneiras pelas quais essas tramas de opressão seguem determinando nosso destino individual e nossa experiência coletiva. Peço licença poética e metodológica para encerrar essa seção com uma citação direta de Bell Hooks⁹², que nos fala sobre coragem, coletividade e esperança, por que há nessas palavras uma convocação, e estendo-as

⁹² Hooks (2019, pág. 67)

aquelas e aqueles que, não se reconhecem como feministas, mas que carregam a esperança de um mundo sem opressão e exploração, *“o medo do enfrentamento doloroso leva mulheres e homens ativos no movimento feminista a evitar encontros críticos rigorosos; porém, se não podemos nos engajar dialeticamente de uma maneira comprometida, rigorosa, humanizada, não podemos ter esperança de mudar o mundo”*.

CAPÍTULO V

5 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 Objetivo geral e específico

a) Objetivo geral

Analisar as produções subjetivas em movimento na experiência da maternidade, a partir de posições de sujeito, ações e efeitos discursivos no processo de tornar-se mãe, e como estas tem reverberado no tratamento de si.

E por objetivos específicos:

- 1- Analisar as formas como as mulheres constroem o acontecimento maternidade
- 2- Investigar os diferentes posicionamentos discursivos que são mobilizados nos processos de subjetivação
- 3- Identificar quais as práticas subjetivas que apresentam tensões discursivas
- 4- Discutir os efeitos sociais (para a subjetivação feminina), resultantes dos discursos que estão em movimento nos enunciados identificados.

5.2 Tipo de estudo

Tratou-se de um estudo exploratório, de caráter transversal, com design qualitativo, que permitiu a análise das produções subjetivas em movimento na experiência da maternidade e as vicissitudes encontradas por essas mães nesse contexto. A pesquisa exploratória, de acordo com Minayo (2014), envolve desde a etapa de construção do projeto até os procedimentos e testes para entrada em campo. Abrange a escolha do tópico de investigação, a delimitação do problema, a definição do objeto e dos objetivos, a construção de hipóteses e do marco teórico conceitual, a elaboração dos instrumentos de coleta de dados e da exploração do campo.

5.3 Lócus

Foram realizadas nos locais propostos pelas participantes, considerando a condição fisiológica e emocional, das mulher-mães e seus filhos, sobretudo, em decorrência das limitações

impostas pelo isolamento social vivenciado durante a pandemia do Covid-19. Sendo estes locais suas residências, tomando as medidas indicadas de prevenção, no entanto, algumas preferiram que o contato fosse por meio de chamadas de vídeos, nos finais de semana ou horários compatíveis.

5.4 Amostras e mulheres⁹³

Trata-se de uma amostra de conveniência (não probabilística), composta por 9 mulheres-mães primíparas com idade entre 25 e 35 anos, com filhos com idades entre 1 ano e 2 anos, com relação ao estado civil, todas eram casadas, apenas em um caso a relação não estava oficializada. No que diz respeito à formação profissional, a amostra foi composta por advogadas⁹⁴ (4), Ciências sociais (1), biológica (1), contadora (1), biomédica⁹⁵ (1) Administradora (1), embora tenham ensino superior completo, apenas 6 exerciam a profissão de formação, a renda familiar variava entre 2 e 8 salários mínimos, apenas 1 afirmou não saber ao certo a renda, em decorrência da instabilidade dos trabalhos remunerados.

5.4.1 Sobre o acesso as mulheres de pesquisa

Em relação ao universo da vida de mulheres durante os *primeiros 1000 dias*⁹⁶ de vida dos seus filhos, certas peculiaridades começaram a emergir a partir do momento em que se buscou as participantes da pesquisa, ressaltando que estávamos vivenciando a pandemia do Covid-19 e suas restrições. Nessa trajetória, alguns aspectos já sinalizaram características a respeito do objeto desta pesquisa, que foram ampliadas pela lupa do isolamento social. Inicialmente, supôs-se que não haveria dificuldade para acessar o universo dos sujeitos com o perfil da pesquisa, no entanto,

⁹³ Nos apêndices há uma breve apresentação das mulheres, a partir do diário de campo que fui construindo, intitulado “*Minha breve apresentação das mulheres*”

⁹⁴ Uma delas no momento da entrevista estava tentando empreender, produzindo e vendendo doces.

⁹⁵ No momento da entrevista estava trabalhando como confeitadeira em casa.

⁹⁶ Tem-se usado atualmente esse termo para abordar a importância deste período na saúde do indivíduo, refere-se a soma dos dias desde a concepção até os dois anos de idade, ou seja, desde a gestação até o segundo ano de vida. Os quais, são entendidos como “janelas de oportunidade”, pois tudo pode influenciar no desenvolvimento, desde a alimentação até atitudes e hábitos (Prietro, 2020).

inúmeras dificuldades foram emergindo, em decorrência da *indisponibilidade de tempo* para participar da pesquisa.

Como o interesse desta pesquisa residia em analisar o discurso de mulheres-mães escolarizadas e inseridas no mercado de trabalho remunerado, este contorno dos sujeitos, levou a questão que Sousa e Machado (2021) chamaram de “A pandemia da sobrecarga de trabalho das mulheres”. Neste cenário, embora as mulheres-mães contactadas para fazerem parte da pesquisa, tenham aceitado de prontidão participar, diversas tentativas frustradas seguiam-se no decorrer dos dias, seja para o encontro presencial ou por *videochamadas*.

Como relatam as autoras supracitadas “[...] à rotina diária justaposta a tarefas da casa, a alimentação e as demandas infantis [...] dá lugar para a realidade de uma casa barulhenta, TV e programas infantis, determinação de tarefas para a organização do espaço que está quase sempre em desordem [...]. Uma rotina atribulada, ainda que uma figura masculina também se faz presente neste mesmo espaço doméstico” (Sousa & Machado, 2021, pág, 287). Com semelhanças, estas foram as principais narrativas enunciadas pelas mulheres para justificar a impossibilidade de cada tentativa de encontro, culminando na desistência de suas participações.

Uma outra realidade encontrada, foi a desistência da participação durante a realização das entrevistas, em decorrência do esgotamento mental e físico relatado por elas. Nesta trajetória de aproximação desse universo, questões que envolviam a *falta de concentração* para elaborar as questões abordadas foram enunciadas, seja em decorrência do cansaço do acúmulo de trabalho, quando realizadas durante a noite; a preocupação com os filhos que estavam com o marido, para que houvesse esse tempo disponível, com interrupções constantes; as tarefas que ainda precisavam realizar, principalmente a organização da alimentação dos filhos, bem como, a própria permanência do marido no ambiente onde estavam sendo realizadas as entrevistas, que emergiu como um empecilho para o acesso a questões como cuidado com os filhos, rede de apoio, divisão do trabalho doméstico, entre outros.

Aos poucos, tornou-se possível o acesso a 9 mulheres-mães com o perfil escolhido para o estudo, no entanto, e o cenário apresentado acima, se colocou para além de uma dificuldade metodológica de “coleta de dados”. É preciso pontuar que, a questão que chamamos de “indisponibilidade de tempo” das mulheres-mães, faz parte do projeto social que mantém a sociedade patriarcal e capitalista, o silenciamento das mulheres, que ficou tão explícita durante este período de isolamento social. Assim nos lembra Michele Perrot (2019), “[...] em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. [...]” (Perrot, 2019, pág 17).

Está problemática, que tem na base a invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico não remunerado, que atualmente tem sido vista como ultrapassada pelas mulheres mais jovens, por terem maiores possibilidades de escapar desse trabalho (Federici, 2019), porém, as condições apresentadas pela pandemia, tornaram explícitas, que o trabalho doméstico e sua desvalorização continuam impossibilitando o poder social das mulheres.

Diante disto, é imperativo destacar que a sociedade patriarcal e capitalista, historicamente vem colocando as mulheres em dinâmicas que impedem a troca de saberes e experiências, fazendo destas jornadas solitárias e silenciosas. Embora no último século esta dinâmica venha sofrendo algumas rupturas, ainda assim, permanecem algumas formas de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana das mulheres, uma delas é limitando o tempo e energia das mulheres para lutar contra o poder do capital de extrair cada vez mais trabalho destas.

Como as mulheres e sobretudo as mulheres-mães terão maior e melhor acesso a questões de ordem política se cotidianamente estão tendo suas participações minadas na produção de saber-poder? Essa dinâmica nos alerta que, “[...] nunca alcançaremos uma mudança real se não atacarmos diretamente a raiz dos papéis femininos – trabalho de cuidado e trabalho doméstico, [...] como anos e anos de trabalho feminino fora de casa têm demonstrado, conseguir um segundo trabalho não muda esse papel.” (Federici, 2019, pág. 49-50).

Cada vez que uma mulher não conseguia participar da pesquisa, sinalizava a necessidade de problematizar o quão deficiente tem sido os debates sobre as consequências políticas dos arranjos privados. O que torna mais difícil compreender de que maneira as relações entendidas como *voluntarias* e *espontâneas*, mas que respaldam *padrões de autoridade* e *produzem subordinação*, tem reverberado no exercício da autonomia por cada indivíduo, sobretudo as mulheres “indisponíveis”.

5.5 Produção dos Dados

Foram utilizados um questionário sociodemográfico e realizada uma entrevista semiestruturada, composta por um roteiro de questões abertas.

5.5.1 Questionário sociodemográfico

Foi utilizado um questionário sociodemográfico com o intuito de caracterizar o perfil dos participantes da pesquisa, contendo itens sobre idade, nível de instrução, ocupação profissional.

5.5.2 Entrevista semiestruturada

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, individuais, autogravadas e constituídas de questões abertas. Optou-se por esse tipo de entrevista, por ter maior possibilidade de apreender profundamente, através da fala do indivíduo, discursos dominantes, sistemas de valores, crenças e símbolos (Minayo, 2014). A entrevista contava com perguntas que versavam sobre os significados do construto maternidade, desejo materno, práticas de cuidados dos filhos, experiência de subjetivação no trabalho profissional, mudanças e rupturas na experiência de tornar-se sujeito do discurso materno.

5.6 Percursos éticos

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética (22985719.1.0000.5188), deu-se início à produção dos Dados. A busca de sujeitos para o estudo inicialmente realizou-se a partir

de uma divulgação informal da pesquisa no círculo de colegas na universidade. Antes de qualquer contato direto com as mulheres mães, outros (terceiros) que possuíam indicações de mulheres com esse perfil desejado realizaram uma verificação acerca do interesse dessas participantes do estudo. Somente depois de terem obtido a autorização dos possíveis sujeitos de pesquisa, esses terceiros forneceram os nomes e telefones das interessadas; em seguida, foram abordadas diretamente, sendo nesse momento informadas acerca do estudo, explicitando-se o caráter voluntário da participação e solicitando a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

5.7 Análise de dados

A análise dos dados coletados nas entrevistas foi realizada a partir da Análise do Discurso inspirando-se nas contribuições⁹⁷ foucaultiana (Foucault, 2014), que tratam os discursos para além das relações entre significante/significado, considerando os discursos como prática sociais, que organizam a realidade, formando sistematicamente os sujeitos e objetos de que falam. Atentando para a importância de descobrir as formas de racionalidade que organizam as maneiras do dizer e do fazer, na relação consigo mesmo e com as coisas.

Pensemos, com isso, que o sujeito discursivo se desenha através dos conteúdos e processos discursivos, sendo, ao mesmo tempo, produtor do discurso e efeito do sentido da sua interpretação, “[...] o sujeito tornar-se a peça principal do discurso e o discurso o palco onde o sujeito se constitui” (Fidalgo, 2000, pág. 271).

A linguagem e o discurso têm cada vez mais ganhado um lugar de relevância na análise da realidade social, o caminho analítico proporcionado pela via discursiva, em especial, tem proporcionado a psicologia social entender o longo processo de produção das regras, que por meio da linguagem, estruturam as relações de poder e as práticas cotidianas das pessoas. Huning e Scisleski (2018), desenvolvem uma discussão sobre o panorama epistemológico da Psicologia

⁹⁷ O trabalho de Thiry-Cherques (2010), apresenta de maneira didática as estratégias metodológicas com tecidas por Foucault em todo seu trabalho.

social no Brasil considerando abordagens que trabalham a partir das contribuições foucaultianas, e reiteram que esta abordagem indica “[...] uma forma de pensar e pensar-se na/em Psicologia Social [...] um posicionamento ético-político. Uma ética e uma política epistemológica que visa a arejar novas rotas, novas práticas, novos modos de resistir, recusar e desobedecer em Psicologia social.” (Huning & Scisleski, 2018).

Eni Orlandi (1999), apresenta grandes contribuições sobre a análise do discurso, que nos leva a questionar como nos relacionamos com a linguagem em nosso cotidiano, conforme a autora, essa seria uma das contribuições da análise do discurso, nos colocar em estado de reflexão

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. [...] nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (Orlandi, 1999, pág. 08).

Dito, isto, a partir das contribuições práticas de Nogueira (1996), Fidalgo (2000) e das contribuições teóricas de Orlandi (1999), Fischer (2001; 2003) e Foucault (1997), nos propomos a realização de análises vivas, uma vez que, o objeto empírico é inesgotável⁹⁸, os discursos são lugares abertos; todo discurso se relaciona com um discurso anterior e aponta para outro, é um processo do qual se podem recortar e analisar “formação discursiva”, numa dinâmica de análise, que se faz passar do texto ao discurso, no contato com o *corpus* (Orlandi, 1999).

Assim, após as transcrições das entrevistas, foram realizadas leituras lentas do material, para procurar ver nele discursividade, ou seja, desnaturalizando a relação palavra-coisa, e

⁹⁸ Conforme disserta Orlandi (1999, pág. 61), a exaustividade que se almeja nesse tipo de análise, é a “[...] exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações. Trata de “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguística-discursiva”.

vislumbrando as configurações das formações discursivas que estivessem movimentando a prática discursiva. Durante esta fase, procuramos temas repetidos, semelhanças, diferenças, tratando-se de mapear e situar “as coisas ditas” em campos discursivos, extraíndo deles alguns enunciados e colocando-os em relação com outros, do mesmo campo discursivo ou de campos distintos. Depois de identificar os funcionamentos discursivos, que passaram pelas ações discursivas enunciadas, procuramos relacioná-los as matrizes discursivas em que se apoiam, vislumbrando traçar as forças que trabalham o dizer, o *mesmo* e o *diferente*.

Segundo Orlandi (1999), todo discurso se faz nessa tensão entre *o mesmo* e *o diferente*, que na linguística chama-se de processos de parafrásticos e processos polissêmicos.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. (Orlandi, 1999, pág. 24)

A paráfrase seria a matriz do sentido, não há sentido sem repetição e sem sustentação do saber discursivo, e a polissemia seria a própria condição de existência dos discursos, pois se os sujeitos não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade do dizer (Orlandi, 1999). Embora não utilizemos os conceitos acima apresentados, como ferramenta analítica nesse trabalho, em razão dos objetivos da análise. Sua sinalização se fez presente, para trazermos a discussão, a compreensão de que todo o funcionamento do discurso se assenta nessa tensão entre o mesmo e o diferente. Consideração importante, quando nos aproximamos da noção de subjetividade foucaultiana, onde elabora que a subjetividade se constitui sempre discursivamente, numa estrutura de relações de força, que é ao mesmo tempo de “governo das ações/normalização” e a “insubmissão da liberdade/resistência”.

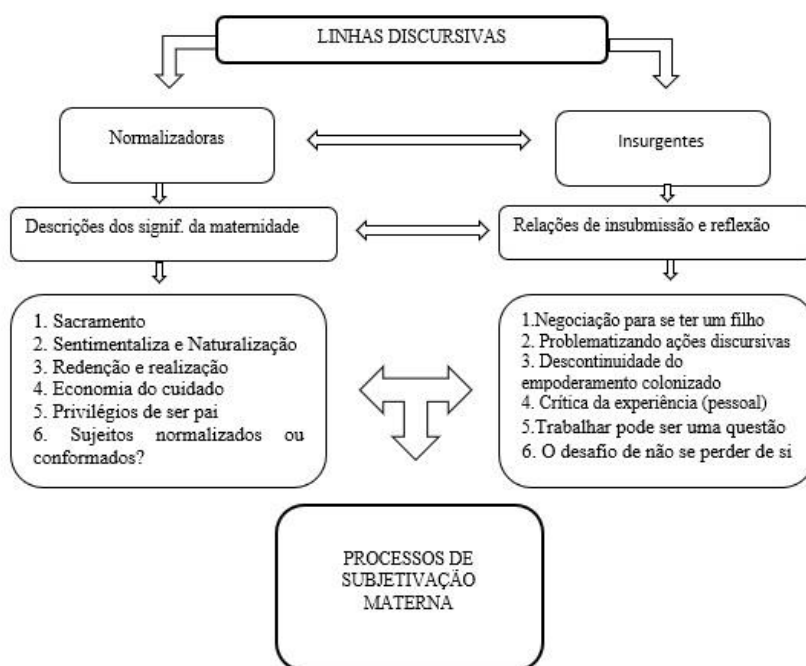
Pensamos, a partir desse movimento inacabado entre *o mesmo* e *o diferente*, ser possível

construir um quadro explicativo entre a seriação dos discursos, organizando em duas unidades distintas qualitativamente (*Linhas discursivas normalizadoras e Linhas discursivas insurgentes*), buscando as continuidades e as mutações nas práticas discursivas que estão inscritas na materialidade linguística, nas leis, nas instituições, nos gestos, nos costumes, enfim nesse “dispositivo”, em função dos movimentos discursivos e seus efeitos ou consequências na construção subjetiva das mulheres-mães.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo dos procedimentos anteriormente citados, podemos assumir que duas grandes unidades de análises, designadas como Normalizadoras e Insurgentes, abrangem com diferenças qualitativas, os modos que as mulheres *descrevem*, *experenciam*, *avaliam* e *problematizam* a experiência subjetiva de maternidade.

Ao tematizarmos os enunciados dos sujeitos, foi ficando claro quais discursos estavam em concorrência na enunciação, configurando diferentes formações com diferentes raízes sócio-históricas, formando-se um quadro heterogêneo com o qual distintas formas e experiências são delineadas. Convém destacar que uma distinção concreta entre as duas unidades envolve dificuldades, porque os diversos processos discursivos operam em ambas de maneira muito intrincada. Ou seja, em ambas as unidades trabalham simultaneamente, discursos normalizadores e discursos insurgentes, consoante com o lugar que as mulheres se posicionam em determinado tópico. Assim, num esforço ilustrativo abordaremos a seguir cada uma das unidades, por nos pareceres que desta forma se poderia obter uma visão mais compreensiva das análises das ações e efeitos discursivos identificados, mas como mostrado na figura 1 a baixo, são linhas que se relacionam.



6.1 Linhas discursivas normalizadoras

Na Arqueologia do saber, escreveu Foucault (1997, pág. 61) que “[...] não se pode falar em qualquer época de qualquer coisa; não é fácil dizer qualquer coisa que seja nova [...]”. Na ordem do discurso, parte da hipótese que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de processos que têm o papel de exorcizar lhe os poderes e os perigos [...]”. (Foucault, 1999, pág. 09). Nesses escritos, Foucault nos mostrava que os poderes incidem não apenas nos corpos, a palavra também é alvo do exercício de poderes, aquilo que é dito efetivamente não provem de um tecido linguístico infinito, há condições de produção que condicionam tanto aquilo que se diz como a forma como diz e que determina que um discurso, em determinado tempo, tenha prioridade sobre outros, ou seja, são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso.

Nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis, algumas altamente proibitivas, diferenciadas e diferenciantes, enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e colocadas sem restrição previa à disposição de cada sujeito que fala (Foucault, 1997, pág. 29)

É nessa dinâmica que os saberes e poderes de todos os tempos, como assegura Deleuze (1986), procuram domar os processos de subjetivação por meio de diferentes tecnologias. Segundo Orlandi (1999), as condições de produção em sentido amplo envolvem o contexto sócio-histórico, ideológico, ou seja, as formas como nossa sociedade, com suas instituições elege representantes, como organizam o poder, distribuindo posições de mando e obediência. Por conseguinte, é necessário pontuar que, os regimes de verdade do nosso período histórico, suportam uma história de violência colonial – com apoio religioso, violência patriarcal e violência do capital, assim, ao considerar a ordem dos discursos atuais, essa condição de produção precisa ser incluída.

Como escreve Debora Diniz (Diniz & Gebara, 2022, pág. 112), “[...] os artefatos da história estão imersos no patriarcado e em suas tramas de opressão: é quem escreve, quem investiga ou sentencia que possui o poder de registro das verdades dos arquivos”, e completa Ivone Gebara, que

O mundo patriarcal hierarquiza o ouvir, hierarquiza as falas, hierarquiza os sujeitos que falam. O patriarcado impõe domínios ao lançar palavras de ordem e ao impor sua ordem seletiva de audição. Somos todas falantes e ouvintes, porém submissas as múltiplas maneiras de falar e de ouvir, às múltiplas formas que nos fazem modelar e escolher os sujeitos de nossa audição. (Diniz & Gebara, 2022, pág. 25)

Nesta linha de argumentação, a análise do discurso entende que, “[...] todo discurso manifesto repousaria secretamente de um já-dito” (Foucault, 1997, pág. 34), os enunciados simples são sempre provenientes de outros discursos, de um discurso anterior e fazem parte da formação discursiva. “[...] E é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento,

significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, ao mesmo tempo, sempre outras” (Orlandi, 1999). Por essa razão é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e os diferentes, afirma a autora supracita, o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre o *retorno aos mesmos espaços do dizer e o deslocamento, ruptura de processos de significação*.

Alinhando-se com esses princípios, nas análises do material das entrevistas, pensamos poder assumir uma unidade de análise que designamos por Linhas Discursivas Normalizadoras, que seriam os enunciados que reiteram processos já cristalizados, que “produzem” a variedade do mesmo (Orlandi, 1999). Onde discutimos sobre as formações discursivas que intentam inscrever e circunscrever uma subjetividade normatizada⁹⁹ para as mulheres na experiência da maternidade, por meio de diversos jogos de forças, aqui em especial, aqueles agenciados pelo dispositivo materno, os discursos sexistas e suas tramas de opressão.

Atualmente, as os jogos de força produzidos pelo dispositivo materno, estão cada vez mais sutis – porém não menos violentos, seja apelando para a boa e velha “mãe natureza” que divide palco com “sagrada família”, incitando, induzindo as condutas e afetos das mulheres, ou tirando proveito de crises econômicas – depressão econômica, desemprego, entre outros, para limitar, coagir ou impedir as possibilidades de ação das mulheres-mães. Como aconteceu na França na década de 90 (Badinter, 2011), e na pandemia da Covid – 19 aqui no Brasil em 2020 e 2021. Segundo Badinter (2011), a crise econômica dos anos 90 “[...] recambiou grande número de mulheres ao lar, em especial as menos preparadas e as economicamente mais frágeis [...] teve como consequência: trazer a maternidade para o primeiro plano.” (Badinter, 2011, pág. 11).

Essa involução silenciosa com descreve a filósofa, que também acontece aqui,

⁹⁹ Esses processos, segundo Foucault (2009), envolvem todo um conjunto de determinações, que incidem na relação do sujeito consigo submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos que homogeneizam os modos de pensar, agir e sentir. Acrescenta Nardi e Silva (2004), que essa forma de poder, trata de “[...] encerrar o desejo em representações estereotipadas, vinculando-o a um modo de existência que desencadeia, por sua vez, um processo crescente de individualização da subjetividade” (Nardi e Silva, 2004, pág. 193), produzindo, ao mesmo tempo, uma progressiva modelização e homogeneização de toda experiência subjetiva.

com a pandemia e as mudanças sociais, marcaram mais um capítulo na história desse dispositivo. Acontecimento que foi chamado de *Pandemia da sobrecarga de trabalho para as mulheres* (Souza & Machado, 2021), “[...] com a suspensão de escolas e creches muitas mulheres *optaram*¹⁰⁰ por abandonar seus empregos para cuidar dos filhos ou foram demitidas por não conseguirem conciliar o trabalho com o cuidado de pessoas e os afazeres domésticos.” (Fonseca, Jorge & Saliba, 2021). Repetindo-se o jogo de forças que se atualiza por séculos, na *tentativa de impor as mulheres a volta à boa-mãe Rousseana*, porém dessa vez, as consequências podem ser muito diferentes das esperadas (?).

Descrições dos significados da maternidade

Os significados e sentidos da maternidade não existem em si mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, ou seja, aquilo que o sujeito diz, deriva seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. Assim, pela referência a formação discursiva podemos compreender o funcionamento das práticas discursivas normalizadoras na constituição do sujeito - materno.

Devemos lembrar que, o sujeito discursivo é pensado como “posições” entre outras, o sujeito materno, o sujeito mulher, o sujeito esposa, são posições não uma forma de subjetividade – fixa e completa, trata-se de um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (Foucault, 1997). A “boa mãe” por exemplo, é a posição que as mulheres devem e podem ocupar para ser sujeito do que diz, o que significa, se reconhecer e ser reconhecido sujeito do discurso materno legitimado socialmente pelos dispositivos.

Assim, o modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ou seja, ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui, a língua não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação, o vivido dos sujeitos é informado e constituído estruturalmente. Retificando que, os sentidos e os sujeitos, podem ser outros

¹⁰⁰ Grifo nosso.

dependendo de como se inscrevem na história, de como trabalham e são trabalhados pelos jogos de paráfrase e polissemia. Todavia nem sempre o são (Orlandi, 1999).

No nosso trabalho analítico, identificamos alguns enunciados por meio dos quais, os sujeitos assumem posições¹⁰¹ que não exercem interpelações que poderiam coloca-los, em posição para problematizar, os discursos que o constitui e construir discursos alternativos. Logo, mobilizam um dizer que remete as produções discursivas socialmente legitimadas pela cultura sexista e suas tramas de opressão, que foram normalizadas e incorporadas, podendo endereçar para quadros de compreensão da realidade pautados na reprodução dessas raízes históricas que só contribuem para a perpetuação de relações de desigualdade, exploração e opressão.

6.1.1 Valorização maternidade como um sacramento constituinte da família.

A figura da mulher ideal esteve diretamente relacionada à família e como responsável por seu bem estar, mas no final do século XX essa figuração vai sendo transformada, vai ganhando (outros) poderes. Um *plus* que encontrou condição de emergência, com a contraofensiva do discurso patriarcal e capitalista, que torna a figura da mulher ideal - novamente imaginada, a *mulher-maravilha*. Isso significou para as mulheres, que, somada as prescrições que já carregavam, elas agora precisam cuidar de si mesma (sobretudo fisicamente) e de sua carreira profissional.

Essa figuração a partir da Mulher-maravilha, quem nem é tão nova assim, como já mostramos, além de inserir contradições, reafirma as “[...] características essencialistas do feminino, chegando inclusive a desistir da imortalidade para ficar ao lado do homem que ama [...]” (Oliveira & Bastos, 2021, pág. 649). Segundo Corrêa (2022), independente das nossas

¹⁰¹ As posições que os sujeitos ocupam no discurso, ou seja, as formas do sujeito ocupar uma posição no discurso, segundo Fidalgo (2000), correspondem a várias ações discursivas que o sujeito efetua ao realizar interações. Orlandi (1999), nos esclarece que, uma posição-sujeito não se refere a uma realidade física, mas um objeto imaginário, representado no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura social. Por essa razão, não há sujeito único ou homogêneo, mas diversas posições de sujeito que estão em relação com determinadas formações discursivas.

conquistas ou sonhos, nosso sucesso social ainda é medido em razão de estarmos ou não em um relacionamento, e mais, a magreza, a juventude aparentemente eternas e a maternidade. Zanello (2018) corrobora com essa afirmação, pontuando que o valor do amor (de um homem) persiste sendo vendido como realização da mulher, e o matrimônio e a maternidade como sendo a via legítima para essa realização (Zanello, 2018).

Essa moral defende a monogamia e a dedicação intensa para elas; enquanto que para eles, permite a poligamia e o baixo investimento. Nesse modelo se encerra, portanto, laços de domínio que geram desigualdade, dependência e propriedade sobre mulheres e privilégios para os homens. [...] O amor em nossa cultura, se apresenta como a maior forma (e a mais invisível) de apropriação e desempoderamento das mulheres (Zanello, 2018, pág. 83)

Bell Hooks (2020), nos explica como essa realidade histórica foi se formando em um jogo de forças, entre as ofensivas feministas – brancas e de classe, que não confrontavam seu próprio sexismo, e as contraofensivas patriarcais e capitalistas, que utilizaram dessa “brecha” para “aceitar” as reivindicações feministas sempre que fosse possível tirar proveito disso. Como produto desse jogo forças, temos um modelo de empoderamento – questionável, assim, “[...] uma mulher pode ser assertiva ao desafiar seu chefe sexista ou tentativa de um estranho de dominá-la, e então ir pra casa e se submeter ao cônjuge.” (Hooks, 2020, pág. 117).

Nesse sentido, parafraseando Zanello (2018), quando afirma que, a partir dessa moral, há mulheres que casam com o casamento, pensamos também que, essa moral endereçou mulheres a “escolherem” a maternidade por causa do casamento – e nem sempre porque queriam ser mãe ou ter um filho, o que não significa a mesma coisa. De todo modo, ambos os caminhos podem colocar as mulheres em posições de desempoderamento, principalmente, quando levamos em conta o funcionamento do dispositivo materno e os discursos que enredam esses modos de

subjetivação, como o discurso religioso que romantiza e sacraliza os sofrimentos que as mulheres são submetidas pelo dispositivo materno.

Sobre isso, nas narrativas iniciais, acerca do interesse pela maternidade, os primeiros conjuntos de enunciados identificados, mobilizavam linhas forças que se constituem no discurso religioso, concentrando-se amplamente na valorização da maternidade como um sacramento constituinte da família.

(J30) quando eu era mais nova, **pensava em viajar, querer ser um monte de coisa, queria trabalhar em uma coisa que eu gostasse...**imaginava que **um dia eu ia casar, ter filho [...], mas a maternidade não era meu foco. [...], mas saber que queria ser mãe eu sabia**, mas era tipo assim, se eu não engravidasse naturalmente, eu fazia inseminação, adotava, **mas ia ser mãe, e ponto. Ai quando foi na preparação do casamento** a pessoa começa a pensar, né? **Na constituição da família, aí começa a ficar mais forte.**

(A31) Não, nunca tive vontade não, mas de um tempo pra cá **eu comecei a ter esse desejo. Depois que me aproximei da palavra, fui compreendendo a família como sacramento, fui vendo a maternidade como algo maior, importante...** Eu não me imaginava grávida. **Mas as vezes que pensei foi sempre positivo, que eu iria ser uma boa mãe, que iria cuidar, que eu ia amadurecer mais.**

Nesses enunciados, encontramos a relação tensa que os sujeitos foram (se) significando na/a maternidade, entre suas produções subjetivas, ***“mas a maternidade não era meu foco. [...], mas saber que queria ser mãe eu sabia”***. Como afirma Orlandi (1999), “quando nascemos os discursos já estão em processo nós que entramos nesse processo. [...] Isso não significa que não haja em nós singularidade com a língua e a história nos afetas. Mas não somos o início delas. Elas realizam em nós sua materialidade” (Orlandi, 1999, pág. 48). Essa materialidade, significa um assujeitamento mais abstrato e menos explícito ao discurso materno, porque preserva a ideia

de autonomia de liberdade individual. Um processo fundamental de determinação do sujeito para que se possa governa-lo, apresentando-o como mais livre e responsável, o discurso aparece como um reflexo justo da realidade.

Nessa formação discursiva, tensionam as produções sobre a maternidade que no curso da história se confrontam (Badinter, 1985; 2011; Zanello, 2018; Perrot, 2004; Fernades, 2019), a maternidade como destino, como uma opção, como acontecimento sagrado, como desejo, como não-desejado. No entanto, há injunções à estabilização, bloqueando ou limitando os movimentos significantes. *“Depois que me aproximei da palavra, fui compreendendo a família como sacramento, fui vendo a maternidade como algo maior”, “Aí quando foi na preparação do casamento a pessoa começa a pensar, né? Na constituição da família”*. Nesse movimento, os sentidos podem não mais fluir e o sujeito não mais se deslocar, ao invés de constituir um lugar para fazer sentidos, é capturado pelos lugares “já-ditos”, num imaginário que só reproduz e não reverbera.

Ao buscarmos dar conta das relações históricas de práticas muito concretas que estão “vivas” nesses ditos/discursos, que não são ingênuas, pelo contrário, estão intrinsicamente ligadas a outros fatores (Foucault, 1997). Notadamente, observamos que os sujeitos descrevem as posições que os interpelaram, tanto pelos feminismos reformistas difundidos pela mídia de massa patriarcal (Hooks, 2020). Como também as posições produzidas pelo discurso religioso, sobretudo o culto mariano, que enreda o padrão daquilo que a mulher deveria ser, o que se resumia a restringir sua vida a família, igreja e sua maior ambição seria restrita ao espaço doméstico (Basto, 2017; Silva, 2014; Martins, 2013).

Um dos possíveis efeitos discursivos dessas posições, seria reprodução e a perpetuação das assimetrias de gênero existentes na sociedade e da heterossexualidade como única forma de sexualidade legítima (Soares, 2019; Coelho & Dias, 2020), uma vez que, “[...] reconfiguraram a noção tradicional, cristã, patriarcal e universal de família nuclear, composta por um pai

trabalhador e provedor de recursos, uma mãe responsável pelos serviços domésticos e manutenção da família, e filhos submissos e orientados pela moral familiar.” (Soares, 2019).

Homem e Calligares (2019), corroboram com essa argumentação, afirmando que, esses discursos por séculos configuram um dos grandes instrumentos de transformação da mulher em mãe, a partir do recalque da sexualidade feminina – que inclui o desejo enquanto sujeito autônomo. De modo que, esse instrumento longe de carregar um valor cristão, carrega um valor de controle e reprodução social. “Entre outras coisas, é o lugar onde a mulher é especialmente recalcada e controlada porque é onde existe a expectativa social de que ela seja mãe e dona do *domus*.” (Homem & Calligares, 2019, pág. 58).

No entanto, como sinalizamos, esses discursos apresentam-se em relação de força com os discursos feministas, que movimentam, nos últimos séculos, outros modos de específicos de *ser* para as “mulheres”, ou seja, tem oportunizado movimentos de fratura frente aos discursos “imutável”, como discursos religiosos. Segundo Homem e Calligares (2019, pág. 62) “[...] estamos ousando permitir aceitar a ideais de, para o nosso prazer, não ter uma família com filho. [...] ou “[...] terminar o circuito pedagógico, ter filho e depois pensar num parceiro. Isto é inédito. Não estamos mais casando antes e nos reproduzindo depois. Às vezes, estamos apenas nos reproduzindo”.

Porém, o que queremos problematizar nesse jogo de força, não são apenas os deslocamentos ou capturas, sutis e silenciosas que como disse Badinter (2011), intentam recolocar a maternidade como cerne do destino das mulheres, mais principalmente, as condições de produção que tornam possível essa movimentação subjetiva e os seus efeitos discursivos na vida das mulheres. Posto que, embora coexistam condições individuais e coletivas que possibilitem a circulação, fuga ou captura dessa discursiva, como por exemplo, nascer em uma família religiosa ou relacionar-se afetivo e sexual com alguém que. Temos observado, na última década, que essas discursivas ganharam maiores forças, ao serem utilizadas como parte de uma

estratégica política de grupos de militância religiosa - lideranças religiosas, dentre essas, evangélicos e católicos provenientes de segmentos conservadores.

Esses, propagaram, em grande medida, discursos sobre a chamada *ideologia de gênero* que supostamente teria, como um de seus principais objetivos, a destruição da família enquanto a instituição mais fundamental da sociedade. A partir desse falso discurso, o modelo de família tradicional passaria a ser defendido e os estudos de gênero vulgarizados com o intuito da escandalização e da produção de pânico moral (Coelho & Dias, 2020).

Essas investidas, segundo Allegreti e Rodrigues (2020), dizem respeito as tentativas da igreja de restituir seu poder soberano sobre a sociedade, contaminados pela misoginia, alguns discursos religiosos encontraram nos “representantes” do povo uma forma de adentrar o Estado e suas leis pautadas pela lógica da família nuclear convencional e conservadora. Nessa realidade os discursos contra a vida das mulheres têm ganhado força, discursos sobre direitos reprodutivos e maternidade compulsória voltam a ocupar o topo das preocupações dos grupos em “pro da vida”. São discursos que marginalizam e culpabilizam as mulheres, novamente atrelando sua imagem a fragilidade moral e sexual.

Sobre isso ainda, Hooks (2020) discute que essa é uma armadilha discursiva, principalmente porque o casamento jamais saiu de moda, usam essas estratégias discursivas para bombardear que estão resgatando a família, o casamento, mas “[...] na realidade querem dizer é que noções sexistas de casamento estão na moda de novo[...]

” (Hooks, 2020, pág. 124). O efeito desse discurso tem sido, plantar as sementes da tristeza e insatisfação em relacionamentos domésticos, animando a máxima “sempre foi assim”.

Nesse cenário, dar visibilidade e enunciabilidade a maternidade via discurso religioso é uma das formas que o dispositivo materno encontra de produzir práticas de maternização, e ao mesmo tempo impor uma moral sexual que diverge de questões, como: à ampliação dos direitos reprodutivos das mulheres e à ampliação dos direitos da população LGBTQA+. Segundo Diniz e Gebara (2022), a idealização da maternidade produzida por esses discursos, retrata um sadismo

social travestido de bondade, que ata as mulheres a diferentes dimensões identitárias, sociais e econômicas, controlam e maltratam, mas usando luvas de pelúcia, as tornam presas fáceis para as suas promessas de amor ilusório, ou melhor, de exploração certa.

Isto posto, essas formações discursivas, além de produzirem sentidos e estabelecem regularidades no funcionamento do discurso materno, vão constituindo ou abrindo possibilidades para outros saberes normativos, como a criminalização dos corpos, dos desejos e da existência das mulheres, impedindo-as de tomar decisões mais autônomas sobre sua vida. Esse tem sido, um dos caminhos que mais entorpecem nossa existência, disse Ivone Gebara, porque nos envolvem, nos seduzem, e passamos a desejar o que querem que desejemos.

6.1.2 *Sentimentalização e naturalização feminina do cuidado*

As discursividades que causam a confusão ou associação intencional e ideológica entre o sujeito materno e a maternagem, e entre o âmbito materno e o âmbito doméstico (Zanello, 2018, Santos, 2019), tem acarretado até os dias atuais, a) na naturalização dos papéis sociais, b) uma autocobrança interna e afetiva c) na cobrança de um saber-fazer que seria natural e d) e na culpa de um não-sentir - o amor materno nas formas idealizadas, que também viria ser espontâneo e natural. Segundo Diniz e Gebara (2022), essa discursividade sujeita as mulheres a uma carga de trabalho desigual e um silenciamento dos afetos negativos, como identificamos nas narrativas das mulheres ao descreverem os significados da maternidade.

(J30) é um amor incondicional, mas também uma doação muito grande que exige da mulher, da mãe. [...] num tem quando dizem assim, a dor do parto você esquece? Pronto! Toda e qualquer...todas as noites acordadas, os estresses, tudo! [...] o filho é diferente, você dar sua vida... e você realmente, é quando dizem “engravidou, perdeu a vida”, é um perder a vida que você perde com a maior boa vontade do mundo, “perdi, mas porque encontrei uma vida mais importante do que a minha”.

(A31) [...] **é como se eu dormisse e me acordasse em outro país, tudo diferente e eu tivesse que me adaptar a tudo a aquilo**, adaptar desde o que comer até o jeito de tomar banho (risos), **nunca mais sozinha. Não é uma mudança ruim, mas é totalmente diferente... você vai percebendo, vai mudando tudo na sua vida sabe? [...]. Mas não é ruim, é a melhor sensação de ter alguém, ter uma vida por sua vida.**

Nesses enunciados, encontramos diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado, são produções discursivas que mantêm os sujeitos num retorno constante ao mesmo espaço dizível sobre a maternidade produzido e assegurado pelo dispositivo materno. Na reflexão de Orlandi (1999), em termos teóricos, esses enunciados podem ser entendidos como formas de repetições empíricas (mnemônicas), que é o efeito papagaio só repete: “**é um amor incondicional, mas também uma doação muito grande que exige da mulher, da mãe. [...] num tem quando dizem assim, a dor do parto você esquece? Pronto! Toda e qualquer...todas as noites acordadas, os estresses, tudo!**”, e a repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo: “**é como se eu dormisse e me acordasse em outro país, tudo diferente e eu tivesse que me adaptar a tudo a aquilo, adaptar desde o que comer até o jeito de tomar banho (risos), nunca mais sozinha**”.

Na análise do discurso não procuramos o sentido “verdadeiro”, porque consideramos que não há sentidos “literais” guardados em algum lugar e que “aprendemos” a usar (Orlandi, 1999), procuramos explicitar os sentidos em sua materialidade linguística e histórica. Segundo Zanello (2018), a emocionalidade, na nossa cultura é um recurso de valor para e sobre as mulheres, cujo epicentro, neste momento histórico está no amor romântico¹⁰² e no amor materno¹⁰³. As práticas

¹⁰² Herdeiro do amor burguês, que tem a heterossexualidade como forma de “amor” natural, o matrimônio como caminho de legitimação do amor-paixão e a monogamia como para as mulheres e a poligamia permitida para os homens (Zanello, 2018)

¹⁰³ Natural e espontâneo.

discursivas que engendraram este último, a partir da ideológica associação entre as palavras “amor” e “materno”, agenciaram para as mulheres-mães nos últimos dois séculos, a autoabnegação como a posição de sujeito a ser ocupada, para que estas sejam reconhecidas e se reconheçam enquanto sujeito materno.

Nessa posição discursiva, que tem a Virgem Maria como modelo ideal de mulher (Colling, 2014), aquela que acompanhou seu filho por toda sua vida, que abriu mão de sua vida, ou seja, esqueceu de si para dedicar-se ao filho. Espera-se que, o sujeito materno seja silencioso, infatigável e dócil no serviço de cuidado do outro (marido e dos filhos) (Silva, 2014; Martins, 2013; Zanello, 2018), como identificamos em outro trecho do sujeito (J30):

(J30) **Maria**, mainhã... (risos), **porque elas são exemplos de mulher, de mãe, de virtude, de pessoa, tudo...** Mainha trabalhava muito, as vezes os três horários, então eu via Mainha como aquela que **dava conta de tudo e era essa a visão que eu tinha da maternidade, aquela que tirava o seu para dar os filhos**, sempre fazer pelos outros e **esquecer de si**, essa era característica de mainhã, [...] de uma mãe (risos). Resumindo... **ser mãe é uma mulher que abre mão de um monte de coisa, por uma criança**. É... tudo vem primeiro ela, vem primeiro o bebê. [...]Pra mim é isso, mas não só isso, porque **pra mim ser mãe é ser esposa**, porque vive as duas realidades, então é uma exigência dupla, **em tudo você coloca primeiro os outros**.

Com base nessa compreensão, é possível afirmar que os sujeitos assumiram via lugar discursivo essa posição de autobnegação, quando observamos que as principais ações discursivas enunciadas na descrição da experiência materna foram sobre “*doação*” e “*adaptação*” da economia si. No entanto, é importante destacar que essa posição fora assumida, descritas e/ou experimentada de maneiras diferentes, a “*doação muito grande que exige da mulher, da mãe.*”, endereça ao discurso sexista e sacro da maternidade.

Nessa produção, as linhas de subjetivação traçam e promovem técnicas diversas e produzem sentidos por meio dos quais os sujeito-mães são convidados a pensar a “doação” não como a ausência de cuidado de si, mas sim, que o cuidado de si é apenas transferido, deslocado para o cuidado com o filho “**é um perder a vida que você perde com a maior boa vontade do mundo**, “perdi, mas porque encontrei **uma vida mais importante** do que a minha”. Segundo Gebara (Diniz & Gebara, 2021, pág. 79) “essa é uma das ilusões que os sistemas religiosos impuseram particularmente às mulheres, para que mantivessem a coroa de falsa glória de esquecer-se de si mesma.”

Enquanto que a ação discursiva “**adaptação**”, nos sugere, estar em movimento as linhas de subjetivação que produzem a *nova mulher* na contemporaneidade. Essas, por meio de uma constante pressão, prescrevem que as mulheres *precisam conciliar* o que delas esperam – mãe, esposa e profissional, que sejam capazes de encerrar em si, atributos ditos masculinos e femininos, pautando-se nas relações fora e dentro do lar. Uma vez que, as mulheres continuam sendo consideradas o eixo da família, por isso se espera que desenvolvam esse papel, mas que também tenha seu trabalho profissional (Oliveira & Bastos, 2021).

Coadunando com esses enunciados, Cunha et al (2020), descreve que a experiência da maternidade foi expressa por mulheres-mães como um voto de sacrifício que a mulher precisa fazer, coerentes com as expectativas sociais, que ela chamou de “ideário materno contemporâneo” semelhante a prescrição da *nova mulher contemporânea*. Assim o “tornar-se mãe” implicaria em um indispensável sofrimento simbólico, e a partir deste, a mulher seria validada com o rótulo de “boa mãe”,

Nessas produções discursivas, a maternidade é concebida como *um* dos caminhos privilegiado de subjetivação para as mulheres (Zanello, 2018), ou seja, nessa produção discursiva, as mulheres não são tão impelidas como antes a serem *apenas* mães, são impelidas a

anexarem cada vez mais funções, sobrecarregando-a com jornadas contínuas (Homem & Calligares, 2020; Oliveira & Bastos, 2021). Para tanto, a auto-organização é uma das principais técnicas incitadas pelo dispositivo materno, antes mesmo das mulheres engravidarem (Marcello, 2005), por exemplo, caso estejam pensando em engravidar precisam organizar alimentação, fazer exercício físicos, entre outras.

Uma vez que, o dispositivo materno cria o sentido de que, o sujeito materno terá uma capacidade ¹⁰⁴ maior de desenvolver uma prática materna normativa, quando consegue ter uma organização entre “atividades maternas” e “trabalho profissional”. No entanto, é necessário pontuar que essa mesma auto-organização não é exigida para os homens, segundo Pereira (2021), umas das principais dificuldade dos enfermeiros no atendimento a casais tentantes ou com problemas de fertilidade, é conseguir a adesão dos homens, principalmente no que se refere a esta “auto-organização”, que envolve o não uso de álcool, drogas, tabagismo, bem como o sedentarismo.

Assim, embora possam apresentar diferenças semânticas, “adoção” e “adaptação” são ações discursivas que se referem aos modos com os quais, as mulheres encontraram (ou foram incitadas), de si conduzirem na relação com as diversas demandas de cuidado parental que são historicamente impelidas as mulheres. São enunciados que endereçam para uma experiência de si na maternidade, permeada por relações de “*abnegações*” das diferentes formas “sujeito” presentes nas interações cotidianas, ou seja, mudanças na economia de si, que podem estar relacionadas a tempo, energia, liberdade, autonomia, entre outras.

Segundo Marcello (2005), o dispositivo materno dar enunciabilidade e visibilidade a esse modo específico de ser sujeito materno, quando por exemplo, cria uma lógica na qual relaciona esse “amor incondicional” ao “cuidado do outro” - nesse caso o filho, responsabilizando as

¹⁰⁴ Pontuando que, nessa linha de subjetivação, há uma constante tensão enunciada pelo sujeito que avalia a si próprio em relação às atividades que deve desenvolver como mãe e como profissional.

mulheres-mães pelo cuidado, e está passa a significar para as mulheres uma qualificação da maternidade. Sobre isso, encontramos no trabalho de Pereira e Tsallis (2020), uma problematização dos efeitos morais¹⁰⁵ dos discursos atuais, principalmente com relação a amamentação e parto, produzidos pela Medicina Baseada em Evidências, que segundo as autoras, podem estar operando com novas roupagem, aparentemente progressista, mas realocando as mulheres no trabalho doméstico e reprodutivo, e com isso atualizando uma maternidade despotencializada, que opere na lógica da romantização do sacrifício.

Dentre os questionamentos levantados pelas autoras, encontramos uma discussão sobre as teorias que criticam um modo de criar filhos carregado de anteparos e terceirizações e propõem uma maternidade mais “natural”, soluções que sugerem, mais uma vez na história, a mãe como foco principal de resolução. César, Loures e Andrade (2019), também discutem sobre os discursos que romantizam a prática materna, desconsiderando as subjetividades das mulheres, bem como as opressões vivenciadas, impondo uma dedicação que não é igualmente esperada dos homens.

Para Zanello (2018), o modo como a ideia do amor materno foi sendo inflacionada, tem trazido risco a saúde mental das mulheres-mães, seja causando sofrimento ou culpa quando não conseguem experimentar a maternidade nesses termos, bem como, causando um “[...] *looping effect* dos “traumatizados” por não terem tido como cuidadora principal a mãe biológica, ou por ela não ser uma mãe “propagando Dorian” [...]” (Zanello, 2018, pág. 144). Essa autora apresenta um ponto importante para analisarmos à respeito dos enunciados acima, ao abordarem que essas linhas de subjetivação, traçadas pelo dispositivo materno, não tratam apenas de evidenciar a importância dessa emocionalidade, mas também de pontuar as consequências, caso essa não exista ou não seja buscada.

¹⁰⁵ As autoras analisam as experiências compartilhadas por mulheres-mães nas redes sociais, onde ressignificam estes discursos e práticas descrevendo suas experiências permeadas por sentimento de impotência e fracasso.

Por isso, é importante destacarmos que “o amor materno e o “cuidado naturalmente disponível” são entidades construídas socialmente e não representações cognitivas pré-formadas, ou seja, não são espontâneas, existem diversos fatores que podem influenciar no desenvolvimento, forma e modos de vivencia-los. Estes acontecimentos, não existem enquanto unidades universais e necessárias, assim como não existe *a* verdade, *a* doença mental, *a* sexualidade, eles assim se tornam mediante práticas históricas¹⁰⁶ específicas e raras (Candiotto, 2006).

Escreve Badinter (2011):

Na verdade, não existem dois modos de viver a maternidade, mas uma infinidade, o que impede de falar de um instinto baseado no determinismo biológico. Este depende estritamente da história pessoal e cultural de cada mulher. Embora ninguém negue a imbricação entre natureza e cultura, nem a existência dos hormônios da maternagem, a impossibilidade de definir um comportamento materno próprio à espécie humana enfraquece a noção de instinto e, com ela, a de “natureza” feminina. O meio, as pressões sociais, o itinerário psicológico parecem sempre pesar mais do que a frágil voz de “nossa mãe natureza”. Podemos lamentar ou nos felicitar, mas a mãe humana não tem senão um vínculo muito distante com sua prima primata (Badinter, 2011, pág. 70)

Neste sentido, Zanello (2018), chama atenção para a necessidade de diferenciarmos o cuidar, o amar e o procriar, sublinhando que embora possam caminhar juntos, não significavam a mesma coisa, há mulheres que conseguem tirar proveito e prazer no trabalho do cuidado, no trabalho doméstico, mas há outras que sofrem silenciosamente e se julgam anormais por não se

¹⁰⁶ Práticas que podem ser discursivas – jogos teóricos e científicos, práticas de si e práticas sociais (Candiotto, 2006). Exercer uma prática discursiva, segundo Fischer (2001), significa falar segundo determinadas regras, e expor as relações que se dão dentro de um discurso.

reconhecerem nessas linhas discursivas. Além disso, pontua que essa discursividade produz a sentimentalização e naturalização do cuidado, como algo que estivesse disponível nas mulheres, reforçando a desvalorização histórica do trabalho de cuidado, inclusive remunerado, como também naturaliza a exploração do trabalho das mulheres com a maternidade, principalmente do trabalho doméstico.

Esse é um dos principais efeitos que buscamos enfatizar e problematizar, quando nos referimos aos discursos sobre o “amor materno”, por isso, sinalizamos que nessa análise não se problematiza a existência¹⁰⁷ ou a intensidade do afeto entre as mulheres-mães e seus filhos, quando (J30), diz que “*é um amor incondicional*”, a veracidade dessa emocionalidade não está em mérito de análise, estamos estudando o quão problemático tem sido os efeitos dessa formação discursiva para as mulheres e seus filhos. A quem interessa que esse afeto seja incondicional? Quem esse enunciado desresponsabiliza e quem ele responsabiliza? Porque o afeto das mães precisa ser incondicional e o afeto dos pais precisam de algumas condições para existir?

Segundo Diniz e Gebara (2022), os donos do poder patriarcal põem em movimento¹⁰⁸ estes enunciados e suas relações, utilizando de “festejos” e “elogios” as mulheres e suas maternidades, cobrindo as relações e práticas de submissão que estas engendram, como forma de “[...] evitar o crescimento de nossa consciência, calar nossa voz e fechar os nossos ouvidos para as tentações de insurreição que gritam dentro de nós.” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 21). Para tanto, Zanello (2018) nos chama atenção para a necessidade de desnaturalizar,

¹⁰⁷ Clarificando a partir dos estudos de Candiottto (2006) sobre a história crítica da verdade no pensamento foucaultiano, estas problematizações não intentam questionar a verdade do *enunciado*, mas problematizar as práticas de *enunciação*, e os possíveis impactos que a utilização destes discursos pode implicar na vida desse conjunto de mulheres entrevistadas.

¹⁰⁸ Zanello (2018, pág. 28), discute a partir de outros teóricos, sobre o *looping effect*, que seria “[...] uma tendência de que categorias criadas utilizadas para entender e pensar comportamentos, atos e temperamentos humanos (pelas ciências sociais e humanas) se tornem reificadas e institucionalizadas como fatos sociais.” Estas seriam ficções, porém performativas.

dessentimentalizar e desgendrar o cuidado para ser possível entender a natureza que a maternagem implica na vida das mulheres, para além da experiência da maternidade.

Como disse Badinter (2011, pág. 13), esse “[...] apelo sempre renovado do instinto materno, e dos comportamentos que ele pressupõe [...]” pode ser pensado como o pior inimigo da maternidade, quando analisamos os seus agenciamentos e o amplo potencial de fragilização subjetiva para as mulheres. E acrescenta que, quanto mais intensa for esta experiência, e até mesmo exclusiva, mais haverá chance de conflitos com outras reivindicações, e mais difícil torna a negociação entre os modos de subjetivação. Com pensamento semelhante, Zanello (2018), pontua que, quanto mais as mulheres-mães são impelidas a exercerem a função materna nestes termos, mas elas inexistem como pessoas, como sujeitos autônomos.

Esse assujeitamento estrategicamente articulado no dispositivo materno, a partir de diversas tecnologias interpelam as mulheres-mães, sobretudo no período gravídico puerperal, a pensarem sobre si mesmas como forma de constituir uma experiência de maternidade satisfatória (Faleiros, 2022, Kallil & Aguiar, 2016; Pires & Lima, 2021; Lopes, Weruth & Gomes, 2021). Nessa dinâmica, há o entrelaçamento entre as técnicas de si e um código moral, que dão a sustentação do dispositivo materno. De modo que, essas técnicas constituem-se como elementos de um o código moral do dispositivo, ou seja, para determinar se o sujeito é uma “boa” ou “má” mãe, mas sobretudo, mas para avaliar uma mulher moralmente.

Zanello (2018) e Marcello (2005) nos explicam que isso se dá, principalmente porque, o dispositivo materno transformou este cuidado/trabalho em uma das principais qualificações para as mulheres enquanto sujeito de uma ação moral, não apenas sujeito materno, o que não ocorre da mesma maneira com os homens¹⁰⁹. Essa transformação vai ocorrendo ainda na infância, e ao

¹⁰⁹ Há efeitos sociais e psíquicos diversos resultantes dessa prática discursivas, a título de exemplo, a Associação dos Registros de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo, notificou que, nascidas 2021 *quase 100 mil crianças não têm o nome paterno na certidão. Pelo terceiro ano consecutivo, há baixa no número de reconhecimento de paternidade.*

longo da vida são inúmeros os investimentos tanto para que mulheres “movam montanhas por amor”, ou seja, que se conduzam em benefício do outro, como também, para que vigiem as formas de si conduzirem, posto que, estas irão afirmar ou não uma “moralidade em seus comportamentos. Assim, não é difícil compreender porque, uma mãe que não cria seu o filho, corre grande risco de não ser bem vista como pessoa, mas um pai quando não cria seu filho, será visto como um homem, e se ele pelo menos “ajudar” na criação, será exaltado como super homem.

6.1.3 A possibilidade de redenção e realização

Na história sobre as mulheres, entre mitos e parábolas, se analisarmos bem, veremos que desde Eva, o pecado/erro das mulheres era/foi desejar, o que significava ousar existir enquanto sujeito. E não por acaso, o reparo, na história, veio sempre por via do não-desejar, o que significava, a negação da existência enquanto sujeito de um desejo autônomo. Quando os feminismos emergem, há sobre as mulheres o desejo de *Ser* já perseguido em outras épocas, como no século XVIII quando acreditamos que a maternidade seria um caminho para tal (Zanello, 2018).

Nosso desejo, não era apenas anti-dominação, mas o desejo de sair do lugar imaginado que nos desumaniza, objetifica e oprime. Queremos igualdade! Bradavam as mulheres que nos antecederam, em algum sentido, não desejavam ser iguais aos homens, desejavam o privilégio de existir, para assim ser possível desejar...desejar ser mãe, desejar amar, desejar cuidar, e assim inventar maternidades, amores, cuidados, inventar a vida. Nosso desejo era/é constituir um Eu como proteção contra a destruição e alienação dos nossos corpos.

Silvia Federici (2019) nos diz que, a nossa feminilidade foi inventada como trabalho por séculos, para isso transformaram nossa mente, nosso corpo e nossas emoção em benefício do outro, e realizamos esse trabalho não porque fosse mais fácil ou porque nos realizava, mas sim,

antes de tudo, porque não havia outras possibilidades, como consequência, “[...] nosso rosto se tornou distorcido de tanto sorrir, nossos sentimentos de perderam de tanto amar, nossa hipersexualidade nos deixou completamente dessexualizadas” (Federici, 2019, pág. 48).

Na história, a especulação sobre nossos desejos não partiu de nós, mas dos homens que na tentativa de determinar a subjetividade feminina fez dela um mistério, uma sedução, um pecado ou caminho para redenção. Em razão disso, desejar torna-se um desafio, principalmente porque, ao ocuparmos lugares onde a vida de outras pessoas depende do nosso trabalho - feminilidade, temos a dificuldade de compreender onde começa nosso trabalho e onde ele termina e onde começa nosso desejo (Federici, 2019). Quando começamos a ousar desejar outros, que não fosse o desejo do Estado e da igreja, a nossa cultura misógina, atualizou suas estratégias, porque sabia que seus desejos foram colonizados em nós, e para mantê-los, passou a mostrar onde começa nosso egoísmo, que significa, onde começa “[...] nossa transição de objeto para sujeito [...]” (Hooks, 2019, pág. 39).

Segundo Debora Diniz, esse qualificador egoísta para as mulheres que, para além do cuidado do outro, aprendem a cuidar de si mesmas “[...] não é uma interpelação inocente: é como se o tempo da vida não pertencesse a nós mesmas, pois somente poderia ser vivido na relação do cuidado de outros. É assim que muitas mulheres atravessam a vida [...]” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 91). A moral do egoísmo, como elabora Debora, é a genealogia da maternidade, uma das formas de assujeitar as mulheres a pedagogia do cuidado, que radicam nos discursos religiosos e patriarcais e atualizam-se com os discursos capitalistas, linhas discursivas que podem ser analisadas nos enunciados em que as mulheres-mães situam¹¹⁰ a experiência da maternidade como um espaço de redenção e realização.

¹¹⁰ Novamente, não estamos questionando se os sujeitos maternos sentem ou não realização com essa experiência, por exemplo. Nosso intento, é pontuar caminhos de reflexão e discutir um pouco o funcionamento dos discursos, a partir das conformações de um particular tipo de experiência que cria uma forma particular de sujeito ou um tipo

(J30) **Eu acho que pra mim é maturidade e crescimento como pessoa. A maternidade me faz sair de mim, porque eu não percebia o quanto eu era egoísta, o quanto eu queria as coisas só pra mim. [...]**

(IS25) Gratidão, não existe nada que seja capaz de expressão a minha gratidão por ser a mãe de Bella. Ela é um **raio de luz** que chegou e **iluminou meu viver, me salvou de mim**, de tirou do **egoísmo de viver** centrada em tantas coisas minhas, em conjugar verbos na primeira pessoa [...] **hoje, eu entendo que minha primeira missão é ser Filha, Esposa e Mãe.**

Nesses enunciados os sujeitos assumem posições discursivas que sugerem radicar dos discursos religiosos, que a partir do culto mariano, concebe a maternidade não somente como vocação, mas sobretudo como a principal caminho de redenção o para as mulheres, “[...] **porque eu não percebia o quanto eu era egoísta [...]**” e “[...] **me salvou de mim [...]**”. De certo, a experiência de ter e cuidar de um filho movimenta produções subjetivas nas mulheres, potencialmente transformadoras que nenhuma outra experiência pode oferecer com tanta intensidade – considerando nossa realidade histórica. No entanto, nessa sequência discursiva, fala-se sobre a relação entre a experiência da maternidade e certos valores que são socialmente construídos como ideias de feminilidade, a **mulher como criatura generosa, abnegada e com propensão natural ao cuidado do outro**, por essa razão sacrifica a vida para cuidar dos filhos e família: “[...] **hoje, eu entendo que minha primeira missão é ser Filha, Esposa e Mãe [...]**”¹¹¹.

Segundo Halasi (2018), a experiência da maternidade inclui um luto de si, sobretudo, em decorrência da excessiva demanda de cuidado e trabalho, uma constante demanda por abrir mão

particular de subjetividade, logo estamos elaborando uma análise sobre o lugar de onde essa fala pode estar se apoiando.

¹¹¹ Esse enunciado, em algum sentido resgata as práticas do ascetismo cristão que operavam a partir do movimento descoberta e renúncia à vontade autônoma, tecnologias pastorais que não apenas extraíam, como produziam verdades, constituintes da individualidade sujeitada da modernidade (Candiottto, 2008).

de sua subjetividade para cuidar de outra pessoa. Confirma Marcello (2005), que esses sentidos, essas formas de se conduzirem e se comportarem são positivadas pelo dispositivo materno, e promovem a necessidade de um certo comedimento como fator de transformação de si – ou renúncia de si. O aparato midiático como um dispositivo de poder, dar visibilidade e enunciabilidade a técnicas de autocontrole nos atos, atitudes e modo de se conduzir, evidenciadas como qualidades de uma prática materna. Com isso, o sujeito materno é convidado a falar sobre si mesmo como sujeito transformado, modificado e potencializado pela possibilidade de ser um sujeito materno, que transformado pela prática materna e comedido em suas atitudes, será evidenciado como sujeitos melhores, mais serenos e responsáveis.

Zanello (2028) trata essa re-produção subjetiva que foi movimentada “graças” a experiência da maternidade: ***me faz sair de mim, porque eu não percebia o quanto eu era egoísta, o quanto eu queria as coisas só pra mim.***”, como um processo de subjetivação marcado pelo heterocentrismo. Segundo a autora, historicamente foi este movimento que atravessou as mulheres durante sua socialização, “[...] diferentemente dos homens, cujo processo passa pelo autocentrismo, tornam-se ego-cêntricos, ego-ístas.” (Zanello, 2018, pág. 154).

No entanto, temos observado reconfigurações subjetivas, que tem permitido e incitado as mulheres - sobretudo quando não são mães, a processo de subjetivação marcados pelo autocentrismo. Corroborando, Badinter (2011) teoriza que, viver a maternidade não é mais o alfa e o ômega, as mulheres encontraram fissuras e possíveis linhas de fugas em relação aos modos de subjetivação que suas mães e avós não conheceram, como “[...] dar prioridade a ambições pessoais, gozar do celibato, uma vida de casal sem filhos, e satisfazer da maternidade com ou sem atividade profissional (Badinter, 2011, pág. 09).

Essas movimentações inéditas, resgatando as palavras de Maria Homem, tem grande possibilidade de tornarem-se conflitante na experiência da maternidade, como identificamos nos

enunciados, principalmente quando as mulheres são impelidas a responsabilizarem-se com os cuidados parentais e seus desdobramentos, ou seja, quando são impelidas ao exercício de deslocar-se existencialmente de si própria para o outro, havendo com isso, um desencontro entre a mulher enquanto pessoa e as formas de assujeitamento que marcam o dispositivo materno. Como afirmou Badinter (2011), o que antes era dom é transformado em dívida, com relação ao *dever* de cuidar da criança que *decidiu* pôr no mundo.

O destaque para *dever* e *decidiu*, foi para enfatizarmos como as normas patriarcais se atualizam, sob as conquistas das mulheres, por meio do dispositivo materno, causando sentimentos de ambivalência nas mulheres e desresponsabilizações nos homens. Nesse jogo de força, “[...] várias mulheres em relacionamento com homens, com frequência, descobriram que ter um recém-nascido jogou seu relacionamento de volta a regras sexistas. (Hooks, 2020, pág. 120-121). Porque a experiência da maternidade, configurada pelo dispositivo materno, cultua uma negação ao desejo autônomo nas mulheres, produzindo o sujeito materno¹¹² para não ter desejo, e para servir ao patriarcado, aprendendo que seu valor enquanto mulher só é dado se cumprir bem seu papel de esposa e de mãe abnegado (Homem & Calligares, 2020).

Teoriza Zanello (2018) que, simbolicamente e materialmente, as mulheres são ensinadas como alimentarem outras pessoas, mas não a si próprias, e que considerem subversivo, ambicioso ou egoísmo qualquer desejo de auto-alimentação e cuidado consigo. Com isso, exige-se que desenvolvam uma economia de cuidado totalmente voltada para o outro, essa é a base de funcionamento do dispositivo materno, o cuidado de si ser posto como cuidado do outro. E quando o cuidado de si emerge, nos discursos normativos da maternidade, emerge como uma armadilha, uma outra forma de subjugação, dessa vez do capitalismo, significando para as

¹¹² Nessa produção discursiva temos a figuração da Virgem Maria como modelo a ser seguido pelas mulheres, como destacam Homem e Calligares (2020, pág 19), “[...] Maria não foi inventada quando Jesus nasceu; ela foi inventada muito depois. São quase dois mil anos de concílios sucessivos que vão purificando o corpo de Maria do pecado original”.

mulheres novas contradição, novas imposições, como por exemplo, “autocuidado” pelo consumo, como nos esclarece Diniz e Gebara (2022).

Essa pedagogia do cuidado, iniciada precocemente nas meninas, e sempre atualizada, é uma forma do patriarcado atualizar suas normas, determinando que o cuidado deve ser sempre do outro e não de si mesma, porque o si mesma não pode existir de forma autônoma. Em razão disso, desejar e principalmente desejar o acalento de si – para nos afastarmos do discurso capitalista; não se trata de egoísmo, como escreve Debora Diniz, o acalento de si é sempre político e de autopreservação. Logo, não há dúvidas de que ter um filho pode “**iluminar o viver**”, no sentido de iluminar que tipo de vida queremos nutrir e cultivar.

Em última instância, essa iluminação pode ameaçar substancialmente funcionamento do dispositivo materno, principalmente quando compreendemos que, só podemos cuidar para a liberdade e o amor se antes estivermos cuidadas, acalentadas e preservadas.

6.1.4 A economia do cuidado: entre os afetos sobreviventes ao patriarcado¹¹³

A economia do cuidado, sobretudo do cuidado parental – que se desdobra no trabalho de manutenção do lar, como discutirmos, historicamente e politicamente tem sido localizada como da ordem privada, feminina e com recorte de classe social e raça/etnia (Moreira, 2012; Zanello, 2018; Zimmermann, Vicente & Machado, 2021; Federici, 2019). Segundo Diniz e Gebara (2022) as mulheres além de assujeitadas por essa economia do cuidado: *ser-para-os-outros*, também são trabalhadoras do cuidado para outras mulheres, “[...] quanto mais vulnerável for a mulher, como uma mulher negra pobre ou migrante indocumentada, mais o dever do cuidado estará entranhado na sua existência.” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 91).

Para Federici (2019), essa é a manipulação mais disseminada e sutil que o capitalismo já perpetuou, sobretudo com relação ao trabalho doméstico, treinando as mulheres para serem dócil,

¹¹³ E suas tramas de opressão: racismo, capacitismo e classismo.

subserviente, e o mais importante, para se sacrificarem e até mesmo sentir prazer com isso. De modo que, muitas vezes, as dificuldades e ambiguidades expressas pelas mulheres ao se discutir o trabalho doméstico, provêm do fato de reduzirem ao privado e ao feminino, ao invés de imaginá-lo a partir de uma perspectiva ética, política e estética (Federici, 2019). Com isso, a (re)produção do cuidado a partir dessa lógica sexista, classista e racista, como veremos nos próximos enunciados, precisa ser pensada não apenas como resultado da internalização da capacidade de cuidar natural nas mulheres (Zanello (2018).

É preciso compreender também, que há um estado de *desimaginação* sobre o cuidado, “[...] durante muito tempo, nós mulheres não havíamos percebido que muitos tinham roubado nossa imaginação criativa. Tinham nos dados de presente corpo de ovelha obediente que aceita as ordens de seus amos e vai obedecendo todas as regras” (Diniz & Gebara, 2022). Foi usurpando nosso direito de desenvolver instrumentos éticos ou estéticos para imaginar o cuidado, que usurparam nosso espaço pra pensar a vida a partir de nós mesmas. O sistema patriarcal e capitalista nos quer nesse estado de desimaginação, porque imaginação é poder, ela abre nosso real para algo mais suportável, nos leva a enxergar mil possibilidades de sair de situações difíceis, faz inventar jeitos de vencer os muitos limites físicos e emocionais que acontecem na vida.

Quando os sujeitos desse trabalho, enunciaram sobre a dinâmica do cuidado parental, enunciavam a reprodução da economia do cuidado que atualizava as regras sexistas - que responsabiliza as mulheres pelo cuidado parental e doméstico. Mas o que foi posto em relevo, foi um suposto empoderamento que essa economia possibilitava, ou seja, assumir a posição de responsabilização do cuidado, era imaginada como instrumento de poder, e não de submissão ou exploração.

(J30) A rotina de uma mãe é puxada, desde a hora que nasce, a minha foi [...] é você realmente acordar todos os dias de madrugada, é você fazer leite muitas vezes quando tá cansada, pronto... você tá beba de sono, porque não dormiu bem a noite, quer

descansar durante o dia, e não conseguir porque a criança não dorme, e você tem que ficar com ela, e ainda tem que brincar, que achar estratégias, tem que se virar...**ser mãe também é a aquela, que é a hora mais fantástica de tudo, o bebê ta fazendo qualquer coisa, a criança tá fazendo qualquer coisa, mas na hora que ela tem um susto, uma insegurança, ela já tá chorando, é a mãe a primeira pessoa que ela grita**, isso... não tem explicação, é muito bom. Quando você ver que todo mundo coloca no colo, tenta acalmar e a menina não para de chorar, e a mãe só basta colocar no colo e ela para de chorar, **você fica se sentindo a mulher maravilha** (olhos marejados)

(M34) Quando ela faz um desenho e vem me entregar e diz que me ama, ou quando me abraça apertado quando tá adormecendo e eu mecho e ela pensa que eu vou sair. **Você pensa, olha a importância da minha presença pra ela, é algo divino isso...** (olhos cheios de lágrimas), **mas tem seus lados difíceis, ser mãe não é pra qualquer pessoa** (risos), **exige com a mesma intensidade de você, é também entregar um pouco de vida a alguém... e envelhece** (risos).

Antes de prosseguirmos, é necessário pontuar que, assim como revelam as ações discursivas, as experiências narradas tratam de uma realidade onde há falta de rede de apoio, principalmente em decorrência do isolamento social do covid-19, e falta de participação ativa dos parceiros - no cuidado parental e no trabalho doméstico. Considerando também esse quadro, que materialmente e simbolicamente já limita as possibilidades de subjetivação para as mulheres, endereçando para uma experiência de solidão e impotência (Pereira & Tsallias, 2020), a transformação do acúmulo de trabalho e da responsabilização em espaço de poder, seria como descreveu Foucault (1997), uma prática de resistência dentro daquilo que o poder oferece, não sendo pensada enquanto boa ou ruim, mas problemática, no sentido de resultar em sobrecarga

emocional, física e financeira além das possíveis restrições nas atividades sociais e de lazer, devido a intensa rotina.

Débora Diniz escreve que “[...] o patriarcado é um poder violento que movimenta afetos negativos em nós. Para as mulheres em estado de opressão é difícil desfrutar da alegria” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 187). Assim, considerando as longas horas de trabalho de cuidado e doméstico imposto/incitado as mulheres, o afeto recebido funciona como a compensação desse trabalho, ou a única compensação que encontram nas linhas de subjetivação movimentadas nessa experiência. Assim, alienar-se dessa opressão, entendendo-a como “poder”, é uma estratégia individual de resistência importante, os afetos tão celebrados ou buscado na maternidade, são afagos para as angustias, medos, raivas silenciadas, na cultura dos *“homens são assim”*.

Scavone (2003), afirma que para algumas mulheres os filhos são uma aspiração de segurança não só material como afetiva na velhice, como também, a representação de um trabalho cotidiano e invisível, o trabalho doméstico sem os filhos seria ainda mais invisível, mesmo sendo consumido por outras pessoas da família. Essa economia de cuidado, possibilita às mulheres exercerem poder limitado e específico “[...] num contexto em que a maioria das mulheres está, política, econômica e socialmente, no polo do dominado – pode significar não só uma forma de compensação social, mas de se subjetivar no desempenho de um papel que lhes é culturalmente atribuído.” (Scavone, 2003, pág. 154).

Sobre isso, Zanello (2018) escreve que, desde que a configuração da maternidade se dá a partir de um empoderamento colonizado, as mulheres aprendem a manejar os afetos e os filhos como instrumento de poder, de modo a satisfazer sua necessidade de espaço de poder e defender-se da repressão a que é submetida, como nos trechos *“você fica se sentindo a **mulher maravilha**”, “Você pensa, olha a **importância da minha presença pra ela, é algo divino isso**”*. Nessa forma de “empoderamento colonizado”, as mulheres “[...] se colocam como função altamente

competente de cuidado dos membros da família e da casa, com o ganho narciso de se sentirem “insubstituíveis” [...] (Zanella, 2018, pág. 167), conforme encontramos nos enunciados: *“Quando você ver que todo mundo coloca no colo, tenta acalmar e a menina não para de chorar, e a mãe só basta colocar no colo e ela para de chorar” e “ser mãe não é pra qualquer pessoa”*.

A filósofa supra citada segue nos auxiliando a compreender essa dinâmica, teorizando que o “não” das mulheres é lido como egoísmo ou maldade, esta é uma das razões que as levam a ter dificuldade em dizer não quando solicitadas a exercer algum cuidado. No entanto, as mulheres tratam essa dificuldade como reflexo da suposta essência altruísta nas mulheres, mas para Zanella (2018) esse altruísmo, pode se relevar em um narcisismo, “[...] dizer “não” a alguém é, muitas vezes, abrir mão do lugar no qual o olhar do outro nos coloca, e cuja imagem nos fascina.” (Zanella, 2018, pág. 155).

Esse olhar, nos lembra Gebara (Diniz & Gebara, 2022), seria uma sutil armadilha do sadismo patriarcal, que nos penetra e nos leva a fazer da dor silenciada o troféu da glória patriarcal feminina, “[...] nós nos tornamos consumidoras das imagens que nos propõe. [...] separamo-nos de nós mesmas e refugiamo-nos em ilusões produzidas pelo mercado, inclusive religioso, para não enfrentar o sofrimento renovado da liberdade buscada” (Diniz & Gebara, 2022, 35).

A busca por essa imagem, reflete como disse Bell Hooks (2020), que as mulheres são tão socializadas a acreditar em pensamentos sexistas quanto os homens, a diferença é que os homens se beneficiam mais do sexismo do que as mulheres. Logo, desafiar e mudar os pensamentos sexistas nas mulheres é o primeiro passo para imaginarmos e buscarmos novas economias de cuidado mais justas e que proteja a infância das crianças e a saúde física e mental das mulheres-mães. Enquanto as mulheres assumirem a bandeira dos direitos iguais no mercado de trabalho, sem abordarem e transformarem seu próprio sexismo, em todas as relações familiares e sociais,

estaremos em um mundo de servidão ao mundo masculino como um todo e de produção ao mundo capitalista.

6.1.5 Os privilégios de ser pai no dispositivo materno: da ajuda à inutilidade na economia do cuidado

A experiência da maternidade configurada no dispositivo materno foi vendida como um empoderamento, mas na realidade era uma armadilha, estávamos comprando trabalho, culpas e uma carga mental continua. A nova *mulher-maravilha*, foi outra armadilha, e com mais “poderes” de compra, “adquirimos”, ambivalência materna, empreendedorismo materno, burnout materno, depressão pós-parto, síndrome da impostora e síndrome da mulher-maravilha, na tentativa de alcançar o *tal paraíso*.

E os homens? Sem a presentão de anular ou ser indiferente a questões que possam atravessar no processo de subjetivação paterna, os quais fogem do escopo desse trabalho, ainda assim pensamos que, a ausência de um dispositivo paterno ou de um dispositivo parental nos diz muito, assim como nos leva a outros questionamentos, como por exemplo, há ambivalência paterna? E o amor paterno é incondicional? Quando nasce um pai, não nasce uma culpa¹¹⁴? E o empreendedorismo paterno? São questionamentos que nos levam a um único lugar: a imposição de um ideal de maternidade (que supõe procriação e maternagem unidos de forma “natural”), é uma arma quente do patriarcado, as bases para o seu funcionamento são as formações discursivas sexistas, e o sistema capitalista.

Logo, os homens não são excluídos do dispositivo materno, pelo contrário, como afirma Zanello (2018), são os que mais lucram com os dispositivos amorosos e maternos, por essa razão não há “necessidade” de um dispositivo paterno ou parental. E quando a autora afirma que

¹¹⁴ De acordo com Zanello (2018) a culpa nos pais emerge por outra via que seria a “[...] à capacidade de prover, dar “do bom e do melhor” para sua família (nos casos em que ainda continua com a mãe de seu filho; nos outros casos, nem isso)” (Zanello, 2028, pág. 156).

lucram com esses dispositivos, se refere a todo o trabalho de cuidado que recebem “por amor”, o que possibilita ascenderem profissionalmente, ao mesmo tempo, com o dispositivo materno eles tem o privilégio de ocuparem uma posição no discurso de “ajudar” no trabalho de cuidado dos filhos e seus desdobramentos, ele tem o privilégio de serem inútil com relação a esses trabalhos, e mais ainda, o direito de não querer os filhos que tem.

Sobre isso, Zanello (2018) nos diz que, há homens que são bons pais, mas a questão é que “[...] não sê-lo (infelizmente, o que ainda é o mais comum) não coloca em xeque o “verdadeiro” valor de um homem como homem.” (Zanello, 2018 pág. 157), ou seja, enquanto as mulheres são cobradas de um saber-fazer, os homens podem apenas gozar de um não-saber fazer, e quanto mais as mulheres carregam pensamento sexistas, mais os homens lucram com esse dispositivo, é sobre essas questões que nos falam os enunciados.

(A31) **Se eu precisar eu sei que ele fica, ou faz alguma coisa na casa, mas eu prefiro poupar ele porque ele acorda muito cedo e dorme muito tarde, mas muitas vezes eu precisei e ele ajudou. Mas de partir dele não, ele falava uma coisa pra mim,** que o que pesa muito pra ele é o sono, “então se for possível você ficar com ela a noite, pra mim seria melhor”, então eu respeitei. Eu não vi nada como **“ah nem me ajuda”, não. Ele tem um papel muito importante que é mostrar a ela a importância de uma figura masculina na vida de uma mulher.** A forma que ele a trata, que ele cuida dela, a segurança que ele passa, a forma como ele tenta corrigir também. Eu acho que é fundamental o papel dele ainda que ele não **esteja o tempo todo dando comidinha, limpando, que é o que eu faço na maior parte do tempo.** Mas quando ele ta com ela, ele faz um papel brilhante também, como pai. **Eu acho brilhante a forma como ele educa ela.**

(G33) **Ele não tem muito jeito, então eu meio que assumi a maior parte do trabalho, a gente sempre assume né? (risos),** depois que minha mãe saiu ficou bem

pesado, porque ela me ajudava em tudo, **mas vejo que meu marido tenta. A gente brigou muito, porque eu vivia estressada, mas quem não estava? agora ele brinca mais com ela, então o tempo tá mais dividido.** Eles são bem parceiros, **isso me ajuda muito**, mas ele **também tá trabalhando e o trabalho dele é mais estressante**, então a gente segue levando...

Esses enunciados mobilizam discursos sobre a desigual divisão sexual do trabalho na experiência da maternidade, por pelo menos duas linhas de subjetivação, na primeira, as posições assumidas nos discursos são de normalização dos papéis sociais, por meio de ações discursivas que radicam nos discursos sexistas e capitalistas. Na segunda, o sujeito assume a posição de responsabilização pela economia do cuidado, menos pela normalização dessa posição e mais em decorrência dos conflitos e da performance de inutilidade masculina na economia do cuidado.

Nos trabalhos de Zanello (2018) e Badinter (1985), acompanhamos que desde sua constituição, o dispositivo materno reforça a divisão sexual do trabalho, principalmente porque sua emergência esta relacionada com a emergência do capitalismo, “[...] o papel de “dona de casa” surgiu como desdobramento naturalizado da maternidade, como tarefa “essencialmente” feminina.” (Zanello, 2018, pág. 145). Segundo a autora, de dois séculos pra cá, o cuidado¹¹⁵ que sempre foi atribuído a grupos subalternos como escravos de guerra, passa a ser atribuído as mulheres como forma de *ser* e *estar* (e, portanto, da invisibilização de todo trabalho implicado) e seu epicentro está na experiência da maternidade (na maternagem).

Bell Hooks (2020) nos explica que essa realidade histórica foi fortemente criticada pelas feministas no início do movimento, porque identificavam que nessa realidade os laços íntimos e as relações domésticas conformavam os lugares onde as mulheres de todas as classes e raças sentiam a violência da dominação masculina, de mães e pais ou de cônjuges patriarcais. No

¹¹⁵ É importante destacar que há um *continuum* de intensidade de cuidado como disse Zanello (2018), mulher negras e pobres são aquelas que mais são convocadas a assumir naturalmente o cuidado.

entanto, observamos que as questões relacionadas aos laços sexuais, ou seja, a liberdade sexual das mulheres avançou muito, porque os homens tinham interesses em maior diversidade nas relações, o que para as mulheres parecia que as mudanças também chegariam nos relacionamentos domésticos e o cuidado das crianças.

Com relação aos trabalhos doméstico, Hooks (2020) afirma que avançando um pouco no sentido de que, os homens reconhecem que deveriam fazer trabalho doméstico, independente de fazerem ou não, e as mulheres, não veem necessidade de falar ou não falam sobre a divisão dos trabalhos domésticos, a) seja porque não consideram um questão problemática, principalmente quando (ainda) não são mães, b) seja porque acreditam que essa é uma questão já resolvida, c) seja porque acredita que é possível resolver terceirizando, porque evita conflita e as desresponsabiliza, ou d) porque vivem em condições de vulnerabilidade social ou não trabalham remuneradamente e apenas reproduzem a divisão sexual do trabalho.

Bell Hooks (2020), nos fala sobre a junção de dois pontos que consideramos que, em algum sentido, atravessam as produções subjetivas acima descritas, como também, se relacionam com as produções que encontramos nas sequencias discursivas, o primeiro se refere a internalização do pensamento sexista nas mulheres.

“Se eu precisar eu sei que ele fica, ou faz alguma coisa na casa [...] Ele tem um papel muito importante que é mostrar a ela a importância de uma figura masculina na vida de uma mulher.”

“Ele não tem muito jeito, então eu meio que assumi a maior parte do trabalho, a gente sempre assume né? [...], mas vejo que meu marido tenta. [...] agora ele brinca mais com ela, então o tempo tá mais dividido.”

São enunciados que radicam dos discursos sexistas, que constituem o lugar de provedor e de autoridade, como a posição de sujeito disponível para serem ocupadas pelos sujeitos

paternos nos discursos, segundo Hooks (2020) a “[...] nossa sociedade continua sendo primordialmente uma cultura cristã, “[...] a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não” (Hooks, 2020, pág. 18). Completa a autora, que eles acham mais fácil apoiar, ainda que passivamente a dominação masculina, ou seja, anulando-se de suas responsabilidades na partilha destes trabalhos, mesmo quando sabem, no fundo, que estão errados.

Segundo Hooks (2020), todos nós participamos da disseminação do sexismo, seja por não compreender o sexismo ou porque o compreendemos, mas não o pensa como um problema, como enunciou o sujeito sobre a falta de participação ativa do seu parceiro no cuidado parental: *“Eu não vi nada como “ah nem me ajuda”, não. Ele tem um papel muito importante que é mostrar a ela a importância de uma figura masculina na vida de uma mulher”*. Nesse trecho fica clara uma normalização da divisão sexual do trabalho, onde o trabalho de cuidado e doméstico não é papel do homem. E reforçada pelo discurso capitalista de desvalorização do trabalho doméstico, *“Eu acho que é fundamental o papel dele ainda que ele não esteja o tempo todo dando comidinha, limpando, que é o que eu faço na maior parte do tempo”*.

Há ainda nessa sequência discursiva, uma posição de sujeito que radica dos discursos sexistas que nos faz enxergarmos a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, que na experiência da maternidade com dispositivo materno, essa formação discursiva é reforçada, por exemplo quando os homens fazem até menos que sua obrigação, como disse Zanella (2018) “[...] merecem até foto e *post* no facebook quando estão nos parquinhos brincando com os filhos [...]” (Zanella, 2018, pág. 157). São posições discursivas que se relacionam com estas *“[...] Ele tem um papel muito importante que é mostrar a ela a importância de uma figura masculina na vida de uma mulher.”*

Sobre isso, escrever Corrêa (2022):

A verdade é que o patriarcado estreita tanto as opções das mulheres [...] que por vezes acreditamos que o máximo que podemos chegar ao brilhantismo é estar perto de um homem que emana calor, criatividade, vitalidade. Eles, sol; nós, uma planetinha ainda não descoberto pela astronomia (Corrêa, 2022, pág. 19)

Um dos efeitos dessas produções discursiva na experiência da maternidade, discutido por Zanello (2018) e Hooks (2020) diz respeito a cadeia ou o ciclo de expropriação do cuidado que tende a se repetir de forma transgeracional, em razão de que, além das meninas serem interpeladas a cuidar dos irmãos, reforçando a economia de cuidado sexista. Pode resultar também em uma educação que transmite o pensamento sexista para as crianças.

O segundo ponto que Hooks nos fala (2020), que também contribui para essa realidade, é a exploração capitalista que, cria obstáculos para os pais - e também as mães, de participarem ativamente do cuidado. São sobre essas questões que nos falam os enunciados, “[...] **eu prefiro poupar ele porque ele acorda muito cedo e dorme muito tarde [...]**”. Essa sequência discursiva nos mostra que, os privilégios de ser pai no dispositivo materno, são reforçados ou incitados também pela dinâmica capitalista, como nos disse Hooks (2020)

Nesse mundo, os homens podem vir a sentir mais vontade de ser pai. Mas até lá, muitos trabalhadores que estão exaustos e são mal pagos aceitarão de muito bom grado que a mulher seja completamente responsável pelo cuidado da criança, ainda que a mulher esteja exausta e seja mal paga. O mundo do trabalho dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca tornou mais difícil para as mulheres ser mãe integralmente (Hooks, 2020, pág. 123)

Os homens e mulheres ou os pares parentais precisam compreender o preço que pagamos por reforçar esses privilégios, não há dúvida que os homens tem exercido uma parentalidade mais ativa, principalmente em decorrência das intervenções feministas, mas ainda não

alcançamos nem um traço da equidade de gênero. Bell Hooks, disse que temos caminhado para uma realidade onde as mulheres estão abrindo mão de uma carreira profissional para ficar em casa, por medo de estarem criando uma sociedade de crianças “sem pai e mãe”, e acrescento que também, porque estão cansadas da hostilidade do mundo dos homens (mundo do trabalho) e cansadas *de pedir ajuda*. Será que novamente estamos nos movimentando sem desafiar o nosso inimigo interno? Voltar para casa para criar filhos com mães e novamente sem pais? E viver, não a solidão¹¹⁶ feliz de escolher algo, mas a solidão de ter abandonado algo...

6.1.6 *Sujeitos normalizados ou conformados?*

Na análise dessas linhas discursivas, que finalizamos essa seção, podemos identificar posições nos discursos que por um lado, sugerem mobilizar linhas discursivas normalizadoras, e por outro, linhas discursivas insurgentes – que tratamos na próxima seção, ou seja, há nesse mobilizações discursivas, posições de normalização e estranhamento, ao mesmo tempo funcionado ali nas produções subjetivas. Mas, consideramos que entre esses processos e ao mesmo tempo, como resultado do jogo de força deles, uma posição ocupa um lugar importante para discutirmos, a posição de conformação.

(G33) **Nunca pensei que eu ia me tornar uma dona de casa em tempo integral, eu gosto de ver tudo arrumadinho, mas cansa muito, me tira todas as energias, esses dias fui pintar a unha pra tentar lembrar de como eu era, aí pensei “Pra que? quando lavar a louça mais tarde vai sair”.**

(C31) **Às vezes eu me acho um pouco cansada demais, sabe? Eu não me julgo nem preguiçosa, porque eu acho que mudou muito, minha vida assim, pra... pra tá dizendo eu sou preguiçosa. Mas, assim, eu me acho mais cansada do que deveria...as vezes eu me julgo por tá é... dependendo muito de mãe, sabe? É difícil**

¹¹⁶ Essa é uma paráfrase do texto de Correa (2022)

analisar esse cansaço, **porque alguém tem que cuidar**, ele sente fome, tem que ter comida, ele suja roupa, tem que limpar, ele quer colo tem que dar, e isso cansa quanto? Você pode me perguntar, **cansa muito, mas quem vai fazer e se eu sou a mãe tenho que fazer, não é uma questão de escolha, né? Eu escolhi ser mãe, todo esse resto veio no pacote**

Nesses enunciados as posições assumidas que ganham relevo, é a posição de responsável pela economia do cuidado, sobretudo pelo trabalho doméstico e de manutenção do lar. No entanto, essas posições não sugerem que estão apoiadas em discursos sexistas que normalizam essa responsabilização, pelo contrário, há um estranhamento a essas formações discursivas, *“Nunca **pensei que eu ia me tornar uma dona de casa em tempo integral [...]**” e “[...] **É difícil analisar esse cansaço, porque alguém tem que cuidar [...]** **cansa muito, mas quem vai fazer e se eu sou a mãe tenho que fazer, não é uma questão de escolha, né? Eu escolhi ser mãe, todo esse resto veio no pacote**”.*

É possível pensar que as posições não foram assumidas, foram conformadas, os sujeitos reportam a voz universal que não pode sofrer contestação, *“[...] **se eu sou a mãe tenho que fazer [...]**, ainda que nas sequencias discursiva enuncie que “[...] **alguém tem que fazer [...]**”, ou seja, a mãe faz porque para ela não há escolhas, a partir do momento que “escolhe” ser mãe (Badinter, 2011). Como teorizou Zanello (2018), muitas mulheres conseguem tirar proveito e prazer da responsabilização do cuidado parental e seus desdobramentos, sentindo-se “naturalmente insubstituíveis”, enquanto outras, sofrem silenciosamente frustradas e infelizes, *“[...] **esses dias fui pintar a unha pra tentar lembrar de como eu era, aí pensei “Pra que? quando lavar a louça mais tarde vai sair**”.**

É importante pontuar que, em ambas as relações de forças, as mulheres são demandadas (e se exigem) a executar o trabalho de cuidado, que por vezes, exige um dispêndio de energia não só física quanto psíquica, acima do que os seus recursos próprios do corpo e mente podem

fornecer. Assim, questionamos, qual o peso da conformação de ter a total responsabilização? Ser a pessoa que cuida, que tem que lembrar o outro de lembrar, que sempre precisa delegar funções e informar onde está o objeto em casa, o vencimento de uma conta, a roupa do filho, o peso de viver em permanente estado de alerta. Quantas mães têm que arrumar a bolsa, comida, remédios e a criança antes dela sair com o pai? Quantas mulheres precisam avisar o que precisa ser feito nas tarefas de casa, ao invés dessa divisão já ser normalizada?

Nos relatos de Macedo (2020), no período da pandemia, ela reflete sobre esse “saber-fazer” internalizado enquanto feminino, mesmo quando não havia cobranças externas explícitas, internamente havia a cobrança para realizar os cuidados dos filhos e de manutenção do lar, neste trecho fica bem explícito “[...] eu não consigo ficar na cama. [...] As obrigações que internalizei como mãe, esposa e dona de casa me convidam: café da manhã, cuidados da casa, almoço, louça, roupa, jantar, cama, mesa e banho” (Macedo, 2020, p. 189).

Logo, consideramos que nesses enunciados, as linhas de subjetivação endereçam para uma conformação frente a responsabilização do cuidado parental, mas sobretudo do trabalho doméstico, uma teia complexa de imposições internas e externas, do *sempre foi assim* vivas no discurso. No entanto, como podemos identificar, não há nesses discursos, sacralidade, redenção, realização, não há *mulher maravilha* nesse discurso!

Quando as cortinhas da conformação ao sexismo se fecham... as tentações de insurreição que gritam dentro de nós, são sobre as intensas cargas de trabalho, impotência, pessimismo, indignação e solidão. Como emergiu nesse trecho ***“cansa muito, mas quem vai fazer e se eu sou a mãe tenho que fazer, não é uma questão de escolha, né? Eu escolhi ser mãe, todo esse resto veio no pacote”***. Esse *pacote* precisa ser politizado, o que não significa abandoná-lo com uma vivência prazerosa às mulheres, como problematizam as mulheres escritoras que clarificam minha escrita até aqui, politizar o cuidado é estranha-lo como uma prática de exploração, que pode alienar as mulheres de si mesmas.

6.2 Linhas discursivas insurgentes

O tornar-se pessoa, significou por séculos para os indivíduos portadores de útero, ser filha, esposa, dona-de-casa e mãe, numa ordem que pouco se alterava, sob risco de punição religiosa, psiquiátrica ou jurídica, concomitantemente, sob o interesse também dessas instituições. Essa realidade histórica, decerto, está fadada a se extinguir – estamos acompanhando e participando dessa extinção – cuja duração variável não podemos controlar.

A partir das ponderações de Foucault (1997; 2010), podemos compreender que, essa realidade histórica onde os fatos e as coisas vão acontecendo de modo “disciplinado”, que fazia a história parecer uma realidade linear, ou seja, uma história na qual os fatos acontecem uns por causa dos outros, essa *inevitável e violenta* seletividade nas formações discursivas está sofrendo rupturas. Segundo Oliveira (2003), não foi por acaso que os primeiros traços de emergência do feminino autoral, tenham sido na literatura do começo do século XX,

Refugiado no imaginário, lá onde a fantasia insubmissa supera a descrição do mundo e busca inventá-lo. A literatura não foi para as mulheres uma simples transgressão das leis não escritas que lhes proibam o acesso à criação. Foi, muito mais que isso, um território liberado, [...] saída secreta da clausura da linguagem e de um pensamento que as pensava e descrevia *in absentia*. (Oliveira, 2003, pág. 12)

De modo ainda insurgente, passamos a fazer parte dos sistemas de discursividades que estabelecem “[...] uma conexão de certos discursos com outros certos discursos, excluindo todos os demais. É um sistema de discursividade que seleciona o que vai ser conectado à história e o que vai ser dela excluído” (Simoni, 2016, pág. 178). A saída das mulheres do imaginário, para participação ativa no sistema de discursividade, é um acontecimento insurgente na história, principalmente porque indicia a existência de um lugar outro e reivindica a cena em que emergem o dizer e o sujeito que diz.

Em *Esperança Feminista*, Debora Diniz disse que “o patriarcado adora falar, escrever, raramente escuta: é um poder que cria e dissemina as históricas únicas, as mesmas que nos fazem desimaginar outras vidas e esperanças” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 246). E na mesma obra, Ivone Gebara disse que o feminismo “[...] se rebelou *contra a naturalização* dos muros domésticos, da expressão única do corpo e dos silêncios impostos. Além disso, reivindicou o pluralismo das vozes sabendo bem que essa exigência, muito embora fosse melhor e mais criativa, complicaria a vida relacional (Diniz & Gebara, 2022, pág. 254).

Essa insurgência discursiva lenta e constante, que falamos, se configura antes, como uma insurgência a realidade histórica que hierarquiza e exclui. Para Diniz e Gebara, (2022), o *falar* feminista tem sido uma desobediência discursiva e política que “[...] nos leva a perceber que a obediência a uma ordem estabelecida e afirmada como legalidade pode ser obediência a uma ordem má ou injusta” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 267).

Nomear as coisas¹¹⁷, tem sido uma das principais desobediências criativas das mulheres, estamos passando a desobedecer ao regime de classificação e opressão aos corpos, nomeando como estupro marital, o que antes era considerado um dever das mulheres no casamento, ter relações sexuais com seus maridos; nomeando de violência obstétrica o que era chamado de práticas excessivas obstétricas; e nomeando de assédio sexual o que era naturalizado como práticas de cortejo sexual-amoroso (Diniz, 2022).

Essas são “desobediências em curso” à “ordem do discurso – sexista, explorador e opressor”, resultam em transformações no vivido e tolerado do dia-a-dia, inclusive para algumas mulheres que não se definem feministas, como minha mãe, quando na semana que socialmente se “comemora” o dia das mães, produz o seguinte enunciado, no grupo do WhatsApp que participa junto com minhas irmãs e eu “*Oi. Boa noite! Olhem, **no segundo domingo de maio. O***

¹¹⁷ Parafraseando o título do livro de Foucault “A palavra e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas”

comércio cobra presentes as mães. Esse ano se forem me dar alguma coisa. Estou precisando de um relógio de pulso. Tamanho normal” (SIC).

Os sentidos estão aí postos, “ora por mais que um enunciado não seja oculto, nem por isso é visível [...] é necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considera-lo em si mesmo”. O que aconteceu para que houvesse a ocorrência desse enunciado? A ocorrência desse enunciado justifica-se por algumas possibilidades, e dentre elas, os discursos insurgentes de teóricas feministas como Silvia Federici (2019) que analisam como reprodução e o trabalho doméstico são fatores cruciais na definição da exploração das mulheres no capitalismo. São produções subjetivas que tem possibilitado rupturas nas formações discursivas sobre maternidade, de modo que, outras verdades entram nos jogos de força e outras posições de sujeito são assumidas nos discursos, para além das posições religiosos e naturais.

Essas produções insurgentes movimentam enunciados que comportam sentidos que mudam de um lugar para outro as verdades sobre as relações humanas, ou melhor dizendo, essas produções possibilitam reposicionamentos dos sujeitos em relação a todo um jogo de verdade sobre os seres humanos e a organização social. Mas, em última essas produções insurgentes possibilitam que a relação do sujeito consigo mesmo na experiência da maternidade sejam recriadas. Parafraseando Bell Hooks (2013, pág. 68), essas as práticas discursivas nos animam a recuperar o direito à subjetividade: “[...] é fundamental que insistamos em determinar como somos, sem depender de respostas colonizadoras para estabelecer nossa legitimidade” (p.68).

Com base na noção de subjetivação de Foucault (2004^a), essa produção discursiva “O comércio cobra presentes as mães. [...] Estou precisando de um relógio de pulso”, poderia ser pensada como uma estratégia de resistência capaz de reverter uma prática social normalizadora. Uma vez que, mesmo apoiando-se nos discursos capitalistas, há um deslocamento no equilíbrio de poder “[...] dando a uma pessoa ou a um grupo de pessoas vantagens (pelo menos

temporariamente). [...] deslocar as relações de poder pode encerrar uma situação de dominação e aumentar as possibilidades de liberdade.” (McLaren, 2016, pág. 59).

São nos movimentos dos sentidos, errâncias dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de incertezas e instabilidades, nas falhas da língua e nas rupturas da história que há espaços para a subversão na repetição de constituir-se. Assim, mesmo estando o sujeito restrito ou situado numa estrutura de relações de força, que é sempre um campo político determinado por práticas disciplinares e disciplinantes (Foucault, 1995), há espaços para a subversão do sujeito aos discursos, ou ao discurso dominante, que o constitui (Butler, 2003; Foucault, 1995; Orlandi, 1999), “[...] porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa (Orlandi, 1999, pág. 35).

Dito isto, podemos dizer que nem os discursos maternos e nem os sujeitos maternos estão prontos ou acabados, eles estão sempre se fazendo¹¹⁸, eles são vistos como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Que atualmente encontra condições de emergência, pra *imaginar* e *criar*¹¹⁹ outras formas e sentidos, em função das *batalhas* discursivas, principalmente no século XX. Quando o campo de saber concernente as mulheres passam a comportar uma heterogeneidade de acontecimentos sobre os quais recaem as reflexões voltadas para as formas como as mulheres se tornam sujeito. “[...] Ser mulher passa de uma teoria biológica para uma teoria da igualdade, de uma categoria biológica à identidade sexual como construção social” (Sargentini, 2014, pág. 171).

¹¹⁸ Os discursos são produtos das relações sociais, dos conflitos e dos consensos, “[...] os elementos. As táticas, as armas não cessam de passar de um campo a outro, de serem trocados entre os adversários e de voltarem contra aqueles mesmos que os utilizam” (Foucault, 1976, pág. 31).

¹¹⁹ Orlandi (1999, pág. 35), pontua que na análise do discurso, esse movimento de “criação” ou de criatividade “[...] implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam o sujeito e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes”.

Assim, o que consideramos *Linhas Discursivas insurgentes*, são os enunciados que deslocam os processos discursivos instituídos historicamente na relação dos sujeitos consigo mesmo na experiência da maternidade. Onde discutimos sobre as formações discursivas que não somente retomam o “já-dito”, mas que também, (se) projeta em outros sentidos, que tangenciam posições de sujeito outras, possíveis e diferentes, para os sujeitos se subjetivarem na experiência da maternidade, *esperançando* movimentos do irrealizável para o possível, do não-sentido ao sentido.

Produções subjetivas: relações de insubmissão e reflexão nas maternidades

A experiência da maternidade determinada pelo modelo *ideal* de cada cultura e época, consciente ou inconscientemente, é o “ponto de partida” que as mulheres carregam. E ele não “nasce” do nada, como já discutimos, ele assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em sociedades como a nossa, por relações de poder. Em termos teóricos, isso significa a articulação *contínua* entre o estabilizado e o irrealizado, “[...] pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede.” (Orlandi, 1999, pág. 52).

Assim, as possibilidades de tecitura de uma experiência de maternidade, são sempre em relação a ele – modelo idealizado pelo dispositivo materno, seja aceita-lo, contorná-lo, negociá-lo ou rejeitá-lo; uma relação de forças que possui espaços de ação com potencial para a recriação de uma experiência de maternidade no campo das possibilidades e das singularidades. Porém, as condições de possibilidade para tanto - necessárias, mas não suficientes, haja vista tratar-se de uma experiência determinada no campo sócio-político também, exigem exercícios críticos em relação aos saberes e práticas que produzem os sentidos e os sujeitos maternos, e estabelecem regularidades no funcionamento do discurso.

Nas formações discursivas insurgentes, sempre que os sujeitos utilizaram ações discursivas e posições enunciativas que configuram aceitações refletivas, confrontos com o discurso normativo, autocrítica da experiência pessoal, rupturas com as normas sociais e enunciações dos seus próprios propósitos, consideramos que estão mobilizando produções subjetivas de fuga/fratura¹²⁰, em razão do estranhamento as posições de sujeito que as práticas normativas instituem, podendo endereçar para quadros de compreensão da realidade que maximiza as possibilidades de se conduzir nas relações consigo mesmo na experiência da maternidade.

6.2.1 Da opção de ser mãe à negociação para se ter um filho

A reconquista¹²¹ da possibilidade de controlar a reprodução foi um marco para as conquistas feministas – ou um marco nessa revolução antropológica que estamos vivendo, “pode-se dar prioridade às ambições pessoais, gozar do celibato e de uma vida de casal sem filhos ou satisfazer o desejo da maternidade, com ou sem atividade profissional” (Badinter, 2011, pág. 09). O que requereu uma reconfiguração dos pactos sociais e sexuais, haja vista que, as conquistas dos direitos das mulheres, significou não apenas uma ruptura na civilização, mas um fenômeno migratório gigantesco, que inviabilizava a manutenção das estruturas tradicionais da família que era/são asseguradas pela presença e trabalho das mulheres no lar (Oliveira, 2003).

Ao invés disso, acompanhamos o lugar do materno ser acrescido de deveres e culpas, um mercado de trabalho que exigia, das mulheres que jogassem de acordo com a regra dos homens e o lugar do paterno, mudando muito menos do que poderia ou deveria ter mudado (Oliveira,

¹²⁰ Essas produções subjetivas podem ser nomeadas também de *linhas de fuga*, refere-se as linhas responsáveis por “[...] organizar as estratégias de poder, formas de saber e contínuos convites para que o sujeito entre em relação de força consigo mesmo”, são consideradas linhas de fuga quando essa organização se dá no sentido de resistir a captura das linhas de subjetividade ou normativas.

¹²¹ É necessário pontuar que, “está bem documentado que na Idade Média, as mulheres haviam contato com muitos métodos contraceptivos, que consistiam basicamente em ervas transformadas em porções e “pessários” (supositórios vaginais) usados para estimular a menstruação, para provocar o aborto e criar a esterilidade” (Federici, 2017, pág. 181), mas com a organização capitalista do trabalho, houve a criminalização do controle das mulheres sobre a procriação, o que significou a expropriação das mulheres desse saber que havia passado de geração a geração.

2003; Homem & Calligares, 2020; Hooks, 2020). Logo, foi cômodo transformar em conflitos privados os problemas sociais não equacionados resultantes desse “mal-trato” ou desse desacordo entre os pactos, como por exemplo, a suposta ambivalência *maternidade-trabalho* ou *ambivalência materna* para caricaturar ainda mais esses conflitos e imobilizarem por muito tempo soluções efetivas, a custo dos esforços e energias das mulheres.

Parafraseando Oliveira (2003), gastaram-se quase duas gerações, antes que ficasse claro que, a existência ou emergência das ambivalências nas mulheres “maternidade-trabalho”, inserida no imaginário social como *um problema das mulheres*, na verdade, seria a ponta do iceberg de uma problemática sistêmica, que em última instância, coloca em xeque os privilégios patriarcais e o lucro do capital.

Nesse cenário, um dos caminhos para avançar e superar as práticas discursivas que normalizam questões como “ambivalências maternas”, “culpas maternas”, e “maternidade-trabalho” como questões de cunho individual, tem sido a produção e incorporação de discursos e práticas que decentralizam as mulheres na construção da parentalidade. Como podemos identificar nos enunciados, onde os sujeitos apresentam posições de *reflexão - sobre as experiências pessoais dos casais, frente a decisão de ter um filho*, ações discursivas que endereçam a possibilidade de ação e a intencionalidade dos sujeitos - parentais na configuração da experiência.

(IS25) **Mulher, a gente sempre teve um dilema, xxxxxxxx sempre quis desde que a gente casou, e eu não queria, só queria uns 5 anos depois, mas era o sonho dele, enfim, a gente começou a entrar em acordo. Ai no nosso acordo a gente ia engravidar com 3 anos de casados. Só que eu ainda pensava em enrolar mais uns dois anos, porque é muito pouco três. Porque eu não me sentia preparada ainda, então a questão do planejamento foi só por falta de preparação.**

(M34) **Eu acho que a questão financeira influencia muito, esperar ter uma estabilidade maior**, porque é uma responsabilidade pra o resto da vida, **e também a questão emocional, eu queria me sentir preparada pra ser mãe, e ele tá preparado pra ser pai**. Eu queria sentir dos dois, e aí quando eu senti que ele já tava preparado pra ser pai naquele momento, e eu também. Sim, tinha a questão física, no meu caso também. Eu já tinha ido pra nutricionista pra emagrecer, querendo ou não a gente já tava se preparando. Porque eu queria tá bem, tá com disposição, essas coisas...

Concebida, conforme dissemos como um acontecimento discursivo, parentalidade emerge atualmente como um problema a ser resolvido, “[...] não estamos falando somente da idealização de um lugar, de um estereótipo ou modelo identificatório a ser seguido. É um problema a ser resolvido. Tem que cuidar da prole e esse trabalho é assexuado” (Homem & Calligares, 2020; Pág. 85). A parentalidade nestes termos, tem suscitado uma série de distintos dizeres que se relacionam com as sequências discursivas acima transcritas. Onde as posições dos sujeitos sugerem que eles são produtos de formações discursivas, nas quais reivindica-se que a parentalidade (atualmente mãe-centrica) seja vivida de outra maneira, diferente daquilo a que nos incita toda a indústria cultural e às vezes também a esfera da saúde (Pereira & Tsallis, 2020; Pujana, 2019; Homem & Calligares, 2020).

Embora identificamos ações discursivas de *negociação e planejamento*, que num primeiro momento, sugerem fazer parte das formações discursivas que prescrevem *a nova mulher contemporânea* e a *ambivalência mulher-mãe* – efeito dessa prescrição. Quando analisamos que, “*a gente sempre teve um dilema [...] a gente começou a entrar em acordo*” e “*Eu queria sentir dos dois*”, ou seja, a negociação e planejamento incluem a participação dos sujeitos paternos, podemos afirmar que as linhas discursivas mobilizadas filiam-se aos discursos de construção da parentalidade, que ampliam as dimensões constitutivas sobre *o materno* e o

paterno, reposicionando e/ou criando novas posições no que diz respeito a importância e responsabilidade dos homens em todo processo.

Segundo Bell Hooks (2020), as intervenções feministas em nome das crianças tiveram importante contribuição para a produção de uma discursividade sobre a parentalidade que rompe com a tradição da família patriarcal. A autora afirma que, os movimentos feministas revelaram a grave extensão em que o abuso sexual masculino de crianças acontece na família, além disso, criaram uma maior conscientização cultural sobre a necessidade de participação igual dos homens na criação dos filhos, tanto para construir uma maior equidade de gênero, como também para construção de vínculos positivos com os filhos.

Badinter (2011) fortalece essa argumentação, afirmando que as intervenções feministas produziram outras formas de conduzir a decisão da experiência de parentalidade. Afirmando que, conforme a decisão de ter um filho foi distanciando-se do campo das imposições divinas e da mãe natureza, mudanças significativas nas relações familiares têm ocorrido, os casais e sobretudo as mulheres, tem compreendido que ter um filho é “[...] uma mudança de vida que conduz a uma mudança radical das prioridades pertencentes à esfera do risco” (Badinter, 2011, pág. 23). Assim, a decisão de ter ou não um filho e/ou quando ter, é determinada não somente por questões afetivas e normativas – pressão da família, amigos e sociedade; como também por considerações racionais, como a estabilidade financeira e a preparação subjetiva de ambos, sobretudo enquanto casal.

Neder (2016) aponta que na psicanálise tem emergido discursos que estão abalando a *virilização do poder* e a *feminização da fecundidade*, partindo da tese de que “a situação imaginária do humano é aquela de um ser absolutamente dependente dos cuidados de um adulto, e não necessariamente de uma mãe ou de uma função materna” (Neder, 2016, pág. 124). Essas produções subjetivas outras em torno da parentalidade que se formam, estão predispondo as mulheres a se fazerem e fazerem perguntas aos homens que elas não se faziam no passado.

Alguns fios discursivos que começam a problematizar os discursos sexistas que centralizam nas mulheres a responsabilidade de cuidado e criação dos filhos e a sugerir outros lugares discursivos ao sujeito paterno, para além do exercício da autoridade e do atendimento às necessidades materiais, ou seja, saindo desse lugar secundário em relação ao da mãe, como no trecho **“eu queria me sentir preparada pra ser mãe, e ele tá preparado pra ser pai”**. Assumir esse movimento de reflexão crítica, predispõe também a “[...] recriações inevitavelmente geradoras de conflitos com as diferentes expressões do patriarcado vigente e sua ordem naturalizada e justificada como norma verdadeira” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 171).

Os efeitos discursivos dessas posições indiciam rupturas com o discurso essencialista da maternidade enquanto experiência instintiva, assumindo o discurso da possibilidade de preparação - financeira, física e emocional - para essa experiência. Abrindo espaços também, para as mulheres questionarem seus próprios pensamentos e ações sexistas que centralizam nelas a economia do cuidado, sobretudo parental, fazendo crer que a maternidade é a esfera de poder que elas perderiam se os homens participassem, ou que os homens não possuem capacidades para cuidar de crianças. Simultaneamente, abre espaço para que os homens sejam interpelados a assumirem suas responsabilidades e também questionar seus próprios pensamentos e ações sexistas. Enquanto os homens não forem interpelados a atuar parentalmente de acordo com o modelo ensinado às mulheres, eles não vão assumir uma participação mais efetiva no cuidado com os filhos.

6.2.2 Problematicando ações discursivas tradicionais

O que é legítimo para uma mulher que não é mãe deixa de ser quando se tem uma criança, disse Badinter (2011) ao analisar os desafios que se somam as experiências subjetiva das mulheres na maternidade, em razão da nossa cultura, que tem como prerrogativa o *“primeiro o meu”*, mas que, ao se ter um filho exige apenas das mulheres a transição da *“preocupação consigo mesmo”* para o suposto *“esquecimento de si”*. Para Fernandes (2019, pág. 18), o

movimento feminista pode ter libertado as mulheres, mas não libertou as mães dos efeitos de ter um filho, principalmente, no que se refere ao trabalho remunerado. A autora discute que, a inflexibilidade social, principalmente no acesso e permanência no mundo trabalho remunerado, são os verdadeiros desafios que as mulheres enfrentam.

As autoras produzem discussões sobre os aspectos que culminam ou que produzem as condições de emergência de acontecimentos como a *ambivalência materna*, *culpa materna*, *sobrecarga materna e empreendedorismo materno*. Nesses movimentos discursivos, ao tratarem esses acontecimentos como entidades construídas socialmente e não representações cognitivas pré-formadas, as autoras resistem à amnésia imposta pela circulação de histórias únicas como disse Debora Diniz, ao explicar as ideias de Chimamanda Adichie.

Entre seus pensamentos, Debora, discorre que “[...] a forma de despossuir um povo ou uma vida é iniciando as narrativas com a lógica do “segundo lugar” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 111). Apoiando-se nessa compreensão, uma das formas de despossuir as mulheres na experiência da maternidade, tem sido a partir de discursivas que se iniciam com a culpa materna (algo individual, o que requer soluções individuais), invés de iniciarem falando sobre as imposições sociais, políticas e jurídicas postas em funcionamento com o dispositivo da maternidade.

Esse dispositivo, produz uma história única da maternidade, “a maternidade ideal”, fazendo um paralelo com o pensamento da autora, se começarmos a contar a história da maternidade com as amas de leite do século XVIII, e não com a virgem Maria ou se começarmos a contar a história da maternidade com a chegada do capitalismo e não com a naturalização do cuidado e seus desdobramentos, teremos histórias completamente diferentes. Porque em *segundo lugar*, a culpa e a ambivalência, são essencialmente femininas, afinal “*toda mãe é igual, só muda o endereço*”.

Neste sentido, quando nos aproximamos das mulheres e suas maternidades, cada vez mais é possível comprovar que “*nem todas as mães são iguais*”. Mas que, as normas e práticas sociais impostas intentam essa universalização – docilização - desse modo, o que se percebe como semelhante entre as mães e suas maternidades são as regularidades no funcionamento do discurso sexista, por um saber/poder/dever/dizer, que se dão em condições de produção determinadas em nossa cultura. Concordando com Pujano (2019), a maternidade “é um fato diverso em elementos históricos, elementos de classe, elementos de etnia, e, obviamente, elementos de gênero. Diria que a maternidade é, de resto, uma aprendizagem: as mulheres não sabem, por natureza, ser mães. Aprendemos a sê-lo.” (Pujano, 2019, pág. 08).

Logo, embora os sujeitos maternos estejam sempre assujeitados a determinados discursos, eles não são produzidos em sua totalidade; e é justamente entre as repetidas produções, que as práticas normativas podem ser estranhadas, no confronto do mundo e da linguagem, podendo escorregar para outros sentidos, como nos enunciados abaixo.

(T35) **Abdicação, é a primeira palavra que vem na minha cabeça, abdicar dos seus planos pessoais, dos seus planos... da sua programação de vida, que até esse momento era individual**, que eu pensava que “quero um doutorado”, e que agora você vai ter que abdicar porque vai ter que incluir a sua filha em todo esse planejamento, **e que em certos aspectos não vai se encaixar, você não vai conseguir.** Que foi uma das coisas que me fazia esperar tanto pra ter, pra ficar assim mais tranquila e engravidar, porque meu plano era ter ela quando eu tivesse finalizando o doutorado ou depois. **Porque eu sabia a dificuldade de você juntar o lado profissional e você ser mãe.**

(E28) Eu sempre defino a maternidade **como o maior contraditório, porque você vai dos mais variados sentimentos assim...** num curto espaço de tempo, tipo... a amamentação, **eu amei amamentar, mas tem horas que você odeia amamentar,**

então os sentimentos tão bem bagunçados. Então, assim, maternidade é a maior roda gigante que você pode viver na vida. **Um dia você ama aquela criaturinha, ama ela te chamar de mamãe, no outro dia quando ela te chama de mamãe você fica “meu Deus, eu não aguento mais, eu estou morta”.**

Nas posições assumidas ali, podemos observar problematizações face as práticas normativas que sustentam o mito da “mulher-maravilha” incansável, e que consegue conciliar *tudo*. Por sua vez, não são as dimensões afetivas no sentido normalizado que estão em relevo, ou seja, as concepções da maternidade essencialmente maravilhosa e satisfatória. Os sujeitos falam sobre as fraturas, contradições e tensões, que envolvem a vivência dessa experiência na nossa realidade histórica, ***“Abdicação, é a primeira palavra que vem na minha cabeça”***, são enunciados que atestam que eles são produtos de um discurso que joga uma carga imensa em cima das mulheres, e precisa que elas se mantenham resignadas com tudo e que deixem seus desejos de lado, essa é a essência da ideologia patriarcal e capitalista que tem prendido as mulheres ***“Porque eu sabia a dificuldade de você juntar o lado profissional e você ser mãe”***.

Embora essa primeira formação discursiva, fale sobre as tentativas das mulheres de *comprimir família e profissão*, é possível afirmar que, essa posição não foi assumida a partir da normalização dessa *prescrição*, mas sim, em decorrência da conscientização de que, com a chegada da maternidade e as imposições que a constituem, uma das formas possíveis de majenar, ao invés de abrir mão dos planos pessoais, é adiando a maternidade. Nessa posição, os sujeitos projetam um outro funcionamento discursivo, atravessando *as verdades* do imaginário social, afastando-se das referências que produzem a abdicação como algo valorativo, seja no âmbito religioso, materno ou moral.

São sentidos que provém, das teorias feministas, que tomaram a maternidade como objeto de estudo e reflexão, aproximando-se desta como uma construção ideológica, e mostrado como a chegada de um filho, na nossa realidade histórica onde o dispositivo materno ter força; reforça

ainda mais os papéis de gênero e, de maneira geral, a ordem tradicional de gênero, em sociedades patriarcais como a nossa (Beavour, 0000; Badinter, 2011; Hooks, 2020). As feministas de meados do século XX denunciaram publicamente que na maternidade a dominação masculina à espreita e a fragiliza as mulheres. No entanto, Neder (2016) afirma que esse fervor do século XX foi diminuído, de modo que,

se por um lado, podemos discutir tanto e escolher se queremos ou não ter filho, por outro, coisas como essas que podiam ser ditas em público há quarenta anos, hoje só podem ser confidenciais nos consultórios *psi.* e olhe lá. [...] O culto a criança torna uma criminosa a mulher mergulhada na ambivalência, que é considerada apenas como um problema para a criança, a majestade” (Neder, 2016, pág. 160).

Em algum sentido concordamos com a autora, principalmente quando analisamos a atual governo e a atuação do Ministério da Mulher e da Família, e a propagação de discursos em defesa da família tradicional produzidos com base na cultura sexista. No entanto, convém pontuar que, essas movimentações discursivas, deram condições de emergências para a compreensão da ***“maternidade como o maior contraditório”***, ou seja, deram condição de emergência para o estranhamento das idealizações da maternidade, não são posições que desqualificam a experiência da maternidade, mas sim, produções que não se orientam pela busca da perfeição em um amor servil. Federici (2019), discute sobre essa produção discursiva, focando principalmente nas estratégias do capitalismo em transformar em amor, o trabalho não remunerado das mulheres, pontuando que

se, em vez de confiarem no amor e no cuidado, minha mãe e a mãe das mulheres da minha geração tivessem recebido uma remuneração¹²², com certeza teriam sido menos amargas, menos chantageadas, e teriam chantageado menos as crianças –

¹²² No livro *O ponto Zero da revolução*, é possível compreender melhor o pensamento de Federici (2019) sobre a importância do salário para o trabalho doméstico como única forma de subverter os papéis femininos.

constantemente lembradas de como a mãe se sacrificou para criá-las (Federici, 2019, pág. 76)

Bell Hooks (2020), de modo análogo também discute os efeitos discursivos desse modelo de maternidade na vida das crianças, se já é um tabu falar sobre os afetos negativos que as mulheres podem sentir na busca por funcionar nesse dispositivo, ou seja, fazendo o insofrível para responder ao modelo ideal. Um tabu ainda maior é falar sobre, “[...] o sadismo maternal que com frequência leva mulheres a abusar emocionalmente de crianças, e a teoria feminista ainda não ofereceu nem crítica e nem intervenção feminista quando a questão a violência de mulher adulta contra criança”. (Hooks, 2020, pág. 111). Para a autora, essa também é uma das consequências da socialização patriarcal, que diz que os poderosos têm direito de comandar quem não tem, “[...] precisamos trabalhar mais para mostrar a mães e pais, como acabar com o sexismo muda positivamente a vida da família” (Hooks, 2020, pág. 116).

Segundo Badinter (2011), as mulheres que não se identificam com o modelo dominante que impõe uma relação compulsória entre a mulher e a boa mãe, estão cada vez mais dando as costas à maternidade, e aquelas que fazem a distinção entre a mulher e a mãe, onde se reconhece a legitimidade dos múltiplos papéis, desejam ser mães, reservando-se o direito de dar as costas ao modelo ideal, ou seja, escolhendo¹²³ outro modo de conduzir-se.

A autora supracitada, assim como os enunciados transcritos, nos diz sobre linhas de subjetividade que se apoiam-se nos discursos que desobrigam as mulheres a serem mães, discursos sobre as diversas das aspirações femininas, e discursos que tem possibilitado as mulheres, a não se torturarem com o “menor instinto materno”, “ *Um dia você ama aquela*

¹²³ Como nos assegurou Foucault (1984), o processo de subjetivação não se limita a tomada de consciência de si, mas implica também uma problematização do processo ao qual se é sujeito, ou seja, sempre se trata de uma forma de assujeitamento, porém pode ser dar por duas perspectivas distintas e opostas, primeiro, o sujeitar-se pode ocorrer sob coerção, por uma disputa de forças desiguais, mas também, pode ocorrer por escolha pessoal, a qual assume às vezes uma escolha estética ou política.

criaturinha, ama ela te chamar de mamãe, no outro dia quando ela te chama de mamãe você fica “meu Deus, eu não aguento mais, eu estou morta”.

Para Badinter, a elevação da idade média da maternidade reflete entre outros questões, outros modos de conduzir-se na relação com a maternidade, esse fenômeno, assim como o declínio da fertilidade, e o aumento das mulheres no mercado de trabalho, desde que as mulheres reconquistaram o controle a fecundidade tem aumentado cada vez mais. Como discute a autora, nas últimas décadas a questão da maternidade, passou da recusa ao adiamento, “[...] não é tanto nossa liberdade de ser ou não mãe, mas uma abordagem diferente do destino feminino. Este se confunde cada vez menos com a maternidade, porque outras vias são possíveis e desejáveis” (Badinter, 2011, pág. 152).

Uma outra discursividade importante nesses enunciados, se refere a desconstrução do ideal do amor *incondicional*, que também inclui a maternidade sagrada e santa Mãe, que desumaniza as mulheres, silencia os afetos negativos, e normaliza a culpa. Esse discurso, conforme Homem e Calligares (2019), tem sido cada vez mais possível, diversas tecnologias de produção, como filmes, livros, debates que ajudam a desmistificar¹²⁴ esse lugar de glória e graça do materno.

Segundo os autores, o Baby Blues é um exemplo desse movimento discursivo, a linguagem tem se prontificado de ajudar a simbolizar essa vivência e encontrou uma nova nomeação, mais pop e leve. Com isso, tornou-se mais corriqueiros discursos e falas das pessoas que normalizam um pouco o horror que sentiram ou que temeram, esse movimento tem desnaturalizado a culpa que as mulheres carregaram (e carregam) por “[...] não estar gozando ao

¹²⁴ Homem e Calligares (2019), discutem sobre a necessidade dos especialistas que acompanham as mulheres no período gravídico puerperal, abordem questões como a depressão pós-parto, *baby blues*, e demais questões sobre os afetos e conexões que envolvem essa experiência para que não se assustem se acontecer de elas se deprimirem.

máximo da maior realização de sua vida e por não estar amando esse filho, o que seria um pecado.” (Homem & Calligares, 2019, pág. 72).

Porém, mesmo que sejam produções discursivas que rompem tabus sobre as insatisfações na maternidade, ainda assim, como discute Zanello (2018), são geralmente sob a tarjeta médica de alguma patologia, como por exemplo, num programa de TV que esteja abordando a depressão pós-parto. São raras ainda as discussões, principalmente na mídia de massa, sobre o (des) encontro da pessoa mulher com a função da maternidade histórica e culturalmente a ela imposta.

Ainda assim, são movimentos insurgentes importantes que estão sendo operado nos discursos sobre e para as mulheres na maternidade. Não *sem dores ou culpas*, estamos, como disse Ivone Gebara, começando a atentar-se ao discurso e práticas sociais, percebendo que além de provocarem alienação de si mesmas, provocam uma alienação sobre seus corpos e sobre o outro. Esse movimento de se aproximarem ou de serem aproximadas desses discursos outros, e/ou estranhar os discursos que encarceram as mulheres no dispositivo materno, significa em sentidos e situações diversas que, nas palavras de Ivone Gebara, feminista e freira (Diniz & Gebara, 2022, pág. 21):

Não acolhemos mais o silêncio da obediência em nós. É esta a novidade que toca os nossos ouvidos. Já não silenciemos as nossas dores comuns. Já não somos mais as boas mães, as boas filhas, as boas esposas, as boas noviças, as boas cristãs. Já não somos filhas de Deus Pai Todo-Poderoso e de Mãe Igreja nenhuma. Não queremos mais ser as mães dolorosas nem carregar a sina de tantas Pietás que choram o filho sempre de novo crucificado.

O anseio pelo amor, seja romântico ou materno, nos moldes como fomos ensinadas, era/é uma armadilha sedutora para nossa submissão as subjetividades normatizadas pelo sexismo institucionalizado. Em algum sentido estamos estranhando o modo como esses moldes de amor

são usados para nos dominar e subordinar, sustentando a noção de que uma pessoa, uma mulher e principalmente uma mãe, deve fazer qualquer coisa em nome do seu amor.

Mas porque só as mulheres e as mães são convocadas a amar ou a amar esse amor? Federici (2019), se estivesse presente, possivelmente nos questionaria, mas o que eles chamam de amor? O nosso trabalho não remunerado? Estamos desafiando os equivocados pressupostos patriarcais de amor, represando-o e insistindo em sua importância e valor. Mas, o fio condutor desse longo caminho de descolonização afetiva e oferta de uma visão libertária do amor, é pensar que o amor jamais estará em uma relação fundamentada em coerção, exploração e opressão. O cuidado pode ser uma dimensão do amor, mas somente cuidar não significa que estamos amando, bradou Bell Hooks¹²⁵.

6.2.3 Descontinuidades do empoderamento colonizado: Pra ter minha filha precisa ser assim?

As mutações discursivas, significam na análise do discurso descontinuidades das formações históricas, por isso, a análise volta-se para as descrições dos acontecimentos, mas para se chegar a essa descrição a partir do discurso é preciso, segundo como elaborou Veyne (2009, pág.12) “[...] despojar o acontecimento da roupagem demasiada ampla que o banaliza e o racionaliza”, ou seja, é preciso compreender que o acontecimento é uma singularidade datada, só assim será possível compreender os movimentos discursivos. O autor elabora essa argumentação a partir das contribuições foucaultiana que, rejeitava uma certa teoria *a priori* do sujeito¹²⁶ para fazer uma análise da “[...] combinação de processos pelos quais o sujeito existe

¹²⁵ No livro, Tudo sobre o amor: novas perspectivas

¹²⁶ Badinter (1985), na obra sobre *O mito do amor materno*, prescindiu do sujeito materno constituído pela ideia do amor materno universal, instintivo e espontâneo, para descrever a descontinuidade das formações históricas que serviram para a constituição de saberes, discursos, práticas, sobre o acontecimento da maternidade no ocidente no século XVIII.

com seus diferentes problemas e obstáculos e através de formas que estão longe de serem completadas” (Foucault, 1968, 358).

Assim, cortejando essas fundamentações foucaultianas identificamos enunciados que suscitam descontinuidades nos discursos que tornaram o acontecimento da maternidade uma experiência de empoderamento colonizado (Zanella, 2018), o que nos faz pensar que as relações dos sujeitos com esses discursos normativos tem avançado em sentidos outros, como por exemplo: o estranhamento, a não-passividade e a inquietude, ou seja, tem proliferado a presença de embates¹²⁷, uma passagem do “dever calar-se”¹²⁸ para o “dever-se exprimir-se”

(T35) **Para a mulher ela tem um duplo caráter**, tem aquelas pessoas que vem com aquela **questão bem religiosa**, “Nossa, você é capaz de gerar de um ser, nossa **que presente de Deus**. Nossa **como você tá feliz de ser capaz de fazer isso**, que é **uma dádiva divina** você ser capaz de fazer isso.”. Ver você como **um ser maravilha** capaz de fazer isso, né? Mas ao mesmo tempo **vem toda a cobrança de tudo que pode acontecer com a criança estar vinculada a sua pessoa, muito mais do que com seu companheiro**. [...] **É essa visão que é turva**, ao mesmo tempo que eles colocam você como dádiva, essa dádiva, esse ser capaz de gerar um bebê, **vem o ônus, que é essa responsabilidade muito, muito, maior**. Como se prioritariamente o bebê é seu **e é o que a sociedade coloca mesmo**. [...] **Como viver essa experiência de maneira positiva desse jeito? Imposição em cima de imposição? Resistindo...**

Esses enunciados, retomam filiações de sentidos com o ideal de maternidade, produzido/acolhido pela cultura ocidental, que produziu a “santa mãezinha”, a “responsável pela nação”, a “educadora dos futuros cidadãos”, nessas posições as mulheres não existiam por si

¹²⁷ Segundo Badinter (2011), desde os 70, emergem três discursos de diferentes campos, o discurso da ecologia, o discurso das ciências do comportamento e o discurso de um feminismo essencialista.

¹²⁸ Zanella (2018), discute como o silêncio é uma estratégia de silêncio para as mulheres em sociedades sexistas, e como essa estratégia é importante para o funcionamento do dispositivo materno.

mesma, a esposa-mãe-dona-de-cada não era identificada como um indivíduo pertencente a si mesmo, mas sim um indivíduo que vivia *fora dele e para os outros*. Essa produção discursiva, além de desumanizar as mulheres, terceirizou/a uma série de respostas que jamais deveriam ser formuladas senão pelas mulheres, estrategicamente para desviar o olhar sobre as violências que as atravessam, naturalizadas por homens e internalizadas por muitas de nós, pela hiper concentração progressiva de responsabilidades.

No entanto, nesse enunciado a relação com esse já-dito, ou seja, a filiação a essa rede de constituição normativa, se faz com movimento de sentidos distintos, que sugere deslocamentos, atravessando as evidências do imaginário “***Como se prioritariamente o bebê é seu e é o que a sociedade coloca mesmo***. Nesse enunciado afirma-se que, prioritariamente o “filho é da mãe” não por questões biológicas, mas sim por causa de todo um consenso e imposição social, que além de centralizar nas mulheres o trabalho do cuidado, também responsabiliza as mulheres - sob o risco de punições – por todo o bem estar físico, emocional, social, etc; “*vem toda a cobrança de tudo que pode acontecer com a criança estar vinculada a sua pessoa, muito mais do que com seu companheiro.*”

Neder (2016), trata essa produção discursiva que coloca o filho como se fosse um anexo da mãe, afirmando que essa estratégia, impõe as mulheres o sacrifício de sua vida, não apenas em termos profissionais, mas sobretudo, existencial. “[...] os filhos são filhos da mãe, como é possível ser mãe e ser livre? Essa anexação dos filhos pelo viés da maternolatria faz do filho a algema da mãe e coloca a questão materna no coração da independência vital da mulher” (Neder, 2016, pág. 74). De modo que, é preciso compreender que, no desejo da mulher de cuidar do seu filho, não implica afirmar qualquer instinto materno. Antes, pode atestar o poder da cultura sobre a formação do sujeito materno como uma extensão filhos, fazendo com que as mulheres saibam “espontaneamente” que são responsáveis pelos filhos.

Cesar *et. al* (2019) problematizaram a culpabilização que emerge como efeito discursivo desses enunciados, segundo as autoras, as mulheres há anos sofrem as opressões e pressões de estarem inseridas numa sociedade patriarcal e machista, que impõe o processo de subjetivação feminino como uma essência, algo natural que não pode ser negado, incluindo a maternidade entres esses processos. Mas, nas últimas décadas, os feminismos problematizam esses discursos, podendo a mulher optar por ter filhos e construir uma identidade maternidade, que não existe *a priori*. No entanto, em decorrência das imposições, as mulheres, ao optar por ser mãe e trabalharem, sente-se culpada; ao optar por ser mãe e abandonar sua carreira, também se sentem culpadas, um ciclo vicioso de culpabilização por parte da sociedade e de si mesma.

No enunciado acima – e nos próximos, encontramos uma descentralização a própria ideia de amor, cuidado, materno, dando-lhes outros contornos semânticos e sociais, a partir de noções como cansaço, injustiça, exaustão e solidão. São linhas discursivas que revelam - ou denunciam, uma configuração de maternagem, que intenta associar, de maneira desumana, aspectos da vida antes segmentados ou inexistentes para gerações anteriores. Tornando a maternidade – enquanto modelo – um acontecimento da ordem do inalcançável, e principalmente, fonte de adoecimento físico e social.

(E28) Eu ouvi de uma amiga assim, **“a gente ganha o amor e perde o sossego”, eu achei isso real, concreto, mas ao mesmo tempo tão injusto, sabe? Pra ter minha filha precisa ser assim?** E assim, a gente sempre coloca eles primeiro, **porque é isso que todo mundo faz, que todo mundo exige**, por exemplo, esses dias tava pensando na alimentação dela, da forma que tem que ser a alimentação dela, como as pediatras, nutricionistas dizem, é muito difícil você fazer e ao mesmo tempo você conseguir dormir pelo menos 8 horas, você trabalhar, sabe? **Na forma como exigem de nós, não há negociação, não há meio termo, isso é justo? Eu amo minha filha, quero oferecer o meu melhor, mas também preciso estar bem, difícil... muito difícil. Por**

isso que a cabeça de uma mãe não para, não tem como parar, e tem, mas também o preço de se sentir mal, de ser vista mal... enfim

Nesses enunciados, descreve-se o funcionamento do dispositivo materno, colocando em relevo o modo como o afeto das mulheres tem sido explorado por esse dispositivo. E para além disso, fala-se o quanto essa realidade histórica tem sido injusta e nociva para as mulheres, principalmente, porque trata-se de uma condição imposta enquanto norma social, ou seja, uma condição onde não há possibilidade outras, para as mulheres fazerem a experiência de si na maternidade, sem que corram o risco de sanções, principalmente sociais. As práticas impostas esgotam o tempo e a energia das mulheres, sem que sejam dadas possibilidade de negociação e/ou estilização dessas, como se, houvesse uma bifurcação de caminhos, onde as mulheres deveriam escolher entre o bem estar do filho ou bem estar delas.

Uma injusta e nociva condição, posta em confronto, *“pra ter minha filha precisa ser assim? [...] Na forma como exigem de nós, não há negociação, não há meio termo, isso é Justo?”* e *“Como viver essa experiência de maneira positiva desse jeito? Imposição em cima de imposição?”*, esses enunciados não apenas colocam em movimento perguntas sobre o dispositivo materno, para além disso, eles contestam a normalidade das opressões que constitui seu funcionamento, são perguntas que buscam acalantar o estranhamento de todo um sistema brutal.

Assim, há um forte processo de estranhamento trabalhando essas linhas discursivas, estranha-se esse processo de maternidade que se assenta no difundido enunciado *“ser mãe é padecer no paraíso”*, o retorno ao mesmo dizer, dito de outra forma, sujeito a ruptura pelo deslocamento das regras, “[...] produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua (Orlandi, 1999, pág. 35).

Fernandes (2019), faz um caminho de questionamento semelhante, sobre essa inflexibilidade e os custos pessoais, familiares e sociais desta, segundo a autora, analisar essa realidade honestamente nos mostra que, é preciso parar de insistir em tentar consertar as mulheres e começar a pensar em como consertar o sistema, “[...] manifestar desacordo com uma estrutura rígida e muitas vezes burra como a do atual mercado de trabalho. Escrevo este livro porque sinto que tive que escolher entre minha filha e minha carreira, e esse tipo de escolha não me pareceu minimamente justa” (Fernandez, 2019, pág. 26).

Neder (2016), escreve no seu livro *Os filhos da mãe: como viver a maternidade sem o mito da perfeição*, que a sua conversão a religião da maternidade, se referindo a maternolatria, como designa o modelo de maternidade contemporâneo, embora não estivesse sido por temer a reprovação dos outros, e sim pelo desejo intenso de participar do dia a dia. Havia incorporação nessa conversão, ou seja, pontuava que mesmo conseguindo vivenciar os encantos da maravilhosa díade mãe-bebê, questionava-se “[...] porque tantas exigências só à mãe ou à tão “função materna”? Por que o pai deve ficar de fora, e ficar fora (no espaço público?)” (Neder, 2016, pág. 110).

Nas reflexões de Debora Diniz (2022) perguntar não é um verbo fácil, requer criatividade e valentia, colocar as próprias perguntas ao invés de procurar as respostas é um ofício difícil para nós que fomos socializadas como mulheres, principalmente porque “[...] a destinação de gênero em nosso corpo é seguida de uma intensa disciplina para o aprendizado correto das perguntas que importam ao patriarcado e suas tramas de opressão.” (Diniz & Gebara, 2022, pág. 227). Para tanto, é preciso um estranhamento para poder perguntar, é esse estranhamento que nos leva a indignação, disse a autora supracita.

De modo semelhante, Foucault (1968) quando nos fala sobre a dimensão ética política no cuidado de si, também se refere-se a importância da inquietude e da não passividade frente aos diversos modelos de governas – da ordem doméstica, pedagógica, espiritual, médica, etc.

Esse seria o principal direito dos governados, limitar os excessos do poder, refletindo sobre as maneiras de governo determinadas, os métodos usados e em nome de quais agentes de governo.

A partir disso, consideramos que a posição assumida nesse enunciado carrega essa inquietude, estranhando a articulação produzida e usado pelo dispositivo materno para colonizar as mulheres. Sugerimos que algumas questões podem nos auxiliar na compreensão desse movimento, a primeira estaria relacionada ao lugar que esse empoderamento oferecido ocupa nos processos de subjetivação das mulheres. Segundo Zanello (2018), quando a maternidade transformada em uma experiência empoderamento colonizado, a estratégia utilizada foi criar o desejo de ser, elevando as mulheres mortais ao lugar da sacralidade, da devoção, para aquelas não “existiam” socialmente, a maternidade seria um caminho para, sobretudo, alcançar o respeito dos homens.

Como disse, Perrot (2019), as mulheres por séculos precisaram ser piedosas ou escandalosas para existir, esses foram os lugares que poderiam e deveriam existir, mas atualmente, principalmente com a possibilidade de controle da reprodução e a ideologia feminista (Badinter, 2011; Rago, 2004), outros modos de existir emergiram, de modo que, esse lugar oferecido pelo dispositivo materno estar deixando de ser estruturador nas suas vidas como outrora já foi. Com isso, as respostas estabelecidas pelo dispositivo materno não se sustentam mais, principalmente quando as mulheres começam a perguntar a quem esse funcionamento tem favorecido? Incluindo os questionamentos de Neder (2016) Porque só se espera que as mães amem o filho e de “doe” – doe o corpo, seu tempo, sua vida? E o que as mães vão fazer depois da sua canonização? Milagres? Como o de voltar para tentar recuperar o tempo que não viveu a *sua* vida?

Assim, há nesses enunciados também elaborações sobre socialização feminina e a pressão afetiva que é exercida sobre as mulheres para que exerçam o cuidado, sob o risco de perder aprovação social, que para as mulheres, significa serem julgadas moralmente, como já

discutimos sobre essa estratégia do dispositivo materno, **“a cabeça de uma mãe não para, não tem como parar, e tem, mas também o preço de se sentir mal, de ser vista mal”**. Nessa sequência discursiva, o permanente estado de alerta e atenção para cumprir todos os deveres impostos, internalizado pelas mulheres é tratado enquanto nocivo para a saúde mental das mulheres, ao mesmo tempo, que funciona como um recurso coercitivo. Sobre isso Badinter (2011) e Zanello (2018), nos explicam como “as culpas maternas” tem sido um grande aliado do dispositivo materno, para que a mulher exerça a maternidade de maneira mais próxima dos ideais de maternidade socialmente esperado, que entre outras questões, oculta sentimentos conflitantes e se penaliza pelos erros.

Segundo Corrêa (2022), há uma carga mental que as mulheres, principalmente as mães, vivenciam que é ainda invisibilizada, que se refere a todo um trabalho de gerenciamento intelectual, emocional de famílias inteiras. O termo carga mental foi criado por teóricas feministas, como Silvia Federici (2019), para designar o trabalho intelectual, mental e emocional executado pelas mulheres, esse trabalho invisível de planejamento das tarefas domésticas e de gerenciamento familiar que é sustentado pelos discursos que produzem as mulheres como capazes de multitarefas.

Essas são fraturas, que tem possibilitado que as mulheres estranhem os modos como as estruturas patriarcais - com suas tramas de opressão limitam as possibilidades de escolha, principalmente na maternidade onde as regras são claras e reforçadas por toda sociedade “[...] não dormir, não descansar, e correr, correr, em uma briga constante com o relógio, lutando para encaixar peças que simplesmente não encaixa [...] e achando, ainda, que a culpa é nossa, das mulheres por não conseguir montar esse quebra-cabeça.” (Fernandes, 2019, pág. 24).

Nessas formulações **“é essa visão que é turva”**, **“a cabeça de uma mãe não para, não tem como parar, e tem, mas também o preço de se sentir mal, de ser vista mal”**, pressupõe, entre outras coisas, que essas práticas discursivas não foram normalizadas, ou seja, que não

foram assumidos como repertório discursivo por meio dos quais os sujeitos formam e expressam os seus pensamentos sobre a realidade social. Segundo Diniz e Gebara (2022), com a emergência desses enunciados podemos pensar que tem ocorrido fraturas nos processos de significação, que anima para o caminho árduo das recriações cheio de contradições, armadilhas e reveses, sobretudo, quando relacionado a formulação ***“Como viver essa experiência de maneira positiva desse jeito? Imposição em cima de imposição? Resistindo...”***.

Segundo Zanello (2018), foram séculos para que essa mentalidade fosse normalizada pelas mulheres, ainda assim, sempre haviam/há resistências. A singularidade desse enunciado, se dá principalmente, porque a relação das mulheres com os *regimes de verdades* são outros, que permitem perceberem que as práticas normativas para que sejam “*boas mães*” são elaboradas para que fiquem ocupadas tentando obedecê-las, e não consigam investigar profundamente a respeito de quem estão *se tornando*. Esse estranhamento, inquietude, e resistência, certamente já antecedeu normalização dos discursos patriarcais, na subjetivação materna das nossas avós em algum momento. No entanto, os processos de estranhamento atuais, não acontecem apenas na clandestinidade, solidão e pessimismo que o patriarcado movimenta em nós como os lugares e afetos de sobrevivência (Diniz & Gebara, 2022).

de diferentes formas e em diferentes lugares, ao longo da história tentamos acordar-nos umas às outras, mas as estruturas patriarcais naturalizadas em nós nos adormeciam de novo. [...] agora parece que conseguimos nos contagiar de maneira pública, local e mundial [...] estamos em estado de sítio, em estado de exceção, para que as regras estabelecidas pela dominação de nosso corpo se transmutem em vida digna (Diniz & Gebara, 2022, pág. 30)

Nesse estado de sítio, “[...] há uma guerra subterrânea travada por naturalistas e culturalistas, e, mais ainda, por aqueles e aquelas que se dizem “advogados” das crianças (para defende-las contra a ignorância ou negligência?) e aquelas que se negam a ver as liberdades

femininas recuarem” (Badinter, 2011, pág. 43). Como disse a autora, ainda não temos um desfecho desta, mas podemos destacar alguns efeitos na vida das mulheres, como a constante invalidação dos modos de subjetivação por via dos discursos dos discursos naturalistas, que por sua vez, tem dificultado que as mulheres possam vivenciar os afetos e prazeres dessa experiência com os filhos, identificado nos enunciados a baixo:

(C31) [...] tem gente que chegava e perguntava **se eu realmente eu queria dar de mamar, porque eu tinha dado a mamadeira**, porque eu tinha colocado chupeta e assim, é difícil. [...] **eu fiquei horrível [...] eu me julguei, eu me cobreí muito**. Eu olhava pra ele e só sentia vontade de chorar [...], **mas com o passar dos dias, ou melhor, das noites e madrugadas (risos) eu vi que...que não precisava alguém chegar aqui e dizer que eu não tava dando de mamar que eu não era mãe dele**, assim, e lembro que um dia de madrugada, eu me levantei e ele tava acordado pra tomar mamadeira, né? E eu lembro que eu senti isso, que eu era a mãe dele e ponto, que ele ia tomar mamadeira, que ela ia mamar, e que ele ia ser meu filho e pronto.

Nesses enunciados, há tensões na relação com os discursos que produzem a prática da amamentação como indicativo de afeto e cuidado, mas principalmente como aspecto avaliador da prática materna e da moralidade das mulheres. Segundo Marcello (2004), há técnicas de si que são postas pelo dispositivo materno como elementos do código moral desse “dispositivo”, a partir dele, uma moralidade nos comportamentos dos sujeitos maternos será avaliada. Ao enunciar que “**eu fiquei horrível [...] eu me julguei, eu me cobreí muito. Eu olhava pra ele e só sentia vontade de chorar,**” o sujeito assume uma posição que faz de si mesma um objeto visível, avaliando o que já foi avaliado, julgando o que já foi julgado, externalizando uma atribuição de valor em seus atos que foi antecipadamente composta pelas normas desse dispositivo.

Assim, é importante compreender que essas posições expressas, nos fala menos de uma normalização desse discurso enquanto a verdade sobre o modo de subjetivação, e mais sobre os

efeitos discursivos da colonização¹²⁹ dos afetos femininos, cuja vitória pode ser traduzida no sentimento de culpa das mulheres, que é o “[...] sintoma de que o dispositivo materno está funcionando e de que o ideal de maternidade (e de feminilidade relacionada a essa emocionalidade) foi introjetado” (Zanello, 2018, pág. 156).

Segundo a autora supracitada, as meninas na nossa cultura sexista, são ensinadas que a submissão e servidão é uma forma de assegurar o amor do outro, na maternidade seria o ápice dessa colonização, principalmente porque há um maior controle afetivo que a cultura exerce sobre as mães, com mecanismos de vigilância social, “*tem gente que chegava e perguntava se eu realmente eu queria dar de mamar*” e mecanismos punitivos mais eficientes, como a psiquiatria. De modo que, mesmo com as lutas feministas, o disposto materno é um dos pontos que remanesce mais resistente.

Sobre isso, Zanello (2018) e Bell hooks (2020) pontuam que, o empoderamento externo, como igualdade salarial e independência financeira não significa empoderamento interno, para isso, é preciso haver uma compreensão do sexismo enquanto um problema, confrontar o sexismo que internalizamos e disseminamos, quando não estamos dispostas a renunciar ao orgulho da posição na posição parentalidade em relação aos homens, por exemplo; para assim, ser possível uma descolonização afetiva. Para Zanello (2018), o principal desafio para essa descolonização é a dificuldade de “não”, que é lido como maldade ou egoísmo, “[...] dizer não a alguém é, muitas vezes, abrir mão do lugar no qual o olhar do outro nos coloca, e cuja imagem nos fascina” (Zanello, 2018, pág. 155). Um outro caminho necessário para isso, é diferenciar o cuidar, o amor e o procriar, que embora possam caminhar juntos, não são necessariamente ou não significam a

¹²⁹ De acordo Zanello (2018), o processo de colonização dos afetos femininos, acontece a partir de um comprimir e atrofiar que “[...] levaria as meninas a se tornarem mais descontentes, caprichosas, choronas, automortificantes, passivas, destruídas de interesses, incertas sobre o que desejam. Provoca-se uma lenta e contínua implosão psíquica, a qual resulta em uma autoestima escassa nas mulheres (e bastante excessiva nos homens)” (Zanello, 2018, pág. 151). E tem seu ápice, na naturalização do cuidado como forma de ser e estar na maternidade - maternagem.

mesma coisa; para ser possível discutir o cuidado como trabalho assexuado e interpelar os homens a exercer funções de cuidado.

Bell Hooks (2020), de modo análogo, afirmar que fomos socializadas a aceitar os pensamentos e ações sexistas, entre as agendas dos movimentos feministas, essa descolonização ficou em segundo plano, não por acaso, o sistema Patriarcal e Capitalista souberam, com seu *sadismo*¹³⁰ nos alienar oferecendo uma *igualdade capenga*¹³¹, a consequência primeira disso foi manter as concepções domésticas de feminilidade para uma divisão do trabalho rigorosamente dualista na maternidade. Como afirma Pujana (2019) e Corrêa (2022), antes da maternidade as mulheres, seja pela terceirização ou mesmo pela dinâmica de trabalho que diminui o tempo de permanência nos lares, se dão por garantidas questões como pacto de igualdade no casal, mas com a chegada de um filho, encontram uma opressão estrutural que vai desde o trabalho, aos vizinhos ao próprio marido, vivenciam rupturas, que de tão inesperadas, tornam-se fontes de conflitos e sofrimentos.

E nesse enunciado especificamente, podemos identificar essa interpelação por meio da prática da amamentação que, historicamente tem sido o principal caminho de colonização, avaliação e julgamento das mulheres no processo de subjetivação materna, e por essa mesma razão, essa prática materna tem sido alvo de conflitos, principalmente entre os discursos médicos, religiosos e *psi* e os discursos feministas.

Segundo Neder (2016), assim como as amas de leite foram substituídas pela amamentação da mãe, esta também foi substituída pela alimentação artificial, que teve seu apogeu na década de 1970, “[...] o movimento revia e o aleitamento artificial estava na moda, possibilitando a substituição da mãe junto ao bebê e diminuído o fardo da maternidade para a

¹³⁰ No livro de Diniz e Gebara (2022) é possível encontrar uma discussão maior sobre esse sadismo.

¹³¹ No livro de Oliveira (2004) é possível encontrar uma discussão sobre essa ideia de igualdade capenga.

mulher”, ao mesmo tempo, uma ofensiva naturalista¹³² ganhou forças, e como parte do apelo a “boa e velha mãe natureza”, o aleitamento materno passa a ser promovido, “amamentar sob pedido, amamentar até saciedade é o novo objetivo, do qual se deve a qualquer preço convencer os outros. O alvo: as mamadeiras [...] compreende-se que uma mãe digna desse nome as jogue no lixo” (Badinter, 2011, pág. 56).

Neder (2016), ainda acrescenta que, “os discípulos de Freud vieram reforçar a verdade que se tentava impor como senso comum: amamentar é amar. Quem ama amamenta. Quem ama, se doa.” (Neder, 2016, pág. 90). Badinter (2011), elabora que esses discursos produziram um agenciamento poderoso, sobre a vida das mulheres, por meio controle dos corpos e dos afetos, ao mesmo tempo que, para os homens significou uma vitória, uma vez que, ficariam livre até de dar mamadeira. Neder (2016), também fala sobre esse agenciamento e como esses discursos sexistas foram internalizados no imaginário social.

A quem ocorre que uma mulher se pergunte “posso não querer amamentar?”. Isso, simplesmente não querer. Nada de criar alguma doença, leite fraco, falta de leite ou seja lá o que mais. Ou até menos do que isso: “Dá pra me incluir nas considerações sobre amamentação? Meus desejos, vontade, sem que eu seja acusada pelos outros – e por mim mesma, já que vivemos sob a mesma ideologia e a minha cultura – de abandonar meu filho? Dá para ter um plano B?” (Neder, 2016, pág. 104).

¹³² Uma aliança reacionária se forma entre, A ecologia, as ciências do comportamento e um feminismo essencialista, “vangloriando-se de trazer felicidade e sabedoria à mulher, à mãe, à família, à sociedade, até mesmo a toda humanidade, eles pregam, cada um a seu modo, uma espécie de “volta a natureza” (Badinter, 2011, pág. 45). Com relação a questão da maternidade, essa ofensiva trouxe: mudanças na relação com a pílula anticoncepcional, as mulheres passaram a manifesta-se desconfiança sobre um produto que bloqueia um processo natural; algumas mulheres começam a rejeitar as técnicas hospitalares vividas como desapossamento do corpo e, logo, da maternidade; o nascimento passa a ser entendido novamente como um fenômeno natural e não um problema médico, tornando-se mais frequente partos em casa com parteiras e doulas, e assim como, denúncias de violências institucionais dos hospitais, e finalmente, depois que descobriu-se o quanto as fraldas descartáveis poluíam o meio ambiente, uma nova exultante tarefa espera-se das “boas mães ecológicas” (Badinter, 2011)

As autoras supracitadas mostram, usando um termo utilizado por Badinter (2011) a “batalha do leite”, é importante pontuar que, não há nessa produção a intenção de afirmar uma verdade sobre amamentação ou sobre o aleitamento artificial. Principalmente porque não é sobre essa batalha que o enunciado transcrito nos fala, mas destacamos esse cenário para auxiliar na compreensão de que, se é por meio da prática materna que se dá parte da colonização afetiva e sexista no dispositivo materno, e essa prática tem sido posta em batalha por diferentes verdades, os efeitos desse cenário para a subjetivação materna tem sido, para as mulheres a sensação de estar num campo minado que vai detonando a *relação afetiva*, em vista do exercício de uma *função social*.

6.2.4 Crítica da experiência (pessoal)

Em meio ao processo de escrita, me deparei com uma matéria da Revista crescer (13 de maio 2022) que tinha como título *Mais de metade das mães que trabalham sofrem burnout*, a conclusão dos pesquisadores foi que, esses dados eram sinais de alertas para que as mães fizessem pausas na rotina para descansar e que procurassem ajuda. Fazendo uma leitura que procurava ir além do que está dito, do que fica na superfície das evidências, me questionava os discursos que estavam funcionando ali, como por exemplo, o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico não são trabalhos? As mães que não trabalham no mercado de trabalho estão mais “protegidas”? Pausas em parte da rotina do trabalho remunerado ou do não-remunerado? Pausa no trabalho ou na maternidade? As mães não procuram ajuda? Ajuda no trabalho ou na maternidade? Porque a palavra ajuda ao invés de equidade nas responsabilidades? Enunciados que, em última análise mostram de quem é a responsabilidade, e quem ocupa o privilégio de *ajudar*.

Após ler as publicações, realizei uma leitura entre os comentários a respeito da matéria, e nesses, mulheres diziam, “e mesmo assim as empresas demitem como se não houvesse

amanhã”, “*eu só queria saber quem é a mãe que não trabalha*”, “*mãe e folga: não existe, praticamente*”. As mulheres estavam dizendo sobre a inflexibilidade e discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho e sobre a sobrecarga, invisibilidade e desvalorização do trabalho não-remunerado de – cuidado, doméstico, intelectual e emocional – planejamento das tarefas e de gerenciamento familiar.

Produzir e incitar essas relações críticas com *as verdades* produzidas pelos dispositivos de poder - como a mídia, relações que descortinam o sexismo, exploração e opressão que essas sustentam, tem sido uma das dimensões que torna os discursos feministas perigosos para o *status quo*, “por muito tempo as experiências de mulheres eram consideradas íntimas [...] tirar do escuro as experiências das mulheres é revelar por dentro as estruturas sociais que oprimem” (Corrêa, 2022, pág. 12).

As mulheres nos comentários, assim como, nos enunciados dessa seção, dizem sobre uma das faces mais cruéis da nossa cultura sexista, *a jornada contínua* - o planejamento e a sequência de trabalho que são tão esmagadoras, que os limites entre a vida doméstica e de trabalho se dissipam, de modo que, se há alguma possibilidade de não trabalhar para as mulheres, esta se dá, apenas quando estão dormindo (Corrêa, 2022), se é que conseguem dormir!

Falar sobre uma jornada contínua, e não jornadas duplas ou triplas, significa expor o permanente estado de alerta e atenção que (sobre)vivem as mulheres¹³³ na nossa cultura, sobrecarregando-as, de modo que [...] não tem tempo para criar, para cuidar da própria saúde, para investir na carreira ou simplesmente ter oito horas de sono. A carga mental transforma as mulheres em zumbis, permanentemente ocupadas (Corrêa, 2022, pág. 60).

¹³³ É importante pontuar que essa carga varia pela diversidade de mulheres em condições socioeconômicas muito diferentes, recaindo mais sobre as mulheres negras, pobres e nordestinas, nos assegura Zanello, (2018), mas ainda assim, são sobre as mulheres. Os homens, em geral, não são interpelados com a mesma intensidade, assim, sejam ricos ou pobres, “[...] são elas “naturalmente” as donas de casa, responsáveis pelo cumprimento e manutenção de inúmeros trabalhos (Zanello, 2018).

Na revista *Mães que escrevem*, Assis (2022) fala sobre a forma que essa carga mental tem sido romantizada e normalizada, retirando a vitalidade das mulheres, “[...] buscando se contentar com a alegria dos filhos e as conquistas da família. [...] Em pleno século XXI, reproduzir esse padrão é normal? É saudável? Vai criar seres humanos diferentes do que temos hoje? Não.” (Assis, 2022, pág. 2).

Para Oliveira (2003, pág. 36), essa carga mental e todas as outras obrigações que sustentam a vida privada são invisibilizadas, desconhecida ou descartadas, ou sequer contabilizadas em seu valor monetário, por uma razão principal, a [...] a invisibilidade das mulheres. A negação de sua existência desemboca necessariamente na negação de tudo que fazem”. Segundo a autora, depois da máxima “*nosso corpo nos pertence*”, as demandas agora tratam da conquista de seus, “*nosso tempo nos pertence*”, para isso, é preciso que as relações invisíveis entre o espaço doméstico e o espaço públicos saiam da obscuridade, é preciso que a vida privada seja reconhecida como promotora também da civilização, transformar um bebê recém-nascido, em um humano é um ato civilizatório, assim como o materno é um ato político por excelência.

A prolongação do valor civilizatório da vida privada conseguiu o prodígio de fazer com que todos acreditassem que o papel das mulheres na construção da civilização fora simplesmente a ausência. [...] Na medida em que se precede a uma desocultação do privado, sua importância pode ser medida por vários parâmetros. Desde cálculos sobre o seu valor econômico, até o seu peso no gasto diário de tempo das mulheres (Oliveira, 2003, pág. 39)

No entanto, é importante pontuar que essa reivindicação do *nosso tempo*, quanto a reivindicação de Federici (2019), sobre o *salário doméstico*, ao invés de tratarem de uma visão reducionista do “valor econômico da lógica do mercado”, são reivindicações políticas necessárias para a subversão do papel ao qual as mulheres tem sido confinadas na sociedade

capitalista, “[...] se a economia não faz esse cálculo, é porque a natureza do que fazem as mulheres não pode, nem deve ser chamada de trabalho” (Oliveira, 2003, pág. 41).

Sobre isso que Federici (2019) nos fala que, reivindicar salário doméstico é expor que o trabalho invisibilizado das mulheres já é dinheiro para o capital, assim, essa é parte de uma revolução maior, e a mensagem é clara:

exigir salário doméstico é tornar visível o fato de que nossa mente, nosso corpo e nossas emoções têm sido distorcidos em benefícios de uma função específica, e que depois, nos foram devolvidos sob um modelo ao qual todas devemos nos conformar para sermos aceitas como mulheres nesta sociedade. [...] Nós queremos chamar de trabalho o que é trabalho, para que, eventualmente, possamos redescobrir o que é amar e criar a nossa sexualidade, a qual nós nunca a conhecemos (Federici, 2019, pág. 49)

Essas discussões, conectam com próximos enunciados, onde há identificação dessas dinâmicas em funcionando nos seus modos de subjetivação materna, a jornada contínua de trabalho que se acentuou com a maternidade e a invisibilidade do trabalho doméstico.

(A29) [...] me sinto cansada, **porque tenho mais trabalho que antes, mas não consigo dimensionar o quanto mais cansada, porque antes trabalhava muito também. Acho que a diferença é que hoje descanso menos, continuo trabalhando mais e não faço que gosto, que me realiza.** Aquela sensação de se preparar pra uma audiência, ganhar, ver o cliente satisfeito, isso mesmo cansada me realizava... **Não que a maternidade não me realize, mas não é fácil pra uma mulher ser mãe e querer ser outra coisa que um dia já foi, mas não vou desistir...**

Esses enunciados falam sobre duas questões importantes, as prescrições para *dar conta de tudo*, e que a *sobrecarga* dessa prescrição, tem haver também com a não identificação dessa, enquanto lugar de realização. Além disso, a intensidade desse atarefamento, retorno ao

pensamento de Corrêa (2022) limita a energia e o tempo das mulheres, para criar, para cuidar da própria saúde, para investir na carreira *“Acho que a diferença é que hoje descanso menos, continuo trabalhando mais e não faço que gosto, que me realiza”*.

Assim, nessa realidade a prescrição da *mulher-maravilha* que dar conta de tudo, coloca as mulheres uma incessante rotina para se adequar aos interesses capitalistas, mas sobretudo, revela uma estratégia patriarcal, “[...] o macho clássico, percebe que está perdendo poder, que vai ter que ceder, ele cede numa estratégia de manutenção do poder” (Homem & Calligares, 2019, pág. 24). Nessa atualização, a mulher e a mãe sentem-se igualmente perdedoras (Badinter, 2011), penso que esse seja o sucesso desse projeto sádico da poderosa mulheres-maravilha (ser maravilha pra quem?).

Sobre isso questiona Corrêa (2022)

Em um nível mais emocional e profundo, como mulheres vão conseguir refletir sobre essa desigualdade e lutar contra elas e por mais direitos, ou mesmo entender que merecem mais afeto dentro de um relacionamento insatisfatório, se as nossas mentes estão permanentemente ocupadas, sem nenhum período de descanso ou reflexão? A resposta é tão triste quanto simples – enquanto as nossas mentes estiverem lotadas de tarefas acumuladas que deveriam ser divididas entre duas ou mais pessoas, não vão conseguir (Corrêa, 2022, pág. 60).

Nessas formações discursivas, podemos identificar que os enunciados esvaziam o naturalismo romântico da maternidade, como também as crenças sacrificiais do discurso materno, ou seja, diz sobre a maternidade sem retomar os discursos morais, essencialistas e religiosos, ao invés, dizem sobre um estranhamento ao discurso que coloca essa experiência subjetiva como a realização maior, *“não faço o que gosto, que me realiza”*. Sinalizam com esses enunciados que, há insatisfação com a realidade que se forma advindo não necessariamente da

chegada do filho, mas dos desdobramentos que o modelo de maternidade produz, novamente voltamos as bifurcações que as mulheres são postas, manejar essas bifurcações significa manejar também as insatisfações, os estranhamentos aos discursos normativos e as falsas glórias que prometem.

Para Silvia Federici (2019), a questão para essas bifurcações estaria no salário do trabalho doméstico, esse seria o ponto zero da revolução.

Nós vamos fracassar na luta por lavadeiras gratuitas se não lutarmos, em primeiro lugar, contra o fato de não podermos amar exceto pelo preço de um trabalho infinito, que, dia após dia, prejudica nosso corpo, nossa sexualidade, nossas relações sociais, e a menos que escapemos da chantagem baseada em nossa necessidade de dar e receber afeto – que se vira contra nós ao se tornar um dever de trabalho, pelo qual nós nos ressentimos constantemente com relação a nosso marido, nossos filhos e amigos, e depois ainda nos culpamos por estarmos ressentidas (Federici, 2019, pág. 50)

Federici (2019) nos fala de outro efeito discurso, o ressentimento que as mulheres vivenciam frente as imposições de uma economia de cuidado e um controle afetivo associada a esta. Segundo a autora, esse efeito discursivo se instalou desde a desvalorização do trabalho feminino que ocorreu com a organização capitalista do trabalho, quando a maternidade começou a ser degradada e reduzida a condição de trabalho forçado, e as mulheres reduzidas a não trabalhadoras. “Nessa época, as mulheres haviam perdido espaço inclusive em empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos” (Federici, 2017, pág. 182).

Outro face desse efeito discursivo também emergiu quando, as mulheres foram forçadas a procriar contra a própria vontade para produzir filhos e filhas para o Estado – um ressentimento que até os dias atuais continua vigorando. Mas esse ressentido vai ganhando outras roupagens

no dispositivo materno, como mostrou Zanello (2018) e Badinter (1985), quando passam a ser obrigadas a amar e cuidar dos filhos nos moldes exigia o Estado e a igreja, sob risco de inúmeras punições, como ressaltou Badinter (2011), isso não significava que as mulheres não amassem seus filhos, mas que a forma de amar e cuidar não poderia ser diferente aos moldes exigidos, porque haviam interesse políticos e econômicos em jogo, por meio dele o capital tem sido capaz de manter sua hegemonia (Federici, 2019, pág. 47).

E por último (ou talvez não), outro ressentimento começa a se mostrar quando não aceitamos passivamente essas movimentações e as viramos de pra baixo, “[...] expusemos seus limites e usamos seus tijolos teóricos para construir um novo tipo de subjetividade e estratégias políticas” (Federici, 2019, pág. 25). É importante pontuar que, esse ressentimento é efeito dos equívocos que se instalaram com a emergência dos femininos. Mas é preciso atenção para o entendimento dessa afirmação, não foi a emergência dos feminismos, assim como não foi a pandemia da covid-19 que causou uma maior sobrecarga de trabalho para as mulheres.

O que estamos querendo pontuar é que, a emergência dos movimentos feministas desestabilizou verdades sobre as relações o que culminou em desestabilizações nas próprias relações humanas, e neste cenário, como pontuou Badinter (2005) e Hooks (2020), a razão primordial dos feminismos, não era melhorar as relações entre homens e mulheres, seria revolucionar essas relações, de modo que uma das consequências seria relações mais justas e igualitárias. As mulheres ficaram ressentidas, sobretudo quando perceberam que depois de tanta luta, quase nada mudou, no sentido de continuarem assumir três quartos dos trabalhos domésticos e criação dos filhos, um ressentimento contra as feministas, contra o Estado nas mãos dos homens e contra os homens, “[...] que não se contentavam em opor uma força inércia ilimitada a suas companheiras, mas lutavam passo a passo para conservar sua reserva exclusiva: os lugares de poder.” (Badinter, 2005, pág. 16).

No entanto, problematiza Badinter (2005) que são os equívocos entre os objetivos e as consequências tem instalado ressentimentos das mulheres com os feminismos, uma vez que, seus objetivos são igualdade e equidade de gênero, e não melhor as relações entre homens e mulheres, essa será a consequência de nossa luta, mas enquanto isso

para a maioria das mulheres, só pode haver melhoria em sua situação através de uma conquista de igualdade que não ponha em perigo as relações com os homens. Mesmo sabendo muito bem que não se arrancam privilégios do grande senhor sem resistência e sem ranger de dentes (Badinter, 2004, pág. 145)

Essa posição de Badinter (2004), mostra um problema sistêmico e não das mulheres, mas “[...] que se resolve à custa de descomunal desdobramento de seus esforços e energias.” (Oliveira, 1003, pág. 19), esse tem sido a base do ressentimento, novamente as mulheres *são exigidas á* – agora de modo mais sutil e eficiente, a procriar, cuidar e trabalhar fora, mas sem perder a essência de *dar conta de tudo e todos*, “[...] quando o mercado de trabalho formal requer a presença feminina, é comum ouvir que “ uma mulher pode realizar qualquer trabalho sem perder sua feminilidade” o que simplesmente significa que não importa o que você faça, você continuará sendo uma “buceta”” (Federici, 2019, pág. 51).

O ressentimento passa pela naturalização social dessas exigências, por isso, concordamos de algum modo, com Federici (2019), quando afirma que reivindicar salário doméstico, é o único caminho possível para questionar “[...] a nossa natureza e começa nossa luta, porque o simples fato de querer salários para o trabalho doméstico já significa recusar esse trabalho como uma expressão de nossa natureza, e, portanto, recusar precisamente o papel feminino que o capital inventou para nós” (Federici, 2019, pág. 47).

Esse acúmulo de papéis que não pararam de aumentar e com eles os ressentimentos também não, “[...] as mulheres vem se queixando da vida [...]. Quanto aos homens, [...] “foram

vocês que quiseram. Ou seja: agora aguentem.” [...] outros, com boa vontade, esse “gostaria de ajudar, mas não podem”, porque têm sua própria agenda profissional.” (Oliveira, 2003, pág. 20). Essa citação de Oliveira, embora seja de 2003, facilmente poderia ser uma descrição da realidade das mulheres, principalmente durante o isolamento social, como identificamos no trabalho de Sousa e Machado (2021)

à rotina diária justaposta a tarefas da casa, a alimentação e as demandas infantis [...] dá lugar para a realidade de uma casa barulhenta, TV e programas infantis, determinação de tarefas para a organização do espaço que está quase sempre em desordem [...]. Uma rotina atribulada, ainda que uma figura masculina também se faz presente neste mesmo espaço doméstico” (Sousa & Machado, 2021, pág. 287)

Foi sobre os ressentimentos acumulados dessa realidade história, que tentei pontuar, mas principalmente, pontuar que esse *acúmulo* ganha atualmente com o discurso sexista e apoio do capitalismo, a capa de *poderes*, mas na realidade, essas *maravilhas* que as mulheres atualmente *tem poder* de fazer, tem significado um acúmulo de estranhamentos e insatisfações, por vezes, qualificados como patologias ou mesmo resultando em patologias, é sobre isso que os enunciados abaixo tratam.

(E28) **Quando eu não tava bem, achava que não era uma mãe boa, porque eu achava que ser boa era fazer tudo que todo mundo precisava. [...] e eu sempre em segundo plano. Agora eu vejo que se eu tenho uns minutos pra mim vou usar pra mim, e isso não invalida a minha maternidade.** Quando saio e me arrumo, ou vou tomar café com minhas amigas, eu percebo que quando eu volto, eu volto melhor.

Há nesses enunciados uma posição de reflexão sobre o sofrimento causado pela busca em ser uma boa mão, ou seja, a busca por funcionar nesse dispositivo marcado pelo heterocentrismo. Além disso, esses enunciados desafiam as regras que validam esse lugar da

boa mãe como único caminho possível para subjetivação materna. Ao invés da culpa, que é um recurso importante nessa validação, o autocentramento ganha enunciabilidade, como processo importante para lidar com os ressentidos acumulados nesse lugar que as mulheres são coagidas/incitadas a assumir.

No entanto, essa posição, ganha maior insurgência, principalmente na sequência de enunciando que emergem posterior a esse, onde se reconhece que a busca por funcionar nesse dispositivo, não se trata de uma escolha individual apenas ou uma normalização ao discurso sexista, melhor dizendo, funcionar nesse dispositivo não pode ser pensando apenas no âmbito individual. Uma vez que, essas imposições já cerceiam as mulheres, ainda que tenham modos de escapar, mas na experiência da maternidade o dispositivo torna esse cerceamento mais eficaz, porque instala um permanente estado de alerta, como disse Corrêa (2022) “[...] em um nível mais emocional e profundo, como mulheres vão conseguir refletir sobre essa desigualdade e lutar contra elas e por mais direitos, se as nossas mentes estão permanentemente ocupadas, sem nenhum período de descanso ou reflexão?” (Corrêa, 2022, pág. 60).

(E28) Mas claro, eu sei que sou privilegiada, porque muitas mulheres não conseguem pensar nisso, porque a carga é toda em cima delas, e nem sempre por escolha. E ainda tem quem que conseguem pensar, e talvez ai seja mais difícil ainda, porque quando você não tem consciência é uma coisa, mas quando você sabe que tem o direito mas as condições externas lhe barra, é difícil, é esgotante mentalmente.

Esses enunciados mobilizam discursos importantes, o heterocentramento que marca o funcionamento do dispositivo materno não está relacionado apenas a questão da colonização afetiva, como também a clivagem marcada pela classe social e pela raça (Zanello, 2018). Assim, a falta de recursos materiais também compreendem esse funcionamento, a falta de recursos financeiros, a deficiência de um filho, entre outros. De modo que, a possibilidade de processos

subjetivos marcados pelo autocentramento, ou seja, a possibilidade de fazer a experiência de si na maternidade de modo diferente do instituído, não se trata apenas de uma questão de contraconduta, como também de alguns privilégios. Parafraseando Judith (2000), para quais mulheres têm sido permitidos insurgir uma outra forma de maternar?

Segundo Zanello (2018), o dispositivo materno encontra variados terrenos, “[...] uns mais propícios, outros mais resistentes. Há diferenças em como esse ideal pôde ser “cumprido” pela diversidade de mulheres brasileiras” (Zanello, 2018, pág. 162). É importante pontuar que a profissionalização das mulheres, principalmente brancas, significou para as mulheres negras e/pobres uma permanência nas atividades domésticas, ou seja, o cuidado com os filhos dos brancos, além da própria casa. Com essa realidade, o dispositivo pôde ser explorado de forma diferente entre aquelas que poderiam terceirizar parte das imposições, e entre aquelas que assumiram essas imposições.

A autora supracitada, faz uma reflexão, com a qual concordamos, com relação a essa realidade, o problema não estaria necessariamente na terceirização, “[...], mas na mercantilização dessa relação, a qual cria uma hierarquia entre quem pode pagar (geralmente mal) pelos cuidados e recebe-los, e quem, por estar em uma situação de vulnerabilidade social e econômica, presta-los.” (Zanello, 2018, pág. 165). Lembrando as ideias de Federici (2017; 2019), uma outra hierarquia se forma, mas ainda assim, são as mulheres que permanecem em uma relação de servidão no que se refere ao mundo masculino como um todo.

6.2.5 *Trabalhar pode ser uma questão, não “a” questão*

Na seção anterior sinalizamos que a terceirização¹³⁴ dos trabalhos de cuidado e doméstico, implica em outras hierarquizações, ou seja, embora seja uma prática de resistência

¹³⁴ Segundo Zanello (2018), ainda há um outras questões que envolve essa terceirização, “a implicação da dedicação dessas mulheres às famílias e casas das pessoas brancas leva fatalmente a uma presença mais escassa na relação com os próprios filhos e em seu lar” (Zanello, 2018, pág. 163)

individual, uma forma de esquivar-se das desigualdades na divisão sexual do trabalho, não significa que a noção de vida doméstica tenha mudado, porque os papéis sexuais em sua maioria permanecem¹³⁵, que por sua, pode significar a não consciência do quão esses papéis são problemáticos para a construção de uma parentalidade mais igualitária. E em última instância, significa a tentativa de igualdade de gênero via “mobilidade de classe”, filiação com os feminismos reformistas, como explicou Bell Hooks (2020)

Elas poderiam se libertar da dominação masculina no mercado de trabalho e escolher mais livremente o próprio estilo de vida. Mesmo que o sexismo não tenha acabado, elas poderiam maximizar a liberdade dentro do sistema existente (Hooks, 2020, pág. 22)

Para Oliveira (2003), a questão é outra, a acidentada entrada das mulheres no mundo dos homens, que para elas significou uma transgressão, por isso aceitaram uma definição de igualdade capenga, onde “[...] não ousaram, não puderam ou não souberam negociar o tempo que dedicam à vida privada. Esse tempo que ninguém computa, que as políticas públicas desconhecem, mas que a gente garante a preservação da vida” (Oliveira, 2003, pág. 22).

De modo que, a articulação de questões envolvendo o mundo público e a vida privada, uma revolução ainda mais profunda nas regras de convivência e nas relações de trabalho, um problema que envolve muito mais atores do que um simples casal, continua sendo um problema para as mulheres resolverem, mas como elas tem resolvido? Um problema só encontra solução quando é reconhecido como tal, disse Oliveira (2003), será que as mulheres estão reconhecendo

¹³⁵ Zanello (2018) e Bell Hooks (2018), abordam essa questão, afirmando que, mesmo que esses trabalhos seja terceirizado, cabem as donas-de-casa articular a logística. “Há assim uma carga (obviamente desigual) que pesa tanto no cuidado remunerado (trabalho/emprego doméstico), quanto no não remunerado (serviço doméstico). Os homens, em geral, não são interpelados, como se esse assunto não lhes dissesse respeito.” (Zanello, 2018, pág. 166).

que *a questão* não é necessariamente trabalhar e sim a ocultação ou naturalização das outras formas de trabalho?

É nesse sentido que, precisamos pensar que trabalhar profissionalmente é *uma* questão na vida das mulheres, que pode variar de positiva a negativa, ou emancipadora a conflituosa. Mas *a* questão que vai determinar isso, está na relação entre o lugar que o trabalho de cuidado e doméstico ocupa na vida das mulheres, flexibilidade do trabalho profissional e a importância do trabalho simbolicamente e materialmente na vida delas. Segundo Badinter (2011), socialmente criam-se condições, que tornam *a questão* do trabalho uma contradição para as mulheres na maternidade.

Enquanto os defensores da família tradicional desaprovam as mães que trabalham, a empresa censura os repetidos partos. Pior ainda, a maternidade é sempre considerada a mais importante realização da mulher, ao mesmo tempo que é desvalorizada socialmente. [...] Em uma sociedade em que a maioria trabalha, aquela que fica em casa, ou faz dos filhos dos filhos sua prioridade, corre o risco de ser rotulada de “desinteressante” (Badinter, 2011, pág. 144).

Em razão disso, pensamos que situar a experiência de trabalho profissional como o ponto nefrágico para a libertação das mulheres, como outrora acreditam as feministas reformistas com origem em classe privilegiada (Hooks, 2020), ou por lado, estigmatiza-la como responsável pelo desmanche da família e negligência na criação dos filhos, como ocorreu a partir da década de 90 (Badinter, 2011). É retirar da discussão *as questões* que realmente importam para pensarmos as produções subjetivas que as experiências de trabalho remunerado movimentam para as mulheres, principalmente na maternidade.

Segundo Bell Hooks (2020), sabemos que o trabalho não liberta as mulheres, mas a autossuficiência econômica é necessária para a libertação das mulheres, além disso, a depender

das condições de trabalho, como por exemplo, melhores remunerações, horários flexíveis e satisfação na sua realização; a experiência de trabalho tende a oferecer mais liberdade as mulheres, ou seja, oportunidades reais de trabalho que reconheçam a importância e a necessidade autêntica de mães e pais viverem sua parentalidade mais presente, principalmente nos primeiros anos de vida. Foram sobre essas questões que os enunciados que encontramos falam.

(G33) **É muito importante, mas também é uma questão...** como posso dizer... **das mulheres que trabalham, ou com o trabalho, assim... no caso da minha mãe, ela conseguia ser presente na nossa criação, mas isso porque não trabalhava, sabe?** Então, o trabalho tem uma representação muito grande para nós, mulheres, mas também atrapalha nesse sentido, **ser mãe e trabalhar é o desafio da mulher moderna, sem dúvidas!**

(C31) Ah, independência, né? Acho que inicialmente isso, mas acho hoje acho que... não sei como explicar, mas **quando pensei em pedir demissão eu pensava em como trabalhar era importante pra minha autoestima, sabe?** Acho que é isso, trabalhar **é uma garantia de independência financeira, mas um lugar que ajuda na autoestima, se sentir útil socialmente e dentro da família também.** Então, assim, sempre foi uma coisa que passava por minha cabeça. Mas se eu tivesse deixado meu trabalho, **nem sei como minha cabeça estaria (risos), mais estressada, e também triste.** Eu gosto do meu trabalho, os dias de isolamento, eu pensava, imagina viver sempre assim? **Penso nos dois lados, ganhos e perdas, porque sei que meu filho vai crescer...**

Nesses enunciados os sujeitos assumem posições de reflexões sobre o **“desafio da mulher moderna”**, que coloca em relação de forças a experiência da maternidade e a experiência de trabalhar (fora de casa), esta última, representa uma posição importante subjetivamente e materialmente para as mulheres, porém, essa importância pode estar relacionada aquilo Badinter

(2011) pontou anteriormente sobre, “[...] Em uma sociedade em que a maioria trabalha, aquela que fica em casa, ou faz dos filhos dos filhos sua prioridade, corre o risco de ser rotulada de “desinteressante” (Badinter, 2011, pág. 144).

É nesse sentido que Bell Hooks (2020), nos esclarece que, se a força que conduziu ao trabalho estiver mais relacionada ao capitalismo e menos como possibilidade de outros modos de subjetivação, o que mais pode acontecer é, acumularem longas jornadas de trabalho em casa e no emprego. Por isso, repensar o significado do trabalho (remunerado, de cuidado e doméstico) para as mulheres é uma produção subjetiva insurgente, segundo a autora, essa é uma pauta importante para os feminismos, abordar sobretudo, a dificuldade econômica, oferecendo respostas coletivas, um campo comum que pode conectar todas as mulheres.

quando as mulheres trabalham para ganhar dinheiro a fim de consumir mais em vez de melhorar a qualidade de nossa vida em todos os níveis, o trabalho não se à autossuficiência econômica. Mais dinheiro não significa mais liberdade, se as finanças não estiverem voltadas ao bem-estar” (Hooks, 2020, pág. 83)

Assim, o que consideramos insurgente nesses enunciados, são as possibilidades de reflexões que se afastam da romantização desse lugar *de dar conta de tudo*, ainda que radiquem dessas formações discursivas, o que é totalmente explicável, quando analisamos que essa posição de sujeito tem sido objeto de luta entre os discursos capitalistas e os discursos feministas liberais, que carregam o discurso geral de que “*Você pode tudo, garota*”, esquecendo de mencionar, como disse Fernandes (2019), que para isso você precisar se comportar como um homem e abrir mão de muitos lugares importantes, como a presença na criação dos filhos e outras relações que as satisfazem.

Não trabalhar não vai garantir que seja uma boa mãe. [...] o trabalho não é o problema.

[...] A pouca quantidade de horas dedicadas a seu filho e a terceirização da criação

dele é que são os problemas. [...] Guerreiam veladamente entre si sem perceber que os dois lados saem perdendo em um sistema que pouco leva em conta a própria condição de mulher e de mãe (Fernandes, 2019, pág. 68)

Sobre isso, Homem e Calligares (2020), apresenta uma argumentação que se relaciona com o enunciado, “**no caso da minha mãe, ela conseguia ser presente na nossa criação, mas isso porque não trabalhava, sabe? Então, o trabalho tem uma representação muito grande para nós, mulheres, mas também atrapalha nesse sentido**”. Os autores afirmam que tem sido legítima a preocupação das mulheres com a presença na criação dos filhos, que em decorrência das exigências e da inflexibilidade do mundo do trabalho, somada a desigual partilha na criação dos filhos, “[...] o que acontece é que as crianças estão mais largadas e terceirizadas, isso em todas as classes. Eles são terceirizados com a babá, com a empregada doméstica e com a escola. Só que a babá terceiriza também os filhos” (Homem e Calligares, 2019, pág. 84).

Os autores ainda pontuam que, essa terceirização tem sido mais grave ainda quando se refere a terceirização a eletrônicos, como TV e Tablete, essa é uma problemática pertinente sobre os pactos sociais entre os pais, como também entre as instituições. Oliveira (2003), fortalece essa afirmativa, e postula que essa não é uma questão apenas para ou sobre as mulheres, mas para a saúde e o bem estar de toda sociedade, trata-se da articulação entre a vida privada e profissional que a organização social e o seu modo de funcionamento não têm permitido que aconteça com equidade e justiça social. Neder (2016), sublinha que, as mulheres além de serem culpadas de “abandonar” os filhos, sentem-se também, culpadas, isso tem retirar o prazer encontravam de trabalhar.

Para além disso, insurge nesse processo, a compreensão de que, o modelo de maternidade atual endereça as mulheres a experiências de subjetivação marcadas pela solidão, tristeza e despotencialização, “**Mas se eu tivesse deixado meu trabalho, nem sei como minha cabeça estaria (risos), mais estressada, e também triste. Eu gosto do meu trabalho, os dias de**

isolamento, eu pensava, imagina viver sempre assim? Penso nos dois lados, ganhos e perdas, porque sei que meu filho vai crescer...”.

Essas reflexões movimentam que, a experiência subjetiva de trabalhar tem um potencial de resgate ou sustentação de si, principalmente frente as imposições da maternidade que, possuem potencial de apagamento temporariamente ou não, do senso de subjetividade nas mulheres, “[...] um tsunami que leva a desorientação: a mulher perde-se de si mesma e, por se perder, nem percebe que já não está mais lá.” (Neder, 2016, pág. 136). Assim, trabalhar poder ser uma possibilidade de resgate de si, quando compreendido como uma rede de apoio afetiva e social para as mulheres nos processos de reposicionamentos subjetivos que a experiência da maternidade indicia.

Por fim, *a questão* do trabalho, nos força a pensar sobre o des-valor que “ser mãe” tem para o mercado de trabalho formal e de que modo, na busca por subjetivar-se nesse trabalho formal, estamos reproduzindo as opressões que denunciemos. Djamila Ribeiro, nos convoca a pensar sobre isso, quando nos questiona: quais opressões estamos elegendo como mais importantes? Se todas são estruturantes, precisamos combater todas, não as terceirizar. Saber quem fica em causa para cuidar dos filhos enquanto pais e/ou mães buscam avançar profissionalmente, e o quanto de tempo ficam fora, diz muito sobre o tipo de sociedade que estamos construindo.

6.2.6 O desafio de não se perder de si: “você se perde muito, se perde como gente”

O princípio basilar do dispositivo materno, “uma boa mãe deveria assim se apagar em favor de suas responsabilidades para com seus filhos (e marido), com promessa de atingir a felicidade (“ser mãe é padecer no paraíso”)” (Zanella, 2018, pág. 135). Uma forma de subjetivação gestada a partir de práticas do Cristianismo, principalmente a partir de um movimento de renúncia à vontade autônoma (Candiotti, 2008).

Ainda assim, quando nos aproximamos dos enunciados e posições dos sujeitos maternos nos discursos, e as relacionamos com toda a estrutura que cerceia as mulheres na maternidade, esse apagamento reflete menos uma escolha e mais a falta de escolhas: “[...] *Na forma que exigem de nós não há negociação, não há meio termo [...], “ [...] quando você sabe que tem o direito mas as condições externas lhe barra, é difícil, é esgotante mentalmente [...]*”; como também, reflete a total vigilância, sempre eficiente e constante: “[...] *vem toda a cobrança do que pode acontecer com a criança estar vinculada a sua pessoa [...]*”, [...] *tem gente que chegava e perguntava se eu realmente queria dar de mamar*”.

Assim, quando pensamos a maternidade enquanto um disposto de poder (Foucault, 1998), que trabalha a partir da dimensão disciplinar, ou seja, capta as mulheres numa “maternidade ideal” que as esquadrinha, as desarticula e as recompõe, logo, o “apagamento” que as formações discursivas escolhem nomear de “esquecimento de si”, é produzido e assegurado por esse dispositivo. Que por um lado, aumentam as forças do “corpo”, ou seja, em termos econômicos exploram o trabalho de cuidado e criação de sujeitos “saudáveis” e dóceis, ao mesmo tempo que, diminuem essas forças em termos políticos, ou seja, diminui as forças para lutar contra o disciplinamento.

Ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por um lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dele uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (Foucault, 1998, pág. 119)

Silvia Federici (2019), a partir de um olhar feminista marxista, afirma que o capital participa ativamente desse disciplinamento, principalmente porque com ele “[...] matou dois coelhos numa cajadada só. Primeiro, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de

graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida [...]” (Federici, 2019, pág. 44).

Formou-se, fazendo referência ao pensamento foucaultiano, um verdadeiro *panóptismo* entorno das mulheres na maternidade, assujeitando e construindo condutas, ou seja, os efeitos do dispositivo materno não apenas repressivos, as (re) configurações subjetivas que ocorrem na experiência da maternidade, são necessárias para assim, ser possível realizar um bom treinamento. Na gestação já se observa as práticas de autocontrole e auto-organização (Marcello, 2004), transformando-as em corpos dóceis, afinal, corpos dóceis são mais fáceis de capturas e adestrar.

Assim, o apagamento é um efeito discursivo que está normalizado, e por vezes, romantizados, na nossa cultura, assim como a violência de gênero, logo, com a chegada de um filho as mulheres não esquecem de si, as mulheres são disciplinadas, vigiadas e desumanizadas, de tal forma que, se perdem enquanto pessoa, é em relação ao isso que nos fala enunciado a baixo.

(J30) [...] **em tudo você coloca primeiro os outros**, você acaba ficando pra depois. **Que pra mim não é algo ruim não, mas muitas vezes você percebe que se colocou depois e começa a tentar fazer algumas coisas, por exemplo, quanto tempo faz que eu não arrumo meu cabelo, e aí eu parei essa semana e disse “essa semana eu vou me organizar, vou arrumar o cabelo porque é algo que eu preciso também fazer por mim, sabe?** E no início, principalmente no início, da maternidade... **a gente se perde muito com as coisas, com a organização de casa, então você se perde muito, se perde como gente, até porque você não tem como se exigir tanto...** é uma coisa que você vai aprendendo com o tempo, eu acho que é um **aprendizado, mas pra vida toda...**

(IS25) Depois de um tempo eu senti falta de me arrumar, de me cuidar, **não é nem uma questão de vaidade é de um carinho comigo, sabe?**

Segundo Zanello (2019), o heterocentrismo, que marca os caminhos privilegiados de subjetivação para as mulheres na nossa cultura – ser escolhida por um homem e ser mãe (até quando não se tem filhos), é tratado nesses enunciados a partir de posições que sugerem sua normalização – colonização afetiva, *“Que pra mim não é algo ruim, mas [...]”* e *“[...] Depois de um tempo eu senti falta de me arrumar [...]”*. No entanto, a mobilização dessas palavras pode mostrar além das aparências, mostram não somente os efeitos discursivos dessa posição, como também, o seu estranhamento.

Na sequência discursiva, é possível compreender que há um período em que, esse heterocentrismo ocorre com maior intensidade, que sugere pensar que se trate do puerpério *“[...] E no início, principalmente no início, da maternidade...[...]”*, onde o heterocentrismo resultaria em *“[...]se perde como gente [...]”*. Fala-se sobre o quanto a dinâmica do dia-a-dia, aquilo que acontece entre o vivido e tolerado, *“[...] a gente se perde muito com as coisas, com a organização de casa, então você se perde muito [...]”*. Os primeiros meses de vida de um bebê, requer cuidado e atenção intensa, o que por si só já é cansativo para qualquer adulto, quando somado as mudanças físicas e hormonais que passam as mulheres no período gravídico-puerperal, e as opressões estruturais que as cerceiam, torna-se cansativo, mas sobretudo, desumano.

Nessa realidade, é possível pensar que o sujeitar-se ocorre sob coerção, por uma disputa de forças desiguais (Foucault (1984), mas a insurgência desse enunciado se faz, frente aos efeitos dessa subjetivação, *“[...] você percebe que se colocou depois e começa a tentar fazer algumas coisas, [...] porque é algo que eu preciso também fazer por mim, sabe?”* e *“[...] não é nem uma questão de vaidade é de um carinho comigo [...]”*. São posições de não passividade com relação a posição de sujeito que pode e deve ser pensada, esse movimento é discutido por Foucault,

quando elabora a dimensão política do cuidado de si, considerando que o sujeito é constituído como tal em virtude da relação política do governo de si mesmo em face do governo dos outros - relações de gênero, o mundo laboral, educacional e familiar e o próprio governo político (Candiotto, 2010).

É possível, com isso que, há nessas sequencias discursivas uma espécie de “jogos estratégicos entre liberdades – jogos estratégicos que fazem que uns tentem determinar a conduta dos outros, aos quais estes outros respondem tentando não deixar determinar sua conduta” (Foucault, 1994, pág. 728). O cuidado político de si de daria, então, na efetivação de contracondutas, “[...] *porque é algo que eu preciso também fazer por mim, sabe?*”. Mesmo enredados simbolicamente e estruturalmente por tecnologias que insistem na desumanização, no apagamento do desejo autônomo, há nesses enunciados posições de resistência.

Pensar esses enunciados por desse prisma proposto, como disse Debora Diniz (Diniz & Gebara, 2022, pág. 112) tem sido o modo como os femininos tem buscado “[...] perguntas anteriores àquelas que movem as histórias oficiais, e uma delas é, certamente, a pergunta fundamental da crítica feminista às políticas da vida: *o que fizeram com ela?*”, a desumanização que essa estrutura social opera sobre as mulheres é cruel, e principalmente quando analisadas pelo recorte da raça, da classe, do capacitismo, etc. Foucault nos últimos escritos, afirmava que, as resistências contemporâneas são lutas contra a submissão da subjetividade, que perguntam: *como nos tornamos quem somos?* Há nessa pergunta, a recusa as explicações abstratas que ignoram a singularidade e tentam determina-la das formas sutis às mais opressoras.

Se priorizar, se respeitar e ter mais tempo para si, não deveriam ser ainda contracondutas na vida das mulheres, mas serão enquanto não tivermos garantido e assegurado

o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza [...] o direito de ser diferente sempre que a igualdade nos descaracteriza [...]. Daí a necessidade de uma

igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (Santos, 2003, pág. 56).

As experiências da maternidade jamais poderiam ser, para as mulheres, o espaço onde a dominação masculina às espreitam – ou às fragilizam. As experiências das maternidades precisam ser pensadas como oportunidades para nos tornamos e tornamos as próximas gerações mais éticas, humanas e amorosas.

Finalizo essa seção com a sugestão de uma reflexão que tento sempre fazer como um exercício ético: sempre que os discursos que suponham uma toxidade materna as (os) atrevessem, antes de assumir qualquer posição no discurso, se faça a seguinte pergunta: *o que fizeram com ela?*”,

CAPÍTULO VII

7 CONCLUSÕES, ENDEREÇAMENTOS E CONVOCAÇÕES

Mãe, você é uma criança ainda. Aos dezoito anos. Mais como uma criança, já que você está sempre doente. Eles têm protegido você dos outros. Não é seu. Mesmo sem saber você deve. Você é bi-língue. Você é tri-língue. A língua proibida é a sua própria língua materna. Você fala no escuro, em segredo. A sua. Sua própria. [...] A língua materna é seu refúgio. É estar em casa. Sendo quem você é. De verdade. Falar te deixa triste. Expressar cada palavra é um privilégio com risco de morte.

Theresa Had Cha

O que fizeram com ela? Longe de mobilizar posições de passividade com relação aos sujeitos maternos, essa pergunta objetiva mobilizar o estranhamento coletivo; como assim? Quem fez? Eu fiz? Uma pergunta que, ao mesmo tempo que conclui, convoca-nos a pensar qual tem sido nossa responsabilização nas constituições e mobilizações subjetivas nas experiências de maternidades. De diversas formas estamos implicados nesses processos, até a não-implicação é uma implicação, a exaustão de uma maternidade solo e/ou a solidão materna são exemplos disso.

E como visto essa semana (junho de 2022), o discurso misógino proferido por uma enfermeira a uma mulher, na cama de hospital, que acabara de ter um filho resultado de um estupro e a posterior quebra de sigilo desse acontecimento trazendo ao escrutínio público as violências e as dores daquele momento, por via de um discurso misógino, é um outro exemplo disso. *O que fizeram com ela?* O modo como aquela e tantas mulheres tem experienciado toda uma sequência brutal de violências, e as formas futuras de se relacionar com o acontecimento maternidade, são e serão também resultado de ações como dessa profissional e das produções subjetivas que ela mobilizou, como as linhas discursivas que passaram a produzir uma mulher violentada como uma “*mãe abandonante*”.

Esse é o primeiro endereçamento que esse trabalho busca realizar, endereçar para a conscientização crítica, ética e política da nossa participação na constituição das experiências

subjetivas de cada sujeito materno, desde as potencializações às vulnerabilidades que essa experiência pode endereçar as mulheres. Ao longo do trabalho, tentamos ampliar nossos olhares em relação às várias formações discursivas que dão sustentação ao acontecimento maternidade na nossa realidade histórica, e analisar como essas se movimentam nos processos subjetivos das mulheres, processos vivos e sempre incompletos.

Aproximarmos das linhas de subjetivação que interpelam as mulheres e a maneira como essas linhas são tratadas, em outros trabalhos ao longo dos séculos e atualmente, foi fundamental para entendermos como estão sendo situadas no campo discursivo nessa realidade histórica, principalmente, enquanto princípio causal da sua condição social ou como produto de relações sociais. Ao dialogar com outras produções discursivas que tem a temática da maternidade como central, foi importante para pontuarmos as diferenças e as peculiaridades dessa investigação, e tecermos um fio analítico.

Para tanto, no nosso caminho analítico, foi menos importante identificar se os discursos eram verdadeiros, ou se refletiam algo estável, e mais importante compreendermos que a utilização dos discursos podia implicar nos modos de fazer a experiência de si. Colocando sempre em questão a possibilidade e o dever de investigar o funcionamento dos discursos, a partir das suas condições históricas de enunciabilidade e transformação. Os discursos que construíram o feminino por séculos, discursos sobre seu corpo e sua natureza, funcionaram e a ainda funcionam com o objetivo de controlar as mulheres tendo posse e propriedade sob seus corpos.

Meu corpo minhas regras, nunca existiu! Se, para as mulheres fosse assegurado o poder sobre seu corpo, acesso à saúde sexual e reprodutiva de qualidade, e tivessem amparo nas leis, não teriam filhos nesse sistema misógino, porque isso significaria que esse sistema não mais existiria. Por isso, os sistemas de poder, produzem discursos com efeito de verdade, que negam

nossa existência enquanto sujeito de ação: ***“Na forma como exigem de nós, não há negociação, não há meio termo, isso é justo?”***.

As relações de forças a partir das quais, o acontecimento da maternidade ganha suas formas nas experiências atualmente, foi que o intentamos compreender. Desse modo, delineando às relações produzidas a partir das práticas normativas e seus efeitos discursivos, observamos que, as linhas de subjetivação que funcionam como guia de ação e fragmentos formadores de subjetividades, movimentam-se entre a normalização de discursos com posições legitimadas pelos discursos sexistas e o estranhamento desses discursos com posições insurgentes.

Uma vez que afirmamos haver, entre os reposicionamentos complexos nos quais o sujeito materno se constitui, movimentos de normalização e estranhamento aos discursos sexistas, enquanto relações de força que estão em tensão, fez-se necessário apresentar a urgência histórica que permitiu com que esse processo ganhasse condição de possibilidade. Caracterizamos alguns fatos sociais, políticos e econômicos que, quando relacionados no campo discursivo e institucional, produziram um espaço de ação onde, a experiência de maternidade possível, subordina as mulheres a uma performance subjetiva – relações pré-estabelecidas sobre aquilo que deve ser pensado, dito, visto e praticado -que as sobrecarregam em todos os níveis, de diferentes formas, o que reforça as desigualdades de gênero, e como consequência, reforça as desigualdades sociais.

Entre as linhas discursivas normalizadoras movimentadas no nosso recorte, identificamos os modos agir incitados por formações discursivas religiosas - contaminadas pela misoginia e formações discursivas capitalistas, que tensionam com alguns modos de agir incitados pelos discursos feministas reformistas. Relações de forças que, tem criado e materializado nos processos de subjetivação materna, posições de desempoderamento e de vulnerabilidade ao adoecimento psíquico, ao reforçar características essencialistas/sexistas como o amor materno e o cuidado materno, e sacralizar a maternidade como acontecimento que legitima a constituição

da família - patriarcal, falsamente ameaçada atualmente, conseqüentemente, romantiza as relações de subordinação e exploração do trabalho doméstico e manutenção do lar.

A sentimentalização e naturalização do cuidado como forma de responsabilizar as mulheres pelo “fracasso ou sucesso” de toda a experiência de maternidade, são os principais efeitos discursivos dessas movimentações, que romantizam o cuidado parental como prática materna normativa, e moraliza a prática materna como ação moral das mulheres. Assim, os desdobramentos dessa sentimentalização e naturalização, por via desses discursos atualizam uma experiência de maternidade despotencializadora, principalmente porque, reforça e/ou causam uma progressiva negação da existência das mulheres enquanto sujeitos de ação, posto que, essa normalização vai sendo nutrida a partir de práticas que desumanizam as mulheres.

Entre as camadas desses efeitos discursivos, temos a naturalização dos papéis sociais; a sobrecarga física e um permanente estado de alerta e atenção para cumprir todos os deveres impostos/assumidos - pela autocobrança interna e afetiva; o sofrimento ou culpa quando não conseguem experimentar esse “amor” e nem sentir satisfação ou realização em responsabilizarem-se ou serem responsabilizadas pelo trabalho de cuidado e trabalho doméstico; a exploração desses trabalhos e a desvalorização do trabalho feminino; efeitos que endereçam as mulheres a experiências de solidão, impotência e fracasso.

Com esse cenário, e novamente, o patriarcado capitalista “mata vários *sujeitos* com uma maternidade “só” – de solitária, nos sobrecarrega ao ponto de não conseguirmos fazermos mais que tentar sobreviver e fazer viver o outro. Mulheres sobrecarregadas não fazem política, não fazem revolução, “contam nos dedos os minutos de silêncio enquanto grita, emudecida, a sua exaustão”. Esse tecido discursivo, é ameaçador porque dar condição de emergência para outros discursos normativos, como as noções sexistas de casamento, o recalque da nossa sexualidade – que inclui a nossa potência criativa – impondo uma moral sexual que coloca em risco os direitos

reprodutivos e sexuais já assegurados, reforçando os discursos misóginos que culpabilizam as mulheres – novamente atrelando a fragilidade moral e sexual.

Essa forma de olhar as práticas discursivas e não discursivas, tornam-se importantes para compreendermos como estes discursos tem interpelado as mulheres para além da subjetivação materna, produzindo determinadas formas de viver. Nos auxilia na compreensão de como certas verdades se tornam hegemônicas, e como trazem consigo efeitos específicos de poder, como a misoginia. Uma vez que, na nossa realidade histórica esses efeitos tem sido mascarados como tal, sendo universalizados, como se não estivessem ligados a circunstâncias históricas específicas, como: a emergência do capitalismo, interpelando as mulheres a se relacionarem com esses efeitos a partir de modelos de mudança individual que implicam que nenhuma mudança tem que acontecer nas realidades políticas e sociais mais amplas.

Forma-se com isso, a interpelação patriarcal, *ser mãe é padecer no paraíso*, que intenta não somente a normalização das posições de sujeito produzidas pelo dispositivo, como também, a normalização das tensões que essa interpelação anterior provoca, com vista a conformações subjetivas. Por isso, precisamos aplicar um outro entendimento as tensões que emergem nesse processo de subjetivação, porque essas tensões tem história, precisamos entender e identificar suas condições de existência e circulação destes para compreender como as relações de poder estão sendo distribuídas.

Porque não encontramos discursos sobre a culpa paterna? Porque a forma como a culpa é alocada entre o par parental – pai e mãe - é um acontecimento que tem contornos bem específicos e razões de ser, não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos, elas estão nos próprios discursos e se impõe a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de campos discursivos determinados. Essa é uma discussão que animou para novas investigações, para entendermos quais linhas de forças movimentam e como movimentam acontecimentos como a culpa e o cuidado parental em casais homoafetivos.

Assim, consideramos que as tensões são acontecimentos discursivos importantes na compreensão dos processos de subjetivação materna, porque indiciam espaços para a subversão entre os reposicionamentos subjetivos, são pontos de derrocada do dispositivo materno, onde ele encontra seu limite de captura. Logo a normalização desses movimentos, pelo dispositivo, objetiva controlar os perigos e poderes que estas carregam. Por isso, consideramos importante direcionar atenções para as tensões que se movimentam, principalmente, porque são movimentos que por vezes, não encontram lugar, direção e/ou sustentação no seu repertório simbólico e material.

São movimento ainda estranho, para a maioria das mulheres, como se fosse um movimento de força ainda desconhecido, e por essa razão, pode endereçar os sujeitos a relações consigo mesmo equivocadas, como os processos de subjetivação incitados no contradiscurso patriarcal capitalista que prescreve o modelo da mulher contemporânea, *mulher-maravilha*.

Vislumbro concluir a partir disso que, as relações de força que as mulheres estabelecem com as linhas de subjetivação do dispositivo materno, quando analisadas perspectivando compreender suas tensões - entre a normalização e os estranhamentos - com seus respectivos efeitos, considerando a constituição histórica que os fizeram emergir, será possível construir conjugações maternas que não se encerram em conflitos e ambivalências individuais, ou seja, será possível pensar outras formas de relação com as verdades, outros modos de ser e agir que não sejam sempre reiteradas por verdades hegemônicas, que produzem uma estilização maciça de subjetividades, e assim, perspectivar modos outros de se implicar nas constituições e movimentações subjetivas nas experiências de maternidade.

Principalmente, quando diagnosticamos que, o cenário que deu as condições de emergência dessas posições – normalização e estranhamento, se forma em diferentes níveis e formas, ao passo que as mulheres se tornam conscientes do impacto dos pensamentos e práticas sexistas no seu cotidiano, alertando para a necessidade de uma nova ética. No entanto, resgatando

um pensamento de Bell Hooks “podemos saber que precisamos de transformação, podemos almejar transformação, mas falta uma percepção de que esses desejos podem ser abordados por políticas feministas e políticas radicais”, o que dificulta imaginarmos caminhos para além das lentes do patriarcado e dos falsos paraísos que ele permite a algumas de nós.

Quando minha mãe, me interpelava dizendo, “*obedeça, quando você for mãe saberá porque obedeço*”, não era porque ela desejava minha obediência, era por essa falta de percepção de que era possível, “queimar o mapa, traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas e a vida reinventar”, mas eu tenho essa percepção e tenho a consciência da minha implicação nisso.

No processo de me constituir feminista, não entendia porque as mulheres em geral se sentiam desconfortáveis com os discursos feministas, porque preferiam não entender a dinâmica real do movimento. Hoje entendo que, os discursos feministas, principalmente os discursos radicais, eles nos *dessasujeitam*, e nos convoca a assumir posições no discurso que vão divergir com aqueles que paradoxalmente são, nossos protetores e nossos predadores. Na nossa realidade histórica, o afeiçoamento das mulheres aos homens, assim como a feminilidade e a heterossexualidade, são reações paradoxais à violência masculina. Amar e cuidar, tem sido nossos modos de sobreviver literalmente, precisamos entender esse caminho, para também compreender como estamos amando e cuidando das nossas crianças, para que amar e cuidar seja nosso maior ato político.

Teci essa consideração sobre nossas relações com os discursos feministas, porque elas nos dizem muito sobre a relação que estamos estabelecendo com as mulheres e suas maternidades, mas principalmente para afirmar que compreendo essa dificuldade, elas têm razões para existir. Mas ainda acredito que, o comprometimento com essa luta é nossa urgência, se desejamos mudar nossa realidade histórica. Não há mais espaço para reformas de igualdade, precisamos nos implicar em transformar a si mesmo e a cultura, se desejamos políticas públicas que nos assegurem educação, saúde e moradia.

E nessa convocação, enfatizo a implicação das/dos profissionais da psicologia, a partir das suas posições de (re) produtores de saber-poder. Foucault, afirmava que, era preciso atenção com relação as posições que os intelectuais ocupavam, uma vez que, eles ocupam uma posição específica, ligada às funções gerais dos dispositivos de verdade em nossas sociedades, ou seja, são posições que funcionam ou lutam ao nível geral dos regimes de verdade, trazendo implicações não somente profissionais ou setoriais, sendo tão essenciais para a estrutura e para o funcionamento da sociedade. E de modo mais específico, relacionado a nosso trabalho, a psicologia, teve – e ainda tem - grande contribuição na constituição do dispositivo materno, ajudando na construção da culpa materna, por exemplo.

Logo, retornando ao primeiro parágrafo, já somos responsáveis pelas constituições ou movimentações subjetivas do dispositivo materno enquanto sujeito social, a nossa não-implicação já está trazendo implicações. E nossa posição enquanto profissional da Psicologia, que estabelece relação de força direta com as mulheres e homens nas experiências de parentalidade, requer mais atenção ainda. Como podemos escutar e acolher uma mulher vítima de violência doméstica se nosso discurso está radicado em formações discursivas sexistas? Como podemos escutar e acolher uma mulher em sofrimento psíquico em decorrência da sobrecarga materna se nosso discurso normaliza a desresponsabilização dos homens na economia de cuidado parental?

A automação nas formas de escutar e acolher as mulheres e homens nesses processos podem estar reforçando opressões em diversos níveis, sob o discurso da neutralidade e objetividade. Bell Hooks, disse que há contextos acadêmicos que reforçam lentamente a hegemonia dominante, o que torna difícil uma formação para além das versões rasas e vazias de ser, meros imitadores. A minha graduação não teve um contexto muito diferente, e nem a especialização que fiz em Psicologia Perinatal.

Foi somente com toda essa experiência de pesquisa, que encontrei o início de uma caminhada para imaginar e construir outras conjugações sobre o *maternar*, os instrumentos éticos e estéticos que adquiri tem me possibilitado direcionar um olhar outro as tensões subjetivas que conformam os processos de subjetivação. Fazendo uma metáfora, com um discurso médico presente no cuidado parental, penso que essas tensões, assim como o estado febril, sinalizam algo, por vezes uma simples medicação é suficiente, porém, quanto mais frequente, longo e intenso o estado febril, mas a necessidade de observar e investigar o que pode estar causando esse estado, duas pessoas podem apresentar um estado febril semelhante, porém por razões diferentes, um simples resfriado em um e uma infecção mais grave em outro.

Assim, os estados de tensões podem ser grandes aliados, podem endereçar para a desconstrução de verdades, verdades dos nossos pais, das nossas famílias, das nossas comunidades e das nossas vidas. Podendo com isso, retirar-las de alguns pedestais, e também nos retirar de alguns pedestais, nos mostrando como somos vulneráveis a um certo regime de verdades, e como participamos da sua disseminação. As tensões dos estranhamentos podem nos deslocar *de quem somos* ou *acreditamos ser*, podem nos deslocar dos estados de desimaginação. Um trajeto que talvez, apenas o processo de criar uma nova vida, nos enderece de forma tão visceral a des-caminhos do nosso *eu conformista*, estendendo-se a uma politização do eu, compreendendo a maneira pelo qual o sexo, raça e classe determinam nossa experiência ética e política.

Precisamos enfatizar que esse movimento subjetivo, assim como os demais processos de subjetivação, é móvel, fragmentado, extenso e sempre incompleto, mas na nossa realidade histórica, esses movimentos de normalização e estranhamentos, indiciam que, o dispositivo materno e a forma como ele se atualiza, compreende mais que promover uma experiência subjetiva de maternidade, uma vez que ele se ocupa em alargar suas linhas de forças para além dos modos como os sujeitos maternos se relacionam com seus filhos, ele preocupa-se em dar

visibilidade e enunciabilidade aos modos como os sujeitos se relacionam com o corpo, com a sexualidade, com as outras formas de trabalho, com o tempo e energia psíquica, criando bifurcações entre as demais linhas de força que possam constituir os sujeitos.

Logo, minha implicação ética nesses processos de subjetivação, fazem parte da minha implicação política com a geração que está nascendo, um movimento que está apenas iniciando com esses primeiros escrito que apresentei, e sobre minha escrita, gostaria de *dizer* que, escrever esse trabalho, por vezes, valendo-se uma tessitura narrativa que se aproxima de uma conversa, teve suas razões de ser. A primeira razão foi a tentativa de apresentar uma escrita própria, próxima da realidade das mulheres e com potencial de conectar pessoas. Entre tantas questões que aprendi com Bell Hooks e com Foucault, uma delas foi que, a escrita neutra dos cientistas, para alguns significa uma escrita emprestada, porque essa escrita, como nos altares e nos assentos políticos, por muito tempo possuiu uma mesma paisagem de corpos – homens, brancos e héteros.

Essa atitude de encontrar a voz, como toda atitude *passesiástica* tem riscos, pra mim o principal deles era aproximar algumas realidades e afastar outras, e esse risco me acompanhou em toda essa jornada, mas penso que ele foi mais meu aliado, que meu algoz. Ele foi meu aliado quando, me aproximou dos feminismos negros, dos feminismos mais plurais, e quando sinalizava que eu estava reproduzindo um discurso normalizador e excludente, o que me paralisou diversas vezes. Mas, assim como eu buscava olhar nas mulheres e nas suas experiências humanidade, assim precisei fazer esse mesmo exercício comigo.

Foram anos me aproximando de outras mulheres e da literatura pelas lentes do patriarcado, racismo e classismo. Isso não justifica a reprodução deles, mas explica as limitações nas minhas lentes de pesquisa, antes da escrita dessa tese eu não tinha a preocupação de verificar se os autores que estavam embasando minha escrita era homem, mulher, negro, e vários outros aspectos que impactam uma escrita, esse é um exercício ético e metodológico recente, assim

como é recente a mobilização de uma escrita sem medo, aquela que desafia o poder hierarquizante e excludente.

E nesse sentido, o medo que esse risco me trouxe, foi meu maior algoz, principalmente porque esse medo caminhava junto do medo que nós mulheres carregamos de que nossos pensamentos sejam desprezados como meros desvaneios, por isso a neutralidade da escrita é um lugar “seguro”. Parte de mim ainda transita entre o cativo do *medo de dizer a coisa errada*. Lembro sempre de Bell Hooks, que adotou esse *pseudônimo*, como forma de evitar tanto a responsabilidade quanto a punição, uma estratégia para desafiar e dominar todos os impulsos que a levavam para longe da fala e perto do silêncio.

O medo de afastar as experiências de maternidades de outras mulheres na minha escrita, parte dele tem razões de existir, uma vez que, entre os sujeitos que escutei, não havia uma maior diversidade de vozes, entre as limitações dessa escrita, essa é a principal. Quando esse trabalho começou a ser pensado e elaborado, eu vivia um estado de desimaginação com relação as questões estruturais que sustentam o dispositivo da maternidade, ou seja, o sexismo e suas tramas de opressão internalizados limitaram os caminhos iniciais.

Somado esse estado de desimaginação com os prazos para elaboração e execução de pesquisa, e as questões que nos atravessaram enquanto sociedade com a pandemia da covid-19. Além de não ter sido possível incluir mais sujeitos nos trabalhos, não foi possível fazer um levantamento teórico mais intenso e tecer críticas mais assertadas, sobre os femininos e suas implicações para os sujeitos mulheres e maternos, e sobre as atualizações do dispositivo materno.

Não há dúvidas de que, é necessário analisar como as linhas discursivas, se movimentam nos processos subjetivos de mulheres negras, pobres, que vivem maternidade solo, que vivem relacionamentos homossexuais, entre outros. Ainda assim, considero que esse é o fio inicial de um trabalho que está longe de ser completo, principalmente porque nosso objeto e sujeito não

estão e nem nunca estarão completos, essas são análises vivas, estamos fazendo um trabalho sobre a história do presente.

De todo modo, o trabalho é sobre um acontecimento discursivo – a subjetivação materna. A compreensão de que há nesse processo atualmente, linhas de subjetivação opostas em movimento, em razão de uma realidade histórica que está sofrendo fraturas, e que estão reverberando no modo como as mulheres fazem a experiência de si na maternidade, é um longo caminho, que precisa ser caminhado coletivamente, mas é um caminho necessário.

Essa escrita traça parte desse caminho, uma escrita que pode incomodar e por vezes, ser ambígua, como tem sido os processos de subjetivação das mulheres na nossa realidade histórica. Por essa razão, prefiro afirmar que, mesmo com limitações há uma escrita necessária, desde do acolhimento/reconhecimento que ela possa oferecer até os estranhamentos e incômodos. Esse é o segundo lugar que eu gostaria que essa escrita endereçasse todas as mulheres, o lugar de conscientização crítica e ética de que, com diferentes afetações a depender principalmente, da raça e da classe, sendo ou não mães, estamos todas *sujeitas e subjugadas* à– um regime de verdade explorador e opressor que dão sustentação ao dispositivo materno.

Essa é uma condição que nossa realidade história impõe as mulheres, em razão disso, precisamos compreender esse assujeitamento por vias discursivas que não sejam sexistas. Estudar a história das mulheres e do movimento de emancipação das mulheres é um caminho para entender o acontecimento da maternidade, e para sairmos do lugar de desimaginação que nos colocam sobre nossas maternidades e sobre a vida como mulheres, como pessoas.

O terceiro lugar é o do estranhamento as interpelações que nos fazem normalizar o *padecer*, para assim, podermos também estranhar os falsos *paraísos* e as falsas glórias que o sexismo nos “oferece”. Nós, mulheres, precisamos entender que, falar sobre maternidade e paternidade não é uma seara apenas das mulheres que tem filhos, essa é uma armadilha estrutural,

que além de nos deixar vulnerável no momento da “chegada do filho”, nos separa das outras mulheres que estão sendo mães, nos “retirando” do lugar de apoio as mulheres.

Entender as estratégias que nos atravessam e que ficam mais evidentes com a chegada de um filho, é a única “proteção” que temos, porque ela nos aproxima de outras mulheres, nos protege do nosso sexismo, racismo e classismo internalizado, nos protege das culpas, dos apagamentos subjetivos, ela nos protege para podermos amar os nossos filhos. Ela nos faz olhar para as outras mulheres como “gente”, nos faz olhar para questões como o aborto, e pensarmos, “eu talvez não faça ou não faria um aborto. Mas sou contra uma mulher ser presa ao fazer um aborto, porque eu sei tudo o que uma mulher passa desde quando nasce, o que fazem com seu corpo e com sua vida, principalmente se ela for negra e pobre”. Entender que, o aborto é uma questão de saúde pública, e que a maternidade não pode ser uma sentença onde mulheres e crianças pagam pelas violências normalizadas por esse sistema misógino.

Ninguém nasce sabendo ser mãe, essa é nossa maior fraqueza. Hoje, posso dizer que, se soubermos ler os processos de subjetivação e tivermos amparo nas leis e garantia de direitos materiais, não saber ser mãe se torna nossa maior potência criativa, nossa maior revolução. Por essa razão, incluir esse fio analítico é necessário ao nos aproximarmos das mulheres e suas maternidades, sobretudo, para aqueles e aquelas que estarão em relação de força com as mulheres e suas maternidades.

Reitero que, as produções subjetivas que se movimentam na experiência da maternidade de cada mulher, são também produzidas e/ou movimentadas pelo pesquisador, pelo psicólogo, pela doula, pela enfermeira obstétrica, entre outras práticas-discursivas. Por isso, convoca a pensarmos, quais linhas de subjetivação temos movimentado? Quais posições de sujeito estamos oferecendo as mulheres? Quais ações discursivas estamos exigindo das mulheres, e quais os efeitos disso? Esse fio analítico, é um caminho para imaginarmos e exercitarmos uma escuta e um acolhimento mais ético e político as mulheres, no processo sempre contínuo de tornar-se

mãe, mas sobretudo uma convocação para pensarmos e revisitarmos nosso agir ético e político, nos nossos espaços de produção de saber e poder.

REFERÊNCIA

Agência Senado (maio de 2022). *Zenaide diz que caderneta da gestante legaliza violência obstétrica*. [Arquivo de site]. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/11/zenaide-diz-que-caderneta-da-gestante-legaliza-violencia-obstetrica>

Allegretti, F. E., & Rodrigues, A. P. K. (2020). Discurso Religioso enquanto violência de gênero: o papel dos representantes da igreja católica na construção do pensamento social. *Estudos de gênero e feminismos na sociedade contemporânea: diálogos jurídicos*.

Alves, J. M. D., & Pizzi, L. C. V. (2014). Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas. *Revista Temas em Educação*, 23, 81. <https://www.proquest.com/openview/5a2a8c7073d5caadbcb3eb2d06bf7889/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4514812>

Alves, T. de S. F., Fronza, E., & Strapasson, M. R. (2021). Motivos associados a opção da mulher pela gestação tardia. *Saúde E Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar*, 10, 29–44. <https://doi.org/10.24302/sma.v10.3111>

Amâncio, L., & Correia, R. B. (2019). Em busca da igualdade: Percepção de justiça e divisão do trabalho doméstico—mudanças e continuidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (90), 77-94. <https://journals.openedition.org/spp/6116>

André, Isabel (2019). O falso neutro em Geografia Humana: gênero e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico. Lisboa: CEGUL, 2019. 346 p. Doi: 10.33787/CEG20190023

- Angelin, R. (2019). Estratégias para a autonomia das mulheres desde os Movimentos Feministas. *Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, 5(1), 20-34.
<http://est.com.br/periodicos/index.php/genero/article/view/3701>
- Araujo, C. (2018). Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma. Em L. Rubim & F. Argolo (Org.), *O Golpe na perspectiva de Gênero*.
[file:///C:/Users/Renata/Downloads/O%20Golpe%20na%20Perspectiva%20de%20G%C3%AAnero%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Renata/Downloads/O%20Golpe%20na%20Perspectiva%20de%20G%C3%AAnero%20(1).pdf)
- Arrais, A. D. R. (2005). A Configuração subjetiva da depressão pós-parto: para além da padronização patologizante. [Tese de doutorado, Universidade de Brasília – Instituto de psicologia – Departamento de Psicologia da Clínica]. Repositório Institucional da <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14011>
- Azevedo, R. A. D. (2017). “Amo meu filho, mas odeio ser mãe”: Reflexões sobre a ambivalência na maternidade contemporânea. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia]. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/163940>
- Azevedo, S. D. R. (2013). Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. *Filogênese. Marília: UNESP*, 6(2).
<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>
- Badinter, E. (1985). *O mito do amor materno: Um amor conquistado*. Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2003). *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Editora Civilização Brasileira
- Badinter, E. (2005). *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Editora Record.

- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Record.
- Barbosa, A. L. N. D. H., & Costa, J. S. D. M. (2017). Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. In *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*
- Barreiro, A. (2018). A luta pela creche no Brasil: para além de uma questão de gênero. *Educação*, 43(4), 867-870.
<https://www.redalyc.org/jatsRepo/1171/117157486014/117157486014.pdf>
- Barros, M. V. V., & Aguiar, R. S. (2019). Perfil Sociodemográfico e psicossocial de mulheres com depressão pós-parto: Uma revisão integrativa. *Revista de Atenção à Saúde (ISSN 2359-4330)*, 17(59). <https://doi.org/10.13037/ras.vol17n59.5817>
- Barros, S. C. D. V., & Mourão, L. (2018). Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia & Sociedade*, 30.
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/?format=pdf&lang=pt>
- Barroso, H. C., Gama, M. S. B. (2020). A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. *Revista do CEAM*, v. 6, n. 1, p. 84-94.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.3953300>.
- Bastos, R. A. S. M. (2017). O parto masculino: as relações entre o sagrado e o feminino e a cristão o de Eva na tradição a judaica e cristã. *Revista Veredas da História*, 10(1).
- Beauvoir, S. D. (1970). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Difusão Européia.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial.

- Biroli, F., Miguel, L. F. (2014). *Feminismo e política: uma introdução*. Boitempo.
- Bordin, T. M. (2014). O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, (10).
<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/5088>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Braz, L. (2019). Empreendedorismo materno. *Revista mães que escrevem*.
<https://maesqueescrevem.com.br/?s=Empreendedorismo+materno>
- Budó, M. D. N., Denardin, M. G., & Köhler, N. S. (2019). Cárcere e maternidade: a dupla penalização de mães e filhos. *Revista InterAção*, 10(1), 91-104.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo. *cadernos pagu*, (11), 11-42.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição*. Autêntica Editora.
- Cabrini, A., & Frichembruder, S. (2020). Para além das lidas da casa: trabalho e processos de subjetivação do feminino na pós-modernidade. *Revista Perspectiva: Ciência e Saúde*, 5(2). <http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/perspectiva/article/view/290>
- Candiotto, C. (2006). Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/form/ação*, 29, 65-78.
<https://doi.org/10.1590/S0101-31732006000200006>
- Candiotto, C. (2008). Subjetividade e verdade no último Foucault. *Trans/Form/Ação*, 31(1), 87-103. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732008000100005>

- Carneiro, R. (2019). Dilemas de uma maternidade consciente: a quantas anda a conversa dos feminismos com tudo isso?. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 5(4), 181-198.
<https://doi.org/10.9771/cgd.v5i4.29683>
- Carneiro, R. G. (2015). *Cenas de parto e políticas do corpo*. SciELO-Editora FIOCRUZ.
- Carneiro, R. G. Feminismo em dias atuais: Possibilidades de (re) significação da gestação e do parto. Em *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.
<http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Seminarios%20Tematicos/ST%2005%20Luzia%20Margareth%20Rago%20e%20Alexandre%20Alves/Rosamaria%20Carneiro.pdf>
- Carvalho, L. A. (2012). *A tirania da Vênus: uma discussão sobre a imagem da deusa e seus reflexos na arte*. [Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Repositório Institucional da UERJ.
<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/image/banner-tede.png>
- Castoldi, E. M., Deliberal, J. P., & Cucchi, M. B. (2020). Maternidade e carreira: reposicionamento das mulheres no mercado de trabalho após a maternidade. Em *XX Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão*. Recuperando de
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xxmostrappga/paper/view/6612>
- Castro, E. (2017). *Introdução a Foucault*. Autêntica.
- Cavalli, J. P. (2021). A feminização na maternagem frente aos determinantes sociais: vivências de mulheres com os filhos internados para tratamento de sífilis congênita em um hospital universitário. [Trabalho de conclusão de residência, Hospital de Clínica de

Porto Alegre, Residência Integrada Multiprofissional].
<http://hdl.handle.net/10183/219083>

Ceribeli, H. B., & da Silva, E. R. (2017). Interrupção voluntária da carreira em prol da maternidade. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(5), 116-139. <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v11i5.1056>

Coelho, F. M. F., & Dias, T. B. (2020). A defesa da família no debate do Plano Nacional de Educação (PNE): os evangélicos e a demonização do gênero. *Mandrágora*, 26(1), 157-178.

Colling, A. M. (2014). *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Universidade Federal da Grande Dourados.

Côrrea, R. (2022). *Monumento para a mulher desconhecida: ensaios íntimos sobre o feminino*. Rocco.

Costa, D. A. S. (2019) Teto de vidro: percepção de barreiras de acesso a cargos de chefia por profissionais mulheres no rio de janeiro. [Monografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro , Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis]. <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/12323>

Cronemberger, L. F. (2019). Ser mãe é padecer no paraíso? O dispositivo da maternidade nas narrativas da depressão pós-parto. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós-graduação em Sociologia.
https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18126/1/LorenaFerreiraCrone_mberger_Dissert.pdf

Cruz, G. C., Ruiz, P. C., Junior, O. C. R., de Sousa, A. D., de Oliveira Pereira, R. M., Barroso, C. O., & Campos, S. S. T. (2019). Métodos de avaliação da qualidade de assistência

- ao pré-natal no Brasil: revisão integrativa da literatura. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (27), e521-e521. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i2.425-431>
- Cruz-da-Silva, M. R. (2019). *Dor e violência no parto: maus tratos a mulheres em uma maternidade de Manaus*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas]. Sistema de bibliotecas da UFA <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7392>
- Cunha, J. D. S. (2016). A representação feminina em Mulher Pantera e Mulher Maravilha. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás, Região Catalão]. Repositório da UFG. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5890>
- Dantas, T. N. (2020). A importância da abordagem dos direitos humanos nas políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero desde a infância: reflexões baseadas em casos de casamento infantil, gravidez precoce e trabalho infantil doméstico no Brasil. *Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, 6, 1071-1091. <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p1071>
- de Araújo, V. S., & de Oliveira, R. B. (2021). “Cuida de quem te cuida” a luta das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de covid-19 no brasil. *Revista Trabalho Necessário*, 19(38), 126-151. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.48187>
- de Assuncao, L. A. (2018). Os horizontes femininos do trabalho: do chão de fábrica ao teto de vidro. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais Programa de Pós-Graduação em Direito. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BANHF6>
- de Figueiredo Souza, A. L. (2018). Maternidade, culpa e ruminação em tempos digitais. *Revista Ártemis*, 25(1), 89. DOI:10.22478/ufpb.1807-8214.2018v25n1.37640

- de Figueiredo, MG, & Diniz, GRS (2018). Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob uma perspectiva sistêmica feminista. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27 (60), 100-119. <https://doi.org/10.38034/nps.v27i60.393>
- de Oliveira, F. A., de Queiroz, F. M., & Diniz, M. I. (2020). Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da covid 19. *Revista Inter-Legere*, 3(28),. <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21486>
- de Oliveira, J. R., & Queiroz, U. M. (2019). Uma dona de casa é uma dona de casa. Só em certas ocasiões é que ela se converte em capital. Em VI *Congresso Nacional de Educação*. https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA7_ID11906_21082019183859.pdf
- de Souza, L. F., & Machado, L. H. B. (2021). Casa, maternidade e trabalho no distanciamento social: A “pandemia” da sobrecarga de trabalho para as mulheres. *Revista da ANPEGE*, 17(32), 282-308. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12467>
- Del Priore, M. (2009). *Ao sul do corpo: condição feminina e mentalidades no Brasil Colônia*. Unesp.
- Del Priore, M. (2018). *História das mulheres no Brasil*. Contexto.
- Descarries, F. (2000). *Feminismo em atos, um movimento de múltiplas vozes: o feminismo do Quebec. Gênero nas políticas públicas*.
- Diniz, D. & Gebara, I. (2022). *Esperança Feminista*. Editora Rosa dos tempos.
- Dreyfus, h. L. & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Forense Universitária.

- Duarte, N. I. G. (2019). *O dispositivo da maternidade em tensão: A polifonia das narrativas sobre aborto provocado em uma comunidade online*. [Tese de Doutorado, Programa de Pósgraduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz]. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/35024/2/ve_Nanda_Isele_ENSP_2019
- Durão, A. B. (2018). Kant contra Habermas: guerra e paz no pensamento cosmopolita. *Aufklärung: revista de filosofia*, 5(1), 39-52. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6579636>
- Espíndola, C. K., & Zucco, L. P. (2021). A atuação dos movimentos de doulas em Florianópolis (SC): conflitos pelo protagonismo feminino no parto. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 19(47). <https://doi.org/10.12957/rep.2021.56079>
- Faleiros, J. L. (2022). “Tudo é incerto, menos o amor de mãe”. *Revista Espaço Acadêmico*, 21(232), 31-43.
- Faria, G. J. A. D., Ferreira, M. D. L. A., & Paula, A. M. N. R. D. (2020). “Nós, as meninas da minha família, sempre vamos muito cedo para lá”. Trajetórias migracionais, redes sociais e espaços de vida das domésticas migrantes. *Cidades. Comunidades e Territórios*, (40). <https://journals.openedition.org/cidades/2063>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa. mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Elefante.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante.
- Federici, S., & Valio, L. B. M. (2020). Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, 28. <https://www.scielo.br/j/ref/a/MqrkMq7hHybFzZcgTwPbvqd/abstract/?lang=pt>

- Fernandes, N. (2019). *Feminismo materno: o que a profissional descobriu ao se tornar mãe*. Editora Polén.
- Ferreira, Camila Rafael, Isaac, Letícia, & Ximenes, Vanessa Santiago. (2018). Cuidar de idosos: um assunto de mulher?. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(1), 108-125.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000100007&lng=pt&tlng=pt.
- Fidalgo, L. D. A. (2000). *(Re) construir a maternidade numa perspectiva discursiva*. [Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto].
[file:///C:/Users/Renata/Downloads/87781_W_4_FID_001_01_P%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/Renata/Downloads/87781_W_4_FID_001_01_P%20(7).pdf)
- Figueiredo Souza, A. L. (2018). Maternidade, culpa e ruminação em tempos digitais. *Revista Ártemis*, 25(1), 89. DOI:10.22478/ufpb.1807-8214.2018v25n1.37640
- Figueiredo Souza, A. L., & Polivanov, B. (2019). "Ninguém fala do lado assustador de ser mãe": testemunho no Facebook enquanto ruptura de performances idealizadas da maternidade. *Revista Fronteiras*, 21(1).
<https://eds.a.ebscohost.com/abstract?site=eds&scope=site&jrnl=19848226&AN=141501617&h=Fs4HbK%2b0zQjtZFf27zjRLhoSqxr53if9ghVnuA%2bJ4wiHgwHxmxpEg21SrSybFN9d7kDgef8%2fM%2bNQ4zQ%2btvP8Mg%3d%3d&crl=c&resultLocal=ErrCrlNoResults&resultNs=Ehost&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d19848226%26AN%3d141501617>
- Filomena, N. (2013). O “cuidado de si” na hermenêutica do sujeito de Michel Foucault. *Encontros com a filosofia-issn* 2317-6628, (1).
<https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/40460>

Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de pesquisa*, 197-223.

<https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzgg9t/?format=pdf&lang=pt>

Fischer, R. M. B. (2003). Foucault revoluciona a pesquisa em educação? *Perspectiva*, 21, 371-389. <https://doi.org/10.5007/%25x>

Fonsêca, A. O parto é meu: os regimes de visibilidade e vigilância sobre o corpo grávido e o parto. Em Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1887-1.pdf>

Forna, A. (1999). *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Ediouro.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Vozes.

Foucault, M. (1988). *Microfísica do poder*. Graal.

Foucault, M. (1990). Qu'est-ce que la critique? *Bulletin de la Société Française de Philosophie*.

Foucault, M. (1994). *Dits et écrits IV*. Gallimard.

Foucault, M. (1995). Sujeito e poder. In: Dreyfus, H. L. & Rabinow, P. (orgs.). *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Forense Universitária.

Foucault, M. (1997). *A Arqueologia do Saber*. Vozes.

Foucault, M. (1997). *A História da Loucura na Idade Clássica*. Perspectiva.

Foucault, M. (2000). *Em Defesa da Sociedade*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2004a). Ditos e escritos V: Ética, sexualidade. *Política*.

Foucault, M. (2004b). Verdade, poder e si mesmo. In: _____. Ditos e Escritos V: ética, sexualidade e política. Forense Universitária.

Foucault, M. (2010). A ordem do Discurso. Loyola.

Foucault, M. (2012). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Vozes.

Foucault, M. (2016). *Subjetividade e verdade*. Martins Fontes.

França, K. V., & Brauner, M. C. C. (2018). O corpo feminino sob uma perspectiva foucaultiana: rumo à construção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil. Em VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade. Universidade do Rio Grande. <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/236.pdf>

Francisco, E. H., (2016). *Triste Louca ou má*. [Arquivo de vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE>

Furno, J., Fogo, D., Cardomingo, L. T. E. M. R., & Paes, E. T. Boletim especial gênero: as mulheres na pandemia. *Centro de Estudo de Economia*. <https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/03/BOLETIM-ESPECIAL-DO-IREE-SOBRE-GE%CC%82NERO-V2.pdf>

Garcia, C. F., & Viecili, J. (2018). Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. *Fractal: revista de psicologia*, 30, 271-280. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5541>

Gatto, G. M. D. S. (2019). *Mulheres e processos de subjetivação: experiências sobre o parto e nascimento*. [Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas]. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_00936fdc29fdefb60262839882720628

- Gava, L. M. (2021). Mulher-Maravilha ao longo da história: ícone de empoderamento questionável. [Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Linguística e Língua portuguesa da UNESPE/Araraquara]. Repositório Institucional da UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/213741>
- Gevehr, D. L., & de Souza, V. L. (2016). As mulheres e a Igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas. *Revista Acadêmica Licenciaturas*, 2(1), 113-121.
- Gimbo, F. (2016). Da ordem do discurso ao discurso da ordem: da relação entre saber e poder em Foucault. *Sapere Aude-Revista De Filosofia*, 7(12), 132-154.
- Gotardo, A. T. (2018). Parto humanizado, empoderamento feminino e combate à violência: uma análise do documentário O renascimento do parto. *DOC On-line: Revista Digital de Cinema Documentário*, (23), 29-45. [10.20287/doc.d23.dt02](https://doi.org/10.20287/doc.d23.dt02)
- Gouveia, A. C. D. S. D. (2017). A violência silenciosa do estupro na relação conjugal do município de Caruaru-PE. [Trabalho de conclusão de curso - Centro Universitário Tabosa de Almeida]. <http://200-98-146-54.cloudnol.com.br/bitstream/123456789/804/1/TCC%20-%20AGLAE%20GOUVEIA%20-VERS%c3%83O%20FINAL.pdf>
- Gros, F. (2012). A propósito de A hermenêutica do sujeito. *Mnemosine*, 8(2). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41569>
- Guiginski, J., & Wajnman, S. (2019). A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>
- Guiginski, J., & Wajnman, S. (2019). A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>

- Homem, M. (2020, set, 30) *A mulher do futuro*. [Arquivo de vídeo].
https://www.youtube.com/watch?v=Gdz_2znGjaA
- Homem, M., & Calligaris, C. (2019). *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*. Papirus Editora.
- Hooks, B. (2019). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante editora.
- Hooks, B. (2020). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos tempos.
- Insfran, F., & Muniz, A. G. C. R. (2020). Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. *Diversitates International Journal*, 12(2), 26-47.
- Jesus, E. Z. (2009). O possível entrelaçar do eterno mito feminino: Eva e Lilith em Pandora. *Anagrama*, 3(2), 1-14.
<https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35418>
- Jorge, C., Saliba, G. R., & da Fonseca, B. G. (2021). Da sobrecarga de trabalho ao desemprego: os impactos da pandemia sobre a mulher que trabalha. *Cadernos de Direito*, 20(38), 141-155.
- Jurkevics, V. I. (2010). Virgem maria: paradigma da superioridade espiritual feminina. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 9.
http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1276543954_ARQUIVO_VIRGEMMARIAParadigmadasuperioridadeespiritualfeminima.pdf
- Kalil, I. R., & Aguiar, A. C. D. (2016). Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero. *Saúde em debate*, 40, 208-223.

- Kalil, I. R., & de Aguiar, A. C. (2019). Discursos de promoção ao aleitamento materno e a conformação da (s) maternidade (s) contemporânea (s). *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, 14, 43716. <https://doi.org/10.12957/demetra.2019.43716>
- Laraia, R. D. B. (1997). Jardim do Éden revisitado. *Revista de Antropologia*, 40, 149-164. <https://doi.org/10.1590/S0034-77011997000100005>
- Leandro Karnal (2019, mar, 08). Protagonismo da mulher na sociedade: Feminino e misoginia [Arquivo de vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=fF945w5Sz3o>
- Lemes, H. C. D. D. S. (2020). *Práticas sociais e identidades profissionais de mulheres engenheiras: problematizando gênero e resistência feminina nas relações de trabalho*. [Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Goiás Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias. <http://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/402>
- Lemos, a. H. D. C., Barbosa, A. D. O., & Monzato, P. P. (2021). Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de Administração de Empresas*, 60, 388-399. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200603>
- Lima, J. B. Q., de Souza, F. F., do Nascimento, K. C., & Oliveira, T. D. (2020). Arquitetura silenciosa da violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 3(12), 186-207.
- Lima, J. C. P. (2021). *A licença-maternidade no Brasil como fator agravante na concretização da igualdade de gênero no mercado de trabalho*. [Trabalho de Conclusão de Curso,

Graduação em Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/31859>

Lima, K. D. D. (2018). *Vivências de mulheres negras na assistência ao parto: vulnerabilidades e cuidados*. [Dissertação de Mestrado em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz].
<https://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2108lima-kd.pdf>

Macêdo, S. (2020). *Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid19: tecendo sentidos*. Revista do NUFEN, 12(2), 187-204. Doi
<http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33>

Marcello, F. D. A. (2003). Dispositivo da maternidade: mídia e produção agonística de experiência. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação]. Repositório digital da UFRGS
<http://hdl.handle.net/10183/3734>

Marcello, F. D. A. (2005). Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. *Revista Brasileira de Educação*, 139-151.

Martins, A. M. de O. (2013). O corpo feminino na Idade Média: um lugar de tentações. In: Braz, J.; Neves, M. (orgs). *O corpo-Memória e Identidade*. Edições Universitárias Lusófonas.

Martins, N. S. (2008). A maldição das filhas de Eva: uma história de culpa e repressão ao feminino na cultura judaico-cristã. Em *ANPUHPB. XIII Anais*.

Matos, M. I. S. de. (2017). Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico - São Paulo 1890-1930. *Diálogos*, 4(1), 77 - 92.
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37603>

- Mauadie, R. A. (2018). *O poder decisório da mulher no parto: as práticas discursivas dos profissionais e sua relação com a formação em obstetrícia*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade do Estado do Rio].
<https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/11448>
- McLaren, M. A. (2016). *Foucault, feminismo e subjetividade*. Intermeio.
- Medrado, a., & Muller, A. P. (2018). Ativismo digital materno e feminismo interseccional. *Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*.
- Melo, A. L. J., & Vieira, L. S. A. (2017). A Percepção de Mulheres sobre Violência de Gênero e Sexualidade Feminina. *Revista congrega-mostra de trabalhos de conclusão de curso*, (1), 178-195.
<http://ediurcamp.urcamp.edu.br/index.php/rcmtcc/article/view/1587>
- Menegatti, M. S., Fornari, L. F., dos Santos, D. L. A., Lourenço, R. G., & da Fonseca, R. M. G. S. (2020). Retratos da violência doméstica de gênero na pandemia da COVID-19: Representation of domestic gender violence in covid-19 pandemic. *Comunicação & Inovação*, 21(47). <https://doi.org/10.13037/ci.vol21n47.7236>
- Meyer, D. E. E. (2005). A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Revista gênero*, 6(1), 81-104.
[https://www.researchgate.net/profile/Dagmar-Meyer-6/publication/237619825_a_politizacao_contemporanea_da_maternidade_construindo_o_um_argumento1/links/0046353a02a0e9fd3c000000/a-politizacao-contemporanea-da-maternidade-construindo-um-argumento1.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Dagmar-Meyer-6/publication/237619825_a_politizacao_contemporanea_da_maternidade_construindo_um_argumento1/links/0046353a02a0e9fd3c000000/a-politizacao-contemporanea-da-maternidade-construindo-um-argumento1.pdf)
- Minayo MCS. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Monteiro, R. P., de Araújo, J. N. G., & Moreira, M. I. C. (2018). Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico. *Revista Pesquisas e Práticas*

Psicossociais, 13(4),

1-14.

http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3155

Moreira, L. E., Alves, J. S., Oliveira, R. G. D., & Natividade, C. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, 32.

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/93BpjQdGtPs9Lxs9SCSWWhkr/?format=html&lang=pt>

Moreno, R. F. C. (2019). *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-02102019-150924>

Nascimento, H. G. D., & Figueiredo, A. E. B. (2019). Demência, familiares cuidadores e serviços de saúde: o cuidado de si e do outro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 1381-1392. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.01212019>

Nathalia, F. (2019) *Feminismo materno: o que a mãe descobriu ao se tornar mãe*. Pólen.

Nardi, H. C., & da Silva, R. N. (2004). A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização. *Educação & Realidade*. Recuperado de <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25425>

Neder, M. (2016). *Os filhos da mãe: como viver a maternidade sem culpa e sem mito da perfeição*. Editora Casa da Palavra.

Nicolazzi, F. F. (2004). A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. (11) 19/20, p. 101-138. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31543>

- Nogueira, C. (1996). *Um novo olhar sobre as relações de gênero: perspectiva crítica na psicologia social*. [Tese de Doutorado, Psicologia Social e das Organizações].
https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_381fb5ac203196b172df9ba95e8f2c07
- Okabayashi, N. Y. T., Tassara, I. G., Casaca, M. C. G., de Araújo Falcão, A., & Bellini, M. Z. (2020). Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil-impacto do isolamento social pela COVID-19. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(3), 4511-4531.
<https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-049>
- Oliveira, A. M., & Bastos, R. (2021). Então a deusa se mata em sacrifício de seus próprios animais”: a mulher maravilha como uma prescrição do “ser mulher. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, 9(2), 643-655.
- Oliveira, C. R., & Alves, A. E. S. (2019). A invisibilidade do trabalho das mulheres na lavoura cacaueteira. *Pegada-a Revista da Geografia do Trabalho*, 20(1), 170-184. <https://doi.org/10.33026/peg.v20i1.6047>
- Oliveira, D., Oliveira, P., Rocha, F., Diaz, M. D. M., & Pereda, P. C. (2020). *COVID 19, isolamento social e violência doméstica: evidências iniciais para o Brasil*. FEA/USP.
https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files_I/i12-18d5a3144d9d12c9efbf9938f83318f5.pdf
- Oliveira, G. (2011). *Cuidado de si e hermenêutica do sujeito em Michel Foucault*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Filosofia].
- Oliveira, P. G. A. D (2019). *A herança original: as consequências do pecado de adão e eva para a condição humana de acordo com a summa theologiae (1273) de tomás de Aquino*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós de Graduação em História da

Universidade Federal do Maranhão]. Sistema de Publicação eletrônica de Teses e Dissertação. <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2936>

Oliveira, R. D. de (1991). *Elogio da Diferença: O feminino emergente*. Rocco.

Oliveira, R. D. de. (2003). *Reengenharia do tempo*. Ed Rocco.

Orellana, N. D. V. (2012). Entre poder y resistencia. Tras los rastros de la política en Foucault. *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, 17, 147-168. <https://www.redalyc.org/pdf/960/96024879008.pdf>

Orlandi, E. P. (1999). *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Editora Pontes.

Paini, E. (2018). *Gênero e mercado de trabalho: as representações sociais das mulheres líderes no setor bancário*. [Monografia, Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Chapecó Curso de Administração]. <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2797/1/PAINI.pdf>

Palharini, L. A., & Figueirôa, S. F. D. M. (2018). Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 25, 1039-1061. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000500008>

Pereira, IC, & Tafarello, PC. (2019). Uma análise dos discursos sobre a cultura do estupro. *Revista digital do curso de letras*. <https://revista.unemat.br/avepalavra/EDICOES/28/artigos/islana.pdf>

Pereira, J. L. O. (2021). Principais dificuldades do enfermeiro frente ao casal infértil na atenção básica. *Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso*.

Pereira, LC e Tsallis, AC (2020). Maternidade versus Sacrifício: uma análise do efeito moral dos discursos e práticas sobre a maternidade, comumente engendrados nos corpos das mulheres. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15 (3), 1-14. http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e3651

Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. Contexto.

Perrot, M. (2019). *Minha história das mulheres*. Contexto.

Pessoa, A. R. R., Moura, M. M. M., & de Farias, I. M. S. (2021). A Composição do Tempo Social de Mulheres Professoras Durante a Pandemia. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 24(1), 161-194.
<https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.29532>

Pez, T. D. P. (2010). Pequena análise sobre o sujeito em Foucault. *A Construção de uma Ética Possível*. Londrina. <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/TiarajuDPPez.pdf>.

Pimenta, R. (2019). Maternidade, políticas públicas e condições de permanência no mercado de trabalho: narrativas de mulheres-mães-trabalhadoras. *Revista Feminismos*, 7(3).
<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42043>

Pinheiro, L., Goes, F. L., Rezende, M., & Fontoura, N. D. O. (2019). *Os desafios do passado no trabalho doméstico do Século XXI: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/240723/1/td-2528.pdf>

Pinto, C.R. J (2018) Dilma – uma mulher política. Em L. Rubim & F. Argolo (Org.), *O Golpe na perspectiva de Gênero*.
[file:///C:/Users/Renata/Downloads/O%20Golpe%20na%20Perspectiva%20de%20G%C3%AAnero%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Renata/Downloads/O%20Golpe%20na%20Perspectiva%20de%20G%C3%AAnero%20(1).pdf)

Pires, E. M., & Lima, A. L. G. (2021). “# Síndrome de menasmain#”: a mãe má e a boa mãe da blogosfera materna brasileira. *Textura-Revista de Educação e Letras*, 23(55).

- Pontes, TB, Alves, AT, Celeste, LC, Bernardo, LD, Queiroz, AG, Poletto, M., & Njelesani, J. (2019). Mães acadêmicas: equilibrando os papéis de mães e pesquisadoras. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoED2704>
- Rago, L. M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Editora da UNICAMP.
- Rago, M. (1995). As mulheres na historiografia brasileira. *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP. https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf
- Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 25-37. http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-Epistemologia_Feminista.pdf
- Rago, M. (2004). Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. *Poéticas e políticas feministas* Ed. Mulheres, 31-41. <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/feminismo-e-subjetividade.pdf>
- Rago, M. (2021, mar,15) *Foucault, Feminismos e Subjetividade*. [Arquivo de vídeo]. https://www.youtube.com/watch?v=wy_6i7CVRyo
- Ramires, L. (2020). Mulheres jornalistas esportivas e mercado de trabalho: quem (não) as deixa trabalhar?. *Revista Katálisis*, 23, 501-509. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p501>
- Ramos, F. R. A. da S. (2006). O sofrimento psíquico da mulher no pós-parto: uma expressão de resistência ao modelo tradicional de maternidade. [Dissertação de Mestrado em

Psicologia, Universidade Católica de Brasília]. Sistema de bibliotecas da UFB
<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1878>

Rezende, C. B. (2020). " Eu não queria errar". *Caderno Espaço Feminino*, 33(2), 13-35.
<http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v33n2-2020-2>

Ribeiro, K. V., Florentino, C. L. V.; Mariano, D. C. A.; Peres, P. L. P. & Rodrigues, B. M. R. D.
 (2017). A amamentação e o trabalho informal: a vivência de mães trabalhadoras.

Ribeiro, S. M (2000) 'Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo'. Em
 comunicação apresentada ao *IV Congresso Português de Sociologia*, Universidade de
 Coimbra.

Rita Von Huntz (2019, mai, 14). Mulher: Centro de Reabilitação. [Arquivo de Vídeo].
<https://www.youtube.com/watch?v=OEr0kbUrNUs>

Rodrigues, I. C. P. (2020). *A informalidade no mercado de trabalho: um panorama e uma
 análise do caso das trabalhadoras domésticas*. [Dissertação de Mestrado em Gestão
 Pública e Sociedade, Universidade Federal de Alfenas]. [http://bdtd.unifal-
 mg.edu.br:8080/handle/tede/1646](http://bdtd.unifal-mg.edu.br:8080/handle/tede/1646)

Rodrigues, L. (Jul, 2020) Auto cuidado como luta política. *Revista Mães que escrevem*.
<https://maesqueescrevem.com.br/coluna-o-autocuidado-como-luta-politica/>

Rohden, F. (1996). Feminismo sagrado: uma reencenação romântica da diferença. *Estudos
 Feministas*, 96-117. <https://www.jstor.org/stable/43903927>

Roque, C. B., & Bertolin, P. T. M. (2021). As carreiras das mulheres no Brasil: igualdade de
 oportunidades ou teto de vidro? *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 23792-
 23813. Recuperado de
<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/26027>

- Rubim, L. S. O., & Argolo, F. (2018). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Edufba.
- Rückert, B., & Aranha, A. V. S. (2020). Os valores no cuidado em saúde de mulheres do campo. *Metamorfose*, 4(4).
- Sabino, F. P. (2019). *Teto de vidro: a percepção dos profissionais do Extremo Sul Catarinense sobre as diferenças de gênero*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc curso de ciências contábeis.]. <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7951>
- Salgado, J., & Jorge, M. F. (2018). Empreendedorismo materno: entre o ideal subjetivo e a frustração performática1. Em *Anais eletrônicos Comunicon*, 26-41. http://anais-comunicon.espm.br/gts/gtpos/gt1/gt01_salgado_jorge.pdf
- Santos, A., Vaz, P. (2017). “Trauma, Identidade e Testemunho: Deslocamentos conceituais e a construção da subjetividade contemporânea”. Em *COMPÓS*, XXVI, <http://www.compos.org.br/anais_encontros.php>.
- Santos, G. D. B. M., Lima, R. D. C. D., Barbosa, J. P. M., Silva, M. C. D., & Andrade, M. A. C. (2020). Cuidado de si: trabalhadoras da saúde em tempos de pandemia pela Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00300>
- Santos, T. S. M. (2019). A maternidade, a mulher e a história. In *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019* (Vol. 16, No. 1).
- Sardenberg, C. M. B. (2018). O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inclusão Social*, 11(2). <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>
- Scaffo, M. D. F. (2013). *A transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjugal*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio Centro de

Ciências Humanas e Sociais]. <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12050/Tese%20-%20F%C3%A1tima%20Scaffo%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf?sequence=1>

Scavone, L. (2004). *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. Editora UNESP.

Schimid, W. (2002). *Em busca de um nuevo arte de vivir. La pregunta por el fundamento y la nueva fundamentación de la ética en Foucault*. Pré-textos.

Schreiner, S. F., Monteiro, J., & Candioto, J. D. F. S. (2020). A construção da desigualdade de gênero observada na mulher do século XVII a partir do processo de bruxaria—um estudo descritivo. *Revista Científica Interdisciplinar Interlogos*, 6(1), 117-131. <http://infopguaifpr.com.br/revistas/index.php/Interlogos/article/view/211>

Segato, V. M. (2019). Biopoder e desigualdade de gênero: A sujeição do corpo feminino. *Intertem@s ISSN 1677-1281*, 37(37).

Serra, M. C. M., & Batalha, G. F. O. M. (2019). Do poder disciplinar ao biopoder: medicalização do parto a partir da incidência de cesarianas. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, 5(2), 74-95. <https://core.ac.uk/download/pdf/288182105.pdf>

Silva, A. C. D. (2014). História das mulheres na Idade Média: abordagens e representações na literatura hagiográfica (século XIII). Em *IV Congresso Internacional de História*.

Silva, C. G. (2021). *Maternidade, cultura e redes sociais: análise da interação social de mães solo através de netnografia e mineração de dados no Instagram*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Goiás]. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11266/3/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20-%20Caroline%20Guimar%c3%a3es%20Silva%20-%202020.pdf>

- Silva, F. L. (2017). Representações do figural feminino: Antônio Vieira e a doutrina dos arquétipos-pandora, Eva e Ave Maria. *Revista Desassossego*, 9(18), 20-29.
<https://doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v9i18p20-29>
- Silva, M. A., Pereira, M. M. O., Antunes, L. G. R., Silva, F. D., & Cristina Ferreira Castelari, M. (2019). Conciliando maternidade e carreira profissional: percepções de professoras do Ensino Superior. *Revista Vianna Sapiens*, 10(2), 27.
<https://doi.org/10.31994/rvs.v10i2.586>
- Silveira, A. B. (2018). *Comunicação pública e campanhas de aleitamento materno: representações da mulher-mãe materializadas na/pela Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta do Ministério da Saúde*. [Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação].
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/180438>
- Soares, S. C. T., & Livino, S. D. S. G. (2020). *Empreendedorismo materno no Ceará: um recorte do programa Ela Pode*. [Tese de Doutorado, Centro Universitário Fametro - Unifametro Curso de Graduação em Administração].
http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/174/1/samara%20carolinn%20tiodosio%20soares%20e%20sirley%20da%20silva%20gomes%20livino_tcc.pdf
- Sousa-Lobo, E. (2011). *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. Fundação Perseu Abramo.
- Swain, T. N. (2014). Por falar em liberdade. Em C. M. T. Stevens, S. R. D. Oliveira & V. Zanello (2014). *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*.

- Tavares, R. G. (2020). *Estupro marital: a violência que se oculta no amor*. [Monografia, Faculdades de Ciências Jurídicas].
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14137>
- Tenório, P. R., & Rabelo, A. A. (2019). Maternidade no sistema prisional: o preço cobrado em dobro. *Revista Psicologia & Saberes*, 8(11), 255-262.
- Teodoro, M. C. M. (2019) O direito do trabalho da mulher enquanto “teto de vidro” no mercado de trabalho brasileiro. *Site Informação Jurídica inteligente*
<https://vlex.com.br/vid/direito-do-trabalho-da-701520393>
- Thiry-Cherques, HR (2010). À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 215-248.
<https://www.scielo.br/j/ln/a/pcFq8fmfKs3tvS9z5ZRxGCD/?format=pdf&lang=pt>
- Tomaz, R. (2015). Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. *Galáxia*, 155-166. i <https://doi.org/10.1590/1982-25542015120031>
- Valle, V. C. (2020). *Direito, Mulher e (In) Justiça: a naturalização das categorias culturais como forma de dominação. Direito-Braço do Norte*. [Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina]. Repositório Universidade da Ânima <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/15748>
- Vieira, C. A. L., & Ávila, A. A. (2018). Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem. *Revista Gênero*, 18(2).
<https://doi.org/10.22409/rg.v18i2.1141>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.

- Zimmermann, T. R., Vicente, J. A. P., & Machado, A. A. (2021). Análise de gênero a partir da economia do cuidado em tempos de pandemia: estudo de caso de mulheres-cuidadoras de crianças em CEMEI. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 26092-26112. Doi 17/bjdv7n3-353
- Zirr, O., Gregório, O., Lima, O., & Collaço, O. (2019). Autonomia da mulher no trabalho de parto: contribuições de um grupo de gestantes. *Revista Mineira de Enfermagem*, 23, 1-7. <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20190053>

Apêndice 1

Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Mestrado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Esta pesquisa é sobre os “Os processos de subjetivação feminino na experiência materna e suas implicações na saúde mental das mulheres” e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Maria Renata Florencio de Azevedo, aluna de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli. O objetivo do estudo é identificar os processos de subjetivação que perpassam por alterações físicas, sociais e emocionais, podendo gerar conflitos e sofrimento psíquico na experiência materna de mulheres primíparas. Para alcançá-lo borcar-se-á caracterizar os participantes a partir dos dados sociodemográficos e das narrativas das participantes, compreender como as mulheres avaliam as práticas maternas e suas competências para realizá-las, analisando as estratégias utilizadas no processo de negociação entre os projetos individuais da mulher e os discursos sociais e culturais sobre maternidade e os conflitos advindos dessa negociação.

Este estudo possui como benefícios o favorecimento de avanços na área das Ciências Sociais e Humanas, bem como auxiliar com dados no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população. Solicitamos a sua colaboração para que responda a um breve questionário sociodemográfico e a uma entrevista áudio-gravada e semiestruturada. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa oferece riscos mínimos para a sua saúde, contudo é importante destacar a possibilidade, mesmo que remota, de vivenciar um breve estado de estresse em decorrência de alguma(s) pergunta(s) contida(s) na entrevista que possa(m) causar certo incômodo em algumas participantes, no entanto, nestas situações, o pesquisador se compromete em lhe oferecer apoio psicológico para que retorne ao seu estado psicológico anterior ao início do estudo.

Com o intuito de seguir todos os procedimentos éticos de acordo com a **Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde sobre Pesquisa Envolvendo Seres Humanos**”. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na forma em que é atendida pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura da Participante da Pesquisa

Pesquisador Responsável

Maria Renata Florencio de Azevedo (Pesquisadora Mestranda da Universidade Federal da Paraíba). Endereço: Universidade Federal da Paraíba/CCHLA/Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Contato: (83) 9 96515665 e-mail: renata-azevedo@hotmail.com.br
Endereço do Comitê de Ética: Universitário, S/N, Castelo Branco, João Pessoa – PB, CEP: 58051-900. Contatos: (83)3216-7791. Email: eticaccs@ccs.ufpb.br

Apêndice 2

QUESTIONÁRIO SOCIO-DEMOGRÁFICO

Sujeito nº _____

1. Identificação Pessoal

1 - Idade: _____ anos

2 - Localidade de residência: _____

3 – Etnia _____

2. Identificação Profissional

1 - Nível de formação académica: _____

2 - Área de formação: _____

3 - Estatuto laboral atual: empregado / empregado, mas não a trabalhar (licença de maternidade; licença por doença; etc) / desempregado / estudante / outro:

4 – Renda Familiar _____

3. História médica e dados relativos ao filho

1- Idade do filho _____

2 - Ocorrência de problemas de fertilidade anteriores à gravidez: _____

14 - Tratamento médico para o problema de fertilidade referido: _____

17 – Gravidez: planeada / não planeada, mas desejada / não planeada nem desejada

17 – Tipo de gravidez: simples / gemelar

18 – História de complicações médicas durante a gravidez: _____

19 – História de distúrbios psicológicos ou psiquiátricos (no filho e marido):

20 – Toma alguma medicação para problemas psicológicos atualmente?

Apêndice 3

ENTREVISTA

Cena evocadora: o momento do descobrimento da gravidez: *Conte-me um pouco sobre sua vida a partir do momento em que você descobriu que estava grávida*

Como você descreveria a experiência de maternidade...

O que a experiência da maternidade representa na sua vida?

Vivenciar a maternidade era um desejo presente na sua vida? (Se não, você lembra quando esse desejo foi ganhando forma? Como foi...

Antes de ser mãe, como você imaginava que era essa experiência?

Me fale um pouco como era tratada a questão e o momento de ter um filho...

Quando estava grávida quais as preocupações com relação ao futuro?

Me fale um pouco sobre as principais dificuldades/preocupações/desafios/medos desta experiência...

Como você descreveria uma mãe...

Como você avalia sua maternagem?

Quais as principais cobranças sociais que as mães enfrentam? E como tem lidado?

Como tem sido sua rede de apoio?

Me fale um pouco como tem sido a divisão dos cuidados com o filho e do trabalho doméstico...

A maternidade veio alterar algum dos seus projetos para o futuro? Como foi...

Como você descreveria a importância do trabalho remunerado na vida das mulheres?

Qual a importância de trabalhar profissionalmente na sua vida?

Como era (nome) antes? Em que aspectos mudou e como sente essas mudanças?

Minha breve apresentação das mulheres¹³⁶

A cada encontro com as mulheres que participaram desse trabalho, eu tomava nota de alguns pontos, entre essas informações, haviam gestos, afetos, lugares - anteriores e posteriores ao gravador de áudio. A partir dessas anotações, que constituam meu diário de campo, ensaiei uma breve apresentação das mulheres, que *a priori*, não iriam entrar na escrita da tese, mas ao final, senti uma necessidade de inseri-las brevemente, de apresentar algumas informações que se mostraram interessantes de serem destacadas.

De início, apresento que são mulheres primíparas, que em sua maioria “*esperaram mais*”, ou melhor, esperaram ter uma formação profissional, uma inserção no mercado de trabalho, para tornarem-se mães, como também, esperaram mais em decorrência de um planejamento familiar, que também envolve as questões citadas anteriores. Embora, uma das mulheres fale que não tenha sido planejada a gravidez, mesmo assim, todas falam de um filho desejado, de alguma forma. Quanto a conjugalidade, todas estavam casadas com o pai das crianças, ou seja, não eram *mães solas* literalmente. Também não apresentavam nenhuma deficiência, nem histórico de transtornos mentais.

Além disso, eram brancas e pardas, o que significa que temos um recorte de raça. Todas estavam trabalhando remuneradamente, sublinhando que, duas não estavam trabalhando formalmente, eram empreendedoras, cuja renda ainda não apresentava estabilidade. As demais tinham uma renda familiar que variava entre 2 e 8 salários mínimos, ainda assim, temos um recorte de classe também. Como discutiu Zanello (2018), o dispositivo maternidade explora as mulheres de diferentes maneiras e com diversas intensidades, recaindo sobre as mulheres negras, pobres e nordestinas seu maior peso, mas ainda assim, com formas e intensidades diferentes, a

¹³⁶ O título apresenta uma referência ao livro de Michelle Perrot (2019) “Minha história das mulheres”, onde a autora apresenta uma visão particular a respeito de um tema que estuda há muitos anos; intentando mostrar que a história é de todas nós.

manutenção da responsabilização pelo cuidado e seus desdobramentos, recai sobre as *mulheres*, compete a dona *da* casa ou a dona *de* casa.

Dito isto, apresento agora as minhas notas das mulheres-mães:

A31

Uma mulher de 31 anos, que mantém união estável com o pai de sua filha – que já tem um filho de outra relação passada, mas esse filho mora com a mãe. Formada em direito, mora na capital, porém nasceu no sertão, onde sua família ainda mora. Veio morar na capital para fazer faculdade, durante esse período conheceu o seu companheiro e estabeleceram união estável com a descoberta da gravidez. Quando engravidou estava estagiando em um escritório de Advocacia e estudando para concurso, o primeiro, foi finalizado ainda durante a gestação, sem perspectiva de contratação, segundo A31 a condição da gestação pode ter influenciado nessa não-contratação.

O segundo, preparação para concurso, foi adiado, a partir de um acordo entre ela e o marido, de que iria pausar sua carreira dois anos para se dedicar a filha e a família, sobretudo porque não havia rede de apoio familiar. No momento da entrevista sua filha estava com 1 e sete meses, mas antecipando o acordo dos dois anos, A31 estava tentando empreender, vendendo bolos e doces, “*uma forma de ganhar dinheiro enquanto não estava trabalhando*” (SIC). O marido trabalha como motorista de aplicativo, a renda mensal da família variava muito, o que dificultava a delimitação de algum valor médio, segundo a A31.

Antes de iniciar a entrevista, no preenchimento do questionário sócio demográfico, questiono entre outras questões, se a gravidez foi planejada e/ou desejada. Ela me responde que não foi planejada, mas que foi um milagre, e começa a contar dos problemas de saúde que teve em decorrência de uma IST contraída no relacionamento passado, que gerou uma ferida no útero, e

os médicos dizerem que talvez não pudesse mais ter filhos. Assim, pontua que, mesmo não sendo planejada por ela, foi uma graça alcançada.

J30

Uma mulher de 30 anos, casada, formada em Biomedicina, mas não atua na área, a inflexibilidade do mercado de trabalho foi uma das razões para decidir empreender e passar mais tempo em casa. Uma experiência já vivenciada durante a graduação, quando abriu um empreendimento de confeitaria, mas foi encerrado ao começar a trabalhar no laboratório de um hospital onde permaneceu até os primeiros meses de vida da filha. O marido trabalha como operador de caixa, a renda da família é em média dois mil reais, mas recebem um apoio financeiro da sua mãe com frequência.

O medo de não poder engravidar foi algo presente durante sua adolescência, mas havia a certeza que a maternidade ia ser vivida, seja por via natural ou por adoção, e que seria uma experiência de cuidado, que quando imaginada, era uma mulher acalentando uma criança. O planejamento da gravidez, foi segundo aos planos de Deus, o momento certo seria quando Ele quisesse que ela acontecesse, e aconteceu poucos dias após o casamento, sua filha está com 1 ano e nove meses.

C31

Uma mulher de 31 anos, formada em contabilidade, saiu da cidade onde nasceu para acompanhar o marido, uma vez que sua profissão requer mudanças de cidades. Na cidade que atualmente mora, C31 trabalha em um escritório, gosta do trabalho e da rede social e afetiva que o trabalho proporciona. Enquanto o marido havia mudado de cidade há 2 anos, em razão disso, passava a semana ausente. Nessa realidade e com chegada da pandemia, que dificultou a entrada do filho na creche e/ou a terceirização do cuidado, A31 se desloca com frequência para a casa

dos pais, em busca de rede de apoio. O marido é militar, e a renda família média é de oito mil reais.

O filho representa o fruto da família, o fruto de uma família religiosa, como bem destacou sinalizando para fotos da família na igreja. Ao mesmo tempo, o ser mãe ia sendo dito como o caminho para fugir da solidão, “eu vejo assim, minha avó teve num sei quantos filhos e quem cuidava dela era só um. E as vezes eu fico pensando “meu Deus do céu, quem não tem filhos, quem...”. E foi a solidão quem mais a acompanhava, solidão nos exames, solidão no primeiro ultrassom, a solidão por vezes, acompanhada do marido, que entre idas e vindas, reclamava está vivendo também sozinho após o nascimento do filho.

A29

Uma mulher de 29 anos, formada em Direito, no momento da entrevista trabalhava em uma empresa, mas sonhava em tirar do papel os planos de abrir seu próprio escritório, sonho que foi iniciado no final do curso com dois colegas de faculdade, mas com a chegada do filho foi adiado. A29 mora na capital, longe da sua família nuclear, a família do seu marido era sua principal rede de apoio. O marido, era administrador em uma fábrica, a renda mensal era de seis mil reais.

Ao iniciar sua fala sobre a gravidez, A29 exclama, esqueci de tomar a injeção durante uma viagem de carnaval! Mas foi uma notícia boa, um filho é sempre uma benção, ainda que a ficha só tenha vindo a cair na rotina que foi se formando entre pré-natais e exames. E29 planejava esperar mais, encerrar sua formação profissional, montar o escritório, o que seria, encerrar um ciclo, para iniciar outro, afirmou, dizendo que sabia que precisava de uma rotina organizada e de um plano de saúde bom. Mas aquela *bendita injeção* (SIC), que era tomada sem falhar há mais de 7 anos, falhou num domingo de carnaval no Rio de Janeiro, como afirma não esquecer. O

plano de saúde a empresa assinou no mesmo mês, mas a questão do escritório ainda não aconteceu, mas no tempo certo acontecerá, afirma com olhos marejados.

E28

Uma mulher de 28 anos, formada em direito, funcionária pública, nasceu e constituiu família na capital, morava em casa própria. O marido trabalha também como funcionário público, a renda mensal era de sete mil reais. A aprovação no concurso público, estabilidade do casamento e o desejo de ter dois filhos, foram as questões que determinaram a decisão pelo momento de engravidar, que aconteceu poucos meses após iniciarem as tentativas. Uma experiência guiada de informações e do medo do parto.

Antes de ser mãe, desejava que sua maternidade fosse próxima ao que foi a maternidade da sua avó, que assumiu o “ser mãe” com extrema dedicação. Por isso, planejou, se informou e buscou instabilidade para ser a melhor mãe possível, fazendo referência a um termo que ouviu numa roda de gestantes. Mas a melhor-mãe-possível foi sendo constituída na busca de ser “uma boa mãe”, como disse sinalizando entre aspas, toda sua vida foi ficando em segundo lugar, um lugar que tentou normalizar, mas foi percebendo que nos moldes que era exigido não conseguiria, nunca alcançaria esse lugar. O apoio, o olhar atento e acolhedor do marido foram o pontapé inicial, para essa busca de se resgatar, não por vaidade, mas por carinho, afirmou com sorriso largo.

T35

Uma mulher de 35 anos, formada em ciências sociais, funcionária pública, com moradia própria, a maternidade não era a programação da sua vida, mas sabia que ao decidir por vive-la, a programação da sua vida mudaria, que envolvia viajar, sair com grupos de amigos, entre outros. Por isso, a chegada do filho foi sempre adiada, quando decidiu tentar engravidar, decidiu também abrir mão do doutorado, que também fazia parte da sua programação. Morava na capital e

trabalhava em outra cidade, após a descoberta da gravidez, decidiu ir morar na cidade onde trabalhava. Antes da pandemia parte do trabalho de cuidado e doméstico era terceirizado, com a pandemia esse trabalho era realizado entre o casal, o marido trabalha como autônomo, a renda mensal é de 8 mil reais.

Vivenciar dois abortos muito próximos, foram os principais motivos para o início da gestação ser marcada pelo medo e pela adoção de uma rotina bem regrada. Mas, ao passo que a criança ia se comunicando entre pontadas e “*chutinhos*”, ali, as reflexões sobre a responsabilidade de ser mãe, iam ganhavam relevos maiores. O ritmo de trabalho, que já se imaginava que sofreria mudança, ali se concretizava, eram disciplinas e orientações que precisariam ceder o lugar. As noitadas nos finais de semana aos poucos iam ficando cada vez mais raros, e as falas “*essas são horas de uma grávida tá num bar?*”, iam se espalhando cada vez mais.

O ser mãe com os contornos que a sociedade impõe, era problematizado antes mesmo de engravidar, embora acreditasse estar preparada, as abdições foram sentidas com maior pesar, mas ao mesmo tempo, com tentava refletir que, a rotina da noite, de viagens e *mochilões* não era uma rotina segura para uma criança de 1 ano, era pela proteção dela que essas abdições ganhavam sentidos outros.

I25

Uma mulher de 25 anos, formada em direito, trabalha em uma empresa privada, e o marido trabalha como militar. A filha tem dois anos, antes da pandemia, a creche e a família de ambos eram as principais redes de apoio. No momento da entrevista, os cuidados eram divididos de maneira bem igualitária entre ambos, afirmava I25, que o marido morou sozinho por muito tempo e era um adulto funcional, afirmou entre risos, que sabia que era uma mulher sortuda, porque ele era uma pai ativo. A renda familiar era em média sete mil reais.

Ter um filho era um desejo de ambos, foi planejado e se prepararam inclusive emocionalmente para essa experiência, desde a gestação essa experiência era atravessada por gratidão, porque os filhos são herança do senhor, afirmou emocionada, completando que era muito grata por ser mãe daquela criança que a tornou alguém melhor, mostrando que sua verdadeira missão era ser primeiro filha, esposa e mãe.

M34

Uma mulher de 34 anos, nasceu e constituiu família na capital, formada em biologia, mas trabalhava como auxiliar administrativa, concursada e morando em uma casa própria, eram os sinais de que a estabilidade financeira já estava alcançada, o que deu lugar a preparação emocional do casal para a chegada do filho. A34 afirma que queria sentir que o marido também estava emocionalmente preparado para ser pai, porque ambos tinham uma rotina corrida, e essa experiência tinha que ser vivada pelos dois. O marido, trabalha em uma fábrica durante a noite, o que trouxe ansiedade durante a gravidez, pelo medo de enfrentar todas as mudanças sozinha em casa, mas a família de ambos foi bem presente tanto na gestação quando na criação do filho que está com 2 anos. A renda familiar era em média seis mil reais.

Um filho, sem dúvidas faz nascer o melhor do ser humano, afirma M34 com olhos marejados, segue afirmando emocionada que, ter um filho nos faz sentir mais a necessidade do outro, observar mais o outro em meio a correria do dia-a-dia. Sua teoria é que, na gestação as mulheres ficam mais desligadas justamente para elas voltarem mais para si e observar suas necessidades, os sinais do corpo e da mente.

G33

Uma mulher de 33 anos, formada em administração, mora na capital, ter um filho era um planejamento dela, embora o marido também desejasse ter um filho. A rotina e a falta de rede de apoio e da participação ativa do marido no cuidado e manutenção do lar, dificulta a inserção de

outras atividades, como foram as inúmeras tentativas da entrevista, que aconteceu via chamada de vídeo, a noite após seu trabalho e organização do jantar. O marido é funcionário público, quando ambos se instabilizaram financeiramente, as tentativas de engravidar se iniciaram. Um primeiro aborto de gêmeos, trouxe sofrimento para ambos, e o medo de tentar novamente, mas após 2 anos engravidou, essa experiência foi sempre marcada pela preocupação com seu desenvolvimento, assim como, os planejamentos de como seria a vida com a chegada do filho.

Viver a maternidade era uma vontade que estava se cumprindo, embora não houvesse lembranças de como essa experiência era imaginada, o mais próximo era a imaginação de tentar ser uma mãe presente como foi a sua, *“Minha mãe sempre foi muito presente, nós tivemos a sorte de ser criados por ela, ela sempre teve em casa criando a gente. Foi ela que educou a gente, participou de tudo na vida a gente. Sempre foi muito presente, conversou com a gente, mãe amiga”* (SIC). Mesmo com a correria dos dias, essas ainda é a norte que tenta seguir, como afirma abraçando seu filho de 1 ano.

Anexo 1

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DO PROJETO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social



CERTIDÃO AD-REFERENDUM

Aprovo, ad referendum do colegiado do programa o projeto de pesquisa, intitulado: "OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO FEMININO NA EXPERIÊNCIA MATERNA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL", da discente de doutorado: Maria **Renata** Florenolo de Azevedo, orientanda da Prof.^a Dr.^a Ana Alayde Werba Piochelli Saldanha. É verdade e dou fé, eu, Denize Barreto Rocha – SIAPE 1909624, Secretária Executiva do PPGPS/COHLA/UFPB.

João Pessoa, 02 de abril de 2020.

Prof. Patrícia Nunes da Fonseca
Coordenadora do PPGPS

Prof.^a Dra. Patrícia Nunes da Fonseca
PPGPS - Coordenadora
SIAPE - 2483966

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAIBA**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO FEMININO NA EXPERIÊNCIA MATERNA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL

Pesquisador: Maria Renata Florendo de Azevedo

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 22985719.1.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.003.214

Apresentação do Projeto:

Consta um projeto egresso do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes sob a orientação da profª Drª Ana Alayde Werba Saldanha

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar os processos de subjetivação que são permeados por alterações físicas, sociais e emocionais, podendo gerar conflitos e sofrimento psíquico na experiência materna de mulheres primíparas

Objetivo Secundário:

1- Identificar como as mulheres avaliam as práticas maternas e suas competências para realizá-las. 2- Analisar as estratégias utilizadas no processo de negociação entre os projetos individuais da mulher e os discursos sociais e culturais sobre maternidade e os conflitos advindos dessa negociação. 3- comparar os significados e sentimentos relacionados a maternidade e do papel materno descrito na gravidez e posteriormente no pós-parto. 4- Analisar os processos de construção de significados para justificar/legitimar sua pertença a modelos de maternidade

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)216-7791

Fax: (83)216-7791

E-mail: comitedetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAIBA**



Contribuição de Pessoas (2023.211)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa apresenta o mínimo de riscos físicos e psicológicos para os participantes. O principal risco é a possibilidade de fragilidade emocional no momento de responder aos instrumentos, considerando a existência de sobrecarga ocupacional, risco este que será amenizado, pois o pesquisador terá recebido instruções para possíveis eventualidades deste aspecto.

Benefícios:

Enfatiza-se que este estudo apresenta mais benefícios que riscos, haja vista os participantes poderem expressar seus pensamentos e sentimentos referentes às experiências da maternidade, podendo amenizar possíveis sobrecargas emocionais e ocupacionais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica e relevância para a pesquisa, ensino e assistência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados tempestivamente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sabendo que a pesquisadora afirmou o cenário de pesquisa da versão 1 de seu projeto submetido, qual seja Unidades Básicas de Saúde de João Pessoa, justificando a solicitação da carta de anuência pelo participante. Entretanto, a retirada desse cenário e a descrição de coleta por conveniência em local indicado pelo participante, realmente dispensa a carta de anuência. Como o outro documento pendente foi anexado em 07/04/2020, a certidão de aprovação da pós-graduação, a pesquisadora cumpriu as formalidades éticas e legais.

Do exposto, somos de parecer favorável a execução do presente projeto, salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.251-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br